

**PARA ALÉM DA
QUARENTENA:**
REFLEXÕES SOBRE
CRISE E PANDEMIA

ANA LOLE ■ INEZ STAMPA
RODRIGO LIMA R. GOMES [ORGS.]



mórula
EDITORIAL

ANA LOLE ■ INEZ STAMPA
RODRIGO LIMA R. GOMES [ORGS.]

PARA ALÉM DA QUARENTENA: REFLEXÕES SOBRE CRISE E PANDEMIA

APOIO:



ÍNDICE

Crise e pandemia da COVID-19 — leituras interseccionais

ANA LOLE • CARLA CRISTINA LIMA DE ALMEIDA • INEZ STAMPA • RODRIGO LIMA RIBEIRO GOMES

Crises históricas e naturalismo capitalista

STEFANO G. AZZARÀ

Pandemia e crise na União Europeia

PAOLO DESOGUS

Entre pandemia e crise orgânica: contradições e narrações hegemônicas do capitalismo em colapso

GIANNI FRESU

A vigência do estado de sítio político na pandemia

MARCOS DEL ROIO • VINÍCIO CARRILHO MARTINEZ

Urgente para quem? A Lei de Urgente Consideração e a pandemia da COVID-19 no Uruguai

MÓNICA BRUN BEVEDER

A epidemia e o fascismo

LINCOLN SECCO

A pandemia e a ‘inteligência’ do presidente

VICENTE A. C. RODRIGUES • INEZ STAMPA

Cortar ou não cortar, eis a questão. Crise orgânica, tensões no bloco social dominante e ajustes na austeridade fiscal

RODRIGO CASTELO

Globalização e pandemia: o fim da hegemonia e a necropolítica neoliberal

PEDRO CLÁUDIO CUNCA BOCAYUVA

A morte como projeto

VICTOR LEANDRO CHAVES GOMES

Revolução-restauração em tempos de pandemia

LUCIANA ALIAGA

Precarização do trabalho em tempos de pandemia da COVID-19

PERCIVAL TAVARES DA SILVA

Aspectos da Educação brasileira em meio aos dilemas de um momento dramático

RODRIGO LIMA RIBEIRO GOMES

A crise provocada pela COVID-19: antigos problemas em um novo cenário

ANDREIA CLAPP SALVADOR • RAFAEL SOARES GONÇALVES • VALÉRIA PEREIRA BASTOS

Pandemia e crise capitalista: a situação das favelas

REGINALDO SCHEUERMANN COSTA

A violência que não respeita o isolamento

VITOR CASTRO

COVID-19: memórias e pesadelos para quase-cidadãos

MARCELO PAIXÃO • FLAVIO GOMES

Muito além da perda da libido

GUILHERME ALMEIDA

***“Entre a deriva e o naufrágio”*: notas sobre a população LGBTI em tempos de pandemia da COVID-19**

MILENA CARLOS DE LACERDA

Povos indígenas em Alagoas e a COVID-19: práticas e cuidados

MARLI DE ARAÚJO SANTOS

As mulheres e a pandemia da COVID-19 na encruzilhada do cuidado

RITA DE CÁSSIA SANTOS FREITAS • CARLA CRISTINA LIMA DE ALMEIDA • ANA LOLE

Notas de uma travessia — reflexões de uma assistente social em Portugal em tempo de pandemia da COVID-19

MARIA INÊS AMARO

As/os assistentes sociais na linha de frente: violência e violações de direitos na pandemia da COVID-19

ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA • ARIANE REGO DE PAIVA • IRENE RIZZINI

A pandemia da COVID-19 e o trabalho de assistentes sociais na saúde

MAURÍLIO CASTRO DE MATOS

A relevância do trabalho dos assistentes sociais no enfrentamento à pandemia da COVID-19

MÁRCIA BOTÃO • NILZA ROGÉRIA NUNES

O cuidado em saúde mental no cenário de pandemia da COVID-19: a experiência de (re)organização do CAPS UERJ

ANA PAULA PROCOPIO DA SILVA • ANÁLIA DA SILVA BARBOSA

Monitoramento remoto com idosos: uma experiência de cuidado em tempos de pandemia da COVID-19

MARIA HELENA DE JESUS BERNARDOO • TANIA DE OLIVEIRA

[CRÉDITOS]

[LEIA TAMBÉM]

Crise e pandemia da COVID-19 — leituras interseccionais

ANA LOLE¹

CARLA CRISTINA LIMA DE ALMEIDA²

INEZ STAMPA³

RODRIGO LIMA RIBEIRO GOMES⁴

Esta coletânea surge do desejo de elaborarmos um material para reflexão sobre a grave crise societária em curso, agravada pela pandemia da COVID-19, que trouxesse debates interseccionais, pois estamos vivendo em *fogo cruzado* de múltiplas agendas reacionárias.

Para nossa surpresa e felicidade, todas e todos que convidamos aceitaram prontamente participar do projeto e escreveram no “calor da hora”. Trata-se, portanto, de um projeto coletivo viabilizado em parceria com a Mórula Editorial, neste e-book com distribuição gratuita.

Sabemos que a crise e a pandemia se retroalimentam, pois as condições de vida cada vez mais precarizadas para a imensa maioria da população aumentam as chances de contágio e de agravamento da doença. A pandemia, por sua vez, exige distanciamento e isolamento social como medida indispensável para a prevenção do contágio, impactando negativamente uma economia já combalida. Neste cenário, o gesto da editora merece registro destacado, assim como a generosidade das autoras e dos autores.

Esta coletânea reúne 27 capítulos e 39 autoras e autores do Brasil e do exterior (Itália, França, Portugal, Estados Unidos e Uruguai). Quanto à estrutura, optamos por não dividir os textos por partes ou eixos temáticos, porém iniciamos das discussões mais gerais e as agrupamos por afinidade de conteúdo. O material aqui reunido traz reflexões de diversos lugares, tanto

em termos geográficos como em relação a experiências vividas e profissionais, o que mostra a riqueza de um trabalho coletivo com participação plural.

O cenário político pandêmico é diferente nas diversas regiões do país e do mundo, pois a forma de sociedades e governos lidarem com as medidas de enfrentamento à COVID-19 não foi linear. Um exemplo foi o deboche do presidente da República, no Brasil, sobre a gravidade da pandemia considerando-a uma “gripezinha”, denotando uma espécie de *malthusianismo social* e demonstrando que a política de governo é uma *práxis* neofascista.

Importante destacar que as ações advindas do governo Bolsonaro podem ser caracterizadas de diferentes formas. Embora a melhor conceituação ainda esteja em debate, e terá de incorporar o modo de ação do governo na pandemia, defini-lo como neofascista ou protofascista é uma aproximação razoável. Nesta caracterização, é importante considerar que a linha que separa a civilização da barbárie foi rompida quando empresários, acionistas da bolsa de valores e governo se posicionaram pelo imediato fim da quarentena, a despeito das consequências para a vida humana. A ideia subjacente é que a “seleção natural” irá agir na epidemia (*darwinismo social*): os mais fortes (como os “super-homens” Bolsonaro, o dono do Madeiro, entre outros tantos) sobreviverão, os fracos sucumbirão (LEHER, 2020).

A Organização Mundial da Saúde (OMS), ao decretar a pandemia em março de 2020, acelerou a “compreensão do neoliberalismo em seus mecanismos perversos sobre corpos concretos” e “confirma o controle capitalista totalitário sobre a vida”, pois o “neoliberalismo mostrou que convive perfeitamente com máquinas de morte [...]. Mas agora o vírus, que não discrimina por classe e não seleciona segundo o passaporte, montou um ensaio geral da vida neoliberal como um espetáculo que vemos acontecer online, com um contador necropolítico em tempo real” (GAGO; CAVALLERO, 2020).

No momento em que esta publicação é fechada (29 de maio de 2020), o mundo já computa quase seis milhões de infectados com o novo coronavírus, com mais de 365.000 mortos, mais de 2.600.000 recuperados e quase 3.000.000 de casos ativos, dos quais 53.691 em condição crítica. Desses, mais de 450.000 casos estão no Brasil, onde já morreram 27.267 pessoas, foram curadas mais de 193.000 e ainda estão com a doença ativa mais de 221.000, dos quais 8.318 são casos críticos.⁵

Enquanto escrevamos esta apresentação, precisamos acompanhar o site *worldometers.info* constantemente, porque os números de vítimas da COVID-19 estão sempre em atualização. Embora o pico de mortes diárias no mundo tenha sido verificado em meados de abril, algumas partes sensíveis do planeta, que combinam densidade populacional, enorme desigualdade social e pobreza, como Brasil, Índia e México, apresentam crescimento preocupante na velocidade de difusão da doença.

A característica da doença, por si só, já torna difícil qualquer prognóstico em relação à pandemia, uma vez que o vírus Sars-CoV-2 se espalha rapidamente pelas cidades e regiões e apresenta um período de manifestação com retardo, que *explode* a partir de um dado momento, tornando a tarefa das autoridades de saúde muito difícil. Por isso, uma atitude preventiva dos governos é essencial para o combate ao espalhamento da COVID-19, no sentido da garantia do distanciamento social somado a auxílios econômicos para se contrapor aos impactos da quarentena nos empregos e nas empresas.

No Brasil, temos uma segunda dificuldade em relação à realização de qualquer previsão acerca dos impactos sociais e econômicos da pandemia: a agenda reacionária e a irresponsabilidade política do presidente Bolsonaro, que gera crises consecutivas, ameaças golpistas e um desdém e uma inépcia inacreditáveis em relação ao combate ao novo coronavírus, sua difusão descontrolada pelo território nacional e um descaso pelos mortos.

Em reunião organizada em março deste ano, na qual foram apresentadas as previsões do Ministério da Saúde sobre a pandemia no Brasil, Solange Paiva Vieira, assessora do ministro da Economia do Brasil e uma economista que comanda a Superintendência de Seguros Privados, minimizou os efeitos sociais da crise sanitária no país, enxergando aspectos positivos em torno do cenário para a economia: “É bom que as mortes se concentrem entre os idosos [...]. Isso melhorará nosso desempenho econômico, pois reduzirá nosso déficit previdenciário”⁶.

A atitude negacionista em relação à ciência, a pressão de empresários e as ações na contramão do razoável por parte do governo federal estão conduzindo o Brasil a condições trágicas, tanto sanitárias quanto econômicas. Por muitos ângulos distintos, as autoras e os autores deste livro procuram interpretar os movimentos combinados dessas duas crises, com o intuito de contribuir para ações políticas que nos permitam sair da pandemia em condições decentes de civilidade.

Neste sentido, esta coletânea mostra que a pandemia da COVID-19 tem diferentes impactos sociais e regionais. As análises aqui tecidas deixam evidentes marcas da violência colonial e de gênero, do genocídio étnico-racial, das sexualidades dissidentes, dos corpos invisibilizados e das vidas sem importância que compõem as sociedades contemporâneas. Os impactos epidêmicos, ao longo do tempo, sempre estiveram dependentes das profundas segmentações e relações, historicamente estruturadas, de exploração-dominância de grupos populacionais. Sociedades desiguais de muitas formas, não apenas no cenário amplo da geopolítica, mas também nas suas paisagens internas, no seu *modus operandi*. A COVID-19 conecta-se com um projeto de nação, longamente (re) formulado, que envolve a capitulação de determinados sujeitos, a imposição de regimes de moralidade e sexualidade, de combate aos corpos.

Acontece que a cegueira ou, ainda, a *clara* decisão de não se ver essas violências, constituintes do modelo capitalista de ontem e de hoje, não se

sustentam mais. A pandemia faz cair o véu, o capital-rei está nu em todo canto do planeta Terra. Não é *privilégio* de algumas nações.

O mundo pré-pandemia embalava o silêncio cotidiano em torno desse horror de mortes anunciadas, banalizadas e até esperadas. Mas o nosso *veneno da madrugada*, o novo coronavírus, tal como os pasquins de Gabriel García Márquez (2014), revela aquilo que tudo mundo já sabe, cumprindo apenas o ato, a função, de dar-lhes seu endereço.

Os estudos aqui apresentados explicitam que o cuidado ascende ao epicentro da agenda de enfrentamento da pandemia, em suas várias e diversas semânticas. Na memória do eugenismo e higienismo o cuidado se reatualiza como controle, anulação, tal como se expressa em narrativas como *fique em casa, higienize mãos e ambientes, alimente-se saudavelmente*. Recomendações alheias às vidas nas periferias e favelas, à interdição do trabalho digno em nome de ajustes fiscais, às vidas que pulsam nas ruas, prisões, aldeias, quilombos. Ou ainda, humilhação e desespero, ao lançar multidões aglomeradas a filas de fome e de angústia por um auxílio emergencial, atiradas à sua própria sorte, ao desgoverno.

Encontramos rotas de fuga nas semânticas do cuidado e muitas agências de sujeitos, sobretudo mulheres, que no espaço doméstico, nas redes de *solidariedade* de seus territórios e na linha de frente do trabalho de assistência e saúde, travam cotidianamente o bom combate. Adoecem, padecem, se arriscam, sofrem todo tipo de sobrecarga e desprezo, morrem dentro e fora de suas casas. Histórias que expressam energia ancestral, uma força-matriz; acende utopias?

Especial destaque é dado ao trabalho de assistentes sociais, profissão que na divisão social do trabalho está historicamente vinculada à reprodução social e profundamente familiarizada com a perversa engrenagem da destruição de vidas e de seus corpos. Alguns textos mostram esses profissionais na gestão de serviços, na assistência, na produção de

conhecimento, fabulando em muitas contracorrentes a ética do cuidado essencial.

E isso nos faz voltar ao início, sobre o estímulo em reunir em uma mesma obra estudos, opiniões, relatos tão necessários diante de crise econômica, política e sanitária de tais proporções, agora potencializada pela pandemia. A humanidade está sendo interpelada sobre as alternativas possíveis. Neste campo, a defesa resoluta de direitos sociais é tarefa urgente em qualquer canto do planeta, mais ainda onde eles estão sendo solapados visceral e ferozmente e em velocidade antes nunca vista, como é o caso do Brasil, a urgência é ainda maior.

Pelo que já conhecemos nas manifestações presidenciais, aqui seria possível discriminar os considerados *mais fracos*: negros (“Fui num quilombola em Eldorado Paulista. Olha, o afrodescendente mais leve lá pesava 7 arrobas. Não fazem nada. Eu acho que nem para procriador ele serve mais” [sic]), população indígena (“o índio mudou. Está evoluindo. Cada vez mais o índio é um ser humano igual a nós” [sic]), nordestinos (“Daqueles governos de paraíba, o pior é do Maranhão. Tem que ter nada com esse cara” [sic]) e marxistas ‘culturais’, todos estes, claro, selecionados ainda mais negativamente se mulheres. Implicitamente, os moradores das favelas, em geral” (LEHER, 2020).

Se não existe consenso sobre as medidas protetivas e preventivas para enfrentar e conter a pandemia da COVID-19, menos ainda sobre as alternativas após o fim da pandemia. A continuidade das políticas neoliberais, cada vez mais extremadas em virtude da crise, não afastará a possibilidade de que muitos irão perecer por falta de condições materiais de vida. A questão da necessidade de estabelecimento de estratégia, mundo afora, para pensar a vida em sociedade pós-pandemia é clara e deve ser o principal eixo articulador dos que defendem e lutam porque vidas que importam.

Esperamos que os debates reunidos nesta coletânea contribuam para reflexões sobre a grave crise que assola o mundo, em particular sobre a pandemia, mas, também, possam dar pistas para pensarmos sobre os rumos políticos do Brasil. Uma “nova direção intelectual e moral”⁷ é preciso. Desejamos uma boa leitura!

REFERÊNCIAS

GAGO, Verónica; CAVALLERO, Luci. Dívida, moradia e trabalho: uma agenda feminista para o pós-pandemia. *Medium*, 18 abril 2020. Laboratório de Teorias e Práticas Feministas (PACC -UFRJ). Disponível em: <https://medium.com/laborat%C3%B3rio-de-teorias-e-pr%C3%A1ticas-feministas-pacc/d%C3%ADvida-habita%C3%A7%C3%A3o-e-trabalho-uma-agenda-feminista-para-o-p%C3%B3s-pandemia-9776cad9c302>. Acesso em: 29 maio 2020.

GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *O veneno da madrugada (a má hora)*. Trad. Joel Silveira. Ilustrações Carybé. 14 ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 1: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedito Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

LEHER, Roberto. Darwinismo social, epidemia e fim da quarentena: notas sobre os dilemas imediatos. *Carta Maior*, 29 mar. 2020. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Darwinismo-social-epidemia-e-fim-da-quarentena-notas-sobre-os-dilemas-imediatos/4/46972>. Acesso em: 29 maio 2020.

NOTAS

1 | Professora do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Membro da Coordenação Nacional da International Gramsci Society Brasil (IGS-Brasil). Pesquisadora no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Política e Educação (NuFiPE/UFF) e no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social (TRAPPUS/PUC-Rio).

2 | Professora Associada da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Coordenadora do Núcleo de Estudos Família e Gênero (UERJ).

3 | Professora do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social (TRAPPUS/PUC-Rio). Membro do *Opening The Archives Project*.

4 | Professor Adjunto do Instituto de Educação de Angra dos Reis da Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisador no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Política e Educação (NuFiPE/UFF). Membro da Conselho Nacional da International Gramsci Society Brasil (IGS-Brasil)

5 | Disponível em: <https://www.worldometers.info/coronavirus/>. Acesso em: 29 maio 2020. O *Worldometer* é um site de referência que fornece contadores e estatísticas em tempo real para diversos tópicos. Ele pertence e é operado pela empresa de dados Dadax (empresa de soluções de software focada em tecnologias e aplicativos da web, situada em Xangai), que gera receita por meio de publicidade online.

6 | Ver, entre outros: <https://revistaforum.com.br/politica/coronavirus-assessora-de-guedes-enxergava-morte-de-idosos-como-positiva-para-reduzir-deficit-previdenciario/>; <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/05/veja-as-perolas-que-ja-foram-ditas-sobre-a-pandemia-no-brasil.shtml>. Acesso em: 29 maio 2020.

7 | Gramsci (1999).

Crises históricas e naturalismo capitalista⁸

STEFANO G. AZZARÀ⁹

As crises agudas evidenciam as contradições, fragilidades e linhas de falha de cada sociedade histórica, bem como de todo sistema político e econômico. Ao longo dos tempos, guerras em larga escala, quedas repentinas na produção, erupções revolucionárias, terremotos, fome, mas também epidemias perturbaram o funcionamento normal da vida das nações e sujeitaram suas estruturas a tensões imprevistas, às vezes até mesmo levando-as ao colapso, quando essas tensões ultrapassavam o nível do limiar e, em particular, quando podiam alavancar fraturas anteriores profundas que, até então, haviam permanecido mais ou menos ocultas ou haviam sido suturadas de alguma forma. Assim, seria interessante completar a pesquisa de Walter Scheidel sobre o impacto nivelador e redistributivo dos “Quatro Cavaleiros” — “guerras de massa, revoluções transformadoras, fracassos estatais e pandemias letais” —, investigando “se e como” a presença de formas graves de desigualdade social ou outras assimetrias poderiam “contribuir para gerar esses choques violentos” (SCHEIDEL, 2018, pp. 6-7).

Nesse sentido, as sociedades capitalistas — e, sobretudo, aquelas mais avançadas, como a maioria dos países pertencentes à civilização ocidental — deveriam, em princípio, ser mais adiantadas do que as sociedades tradicionais ou com uma organização de produção e reprodução diferente. Embora certamente mais complexas do que as formações sociais anteriores ou concorrentes, como Gramsci já havia compreendido ao mapear sua

“robusta cadeia de fortalezas e casamatas” (Q7, § 16, p. 866) — uma complexidade que, por causa de seu pluralismo, costuma ser afirmada também como uma característica positiva diante de possíveis configurações alternativas e mais centralizadas do vínculo social —, especialmente desde a Segunda Guerra Mundial, essas sociedades têm superado grande parte o problema da subsistência e das necessidades básicas em escala de massa. Além disso, a racionalidade técnica e científica que preside sua organização, concebida cada vez mais para se adaptar às flutuações repentinas do mercado, deve, em princípio, ser capaz de reagir de forma adaptativa e até proativa a qualquer contingência: desta forma, pelo menos, como salientou Richard Sennet (2001), o processo de “especialização flexível” do trabalho social como um todo, a fim de derrotar os “males da rotina” através de “redes abertas”, tem sido promovido com insistência ao longo de muitas décadas. E para dar resposta, habituando-se a “mudanças súbitas e decisivas”, às necessidades de uma época que, dizia-se, com sua contínua aceleração dos ritmos da vida e do consumo, e com seus problemas cada vez mais globais, que a cada dia impunham uma sempre nova redefinição *just in time* de todas as funções sociais, à medida que as necessidades da própria sociedade mudavam, em resposta à sua esmagadora evolução interna, bem como aos estímulos externos — na realidade, para “reduzir o custo direto e indireto do trabalho” e para “reduzir o risco do negócio”, Luciano Gallino (2007, p. 27) advertiu mais prosaicamente.

Todavia, tal potencial vantagem competitiva é contrastada por uma característica mais profunda dessas nossas sociedades, que acaba prevalecendo e prejudicando seu desempenho no momento que são chamadas aos testes mais extremos, a saber, sua natureza intrinsecamente religiosa. Obviamente, não estou me referindo à fé religiosa entendida como devoção confessional, que, em sociedades amplamente secularizadas e desencantadas como as da Europa — que seriam diferentes para os Estados Unidos —, desempenha um papel marginal e que só recentemente retornou

a uma função peculiar, após passar por um processo parcial de redefinição através da radicalização fundamentalista, também como resultado do impacto dos processos migratórios,¹⁰ mas sim a algo mais profundo.

Em conversa com Mauro Bonazzi, o antropólogo Giovanni Kezich observa que “nenhuma cultura é capaz de se conceber num espaço de tempo infinito”, de modo que cada uma delas é levada da “perspectiva do colapso” a imaginar até mesmo a aproximação de um “renascimento”, talvez através da passagem por um doloroso “sacrifício reparador”¹¹. Entretanto, há pelo menos uma exceção essencial a esta tese. Para além de todas as suas metamorfoses superficiais, a sociedade capitalista, de fato, pensa a si mesma como fundamentalmente atemporal e, portanto, como permanentemente suspensa num presente infinito, de modo que o movimento perpétuo que também ocorre nela é, por sua vez, percebido como a manifestação aparente de uma eternidade substancial. Um falso movimento em que os mesmos mecanismos e relações de produção e as mesmas hierarquias são sempre e em todo caso reafirmados, ainda que, por vezes, personificados por atores diferentes, como no contexto de uma liturgia que permanece sempre idêntica a si mesma ao longo dos séculos e milênios.

Da famosa intuição de Walter Benjamin de que “no capitalismo deve ser vislumbrada uma religião”, deve-se sublinhar sobretudo o aspecto “culpabilizante/indebitante”, isto é, a característica muito particular de que essa religião “não expia o pecado, mas cria culpa/dívida”, com o resultado de tornar essa má consciência “universal”, a ponto de até “envolver o próprio Deus”; e foram questionadas, conseqüentemente, sobretudo suas referências possíveis à “forma do dinheiro e do crédito”. Benjamin aponta também, no entanto, que essa religião capitalista é, antes de tudo, “uma religião puramente cultural”, que é válida como pura fé auto-referencial, sem “nenhum dogma em particular, nenhuma teologia”. E diz que, para ele, “não há dias de semana” e “não há dia que não seja feriado”, pois o que importa é apenas “a duração permanente do culto”. O que exige

“perseverança até o fim”, ou seja, perseverança como se nunca houvesse um fim: perseverança eterna, precisamente, porque para ela não existe tal fim (BEJAMIN, 2013, pp. 41-43, *passim*).

“É mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo”: é um estado mental antes mesmo de ser o *Leitmotiv* de uma visão de mundo, o que foi destacado por Fredric Jameson e depois lembrado por Mark Fisher. Ambos se referem, nesta circunstância, à temporalidade particular do pós-modernismo. Para Jameson, o capitalismo tardio marcou o fim da Utopia como prefiguração crítica de uma forma alternativa de vida e de socialidade. Em seu lugar está agora apenas “a invencível universalidade do capitalismo que desmantela incansavelmente todo o progresso social”, de modo que, em seu horizonte, domina “a convicção universal não apenas da irreversibilidade dessa tendência, mas da impossibilidade e não praticabilidade das alternativas históricas ao capitalismo, a certeza de que nenhum outro sistema socioeconômico é concebível ou ainda menos viável na prática” (JAMESON, 2007, pp. 10, 39, 122, 166, 216, 236, 252, 271, 286, *passim*).

Enquanto a “era moderna” ainda deixou uma série de “rotas de fuga” de um “espaço social” ainda não totalmente “colonizado”, o pós-modernismo fecha definitivamente essas “fendas” na “perspectiva de um concreto Mercado mundial”. Aqui a Utopia degenerou em uma cópia do existente, uma “réplica do sistema”, muitas vezes na figuração da “teoria da conspiração”. O romance de fantasia, ficção científica, o romance histórico pós-moderno, implementa programaticamente um “processo de redução ao presente e abolição do passado e do futuro”, numa espécie de “desnaturação” em que “a história se torna uma torrente desconcertante de puro e simples devir”, um “fluxo no qual, como Cratilo disse há muito tempo, não podemos nos mergulhar nem uma vez”. Ou seja, surge uma “temporalidade vazia, que na realidade deixa inalterada a estrutura fundamental” e que envolve uma “eliminação da historicidade”: “é o futuro

da globalização em que nada é respeitado na sua particularidade e tudo se torna presa do lucro e do sistema de trabalho assalariado”. Da mesma forma, para Fisher, o “realismo capitalista” constrói-se como “o único sistema político e econômico viável hoje”. Um sistema ao qual é “impossível até mesmo imaginar uma alternativa coerente” e que define as características de “uma cultura que privilegia apenas o presente e o imediato”, de tal forma que “a remoção do pensamento de longo prazo se estenda não apenas para frente no tempo, mas também para trás”, como se o nosso tempo fosse afetado por gravíssimos “distúrbios de memória” (FISHER, 2018).

Embora seja, hoje, particularmente pervasivo, o fenômeno dessa ilusão óptica, no entanto, não esperou o advento da “compressão espaço-tempo” (HARVEY, 1993, pp. 186, 296 *et seq.*, 319 *et seq.*) pós-moderna para se manifestar, pois é uma forma de reflexão que, no capitalismo, se apresenta como estrutural e congênita. Como Marx observou em sua crítica à economia política, através dos funcionários ideológicos que produzem sua autoconsciência, desde seu início e já em seus estágios preparatórios, a sociedade burguesa considera suas próprias leis de funcionamento essencialmente “naturais”, ou seja, as considera como as leis normais e constantes que regem o desdobramento da atividade econômica como tal e em torno das quais todo o complexo social sempre teria se movido, terminando por recolher delas sua própria imagem peculiar da natureza humana mesma. Que “o trabalho representa a si mesmo no *valor*, e a medida do valor através da sua duração temporal representa a si mesma na grandeza de valor do produto do trabalho”, diz, falando sobre o fetichismo da mercadoria, entende-se, assim, a origem destas “fórmulas” em “uma formação social na qual o processo de produção controla os homens e o homem não controla ainda o processo produtivo” (MARX, 1989, pp. 112-113). A “forma de valor” é concebida aqui como “a eterna forma natural de produção social”. Ou seja, são fórmulas historicamente determinadas, que a

“consciência burguesa” percebe como “necessidade natural”, uma necessidade que é “tão óbvia quanto o próprio trabalho produtivo”.

Segue-se que, para a economia política, “as formas pré-burguesas do organismo social de produção são tratadas... mais ou menos como as religiões pré-cristãs são tratadas pelos Padres da Igreja”, porque a única religião do único Deus que realmente existe é agora a religião do Deus capital. No Robinson Crusóé que encontra, em condições excepcionais, o estado da natureza, e que nela se comporta espontaneamente como um indivíduo moderno potencialmente proprietário, sem ter consciência do caráter historicamente condicionado de sua própria reflexão, constituição e ação — e nas “robinsonatas”, nas “invenções sem imaginação” de Smith e Ricardo, que fazem iniciar a produção partir do “único e isolado pescador e caçador”, em vez de indivíduos cuja existência é “socialmente determinada” — reflete, antes de tudo, a autoconsciência de um modo de produção em formação, o capitalista, que se concebe como o único mundo verdadeiramente possível e a única formação social que sempre existiu: são os traços de um culto sistêmico autorreferencial que funciona como uma religião capitalista implícita. É porque o tempo foi, desde o início, hipotecado pelo capital — portanto, quando esta ideologia se desdobrou e estabilizou completamente —, que é impossível opor à sociedade capitalista qualquer possível antecipação de um “novo mundo” que seja diferente dela.

É certamente um paradoxo que esta ideologia naturalista, ou seja, a ilusão da naturalidade metafísica da própria constituição social, tenha permanecido intacta na cultura ocidental ao longo do século XX. György Lukács poderia observar, nas primeiras décadas do século, passado que, para a sociedade burguesa, “é uma questão de vida, por um lado, apreender sua própria ordem produtiva como se sua forma fosse determinada por categorias válidas de modo atemporal, portanto, destinadas pelas eternas leis da natureza e da razão a uma eterna permanência; e, por outro lado, avaliar como meros fenômenos superficiais, e não como inerentes à essência

dessa ordem de produção, as contradições que inevitavelmente reaparecem” (LUKÁCS, 1973, p. 15). No entanto, esta “questão vital” continua sendo urgente mesmo no final desse século e no novo milênio. Única forma de ideologia que mantém sua força em meio à dissolução das visões globais de mundo e do niilismo desenfreado dos valores, essa projeção parece até ter se fortalecido em nossos dias, de modo que a religião autorreferencial capitalista não parece ter diante de si outras divindades concorrentes que agora podem competir pelo culto das massas. Mas a civilização ocidental não seria caracterizada por uma peculiar capacidade de autoconsciência? Não tem trazido consigo, pelo menos desde o século XIX, uma incessante autorreflexão sobre sua própria história, de modo a se inebriar, durante muito tempo, por uma cultura historicista sufocante que “esmaga” o sujeito sob “a grande e sempre crescente carga do passado”, impedindo-o de “sentar-se no limiar do momento”, inibindo qualquer capacidade de ação — como lamentava Nietzsche, ao mostrar que “existe certo grau de insônia, de ruminação, de sentido histórico, no qual o ser vivente é atacado e, ao fim perece, tratando-se, posteriormente, de um homem, de um povo ou de uma civilização”(NIETZSCHE, 1976, pp. 265-355, 263-264, *passim*)? E não é precisamente nessa consciência historicista, em chave inversa, que se identifica também a raiz dessa compreensão da finitude humana a qual, na medida em que contesta intransigentemente toda pretensão à “verdade absoluta” e toda mistificação que fala em essências sobrenaturais, é, em grande parte, entendida como sinônimo de liberdade e “pluralismo de concepções éticas” (ANTISERI, 2005), como Benedetto Croce (2003) protestou contra os muitos “formalistas da energia” e os “partidários da vida pela vida”, que, já naquela época, queriam “a imposição de cima do ritmo da vida” e uma “regra” que, “ao invés de ser criada pelo homem como seu instrumento, deveria ela criar o homem”?

Na realidade, é justamente essa consciência historicista da ligação entre continuidade e mudança histórica, adquirida de forma sistemática, antes de

tudo, através da reflexão hegeliana sobre a história, que foi reduzida em peças por décadas de desconstrução pós-moderna das “grandes narrativas especulativas e emancipatórias”, e da categoria do progresso. A crítica da filosofia da história, o desafio de toda teologia imanente do processo histórico, redefiniu a percepção dominante do tempo em termos de uma simultaneidade eterna em que tudo é contemporâneo a todo o resto, numa espécie de eterno presente. Não existe sequer *a posteriori* — segundo aquela “racionalidade *post festum*”, para a qual “um evento que, no imediato, parecia incompreensível, talvez completamente sem sentido, no conhecimento posterior do entrelaçamento das causas que o produziram se encaixa perfeitamente no necessário curso causal-legal da história” (LUKÁCS, 1976, pp. 347-348), como Lukács ainda alegava, com base na Coruja de Minerva, no Prefácio da *Filosofia do Direito* — a possibilidade de traçar um sentido geral da história. Nem, tampouco, este significado pode ser inscrito na história pela ação consciente e organizada dos homens, pois a consistência do sujeito é duvidosa e a própria história nada mais é que um nome, a metáfora de um campo de eventos não confiáveis, a expressão de forças que interagem de forma completamente aleatória.

Mas, poderia o trabalho pós-moderno ter usado tão profundamente a consciência histórica se não estivesse desde o início sob o controle da ideologia burguesa, ou seja, a autoconsciência da sociedade capitalista? Para verificar essa contradição entre o peso da memória e a leveza irresponsável do imediato, não há necessidade de esperar até a segunda metade do século XX para se referir à reestruturação específica da temporalidade no pós-modernismo. Já em meados do século XIX, Marx sempre pôde notar, com ironia, como a história já havia existido para os intelectuais burgueses, “mas agora não existe mais”. Como, na percepção geral, com a generalização do valor de troca e a expansão da propriedade burguesa e do mercado capitalista, que suplantou à força toda formação social anterior e mais

atrasada, o espírito do mundo havia chegado ao seu estágio final, definitivo e eterno de perfeição.

A força com que se impõe um processo irrefreável é, portanto, a naturalização da força com se impõem os interesses determinados de certos setores sociais e a visão de mundo que os legitima: este é o fato original que subjaz à peculiar percepção da temporalidade capitalista. Foi o que Francis Fukuyama (1989) explicou, em sua forma mais vulgar, há vários anos, com seu conhecido slogan ideológico; um slogan há muito sonhado pelos intelectuais burgueses como a representação do desejo de um consenso absoluto do liberalismo em sua versão abstrata universalista. E que finalmente só foi possível com a vitória sistêmica do Ocidente no final da Guerra Fria, antes de afundar rapidamente após as negações pontuais da história, forçando o último de seus sonhadores a mudar de posição e redescobrir a irreducibilidade das identidades coletivas (FUKUYAMA, 2019). E é justamente essa aceitação da força irresistível do capitalismo, que é quase inata nos nativos e que, em sua ingenuidade, é comparável às formas mais primordiais de consciência, que mais uma vez justifica hoje a aplicação ao capitalismo de categorias de culto religioso, se não aquelas de pensamento mágico.

Nessa perspectiva, no momento em que um evento excepcional desafiou dramaticamente não só a ordem estabelecida, mas, mais profundamente, abalou também a fé acrítica na eternidade inescrutável do horizonte de significados atual — “nada será como antes”; “será que o capitalismo sobreviverá?”: são os medos, ou as esperanças, ou os exorcismos que, desde as primeiras horas desta pandemia, ressoaram fortemente em várias frentes —, teria sido muito útil para o Ocidente, forçado de repente a despertar abruptamente de seu sonho de imortalidade, excecionalidade e autossuficiência, o rompimento do “muro”, com a abertura das “fronteiras entre ‘nós’ e os ‘bárbaros’”, como escreve Rocco Ronchi, para “tomar conta... do destino da comunidade mundial” e para “pensar em soluções

‘comuns’”¹². Teria sido útil para o Ocidente finalmente acertar as contas com a sua própria teologia implícita, com seu próprio monoteísmo dogmático, e poder se confrontar — finalmente — com o outro. Com modelos de organização social e com visões do mundo que, já antes da crise agora em curso, vinham corroendo a ilusão gratificante que conduz determinados setores a se considerarem o todo, e que os estimulam a sobrevalorizar a perspectiva a partir da qual observam o mundo, a considerar aquele que é um pequeno ângulo como se fosse não “o meu ponto de vista sobre o mundo”, e, portanto, “um dos objetos deste mundo” — como dizia Merleau Ponty, falando sobre o corpo no processo fenomenológico da percepção —, mas “a geometria [...] de todas as perspectivas possíveis” (MERLEAU-PONTY, 1965, pp. 113 e 117). “O termo sem perspectiva a partir do qual é possível derivar tudo”, e esse é o ponto de vista de Deus. De que outro se trata, então?

Em seu livro *A Conquista da América*, Tzvetan Todorov colocou precisamente “o problema do outro” e, à luz da experiência de Colombo e Cortés, perguntou: “como se comportar em relação ao outro”? (TODOROV, 1984, p. 6). Esse primeiro encontro fortuito em San Salvador, disse ele, terá “valor paradigmático”, porque a partir desse momento, “a Europa Ocidental tentou assimilar o outro, fazer desaparecer a alteridade externa, e em grande parte conseguiu”, já que “seu modo de vida e seus valores se espalharam por todo o mundo”. Precisamente a partir dessa experiência, “impondo seu domínio sobre todo o globo em virtude de sua superioridade”, o Ocidente “esmagou dentro de si a capacidade de integração com o mundo” (TODOROV, 1984, p. 119), abrindo um abismo com o qual ainda estamos lidando.

O poder paradigmático desse evento estava ligado, para Todorov, ao fato de que, ao contrário de outros encontros anteriores com outras civilizações, o de 1492 estava baseado em um “sentimento de estranhamento radical” (TODOROV, 1984, p. 7). Justamente porque “ele não consegue perceber o

outro”, o homem branco “lhe impõe seus próprios valores” (TODOROV, 1984, p. 61) e, no limite, o extermina. Mas é mesmo assim? O modelo de encontro/choque de que Todorov fala é realmente a experiência mais original da alteridade? É duvidoso. As “pessoas nuas” que se movem “entre as aves e as árvores”, esses seres “privados de qualquer propriedade cultural”, “de linguagem”, “de leis e de religião”, o que inevitavelmente leva a “mal-entendidos” e estimula uma “assimilação à natureza” não esgota em nada a fenomenologia do outro (TODOROV, 1984, p. 41-42). O outro de Colombo não é na verdade o outro absoluto, mas apenas um outro parcial e esse encontro não foi realmente tão radical quanto parece. O próprio Todorov explica como em sua topologia da alteridade ou o homem branco “pensa nos índios... como seres humanos completos”, e por isso mesmo não os vê como “iguais”, considera-os “idênticos” a si mesmo, de modo que “este tipo de comportamento leva à vontade assimiladora, à projeção de seus próprios valores sobre os outros... considerados inferiores”; ou esse mesmo homem branco “nega a existência de uma substância humana verdadeiramente diferente”, mesmo que “em grau inferior e imperfeito”, e considera os nativos como meros “objetos vivos”. Bem, em ambos os casos não temos um encontro real com o outro entendido como o outro absoluto, porque o que se encontra é o assimilável (o inferior), ou um mero objeto (TODOROV, 1984, p. 51).

Este não é o paradigma do confronto verdadeiramente radical com o outro. Não pode ser o confronto com o outro entendido genericamente, isto é, com o outro que sabemos muito bem que somos nós mesmos; nem pode ser o encontro com o outro tornado utilizável e fungível, isto é, com o outro desumanizado e reificado, que pode ser reconhecido facialmente e incluído pelo menos em parte por sua utilidade objetiva ou instrumental. François Jullien nos lembra que “pensar o contrário é a tradicional palavra de ordem da filosofia, ou melhor, é o seu sonho antigo” (JULLIEN, 2020). “Como acessar outra coisa, como se aproximar dela? Você pode realmente fazer

isso?”, ele pergunta. Na realidade, “àquilo que atribuímos a condição de ‘outro’”, assim o deixa de ser quando, como acontece na maioria das vezes, passamos a defini-lo como “o oposto”. Assim concebido, o outro “fica na frente, ‘em frente’, ‘*op-positado*’, diametralmente localizado” e, portanto, “já definido, inerte e consolidado” como “contrário” a nós. Deixa de ser “uma coisa completamente diferente”, um “Outro eficaz que também se revela inédito”, para se tornar “igual... mas invertido”, algo em que “nada excede”. Algo que cessa, que nos coloca “de frente com o desconhecido”. A verdadeira comparação com o outro, então, é, se alguma coisa, a comparação com o “totalmente outro”. Com aquele outro que deve ser absolutamente excluído e cujo descaso também impede aquele entendimento relativo (no sentido da capacidade de entender pelo menos os traços culturais elementares) que Cortés mostrou para com a civilização asteca, porque representa para nós uma alternativa estratégica total, isto é, representa o inimigo absoluto, aquele cuja existência por si só questiona a nossa própria. Mas do qual, ainda segundo Jullien, só “se pode tentar superar o antagonismo, compreendendo que é a partir desse, através da troca de determinações opostas, que se pode suceder um futuro”.

Se assim for, não é de se admirar, nesse sentido, que, incapaz de qualquer autocrítica, e também incapaz de qualquer impulso de autêntico secularismo, a religião capitalista, ou melhor, a autorreferencialidade do Ocidente, ao invés disso, seja zelosa em procurar circunscrever aquele peculiar contágio que parecia vir de um país em particular, de um “outro” em particular: a República Popular da China. A qual, embora ainda não tenha saído completamente do subdesenvolvimento e esteja apenas na primeira etapa de um longo caminho, em virtude de suas características estruturais básicas da democracia socialista — em primeiro lugar, do papel de direção que a política continua a desempenhar em relação à economia, com a consequente de operar uma vasta síntese social faz prevalecer, sistematicamente, os interesses da maioria sobre os interesses privados —,

parece, até este momento, ter enfrentado a emergência de modo muito mais eficaz do que conseguiram as nações capitalistas.

REFERÊNCIAS

ANTISERI, Dario. *Relativismo, nichilismo, individualismo. Fisiologia o patologia dell'Europa*. Soveria Mannelli: Rubbettino, 2005, ed. digitale.

BENJAMIN, Walter. *Capitalismo come religione*. Genova: Il Melangolo, 2013.

BERTOLETTI, Ilario. *Cattolicesimi italiani. Conservatore, liberale, democrático*. Brescia: Scholé, 2020.

FISHER, Mark. *Realismo capitalista*. Roma: Nero edizioni, 2018.

FUKUYAMA, Francis. *La fine della storia e l'ultimo uomo*. Milano: Rizzoli, 1989.

GALLINO, Luciano. *Il lavoro non è una merce. Contro la flessibilità*. Roma-Bari, Laterza, 2007.

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del cárcere*. Torino: Einaudi, 1975.

HARVEY, David. *La crisi della modernità*. Milano: il Saggiatore, 1993.

JAMESON, Fredric. *Il desiderio chiamato utopia*. Milano: Feltrinelli, 2007.

JULLIEN, François. *L'apparizione dell'altro. Lo scarto e l'incontro*. Milano: Feltrinelli, 2020.

LUKÁCS, György. *Ontologia dell'essere sociale*. vol. I. Roma: Editori Riuniti, 1976.

LUKÁCS, György. *Storia e coscienza di classe*. Milano: Mondadori, 1973.

- MARX, Karl. *Il capitale. Libro primo*. Roma: Editori Riuniti, 1989.
- MATTEI, Roberto de. *Apologia della Tradizione*. Torino: Lindau, 2011.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia della percezione*. Milano: il Saggiatore, 1965.
- MICCOLI, Giovanni. *La Chiesa dell'anticoncilio. I tradizionalisti alla riconquista di Roma*. Bari: Laterza, 2011.
- NIETZSCHE, Friedrich. Sull'utilità e il danno della storia per la vita [1874], Considerazioni inattuali II, in *Opere*, III.1. Milano: Adelphi, 1976.
- SCHEIDEL, Walter. *The great leveller. Violence and the history of inequality from stone age to the twenty-first century*. Princeton U.P., Princeton/Oxford, 2018.
- SENNET, Richard. *L'uomo flessibile. Le conseguenze del nuovo capitalismo sulla vita personale*. Milano: Feltrinelli, 2001.
- TODOROV, Tzvetan. *La conquista dell'America. Il problema dell'“altro”*. Torino: Einaudi, 1984.

NOTAS

8 | Apresentamos aqui o primeiro capítulo de um livro, *Il virus dell'Occidente. Universalismo astratto e sovranismo particolarista di fronte allo stato d'eccezione*, a ser publicado em breve. A tradução deste capítulo do italiano para o português é de Gianni Fresu.

9 | Università di Urbino, Italia.

10 | Cf. Miccoli (2011); Bertolotti (2020). Para uma análise acerca do catolicismo fundamentalista, cf. Mattei (2011).

11 | “Ci siamo scoperti fragili come Edipo”, conversas de Mauro Bonazzi com Giovanni Kezich, *Corriere della Sera – La Lettura*, 26 de abril de 2020, pp. 8-9. Disponível em:

<https://www.pressreader.com/italy/corriere-della-sera-la-lettura/20200426/281625307453038>. Acesso em: 24 maio 2020.

12 | RONCHI, Rocco. Le virtù del virus. *Doppiozero.com*, 08 mar. 2020. Disponível em: <https://www.doppiozero.com/materiali/le-virtu-del-virus>. Acesso em: 24 maio 2020.

Pandemia e crise na União Europeia¹³

PAOLO DESOGUS¹⁴

Da crise sanitária à crise econômica, até a crise política: este parece ser o caminho passo-a-passo do recente caso pandêmico da União Europeia, que agora se debate com a difícil tentativa de encontrar liquidez financeira para enfrentar suas próprias dificuldades econômicas dentro de um campo político supranacional pesado, sem os instrumentos democráticos e legais necessários para dar respostas concretas e rápidas. O cenário político está evoluindo rapidamente, mas pelo que se pode inferir, nem as numerosas reuniões do Eurogrupo (que reúne os ministros da economia dos países da União), nem as reuniões oficiais entre os primeiros-ministros do Conselho Europeu (o verdadeiro *dominus*, politicamente acima do Parlamento Europeu e da Comissão Europeia) parecem ser capazes de elaborar um plano eficaz que garanta o reinício e que não sobrecarregue excessivamente a dívida pública de cada Estado. Por sua vez, a Comissão Europeia, liderada por Ursula von der Leyen, só conseguiu suspender temporariamente o pacto de estabilidade, que impõe aos países, individualmente, um rígido controle do seu orçamento público. Apesar de algumas proclamações e de alguns instrumentos genéricos (por exemplo, o Fundo de Recuperação), capazes de pôr em prática recursos muito limitados, a maioria sob a forma de empréstimos mais ou menos condicionados por programas de reestruturação econômica no sentido neoliberal, o continente europeu parece carecer de uma bússola, à mercê dos países europeus individuais, do seu egoísmo e das suas necessidades únicas.

Uma exceção é o Banco Central Europeu (BCE) que, após alguma hesitação da nova presidente Christine Lagarde, ampliou seu programa de compra da dívida pública dos países europeus lançado por Mario Draghi em 2015 (flexibilização quantitativa) para salvar a moeda europeia. Este plano, que tem dado oxigênio à economia da zona euro, entrou, no entanto, em conflito com o sistema legal da República Federal da Alemanha. Em uma decisão emitida em 5 de maio de 2020, o Tribunal Constitucional de Karlsruhe ordenou ao Bundesbank que não participasse desses programas de política monetária não convencionais e que saísse do consórcio do BCE se o conselho liderado por Christine Lagarde não adaptasse o programa de compra à chave de capital. Segundo o Tribunal Constitucional alemão, portanto, o BCE não deve intervir de acordo com as necessidades reais e o risco corrido pelos países mais afetados, na ordem da Itália, França e Espanha, mas com base na participação acionária de cada país no banco europeu, a chave do capital. Mesmo a única boia de salvação real lançada em favor da economia dos Estados é, portanto, objeto de disputa por estar em conflito com a Constituição da Alemanha, o país economicamente mais forte e influente da União Europeia.

No passado, a Alemanha já freou as instituições europeias ao invocar os tratados e o princípio, reafirmado por seu Tribunal Constitucional, de que a União Europeia não é uma união política, mas uma união econômica. Suas instituições, como a chanceler Angela Merkel também apontou em diversas ocasiões, têm uma função técnica, refletem os ditames dos tratados, não orientam a economia, que é uma tarefa para a política, ou seja, para os estados nacionais.

Parece então que a crise que a pandemia desvendou tem a ver com um vazio jurídico e democrático, que resultou na ausência de política, ou melhor, na impossibilidade de política dentro do quadro tecnocrático da União Europeia. Isso certamente é em parte o caso. Deve-se notar, entretanto, que, apesar das posições alemãs, as instituições europeias

sempre foram políticas. A aplicação dos Tratados de Maastricht, aos quais os defensores da ordem burocrática da União Europeia apelaram, mesmo antes da introdução da moeda única, envolveu desde o início medidas oficialmente técnicas de reestruturação econômica, mas, na realidade, coerentes com a ideologia neoliberal. A crise no continente afeta, portanto, a ordem estrutural da União Europeia. Não se deve simplesmente à falta do sistema jurídico e político europeu diante da emergência do novo coronavírus, mas à substância ideológica neoliberal que molda as instituições do continente.

Diante da pandemia e da crise econômica do século, os países europeus se encontram dentro de um mecanismo supranacional que, por um lado, os priva do poder de administrar a política monetária e, portanto, de agir através de seus bancos centrais individuais de acordo com suas próprias necessidades, mas que, por outro lado, não consegue criar um verdadeiro estado federal capaz de superar as peculiaridades nacionais e integrar economias individuais dentro de um sistema que possa promover a solidariedade, garantindo a todos os cidadãos europeus condições iguais de bem-estar. A isto se soma a incapacidade de superar a hipocrisia tecnocrática que impede as instituições europeias de adquirir o poder político investido por um mandato democrático através do Parlamento Europeu, cujas funções são atualmente fracas e limitadas. Apesar dessa retórica, a União Europeia é a expressão de uma visão neoliberal que obriga os Estados a permanecerem dentro das margens de parâmetros econômicos arbitrários, marcados pela austeridade, que sufoca a economia, alimentando um círculo vicioso sem fim que inflou as dívidas soberanas de cada Estado.

Poderíamos dizer que o mecanismo na base de seu funcionamento representa a forma renovada, e talvez mais perversa, do velho slogan de Reagan “*starving the beast*”, esfomear a besta, ou seja, comprimindo a economia dos estados individuais, empurrando-os para o endividamento e

depois os induzindo a programas de reestruturação econômica em favor do mercado.

As principais questões subjacentes à incompletude política da União Europeia já haviam se tornado evidentes em várias ocasiões durante a crise 2008-2012 e especialmente durante os meses do colapso econômico da Grécia entre 2009 e 2015. O novo coronavírus destacou as contradições de um processo político que já estava em curso e que tem suas raízes na estrutura neoliberal com a qual a União Europeia foi concebida desde a assinatura dos Tratados de Maastricht, em 1992. Agora, com a nova crise econômica, muito poucos países poderão se manter dentro desses parâmetros sem sacrificar partes vitais de sua economia, fazer previsões otimistas sobre as reais chances da União Europeia de se manter é bastante arriscado. Esfomear ainda mais a besta pode ser arriscado pelos efeitos que pode induzir nas populações, cada vez mais orientadas a votar na direita ultraconservadora e às vezes inspiradas pelo neofascismo.

O novo coronavírus também trouxe aos olhos dos cidadãos as contradições da austeridade europeia. Quais países concordarão em cortar os cuidados de saúde para cumprir com os constrangimentos europeus? Quantos continuarão a considerar válido o projeto europeu se ele for incapaz de expressar qualquer forma de solidariedade, especialmente em um momento crítico como a pandemia?

Mais do que uma “união”, os Tratados de Maastricht traçaram as fronteiras e os vínculos de um campo competitivo entre Estados-nação regido principalmente pelos dogmas de restrições orçamentárias, inflação zero e liberdade de mercado, o que limita severamente a intervenção do Estado na economia. Daí a absoluta hostilidade não só contra qualquer forma de política inspirada pelo socialismo, mas até mesmo contra as políticas keynesianas, que no passado também favoreceram a expansão da economia europeia num sentido mais democrático e justo (ROMANO, 2014).

O aparente paradoxo em que a União Europeia se baseia é que ela não apaga as entidades estatais, mas as mantém vivas, esvaziando-as de qualquer mandato democrático e transformando-as em instituições dedicadas às razões da economia de mercado. Este procedimento derruba a velha perspectiva liberal de que o Estado deve permanecer fora da economia, separando a esfera do Estado da esfera dos agentes econômicos. A ideologia neoliberal que hoje domina o continente atribui ao Estado uma função de intervenção nos processos materiais, na medida em que, no entanto, utiliza todos os seus poderes — legal, militar, diplomático — para apoiar os processos econômicos.

Como tem sido observado por dois pensadores neomarxistas franceses, Dardot e Laval, o liberalismo clássico pregou a necessidade de o Estado não interferir nos processos econômicos, enquanto o neoliberalismo hoje o utiliza para conduzir uma nova forma de luta de classes a partir de cima. A economia não é mais investida do que aquela aura providencialista teorizada por Adam Smith. Sua mão agora se torna visível e age para remover o que atrapalha o capital. Não só o fim do Estado-nação, repetidamente anunciado pelos apologistas da pós-modernidade após a queda do Muro de Berlim, foi negado, como a Europa mostra o quanto seu retorno em voga, segundo ditames neoliberais, nada mais é do que a forma renovada do “comitê de negócios da burguesia” já teorizada por Marx e Engels. O que é novo, comparado ao que foi delineado pelos dois pais do movimento operário internacional, é que essa função é hoje garantida na Europa por uma entidade supranacional que define as regras desse comitê, ou seja, a União. Dentro desta ordem de relações não há espaço para a solidariedade entre os Estados se ela prejudicar os interesses da economia. O próprio ministro alemão da Economia, Peter Altmaier, em entrevista concedida, nos dias em que começava a discutir os efeitos da pandemia na economia europeia, disse que o principal objetivo da Europa deve ser o de fortalecer a competitividade entre as economias da União Europeia, ressaltando que a

inovação é mais importante do que a solidariedade e a ajuda. Nas políticas de cada Estado isso se traduz em uma corrida para baixar os custos trabalhistas através de políticas que privem os trabalhadores de seus direitos, segurança, um salário digno e um sistema de serviços adequado. A competição entre Estados torna-se, portanto, principalmente a competição entre trabalhadores das diferentes nações.

Não é por acaso que na fase histórica atual não há vestígios do movimento operário internacional. Na Europa, os trabalhadores nunca estiveram tão divididos como estiveram nos últimos anos. Seu terreno de luta tem sido reduzido à nação, às vezes a áreas regionais ainda mais restritas. Mesmo no nível simples de filiação política tem havido uma forte mudança para a direita e, às vezes, para partidos nacionalistas. O trabalhador que vota à esquerda, projeta suas reivindicações em nível internacional e se orgulha de reivindicar sua classe, lutando por ela e pelos representantes políticos que ele expressa, é cada vez mais uma miragem do passado.

Neste contexto, é difícil imaginar que o novo coronavírus represente, como tem sido dito, uma oportunidade para superar as divisões que ainda impedem a Europa de formar um Estado federal capaz de enfrentar os grandes desafios da globalização, da inovação tecnológica, do bem-estar de seus cidadãos e da proteção de seu patrimônio cultural e civil. A mesma sentença do Tribunal de Karlsruhe mostra que o que parecem ser meros contrastes jurídicos a serem harmonizados no âmbito da União são, de fato, os elementos de sua própria constituição, ou seja, os traços ideológicos neoliberais que concebem a Europa como campo assimétrico de competição em que competem diferentes Estados, com dívidas soberanas financiadas a taxas não homogêneas, organizadas segundo regimes fiscais incomparáveis (Irlanda, Holanda e Luxemburgo são muito semelhantes aos paraísos fiscais), dotadas de instrumentos políticos, econômicos, militares e diplomáticos completamente diferentes e encontram-se sujeitas às mesmas

restrições econômicas e às contínuas compressões dos salários dos trabalhadores.

Algo poderia mudar se, no decorrer dos próximos meses, a Alemanha adaptasse sua Constituição às exigências de uma união econômica também voltada para se tornar uma união política. No entanto, nenhuma proposta nesse sentido veio de Berlim. O resto é uma hipótese remota, pois, se implementada, uma das principais alavancas da chantagem política usada contra os Estados mais fracos, como Grécia, Itália, Irlanda, Portugal e Espanha (os chamados PIIGS¹⁵), desapareceria. Nesse caso, o BCE de Christine Lagarde tornar-se-ia o prestador de último recurso e, como os normais bancos centrais nacionais, poderia intervir ainda mais eficazmente contra a especulação sobre as dívidas nacionais, reduzindo ou mesmo anulando as diferenças entre as taxas dos títulos de dívida pública de cada Estado europeu e pondo assim fim ao instrumento abstruso chamado *spread*, que até agora tem permitido à Alemanha financiar a sua dívida a um custo muito baixo, contra as taxas mais elevadas do PIIGS.

Mas, como dizíamos, isso não é de modo algum uma conclusão inevitável, pois faria a Alemanha perder um peso econômico considerável e, sobretudo, o controle das políticas contra a inflação, um verdadeiro tabu que remonta à era de Weimar. O que é certo é que tal viragem teria enormes efeitos políticos para o futuro da União Europeia. Na verdade, não apenas o atual impasse seria quebrado, mas também a parte da estrutura tecnocrática e antidemocrática que efetivamente proíbe qualquer política genuinamente keynesiana e ainda mais socialista seria quebrada.

Em comparação com as difíceis previsões que podem ser feitas, a única certeza é que a manutenção do status quo, ou seja, um retorno às políticas de austeridade dos Tratados de Maastricht, é cada vez mais insustentável para muitos dos Estados europeus e não mais apenas para o PIIGS. Com o retorno da austeridade, a França, que ao longo da curta história da União Europeia sempre desempenhou um papel de liderança ao lado da Alemanha,

seria obrigada a apertar os cortes nos gastos públicos com fortes repercussões sociais. Mesmo antes da pandemia, trabalhadores, estudantes e cidadãos comuns protestaram amplamente contra o Presidente Macron e as políticas de insegurança no emprego, cortes nas pensões e redução dos serviços promovidos por ele à luz dos dogmas neoliberais. Nem mesmo o crescente consenso em direção à extrema-direita, liderado pela Frente Nacional do neofascista Marine Le Pen, freou Macron, que agora corre o risco de perder as próximas eleições presidenciais. O novo coronavírus piorou a situação econômica do país, a dívida pública está crescendo, agora bem acima de 100% do seu PIB. Até mesmo Paris está cada vez mais exposta aos ventos dos mercados e à especulação, tanto que, mesmo para o atual presidente, é vital que o BCE continue com seu programa de compras e que os Tratados de Maastricht sejam reformados. No caso de um colapso econômico, que não é impossível se o impasse na Europa continuar, as portas do Eliseu para a Frente Nacional se abririam e haveria um caso para um país com armas nucleares liderado por um grupo político neofascista.

Embora seja, portanto, difícil imaginar a Alemanha ceder às necessidades da França, é ainda mais difícil imaginar que, uma vez superada a crise, tudo possa voltar a ser como era antes, de acordo com os velhos equilíbrios políticos. De fato, o futuro próximo prefigura duros conflitos, tanto dentro dos países individuais que terão que enfrentar a crise econômica, quanto fora, no contexto europeu. Se, no passado, a França e a Alemanha foram os principais Estados da União Europeia — mesmo contra a Grã-Bretanha, que não saiu por acaso da União — um difícil cabo de guerra com resultados imprevisíveis está ocorrendo entre esses dois países: por um lado, a França, gravemente enfraquecida economicamente, mas ainda com amplas capacidades militares e geopolíticas, assim como um forte prestígio internacional (é um dos cinco países do Conselho Permanente da Organização das Nações Unidas – ONU), por outro lado, a Alemanha, um país com capacidades econômicas e industriais muito fortes, ansioso para

superar sua condição de poder mutilado e recuperar a autonomia militar que os tratados de paz da Segunda Guerra Mundial ainda hoje excluem. Em segundo plano, os outros países do continente, com um bloco solidário para a Alemanha (incluindo Áustria, Finlândia e Holanda) e um segundo bloco menos coeso que conta com a Bélgica, Grécia, Portugal e Espanha e em uma posição difícil de definir a Itália.

Apesar de ocupar a terceira posição entre os países economicamente mais desenvolvidos e industrializados e de estar entre os Estados fundadores da União Europeia, a Itália é politicamente um dos países mais frágeis, incapaz de assumir uma linha política no complexo jogo europeu e mais sucumbido à restrição externa de Maastricht, transformada por suas elites políticas em uma verdadeira bandeira ideológica. Sua própria estrutura industrial, baseada em pequenas e médias empresas, desenvolveu uma sociedade civil provincial e, não raro, rapace, que utilizou o vínculo europeu para aplicar as receitas neoliberais da governança europeia com o único objetivo de desmantelar o Estado social, despolitizar os órgãos intermediários, precarizar o trabalho e comprimir os salários. Apesar daqueles que imaginavam a entrada na zona euro como uma possibilidade de modernização e emancipação italiana da influência política e militar dos Estados Unidos, a aplicação dos dogmas europeus, por vezes interpretados num sentido mais restritivo do que a própria União Europeia pedia, era funcional ao mero projeto de descarregar todo o peso da concorrência sobre os ombros dos trabalhadores no contexto do mercado único europeu e da globalização. De fato, com sua permanência na União Europeia, a Itália não só está passando pelo mais longo período de estagnação econômica de toda a sua história, mas aparece ainda mais condicionada por influências estrangeiras, especialmente as americanas.

Paradoxalmente, a maior limitação da Itália parece residir no seu europeísmo mesmo diante das forças que se lhe opõem, em particular as da extrema direita da Liga de Matteo Salvini. A direita ultraconservadora e

xenófoba extrai sua linfa precisamente das políticas de rigor abraçadas pelos partidos governantes, em particular o Partido Democrata.

Junto com a França, a Itália é deste ponto de vista o país que melhor ajuda a entender os limites e as fragilidades do projeto europeu. E isso não só porque o colapso da União Europeia poderia vir justamente da explosão da dívida e da especulação nesses dois países, mas porque o fim da emergência pandêmica exigirá para ambos — e especialmente para a Itália — uma intervenção econômica maciça, possivelmente sem a contrapartida de reformas estruturais que enfraqueceriam ainda mais sua estrutura e que não fariam nada além de dar mais apoio à extrema direita, que em ambos os países é cada vez mais ameaçadora.

Não se pode descartar que tanto na França quanto na Itália, o maior preço da crise política e econômica, aberta pela pandemia, pesará muito sobre os partidos moderados pró-europeus incapazes de sair da jaula ideológica neoliberal. E essa atitude, já foi denunciada por Colin Crouch (2004), segundo a qual os agentes econômicos podem influenciar a política, mas a política não pode colocar sua boca na economia. Dadas as atuais relações de força, a necessidade de um reinício político e cultural de uma esquerda anticapitalista capaz de assumir as demandas populares e, sobretudo, capaz de conciliar um novo impulso ao socialismo e à justiça social, volta à pauta. Em outras palavras, há uma necessidade cada vez mais premente de uma nova esquerda capaz de adquirir um ponto de vista político realista e de poder mover-se dentro das fraturas políticas concretas abertas pelo neoliberalismo na Europa.

Especialmente na Itália falta uma formação semelhante, mesmo se uma parte do eleitorado olhou com confiança para o nascimento do “Movimento 5 Stelle”, um partido populista que, no entanto, devido à sua substancial adesão aos princípios da economia de mercado e à pobreza cultural de seus líderes, não foi capaz de se apropriar da bandeira da justiça social como o movimento liderado por Pablo Iglesias, “Podemos”, sucedeu na Espanha.

Na França, por outro lado, uma área política explicitamente de esquerda em torno da figura de Jean-Luc Mélenchon tomou forma, embora com muitas limitações, o que, juntamente com a “France Insoumise”, tem sido capaz de coalescer diferentes forças da área radical e que há vários anos vem denunciando a insustentabilidade da Europa neoliberal. Além disso, qualquer ambiguidade com o neoliberalismo europeísta é cada vez mais insustentável para os partidos de esquerda.

O resultado da decisão do Tribunal de Karlsruhe contra o programa de resgate inaugurado pelo BCE e a resistência muito forte do governo alemão e seus aliados contra o apoio maciço para salvar as economias dos países mais expostos é uma divisão política com resultados imprevisíveis. Com a crise dos velhos partidos pró-europeus e o avanço da direita ultraconservadora, é essencial que o diálogo entre as forças sociais que ainda são capazes de se inspirar no socialismo se estabeleça rapidamente, até para enfrentar um possível colapso das instituições europeias e não ficar desarmado no conflito entre capital e trabalho. Além disso, mesmo com o fim da União Europeia e o retorno ao Estado-nação, o neoliberalismo não perderia sua capacidade de se irritar nas instituições do Estado e de influenciar seu desenvolvimento democrático através dos partidos nacionalistas de direita. É, portanto, essencial que as forças sociais não esperem passiva e fatalmente que a história tome seu curso. Assim, nos termos de Antonio Gramsci, diremos que o capitalismo só cria continuamente as condições para sua superação se houver uma consciência política e uma organização capaz de agarrá-lo e usá-lo em seu próprio benefício e no das forças sociais.

REFERÊNCIAS

CROUCH, Colin. *Postdemocracy*. Cambridge UK: Policy Press, 2004.

ROMANO, Onofrio. *The Sociology of Knowledge in a Time of Crisis: Challenging the Phantom of Liberty*. New York-London: Routledge, 2014.

NOTAS

13 | A tradução deste capítulo do italiano para o português é de Gianni Fresu.

14 | Faculté des Lettres, Sorbonne Université, França.

15 | No debate político europeu esse acrônimo é utilizado, com significado pejorativo, para indicar os países europeus (Portugal, Itália, Grécia, Espanha) com a situação financeira mais complicada.

Entre pandemia e crise orgânica: contradições e narrativas hegemônicas do capitalismo em colapso

GIANNI FRESU¹⁶

A contradição entre capital e trabalho

Essa acumulação primitiva desempenha na economia política aproximadamente o mesmo papel do pecado original na teologia. Adão mordeu a maçã e, com isso, o pecado se abateu sobre o gênero humano. Sua origem nos é explicada com uma anedota do passado. Numa época muito remota, havia, por um lado, uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo parcimoniosa, e, por outro, uma súcia de vadios a dissipar tudo o que tinham e ainda mais. De fato, a lenda do pecado original teológico nos conta como o homem foi condenado a comer seu pão com o suor de seu rosto; mas é a história do pecado original econômico que nos revela como pode haver gente que não tem nenhuma necessidade disso. Seja como for. Deu-se, assim, que os primeiros acumularam riquezas e os últimos acabaram sem ter nada para vender, a não ser sua própria pele. E desse pecado original datam a pobreza da grande massa, que ainda hoje, apesar de todo seu trabalho, continua a não possuir nada para vender a não ser a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham deixado de trabalhar. (MARX, 2011, p. 960-961).

Em meio à pandemia da COVID-19, uma das argumentações mais recorrentes espalhadas pela nova Internacional da direita coordenada por Steve Bannon, que tem entre os seus afiliados Trump, Bolsonaro, Orbán e Salvini, é a necessidade de retomar as atividades produtivas. “A vida não pode parar”, como nesses dias eles vão repetindo, apesar do drama que atinge a realidade atual onde o dado mais visível é que a vida, sem os devidos cuidados e um planejamento político emergencial racional e fundamentado nas indicações da ciência, não apenas pode parar, mas acabar. Dentro dessa narrativa, segundo a qual o verdadeiro perigo mortal seria o colapso

econômico, não temos apenas a tentativa de evitar uma crise que abalaria os respectivos governos de Trump e Bolsonaro, mas também uma operação hegemônica. Afirmando que é preciso voltar ao trabalho, essa retórica levanta o problema da sustentação econômica das classes populares apresentando seus propagandistas como defensores dos interesses materiais dos trabalhadores ameaçados pelas indicações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelas providências dos governadores que limitaram a “liberdade de iniciativa econômica”.

Claro que tanto o Presidente quanto os empresários, empenhados nessa campanha a favor da reabertura das atividades, são hábeis em ocultar como essa crise tornou ainda mais evidente a contradição entre capital e trabalho. Para além das funções hegemônicas e demagógicas, o desespero do mundo dos negócios e a vontade avassaladora de reabrir fábricas e trazer os trabalhadores de volta à produção, confirmam uma verdade que, embora questionada desde o século XIX, não cessa de se manifestar: sem a exploração do trabalho não há lucro, sem lucro não há capital. Embora tenham tentado durante anos decretar a morte cerebral do velho Marx, alegando que o capital tem novas formas de remuneração totalmente independentes do salário, na realidade, o lucro não pode existir sem a exploração do trabalho. Por outro lado, se não fosse assim, não se explicaria por que estão sempre à procura constante de mão de obra barata a ser explorada nos países em desenvolvimento e prontos para relocalizar sua produção, nem por que, após cada crise, sua receita de política econômica permanece inabalavelmente a mesma: aumentar a produtividade e reduzir os custos de mão de obra.

Depois do prolongado colapso da economia mundial começado em 2008 nos Estados Unidos, que mostrou a natureza aleatória e fraudulenta do sistema especulativo financeiro, a pandemia jogou novamente o capitalismo numa crise orgânica internacional, abalando todas as certezas e as convicções do mundo ocidental, pondo em questão o paradigma neoliberal,

que fora assumido acriticamente nas últimas décadas como única opção possível e legítima para os rumos do desenvolvimento histórico. Diante dos efeitos combinados da pandemia e da crise econômica, a contradição entre o direito ao lucro privado e o interesse geral tornou-se cada vez mais evidente. Apenas onde o poder público conservou um papel forte diante das pretensões do mercado, essa crise está sendo enfrentada com sucesso. Onde, pelo contrário, prevaleceu o domínio ideológico da metafísica do mercado, ou seja, a convicção segundo a qual intervir com medidas públicas no livre desenvolvimento da lei da oferta e da procura não passa de pura blasfêmia, tudo se tornou mais complicado. Nos países marcados pela contradição entre miséria absoluta e imensas concentrações da riqueza econômica, nos quais prevalecem a especulação e a lucratividade privada sobre as atividades eminentemente públicas (educação, universidade, saúde, pesquisa, sistema de aposentadoria, políticas de assistência e inclusão social), estamos observando um autêntico fracasso, que alcança proporções inimagináveis se comparamos com a situação de cinco meses atrás.

A transfiguração ideológica da realidade

A mística do mercado, que subordina o homem à ilusão ideológica da “mão invisível”, é a forma mais sistemática e alienante de totalitarismo criada pelo homem. Um artifício retórico que consegue apresentar o direito à exploração do homem como uma filosofia de liberdade, e não de escravidão. O paradigma do egoísmo absoluto, tornado universal por um hábil trabalho ideológico de reconstrução interessada da realidade, é uma lei de ferro que produz riqueza para poucos e miséria para os demais. A suposta superioridade econômica do liberalismo é um escárnio colossal; a vitória dos netos de Adam Smith se dá em terreno hegemônico, por meio da auto-apologia, certamente não do lado do bem-estar e da riqueza social. Marx e

Engels trataram não apenas das condições materiais no fundo dos acontecimentos históricos, eles investigaram a função política das ideologias em relação à tarefa da defesa e da conservação dos equilíbrios passivos tradicionais entre as classes. A história, a filosofia, o direito, a economia, a religião e todas as representações espirituais da realidade tornam-se instrumentos de governo de uma classe sobre as outras, por meio das quais cria-se um conformismo social entre os dominantes e, ao mesmo tempo, se arregimentam os dominados garantindo sua passividade. As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, então, essa classe é ao mesmo tempo a força material e espiritual dominante, porque não controla apenas os meios de produção material, mas dispõe também dos meios de produção espiritual. Essas ideias, portanto, sempre se tornam a expressão ideal das relações materiais dominantes, concebidas como ideias que marcam uma inteira era histórica. Estritamente entrelaçada a essa função especializada de produção, Marx e Engels sublinharam a centralidade da separação entre trabalho espiritual e material:

A divisão do trabalho expressa-se também no seio da classe dominante como divisão do trabalho espiritual e material, de tal modo que no interior desta classe uma parte aparece como os pensadores desta classe (seus ideólogos ativos, conceptivos, que fazem da formação de ilusões desta classe a respeito de si mesma seu modo principal de subsistência), enquanto que os outros relacionam-se com estas ideias e ilusões de maneira mais passiva e receptiva, pois são, na realidade, os membros ativos desta classe e têm pouco tempo para produzir ideias e ilusões acerca de si próprios. (MARX; ENGELS, 2007, p. 47).

O capitalismo vive porque são os homens que lhe dão vida e o fazem viver

O capitalismo não existe por causa da objetividade implacável de suas leis, assim como jamais será superado única e exclusivamente por causa de suas contradições internas. Esse modo social de produção sobrevive à

sucessão de suas crises devastadoras, não pela inegável eficiência econômica de seus equilíbrios, mas porque os homens o mantêm vivo mesmo através de terapias intensivas e, se necessário, por meio de involuções autoritárias (a era do fascismo). Isso porque o capitalismo (além da dominação) não é apenas economia, é também política, filosofia, relações hegemônicas, ou seja, um formidável arsenal capaz de transfigurar a realidade (dando a aparência de universalidade a certos interesses particulares) a ponto de tornar-se a miséria e a exploração “consensualmente” aceitas pelo miserável e pelo explorado¹⁷.

Tanto o liberalismo clássico (segundo o qual o capitalismo não seria um sistema artificial, mas uma realidade objetiva independente da vontade humana, determinada “naturalmente” pelas leis da oferta e da procura) quanto o determinismo marxista (durante anos convencido de que esse sistema econômico burguês entraria em colapso por causa de suas contradições internas) compartilham a mesma visão metafísica das coisas. Cada modo social de produção sempre é o fruto de uma complexa combinação de elementos objetivos e subjetivos em que o fator econômico é sem dúvida predominante, mas não o único. Historicamente, a sociedade burguesa se afirmou no plano econômico e ideológico, no sentido de que era o resultado de uma autodeterminação material e espiritual com a qual essa classe conseguiu escapar tanto das regras corporativas da antiga sociedade feudal (conquistando sua autonomia econômica) quanto da visão de mundo da aristocracia feudal (afirmando o princípio da dignidade humana universal em oposição ao particularismo feudal, que determinou o status legal em razão do nascimento)¹⁸. O segundo elemento é certamente (em geral) colocado em condição de dependência em relação ao primeiro, mas isso não significa que seja secundário¹⁹. Por tudo isso, esperar que o capitalismo seja superado por suas contradições internas, quase sem esforço de luta, portanto, sem a irrupção da vontade ativa das massas, sem política e ideologia, significa atribuir a esse modo social de produção uma

existência autônoma, independente da vida humana, para torná-lo uma divindade que, por sua natureza transcendente, existe não por causa da vontade humana, mas como consequência da fatalidade das coisas. O velho determinismo socialista veiculou Marx por meio de Darwin e aplicou à história a dinâmica evolutiva das ciências naturais, chegando à conclusão de que a humanidade passaria do feudalismo ao capitalismo e, portanto, ao socialismo, por razões internas às leis da economia, evidentemente, assim como na evolução da espécie passa-se do símio ao homem. As consequências políticas dessa concepção foram três: 1) atribuir aos protagonistas de sua emancipação (o proletariado) uma função totalmente secundária em relação aos líderes encarregados de entender essas leis e enxergar, dentro delas, a hora fatídica da “crise final”; 2) a ideia de que não se deve fazer a revolução, mas preparar sua implacável inelutabilidade, acumulando forças; 3) a convicção de que toda a humanidade estava destinada a viver os mesmos processos evolutivos, pois era necessário percorrer o caminho da *via crucis* do capitalismo (a civilização industrial do tipo ocidental) para passar à integral emancipação do homem. Este terceiro termo levou o movimento socialista a desinteressar-se da questão camponesa e da questão colonial, a ponto de olhar positivamente para a função civilizadora e modernizadora do imperialismo ocidental. Todos esses três termos foram literalmente varridos pela Revolução de Outubro, e, mais genericamente, todo o conceito de positivismo determinista foi duramente contestado não apenas por Lênin, mas pelo próprio Friedrich Engels:

Segundo a concepção materialista da história, o fator que em última instância é determinante na história é a produção e reprodução da vida real. Mais do que isso nunca foi afirmado nem por Marx nem por mim. Se agora alguém deturpa as coisas, afirmando que o fator econômico é o único determinante, transforma aquela proposição em uma frase vazia, abstrata, absurda. A situação econômica é a base, mas os diversos momentos da superestrutura [...] exercem sua própria influência no curso da luta histórica e, em muitos casos, determinam sua forma predominante. Há uma ação recíproca de todos esses fatores, e é através deles que o movimento econômico termina por afirmar-se como elemento central em meio à infinidade de acontecimentos acidentais [...], se assim não

fosse, a aplicação da teoria em um determinado período da história seria mais simples que a mais elementar equação de primeiro grau. (ENGELS, 1949, p. 75).

A queda da religião da liberdade e o relativismo liberal

O capitalismo é um modo de produção social historicamente determinado, portanto, historicamente superável como qualquer produto humano. A questão é que, por sua própria e íntima natureza, esse sistema não só é profundamente revolucionário (sempre pronto para mudar as técnicas de produção, as formas de distribuição, as relações sociais e institucionais), mas tem um arsenal material e imaterial (hegemônico) que nenhuma forma social jamais teve antes na história.

Tendo claro tudo isso, a atual crise nos mostra a necessidade de concentrar nossa investigação crítica não apenas nas contradições da estrutura econômica, mas nos aparelhos hegemônicos por meio dos quais molda-se a opinião pública. Estamos vivendo uma fase de gravíssima crise sanitária e política que atinge de forma combinada o Brasil e o mundo, em que tanto a vida das pessoas quanto as liberdades democráticas estão em perigo diante das constantes tensões entre os poderes do Estado e das recorrentes tentações autoritárias que permeiam parte significativa das classes dirigentes e da sociedade brasileira.

Antigamente o liberalismo se definia de início por sua devoção filosófica à “religião da liberdade”. Assim, Benedetto Croce, um dos maiores filósofos do liberalismo no século XX, enfatizando que essa doutrina não pode ser contrária, em princípio, à “socialização e [à] estatização dos meios de produção”, ressaltou que a convergência entre liberalismo político e liberalismo econômico foi apenas de natureza empírica e provisória, rejeitando a tendência de apresentar as duas dimensões como idênticas:

Como já deveria ser pacífico, o liberalismo não coincide com o chamado liberalismo econômico, com o qual teve apenas concomitâncias, e talvez ainda tenha, mas sempre com uma aparência provisória e contingente, sem atribuir à máxima de deixar outro valor

que não o empírico, como válido em certas circunstâncias e não válido em circunstâncias diferentes. Portanto, nem pode rejeitar em princípio a socialização ou estatização dos meios de produção, nem sempre a rejeitou no fato de ter feito, de fato, bastantes obras desse tipo. (CROCE, 1965, p. 34-35).

Quando isso aconteceu, a recusa foi determinada por razões práticas, não teóricas, ou seja, pela convicção de que tal escolha em determinado momento (não em termos absolutos) poderia ter deprimido a economia gerando um empobrecimento geral sem reduzir as desigualdades. O julgamento de qualquer reforma, segundo Croce, depende antes de tudo de um fator: se ela promove ou restringe a liberdade e a vida dos homens. A devoção à religião da liberdade levou John Stuart Mill a definir o liberalismo inicialmente como recusa de qualquer monismo de valores ou conformismo intelectual, que pelo contrário prevalece prevalente na cultura liberal de hoje:

Se todos os homens, exceto um, tivessem a mesma opinião, e apenas um fosse de opinião contrária, a humanidade não teria maior justificativa para silenciar esse homem do que ele teria, se tivesse o poder, para silenciar a humanidade [...] o mal singular de silenciar a expressão de uma opinião é que isso rouba ao gênero humano, tanto a posterioridade quanto a geração existente, e aqueles que discordam da opinião ainda mais do que aqueles que estão de acordo. Se a opinião é correta, a humanidade se priva da oportunidade de trocar o erro pela verdade; se errada, perde aquilo que quase constitui um grande benefício; ou seja, a percepção mais clara e a impressão mais viva da verdade, produzida pela sua colisão com o erro. (MILL, 2019, p. 30).

Falando de outro autor liberal clássico, Isaiah Berlin, o alvo central de sua obra é o pluralismo dos valores, a convicção de que as visões do mundo que inspiram a vida dos seres humanos sejam não apenas muitas e diversificadas, mas, em vários casos, inconciliáveis e até incompatíveis. Tanto ao nível das culturas gerais quanto em relação aos valores de uma mesma cultura ou pessoa. Seria característico das grandes religiões e das ideologias monistas achar que existe apenas um jeito correto de viver, uma só estrutura de valores de verdade, ou seja, afirmar, de forma fanática e indiscutível, a unicidade de uma tese que inevitavelmente desemboca na

perseguição dos valores críticos ou não homologados. O pluralismo seria o único antídoto ao fundamentalismo, uma fonte perene de liberalismo e de tolerância que nunca pretende apagar as outras visões do mundo por ter vieses alternativos a nossas convicções mais profundas (BERLIN, 2005, p. 62). Por concluir com este tema, John Rawls escreve que uma sociedade liberal bem ordenada e regulada por uma concepção política de justiça (como equidade) assim o pode ser apenas dentro de um quadro de razoável pluralismo. Outro objetivo do *liberalismo político* é descrever como deve ser concebida e quais bases de unidade social deve ter uma sociedade liberal bem ordenada, cuja articulação torne possível o relacionamento dialético entre visões políticas razoavelmente diferentes. A cultura política de uma sociedade liberal democrática é sempre marcada pela presença de diversas doutrinas religiosas, filosóficas e morais em conflito: dialética que o liberalismo considera resultado inevitável do livre exercício das faculdades da razão humana (RAWLS, 2000, p. 46-47).

Um sinal inequívoco do refluxo democrático desses anos nos é dado pelas contradições do mundo liberal, justamente no que diz respeito à questão das liberdades. A dimensão econômica (liberalismo) ocupou definitivamente toda a cena, de modo que a devoção à metafísica do mercado leva os liberais de hoje a considerar sagrada apenas a liberdade de iniciativa econômica. A esfera político-filosófica liberal, por outro lado, acabou encolhendo tanto que o tema das “liberdades fundamentais” parece ser simples retórica em defesa do mero individualismo econômico. Assim, hoje, aqueles que se autodenominam liberais olham com irritação mal disfarçada para as reivindicações de liberdades civis, sexuais e religiosas, bem como para a ideia de pluralismo político, cultural, filosófico e científico. Em suma, eles não suportam o poder público quando se trata de seus negócios, mas gostariam de um Estado autoritário e inquisitorial para comprimir todas as liberdades humanas, exceto a econômica, é claro.

A ideia de uma relação inversamente proporcional entre a esfera da liberdade e a extensão das atividades do Estado tornou-se dos mais duradouros mitos ideológicos, que tornam comum as concepções do “governo limitado” de John Locke e as teorias sobre o totalitarismo de Hannah Arendt. A condenação preventiva ou póstuma à ambição de regulamentar a vida social, intervir na economia e fornecer uma direção social à vida de uma comunidade nacional está diretamente entrelaçada com a mais eficaz representação ideológica do pensamento liberal: a capacidade natural de autorregulamentação das leis do mercado, teoricamente não compatível com a artificial irrupção ordenadora da política. Mas, como escreveu Gramsci, atrás dessa visão o erro teórico justifica-se pelo interesse prático:

A abordagem do movimento de livre comércio baseia-se em um erro teórico do qual não é difícil identificar a origem prática: na distinção entre sociedade política e sociedade civil, que é feita e apresentada como uma distinção orgânica. Assim, afirma-se que a atividade econômica é própria da sociedade civil e que o Estado não deve intervir na sua regulação. Mas, como na realidade a sociedade civil e o Estado coincidem, é preciso estabelecer que o liberalismo econômico é uma regulamentação de caráter estatal, introduzida e mantida por meios legislativos e coercitivos: é um fato de vontade consciente, e não a expressão espontânea e automática do fato econômico. (GRAMSCI, 1975, Q. 13, p. 1590).

De acordo com essa visão do mundo, atividades reconduzíveis à iniciativa econômica autônoma de indivíduos privados não podem ser objeto de interferência política porque, “naturalmente”, as leis da oferta e da procura sempre encontram soluções mais adequadas, eficazes e eficientes do que qualquer hipótese de regulação social. A realidade mostra que tanto os grandes empresários quanto seus teóricos são a favor do liberalismo econômico quando pode gerar lucro, mas se tornam intervencionistas quando arriscam seus ativos, porque, assim que os bancos e as grandes empresas veem suas margens de lucro reduzidas, exigem intervenção pública para salvar a economia privada.

Essas situações dramáticas para a humanidade, se de nada mais servirem, são úteis para entender tanto as contradições do liberalismo quanto o relativismo de valores imanentes a essa doutrina: “se a economia cresce, os lucros são meus, entretanto, quando há uma crise, a queda é de todos”. Os lucros são privados, mas as perdas devem ser socializadas. Assim, se normalmente os apologistas do “privado é melhor” invocam o Estado mínimo, considerando blasfêmia a ingerência da política na capacidade “natural” do mercado de se regular, durante as recessões invariavelmente pedem a ajuda do público. Como escreveu Marx a respeito da crise do capitalismo de 1857, “é bom ver que os capitalistas, que tanto gritam contra o direito ao trabalho, agora exigem o apoio público dos governos em todos os lugares, e reivindicam o direito ao lucro às custas da comunidade”²⁰.

* * *

Concluindo, apesar das transfigurações ideológicas e das narrações hegemônicas que marcam tanto a luta política quanto o enfrentamento ideológico, como era inevitável, também os efeitos da COVID-19 reproduzem um quadro social marcado por uma brutal e unilateral luta de classes (de cima para baixo). No início da pandemia, ouvimos jornalistas falando de um vírus democrático, que não olha a classe social dos atingidos. Nada mais errado. Pelo contrário, a pandemia está desmascarando ainda mais a estrutura oligárquica e classista do país, onde, justamente por tal estrutura, essa doença golpeia sobretudo os mais pobres. O novo coronavírus chegou ao Brasil de avião, veiculado pelos representantes daquelas mesmas “classes nobres” que hoje pretendem reabrir tudo para retomar as atividades econômicas, todavia, quem está pagando realmente a conta dos erros políticos e da insensatez social espalhada nesse período pelo Brasil são as periferias, as favelas, as áreas rurais largadas ao seu próprio

destino e, nelas, os “homens condenados a comer seu pão com o suor de seu rosto”.

REFERÊNCIAS

BERLIN, Isaiah. *Libertà*, (org. Henry Hardy). Milano: Feltrinelli, 2005.

CROCE, Benedetto. *Storia d'Europa nel secolo decimonono*. Bari: Laterza, 1965.

ENGELS, Friedrich. *Sul materialismo storico*. Roma: Editori Riuniti, 1949.

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*. Roma: Editori Riuniti, 1975.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro 1: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Trad. Luciano Cavini Martorano, Nélio Schneider e Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Carteggio*. Volume III. Roma: Editori Riuniti, 1972.

MILL, John Stuart. *Da liberdade individual e econômica*. Barueri: Faro editorial, 2019.

RAWLS, John. *O liberalismo político*. São Paulo: Ática, 2000.

ROBESPIERRE, Maximilien. Discurso sobre o governo representativo. In: *A revolução jacobina*. Roma: Editori Riuniti, 1967.

NOTAS

16 | Professor de Filosofia Política da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Presidente da International Gramsci Society Brasil (IGS-Brasil).

17 | “Até agora, a arte do governo nada mais tem sido do que a arte de despojar e escravizar a maioria em benefício de uma minoria; e a legislação nada mais tem sido do que o instrumento para erguer esses ataques sistêmicos. Reis e aristocratas fizeram seu trabalho perfeitamente: agora cabe a você fazer o seu.” Discurso sobre o governo representativo, 10 de maio de 1793 (ROBESPIERRE, 1967, p. 127 – a tradução deste trecho do italiano para o português é de minha autoria).

18 | “Desde este instante, a consciência está em condições de emancipar-se do mundo e entregar-se à criação da teoria, da teologia, da filosofia, da moral, puras. Mas ainda que esta teoria, esta teologia, esta filosofia e esta moral entrem contradição com as relações existentes, isso pode acontecer porque as relações sociais existentes se encontram em contradição com as forças de produção existentes.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 16).

19 | “A classe revolucionária, por já se defrontar desde o início com uma *classe*, surge não como classe, mas sim como representante de toda a sociedade; ela aparece como a massa inteira da sociedade diante da única classe dominante. Ela pode fazer isso porque no início seu interesse realmente ainda coincide com o interesse coletivo de todas as demais classes não dominantes e porque, sob a pressão das condições até então existentes, seu interesse ainda não pôde se desenvolver como interesse particular de uma classe particular. [...] Toda essa aparência, como se a dominação de uma classe determinada fosse apenas a dominação de certas ideias, desaparece por si só, naturalmente, tão logo a dominação de classe deixa de ser a forma do ordenamento social, tão logo não seja mais necessário apresentar um interesse particular como geral ou ‘o geral’ como dominante.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 49-50).

20 | Carta de Karl Marx ao Friedrich Engels de 13 de novembro de 1857 (MARX; ENGELS, 1972, p. 58).

A vigência do estado de sítio político na pandemia

MARCOS DEL ROIO²¹

VINÍCIO CARRILHO MARTINEZ²²

Utilizamos notas de rodapé, a partir de fontes jornalísticas, a fim de demonstrar, demarcar, a realidade proposta neste texto. Nosso marco teórico recorta um Estado de Sítio Político (MARX, 1978), atrelado ao capital, que faz uso de medidas de exceção (AGAMBEN, 2004), por meios jurídicos — por exemplo, desabonando-se e descriminalizando-se ações de agentes públicos e políticos que não combatem racionalmente a pandemia —, e que se revela sob a cepa da necropolítica (MBEMBE, 2018). Medidas Provisórias, *exceptio* de desrazão, não apenas provocam inépcia ao Poder Público, uma enormidade de insegurança jurídica, como é lapidar a fim de se atestar a própria Lápide do Direito²³: não seguir a ciência (Organização Mundial da Saúde – OMS) será um “normal” no país — Holocausto de pobres legalizado em tempos de horror. É a insígnia aposta na lei de eugenia. Observarmos, deste modo, no intuito de afirmar que, no país, hoje, mais do que nunca, vigoram antigos ditados: “A lei se aplica a dez mil pessoas, todas lutam para entrar nesse número”.

O Estado de Sítio Político

O Estado de Exceção se confirma/reafirma como centralidade, um absoluto no sistema do capital no século XX (e XXI), sobretudo, em face das forças centrífugas — por óbvio — em ação expansiva exponencial em busca

de mercados, subjetividades, reservas naturais e mão de obra barata (“escravos da modernidade”), e que espelham a interface mais produtiva (poderosa) em que se apresenta como a “lei do mais forte” (MÉSZÁROS, 2015, p. 17-18). O futuro está nas massas, desde que os sitiados sejam ouvidos. Todavia, cabe indagar, o poder que dá/dará voz aos sitiados?

A verdade desagradável hoje é que se não houver futuro para um movimento radical de massa, como querem eles, também não haverá futuro para a própria humanidade [...] A terceira fase, potencialmente a mais mortal, do imperialismo hegemônico global, que corresponde à profunda crise estrutural do sistema do capital no plano militar e político, não nos deixa espaço para tranquilidade ou certeza (MÉSZÁROS, 2003, p. 108-109).

Por seu turno, no século XXI, a principal função do Estado de Exceção é garantir a fluidez do sistema do capital (geração de riquezas com concentração de renda), notadamente, quando os efeitos disruptivos abalam seus monólitos, como em 2008/2009. A montanha a ser transposta, portanto, é a defesa entrincheirada que o Estado de Exceção Capitalista oferta como subsídio, “lei do mais forte”, na tônica da “lei sou eu” (FEST, 1976) à ordem sociometabólica do capital disruptivo neste breve século XXI. Um antípoda poderia ser vislumbrado na Primavera Árabe (MÉSZÁROS, 2015, p. 34) e que, em oposição frontal de desmanche, recebeu as revoluções coloridas como resposta retrógrada: entre a autonomia e a autocracia, não por acaso, as revoluções coloridas andam entre golpes e Estado de Exceção.

Evidentemente, no contragolpe do capital e dos aparatos estatais à autonomia requerida (Primavera Árabe), não caberia nenhuma forma de auditoria do poder constituído — ou as revoluções coloridas não seriam o protótipo do Estado de Exceção no século XXI. É natural, pois, a ingerência do Estado de Exceção como regulador do metabolismo do capital; diga-se, natural, permanente, disruptivo, hegemônico, expansivo²⁴. O fascismo seria uma demonstração dessa modelagem violenta do Estado de Exceção Capitalista (MÉSZÁROS, 2015, p. 34). Esta passagem estaria em acordo com o bonapartismo (MARX, 1978) e alinhada à Crítica ao Programa de Gotha²⁵.

E neste conjunto de aparatos repressivos e regressivos, o bolsonarismo impõe novo estágio ao cesarismo (GRAMSCI, 2000) e uma cepa de terceiro mundo ao fascismo.

A deformidade fascista brasileira: bolsonarismo racista e messiânico

Quando equipes de vigilância e controle da Pandemia são atacados, posto que foram identificados com os propósitos sanitários do isolamento, diante da pandemia da COVID-19, muitos se perguntam que nível de desinteligência — negacionista da ciência, da racionalidade e da razoabilidade — terá sido firmado no país. À primeira vista, sem dúvida, recorta-se esse comportamento como antirracional, inerente à dogmatização fascista: doutrinação de uma nação inteira, desde sua infância, recolonizando a cultura com mitologias salvacionistas. Isto está certo, porém, aqueles que atacam as equipes médicas socorristas, especialmente de pobres e negros, não são meros seguidores imbecilizados em torno de algum chamamento somente messiânico — e ainda que isto seja muito grave. Esse séquito que investe contra a ciência é formado por agentes do capital, tanto entre os populares²⁶ quanto entre os chamados agentes políticos. Quando a presidência da República é a maior apólice securitária pelo uso da Cloroquina, o povo domesticado segue bajulador e ativista, como polo amplo e agressor contra a saúde pública, os direitos fundamentais do próprio povo (direito à vida) e à democracia em termos básicos.

A ciência é o alvo da vez porque impõe restrições racionais, como o isolamento, ao livre curso do capital. Não se importam com a necropolítica porque o capital não pode parar, e daí que a ciência aplicada à análise da pandemia é satanizada²⁷. Aliás, outro reflexo da ação dos agentes do capital (fascistas) está na contração política do país, observada no avanço do cesarismo repressivo (GRAMSCI, 2000) e na regressão dos marcos da

“democracia liberal”; o país agora é apenas considerado como mera “democracia eleitoral”²⁸. Uma consideração que, obviamente, não faz cômputo do Golpe de 2016 e do uso indiscriminado de *Fake News* desde 2018. Por isso, a fome, a miséria²⁹ e as mortes pululam entre os mais pobres e vulneráveis à medida que avança a dança das cadeiras no miolo dos Grupos Hegemônicos de Poder³⁰. Nesse meio termo, as hostes do poder declaram que o poder é detentor de uma visão de mundo alternativa, passando ao largo da ciência; afinal, quando se emitem comunicados de aceite ao capital da necropolítica, e em mensagens para milhões de analfabetos plenos ou funcionais, pode sim haver uma “alternativa inteligente” à racionalidade³¹. É o momento em que a docilidade se converte em ódio, desmontando-se por completo o Mito da Cordialidade³².

Estado de Exceção: nem tudo é o que parece

Por outro lado, mesmo críticas bem intencionadas ao cerco à Pandemia tem errado a mão na construção conceitual, desajustando-se sua teoria analítica. A crítica de Giorgio Agamben, ao isolamento, sob o decreto de que todos os países teriam imposto o Estado de Exceção, é um claro exemplo. A razão disso é o tratamento dispensado ao Estado de Exceção; em resumo, *exceptio* implica em usar a democracia contra ela mesma, o Direito que se transforma em não-Direito, a Constituição que é “lida” em sentido antagônico, contrário e contraditório ao que, efetivamente, está escrito. Tecnicamente, para que isto ocorra, inocula-se uma exceção no interior da própria regra: tem-se uma regra dizendo “não” (prisão em 2ª instância) e a exceção (“*exceptio*”) atua para que se leia “sim”. As alegações podem ser de inúmera natureza, de “falta de clareza” ou norma regulamentadora até uma suposta “hermenêutica” — um tipo de interpretação a bel prazer, seguida de uma coleção de retóricas citações. Na prática, ocorre uma Transmutação Constitucional: a Constituição Federal de 1988 se transforma no seu

contrário, num Frankenstein, quando é interpretada para negar seu próprio conteúdo. Politicamente, a Constituição Social converte-se em instrumento neoliberal a serviço dos Grupos Hegemônicos de Poder e de seus exegetas ou escribas, o cesarismo é aceso contra o processo civilizatório, atentando-se vertiginosamente contra o Princípio do não-Retrocesso Social. Foi assim em 2013-2016, com o golpe do impeachment: para nós, instauração de uma Ditadura Inconstitucional (MARTINEZ, 2019). Todavia, desde Fernando Henrique Cardoso (FHC), não existe mais a Constituição Programática submetida à vigência de uma “reserva do possível”: um espécime vivo até hoje da regra de exceção, da Lei de Responsabilidade Fiscal à regra de ouro do teto orçamentário com os gastos sociais. Dito isto, como elogio à abrangência que a tese de Agamben pode nos proporcionar, enceta-se aqui uma ressalva e, após, uma crítica: ressalte-se a aplicabilidade da tese do Estado de Exceção, vide a Guatemala (2012), em aplicação clássica, a França com seu Estado de Emergência voltado contra os imigrantes e os latinos, o Equador e a Hungria, o Brasil antes e durante a pandemia; ressalva-se, com pesar, não termos lido Agamben emprestar o conceito a nenhum caso efetivo de imposição certa, indubitável, do Estado de Exceção.

Neste sentido, a ressalva é de que o filósofo não tem precisão política, não observa o realismo político, seu conceitual não o remete a uma visão de mundo politizada. A crítica se emenda à ressalva, pois, como se viesse a nos confirmar, quando Agamben olha para baixo, para a concretude política das instituições, organizações sociais, para os entes jurídicos e políticos, exatamente por não ter afiado um arcabouço político, observa realidades inexistentes. Ou seja, o filósofo decretou Estado de Exceção, acertando todos os países e governos que instituíram regras de isolamento diante da COVID-19; seu decreto filosófico diagnosticou anseio global em restringir e mitigar direitos fundamentais. Aliás, quanto ao desejo, disso não se duvida, e Equador e Hungria nos provam as reais intenções. Contudo, em que pese alguns governos apropriarem-se da pandemia para defenestrar instituições

democráticas e legítimas, como é o caso do Brasil, não podemos chegar a uma conclusão geral, global, no sentido de que “as medidas de restrições e de isolamento são decretos do Estado de Exceção”.

Pode ser que alguns governos assim ajam, mas esses fatos “mais ou menos isolados” não podem servir a uma análise generalizadora. Outros, como no Brasil, utilizam-se dos decretos da pandemia para aprimorar a corrupção institucional — o fato de termos uma junta militar no Palácio é outro assunto, ainda que permita refletir sobre a variedade alcançada pelo Estado de Exceção, sob a era das Guerras Híbridas (KORYBKO, 2018).

Pois bem, diante da estocada no vento, Agamben reconheceu seu erro, retirou o decreto sobre o isolamento da pandemia ser artifício incólume, generalista, global, do Estado de Exceção. Agora, por fim, a retificação não desabonou nossa ressalva, uma vez que, mesmo retificando-a, não provou análises onde efetivamente ocorre o fenômeno da *exceptio*. Em nosso elogio final, consignamos interesse em saber como Agamben analisa e interpreta os decretos imperiais e restritivos dos EUA, com Trump, ou o Brasil desde 2013-2016 (MARTINEZ, 2019). Como fizeram muitos, Boaventura, Chomsky (2002) desde o 11 de Setembro, Umberto Eco (2018) e seu profascismo, até Bobbio (2016), procurando destruir o “berlusconismo” — e citado amplamente por Mészáros: “amigo acadêmico respeitado” —, Agamben está no debate do século XXI. Como dissemos, seria fundamental verificar o conceito aplicado ao realismo político prático. Seria salutar essa Filosofia Política, mas na esteira de Maquiavel e seus príncipes e césares.

Breves considerações finais

Com mil mortes por dia, infectados pela Sociopatia que se alimenta da pandemia, completaremos, sem razão de ser, um século da Arte Moderna — Semana da Arte Moderna de 1922 —, em ano eleitoral, se houver. Porque, de moderno, não temos nada, só o vírus e a desinteligência pós-moderna

baseada na mentira: *Fake News*, pós-verdade, revisionismo nazi-fascista. Bom, se é que isso é moderno... Mas, há algo muito interessante nesta Semana da Arte Moderna, qual seja, a decretação de que nossa cultura é autofágica. Porém, não confundamos com o Manifesto Antropofágico (1928), de Oswald de Andrade, como crítica realista, exatamente, à autofagia, essa capacidade infinita de fagocitose exclusiva do capitão do mato.

A Geração de 30 corresponde ao período trazido pela Revolução de 1930 e a década glorificada dos clássicos “Explicadores do Brasil”. A isto, só acrescentaríamos que nossa cultura tem-se revelado bizarra, mórbida, sob o bolsonarismo, e que mereceria um Manifesto Autofágico, típico fundador de uma Sociologia do Desprazer. No passado-presente dos anos 1930, dos “bestializados”, e quando o português era castiço, dizia-se que havia muita “estultice” e “decrepitude”, mas hoje sabemos que é mau-caratismo e falta de ética civilizatória sob o domínio perverso do capital disruptivo, regressivo, e da Idiocracia: regime de governo cleptocrático ou o reino do “imbecil completo”, e que crescem à base do cultivo neoliberal (medieval). Nossa corrupção é tão grande, própria de um “gigante adormecido”, que o nosso “normal” é nos “alimentarmos dos nossos”. Então, como se vê, a cultura meteórica não é metafórica. De todo modo, nossa esperança é que um dia o bolsonarismo entenda o que escrevemos, pois, o país indubitavelmente estará todo vacinado contra o fascismo e não mais se acreditará numa leitura “alternativa” (invalidável) da ciência. Esta é a montanha que temos que conquistar.

Até que este dia chegue, no final deste processo, será que veremos uma noite de longas facas em nossa Bastilha? Ou saberemos construir um arco político de resistência, recuperando-se os limites mínimos do Processo Civilizatório?

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- BOBBIO, Norberto. *Contra os novos despotismos: escritos sobre o berlusconismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2016.
- CHOMSKY, Noam. *11 de setembro*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- ECO, Umberto. *Fascismo eterno*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2018.
- FEST, Joachim. *Hitler*. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1976.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 2: os intelectuais, o princípio educativo e jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- KORYBKO, Andrew. *Guerras Híbridas: das revoluções coloridas aos golpes*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- MARTINEZ, Vinício Carrilho. *Teorias do Estado — Ditadura Inconstitucional: golpe de Estado de 2016, forma-Estado, Tipologias do Estado de Exceção, nomologia da ditadura inconstitucional*. Curitiba: Editora CRV, 2019.
- MARX, Karl. *O 18 Brumário e cartas a Kugelmann*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- MARX, Karl. *Crítica del Programa de Gotha*. Moscú: Editorial Progreso, 1979.
- MBEMBE, Achile. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo; Campinas: Boitempo; Editora da UNICAMP, 2002.
- MÉSZÁROS, István. *A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado*. São Paulo: Boitempo, 2015.

NOTAS

21 | Professor titular de Ciência Política da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), campus Marília.

22 | Professor Associado II da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

23 | Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/nova-mp-de-bolsonaro-traz-inseguranca-juridica-e-inconstitucionalidade-avaliam-especialistas.shtml?fbclid=IwAR3Dr6h-AJNjEyAe836Amt6oRfK6lo-Bw6gvOT21o1pUsBlF8j-q3eWZFY>. Acesso: 17 maio 2020.

24 | “Sem a emergência do Estado moderno, o modo espontâneo de controle metabólico do capital não pode se transformar num sistema dotado de microcosmos socioeconômicos claramente identificáveis — produtores e extratores dinâmicos do trabalho excedente, devidamente integrados e sustentáveis. Tomadas em separado, as unidades reprodutivas socioeconômicas particulares do capital são não apenas *incapazes* de coordenação e totalização espontâneas, mas também *diametralmente opostas* a elas, se lhes for permitido continuar seu rumo disruptivo, conforme a determinação estrutural centrífuga de sua natureza. Paradoxalmente, é esta completa “ausência” ou “falta” de coesão básica dos microcosmos socioeconômicos constitutivos do capital — devida, acima de tudo, à separação entre o valor de uso e a necessidade humana espontaneamente manifesta — que faz existir a dimensão política do controle sociometabólico do capital na forma do Estado moderno [...]. A articulação do Estado, aliada aos imperativos metabólicos mais internos do capital, significa simultaneamente a transformação das forças centrífugas disruptivas num sistema irrestringível de unidades produtivas, sistema possuidor de uma estrutura de comando viável dentro dos tais microcosmos reprodutivos e também fora de suas fronteiras [...]. Portanto, enquanto se puder manter tal dinâmica expansionista, não há necessidade do *Leviatã* hobbesiano [...]. É assim que se redefine de maneira viável o significado do *bellum omnium contra omnes* hobbesiano no sistema do capital, *presumindo-se que não haja limites para a expansão global* [...]. O Estado moderno — na qualidade de sistema de comando político abrangente do capital — é, ao mesmo tempo, o *pré-requisito* necessário da transformação das unidades inicialmente fragmentadas do capital em um *sistema viável*, e o *quadro geral* para a completa articulação e manutenção deste último como *sistema global*. Neste sentido fundamental, o Estado — em razão de seu papel constitutivo e permanentemente sustentador — deve ser entendido como parte integrante da própria base material do capital. Ele contribui de modo significativo não apenas para a formação e a consolidação de todas as grandes estruturas reprodutivas da sociedade, mas também para seu funcionamento ininterrupto” (MÉSZÁROS, 2002, p. 123-125 — grifo nosso).

25 | “Que é o Estado livre? A missão do proletariado, que se libertou da estreita mentalidade do humilde súdito, não é, de modo algum, tornar livre o Estado. No Império Alemão o “Estado” é quase tão “livre” como na Rússia. A liberdade consiste em converter o Estado, de um órgão que paira acima da sociedade, em um órgão completamente subordinado à sociedade — as formas de Estado seguem sendo hoje mais ou menos livres na medida em que limitam a “liberdade do Estado” [...]. A “sociedade atual” é a sociedade capitalista, que existe em todos os países civilizados, mais ou menos livre de aditamentos medievais, e mais ou menos modificada pelas particularidades do desenvolvimento histórico de cada país, mais ou menos desenvolvida. Por outro lado, o “Estado atual” relaciona-se [cambia] com as fronteiras de cada país. O Império prussiano-alemão é outro que não aquele da Suíça, da Inglaterra, dos EUA. O “Estado atual” é, portanto, uma ficção [...]. Sem embargo, os distintos Estados dos distintos países civilizados, em que pese a enorme diversidade de suas formas, têm em

comum o fato de que todos eles se assentam sobre as bases da moderna sociedade burguesa, ainda que esta se apresente em territórios mais desenvolvidos do que outros, no sentido capitalista. Temos também, portanto, certos caracteres essenciais comuns. Neste sentido, pode-se falar que o “Estado atual”, por oposição, no futuro, por sua atual raiz na sociedade burguesa, acabará se extinguindo [...]. Que por “Estado” se entende, na realidade, a máquina do governo ou o Estado enquanto tal, devido à divisão do trabalho, forma um organismo próprio separado da sociedade, já o indicam estas palavras: “o Partido Trabalhador Alemão exige como *base econômica do Estado*: um imposto único e progressivo sobre a renda”. Os impostos são a base econômica da máquina governamental [...]. No Estado do futuro, existente já na Suíça, esta reivindicação está quase realizada. O imposto sobre a renda pressupõe as diferentes fontes de ingresso das diferentes classes sociais, ou seja, a sociedade capitalista” (MARX, 1979, p. 27-30 — grifos nossos).

26 | Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/05/equipes-que-coletam-testes-para-pesquisa-nacional-sobre-coronavirus-sao-detidas-e-agredidas.shtml?fbclid=IwAR1jk4S2T5OGm1d8V5BIKhGwnFw65LLa_hqirRcokXYwq7aqjnf_uZKGRQc. Acesso em: 19 maio 2020.

27 | Disponível em: https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2020/05/16/coronavirus-chance-de-disseminacao-e-35-vezes-maior-sem-distanciamento.htm?fbclid=IwAR13cVp8lTErNXmXTv5BmaehdBBS_vIoYg9Pgxm5X1E62HGRrcIeTmWcteQ. Acesso em: 19 maio 2020.

28 | Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-05-05/brasil-perde-status-de-democracia-liberal-perante-o-mundo.html?ssm=whatsapp&fbclid=IwAR1T99ixyRlO9jSkoQVXk4citzoSBaIiuUHwvMLigssaMRd1iZDTdbGaStI>. Acesso em: 18 maio 2020.

29 | Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/13/imagem-de-menina-trocando-mascara-por-comida-viraliza-no-rio-gera-onda-de-solidariedade.ghtml?fbclid=IwAR1uFwQQAohfROmouuBfS_RhMCGAomO_m-irxrexHKLE8W-xrjtmLp4O3jc. Acesso em: 20 maio 2020.

30 | Disponível em: https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/05/16/entre-trocas-de-ministros-numero-de-mortes-avanca-666-no-pais.htm?fbclid=IwAR16CCq305BQ1XxUrfOfjIDuAFOWQoiO2GzdxRT76Oyj1FoUIYTzwZ9__XE. Acesso em: 19 maio 2020.

31 | Disponível em: https://www.terra.com.br/noticias/brasil/bolsonaro-nao-ignora-ciencia-so-ve-diferente-diz-ministro,1da17eb13b71of1eeoe302ba1073do06i1brtm3q.html?utm_source=Whatsapp&utm_medium=SOCIAL&fbclid=IwARoRoqesExaNIBuYgw2PZvBoTbnfLLwD-Qu2pzoJyE2Rkpq7WQSMI3L4DYs. Acesso em: 18 maio 2020.

32 | Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/05/16/como-o-mito-do-homem-cordial-embaca-a-percepcao-sobre-o-brasileiro.htm?fbclid=IwAR2ZeZx9yUe4PVZhsD2PI6fojoQj5VdpNNTq12hMRvVxvezMhgavjH7asXQ>. Acesso em: 20 maio 2020.

Urgente para quem?

A Lei de Urgente Consideração e a pandemia da COVID-19 no Uruguai

MÓNICA BRUN BEVEDER³³

O que é urgente? É aquilo que exige, demanda, requer atendimento, atenção, resposta, ação imediata, rápida ou oportuna. A urgência de uma situação ou contexto social tem relação, portanto, com necessidades determinadas por condições sociais e históricas específicas. Não obstante o caráter histórico e concreto das necessidades sociais, o fundamento do materialismo histórico se mantém como sobredeterminação. Nesta concepção da história, inaugurada por Marx e Engels, o primeiro pressuposto da história da humanidade é que o ser humano deve “estar em condições de viver para poder ‘fazer história’” (MARX; ENGELS, 2007, p. 33) e, para viver, necessita produzir os meios materiais de sua existência. Portanto, no processo de produção material de sua vida, o ser social já está “fazendo história”. Este é o primeiro ato histórico e a premissa da história da humanidade: a produção dos meios para satisfazer necessidades de sobrevivência. Ao produzir os meios para satisfazer as necessidades mais urgentes — comer, vestir, habitar, proteger-se contra as ameaças — o ser social produz, no mesmo processo, novas necessidades. Assim, o surgimento de novas necessidades — sejam elas do estômago ou da fantasia (MARX, 2009) — está condicionado pelo desenvolvimento das forças produtivas.

Nesses termos, repensamos e afinamos nossa indagação principal. O que é urgente numa sociedade onde a produção dos meios de sobrevivência está subordinada à produção de mercadorias com o objetivo de gerar lucro para uns poucos? Quais as demandas priorizadas numa sociedade onde “as relações através das quais os produtos são produzidos [...] são, necessariamente, relações de exploração e dominação fortalecidas pelos distintos processos de alienação que tem expressão em todas as esferas da vida social, forjando uma sociabilidade que dá as costas para a satisfação das necessidades humanas” (BEVEDER, 2019, p. 246-247)? Afinando ainda mais, nos perguntamos: o que é urgente para um país de capitalismo dependente em tempos de pandemia?

O projeto de Lei de Urgente Consideração (LUC), apresentado ao Parlamento pelo recém empossado governo³⁴, não deixa dúvidas quanto às necessidades que são e serão tidas como urgentes e os interesses que serão privilegiados nos próximos cinco anos, com ou sem pandemia.

Não cabe nos limites de um texto como este debater ou até mesmo “apenas” apresentar os principais aspectos do projeto de lei. Ademais, consideramos que esta tarefa tem sido muito bem realizada por distintos estudiosos, coletivos e revistas do país³⁵. Nossa intenção é tecer algumas breves reflexões sobre a tendência contemporânea da dinâmica capitalista no capitalismo dependente que se instala no Uruguai após quinze anos de governo da Frente Ampla e suas políticas neoliberais-progressistas (uma combinação entre expansão de direitos³⁶ e medidas macroeconômicas e até mesmo do campo dos direitos sociais com evidente teor neoliberal). Nesse sentido, consideramos que o projeto de lei que o governo de Luis Lacalle Pou ingressa ao Parlamento em 23 de abril deste ano é parte dessa tendência.

Trata-se da primeira grande ação do governo para impor o projeto ultraneoliberal ou neoliberal autoritário, que pode ser entendido como a reação burguesa aos avanços que tiveram lugar na chamada “era progressista” da América Latina. Com o esgotamento desta “era” — que tem

como principais marcos políticos a vitória de Maurício Macri na Argentina e de Jair Bolsonaro no Brasil —, nesse intervalo entre o velho que não morre e o novo que não pode ainda nascer (GRAMSCI, 1975), se abre a porta para uma violenta ofensiva contra os direitos conquistados. No Uruguai, os quase quinze anos de governo da Frente Ampla significaram, é inegável, um avanço progressista com a implementação da chamada “agenda de direitos”. Contra essa agenda e a engrenagem estatal criada para pô-la em prática, se levanta a agenda ultraneoliberal que pretende deixar o país como terra arrasada.

Instrumento jurídico-legal de questionável constitucionalidade, a lei declarada urgente pelo atual governo uruguaio pretende instalar, de uma só vez e de maneira brutal, o projeto ultraneoliberal, passando por cima das necessidades sociais que se agravam no contexto de pandemia da COVID-19. Nesse sentido, depois de quase três meses da confirmação dos primeiros casos de infectados pelo novo coronavírus, o governo mantém a tramitação “normal” da LUC, ignorando os verdadeiros problemas, as reais necessidades e urgências da maioria da população uruguaia.

O caráter autoritário da LUC se evidencia na forma como é apresentada. Embora a Constituição, em seu artigo 168, preveja a possibilidade do Poder Executivo remeter no máximo um projeto de lei com a declaratória de “urgente consideração”, o governo elabora e submete ao Parlamento um único projeto que contém mais de 500 artigos que abordam os mais variados temas³⁷ e propõem a modificação de uma série de leis que versam sobre diversas problemáticas, constituindo uma espécie de “lei guarda-chuva”. Para além da inconstitucionalidade, está também a questão do insuficiente prazo, constitucionalmente estabelecido, para que as duas Câmaras (a de Deputados e o Senado) avaliem e decidam sobre a pertinência do extenso e multitemático projeto³⁸. Evidentemente, a intenção é limitar o alcance do debate no interior do Parlamento e eliminar qualquer possibilidade de diálogo com a sociedade civil organizada, especialmente se considerarmos

que sua mobilização se vê afetada pelas recomendações de isolamento social.

Os primeiros casos de pessoas contagiadas pelo novo coronavírus foram confirmados no dia 13 de março; à noite, o governo uruguaio declara estado de emergência sanitária, fazendo recomendações e anunciando a implantação de medidas de prevenção do contágio, com restrições e fechamento total ou parcial de comércios, serviços privados e públicos, suspensão de espetáculos públicos, fechamento parcial de fronteiras, dentre outras medidas. Embora não se possa negar a seriedade com a qual o governo encarou e tratou, desde o início, a ameaça da pandemia da COVID-19³⁹, as medidas tomadas para amenizar os impactos sociais têm sido não só insuficientes e ineficazes como também reprodutoras da desigualdade social em novos patamares⁴⁰. Se insere nesse conjunto de ações a continuidade da tramitação “normal” da LUC em tempos de emergência sanitária.

Evidentemente, não estamos defendendo o absurdo de uma relação direta entre pandemia da COVID-19 e o projeto de lei; mas consideramos necessário refletir sobre a funcionalidade do isolamento social ou quarentena para garantir a não participação da sociedade, a ausência de debate e o controle das manifestações, no sentido de legitimar e passar “na marra” a lei, sem resistência, sem povo e sem luta nas ruas, aumentando a possibilidade (já significativa, tendo em vista a composição do Parlamento) de aprovação do núcleo principal do projeto de lei.

A LUC é a representação jurídico-legal do programa das classes dominantes representadas pelo governo de coalizão de direita, que retorna ao poder com a responsabilidade de pôr em andamento uma agenda de caráter profundamente regressivo e contrarreformista. Apesar de consensual no campo crítico que a crise econômica não é causada pela pandemia — mas com ela seus efeitos sociais se potencializam, aumentam seu ritmo de expansão —, o que o projeto de lei pretende é implementar

legalmente as condições para que a crise seja paga pelas classes subalternas através de mais um ciclo de ajustes. Trata-se de uma reação às conquistas sociais dos últimos anos e, portanto, expressão do avanço do conservadorismo aliado a tendências militaristas⁴¹ num país de significativa tradição democrática.

O conteúdo privatizador, antidemocrático e punitivista da LUC escancara a lógica perversa do Estado no capitalismo selvagem: ele está a serviço da produção orientada à geração de lucro para alguns poucos, não para garantir a vida digna ou até mesmo a sobrevivência da maioria. O que é urgente é garantir o lucro, não atender às necessidades da população. O lucro está acima da vida. O projeto ultraneoliberal instaura uma reconfiguração do paradigma de sociabilidade burguesa, onde a violência em todas suas formas é banalizada e a violação de direitos pelo Estado torna-se regra. A barbárie generaliza-se, acentuando a “destrutividade vantajosa” do capital⁴² (MÉSZÁROS, 2008).

Mas ainda há o que Henri Lefebvre chama de resíduos⁴³. O residual resiste, tensiona e pressiona o movimento dominante de regressão social. Segundo José de Souza Martins:

É desta tensão que nasce a possibilidade da práxis revolucionária. Práxis que se funda no resgate e na unificação política dos resíduos — concepções e relações residuais que não foram capturadas pelo poder, que permaneceram nos subterrâneos da vida social, virtualidades bloqueadas. [...] Nos resíduos e no virtual estão as necessidades radicais, necessidades que não podem ser resolvidas sem mudar a sociedade, necessidades insuportáveis, que agem em favor das transformações sociais, que anunciam as possibilidades contidas nas utopias, no tempo que ainda não é, mas pode ser (MARTINS, 1996, p. 23, grifos nossos).

REFERÊNCIAS

BEVEDER, Mónica Brun. *O retorno a Lefebvre: a noção de re-produção das relações sociais de produção e a crítica da vida cotidiana como contribuições à tradição marxista*. Tese (Doutorado em Serviço Social) — Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Universidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del Cárcere*. Torino: Einaudi, 1975.

MARTINS, José de Souza. As temporalidades da História na dialética de Lefebvre. In: MARTINS, José de Souza (Org.). *Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARX, Karl. *O capital*. Livro I, volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico. *Revista Política e Sociedade*, Florianópolis, v. 7, n. 13, p. 17-33, out. 2008.

NOTAS

33 | Assistente social, mestre e doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ). Professora Grau 1 e membro do projeto de pesquisa intitulado “Funciones y efectos colaterales de la introducción de sistemas de información para la protección social”, pertencente ao Departamento de Trabajo Social, da Facultad de Ciencias Sociales da Universidad de la República del Uruguay (UdelaR).

34 | O Partido Nacional ou Partido Blanco é, junto com o Partido Colorado, um dos partidos tradicionais do Uruguai. O Partido Nacional foi o representante dos interesses da oligarquia rural uruguaia e é até hoje sua marca principal.

35 | Recomendamos o dossiê de artigos sobre a LUC da plataforma virtual Hemisferio Izquierdo. Disponível em: <https://www.hemisferioizquierdo.uy/>. Acesso em: 23 maio 2020.

36 | São exemplos da “agenda de direitos” a lei do matrimônio igualitário, a despenalização do aborto, a extensão de direitos trabalhistas a trabalhadores rurais e empregadas domésticas, lei de regulação do mercado de *cannabis*, lei integral para pessoas trans.

37 | Vai desde o aumento do punitivismo do Estado, passa pela proposta de novas regras fiscais, chegando até a possibilidade de elaboração de linguíça pelos açougues (proposta que conta com seis artigos).

38 | Se o Parlamento não cumprir com os prazos constitucionais (três meses no total) para decidir sobre a Lei, ela é automaticamente aprovada.

39 | Embora se possa fazer críticas, dentre as quais destacamos a velocidade com a qual tem sido recomendado o fim do isolamento social para o “retorno” às atividades “normais”.

40 | Como principais exemplos, podemos citar a manutenção das aulas em todos os níveis através do ensino à distância; a não proibição de despejos e de demissões, dentre outros.

41 | O governo do Partido Nacional é aliado ao Partido Cabildo Abierto, criado em 2019, que teve como candidato à Presidência (no primeiro turno) o ex-comandante das Forças Armadas, Guido Manini Ríos (atualmente senador). O Partido Cabildo, o rápido aumento de sua popularidade e sua integração na coalização que hoje governa o país, são as principais evidências do avanço de uma extrema direita.

42 | “A direção auto-expansiva do capital não pode refrear a si mesma em virtude de alguma consideração humana, simplesmente porque essa consideração pareceria moralmente mais palatável, como a automitologia do ‘capitalismo caridoso’ e do ‘capitalismo popular’ gostaria de nos fazer acreditar. Ao contrário, *a lógica do capital é caracterizada pela destrutividade autovantajosa, uma vez que tudo que se encontra no caminho do cruel impulso expansivo do sistema deve ser naturalmente varrido ou esmagado, se preciso*” (MÉSZÁROS, 2008, p. 19, grifos nossos).

43 | “A teoria lefebvriana dos resíduos atravessa mais de uma dimensão de seu pensamento. Os resíduos são vistos como parte do projeto do possível-impossível. O irreduzível, que se “esconde” como potência, que escapa ao poder, à dominação. O pensamento que elabora sistemas não vê os resíduos, e, portanto, o possível” (BEVEDER, 2019, p. 63).

A epidemia e o fascismo

LINCOLN SECCO⁴⁴

O uso da metáfora epidemiológica em política não é privilégio do fascismo, mas nenhum outro movimento se utilizou tanto dela. A tentação de falarmos a respeito do fascismo da mesma forma (como vírus, doença, bactéria etc.) é grande porque não concebemos a maldade em pessoas “normais” e do nosso convívio comunitário.

A epidemia mais mortífera do século XX, a chamada “Gripe Espanhola” esteve muito próxima de dois fenômenos sociais catastróficos: na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), as atitudes diante da morte foram violentamente modificadas numa escala imprevista; e o próprio modo de vida, as relações conjugais e o mercado de trabalho se transformaram; o segundo fenômeno foi a reunião fundacional fascista na *Piazza San Sepolcro*, em Milão, a 23 de março de 1919 (e no ano seguinte a criação do Partido Nazista na Alemanha), cuja consequência seria uma nova guerra mundial.

Outras epidemias sobrevieram depois da derrota fascista na Segunda Guerra Mundial, mas só em 2020 houve novamente a coincidência de uma transformação profunda na vida cotidiana e na esfera política com uma pandemia.

O confinamento no século XXI coincide com a nova ascensão do fascismo em vários países e uma inédita experiência virtual. Da Hungria à Polônia; da Itália à Grã-Bretanha; dos Estados Unidos às Filipinas; e em grande parte da América Latina, governos são conquistados por bandos fascistas ou permitem tranquilamente seu fortalecimento.

Além disso, a popularização do *WhatsApp*, das redes sociais e o acesso massivo a comunicações pela internet expuseram as pessoas à disseminação de ideias fascistas antes mesmo que nos acostumássemos com o novo espaço técnico científico e informacional ao qual seríamos obrigados a nos confinar. Esse espaço é travejado pelos interesses mercantis, por informações e desigualdades sociais (SANTOS, 1996). O *home office* para uns e o trabalho precário e contagioso para outros; o isolamento real para idosos e a convivência virtual para a juventude mudaram rapidamente a rotina.

Esses fenômenos são conjugados porque os fascistas encontraram terreno fértil tanto na internet quanto nas frustrações de ascensão econômica prometida pelo neoliberalismo. Assim, mobilizaram rapidamente toda sorte de ressentidos e exploraram, pelas redes sociais, a crítica popularizada de um mundo acadêmico apartado da sociedade.

Ciência

Cinco séculos de modernidade capitalista produziram um jactancioso discurso normativo fundado na ciência. E, no entanto, diante de um fenômeno que ameaça a vida cotidiana, a única resposta que as autoridades sanitárias encontraram, em pleno século XXI foi a mesma dos venezianos na idade média: a quarentena.

A longa duração do sofrimento humano sempre colocou em causa a mensagem científica. Os acadêmicos foram surpreendidos porque raramente concebem seu discurso como mais um no espaço público, já que produzem a verdade. Ora, “verdades” têm que ser convincentes e estar de acordo com a vida prática das pessoas, mas como convencê-las quando estiveram submetidas a consultas negligentes ou falta de serviços básicos de saúde?

Quando eu matava o tempo na Biblioteca de História da Universidade de São Paulo costumava ler boletins de sociedades geográficas do século XIX.

Além das notícias das expedições imperialistas na África, chamavam-me a atenção as discussões sobre a quarentena.

Em novembro de 1865, “*eravamo in quarenntena*”, lamentava Enrico Giglioli, a bordo de uma fragata. A experiência daquele confinamento não era essencialmente diferente da nossa no século XXI, oscilando entre a busca de passa tempo e o excesso de carga de trabalho. Para vencer “*le lunghe ore*” (longas horas) de reclusão, aquele italiano estudava os seres marinhos que caíam nas redes de mão, único objeto que as autoridades sanitárias permitiam usar (GIGLIOLI, 1870, p. 111).

As manifestações públicas pela abertura do comércio e pelo fim do confinamento, em geral comandadas por líderes neofascistas como Bolsonaro ou Trump, tem uma lógica que vai além da necessidade de o fascismo coincidir com uma mobilização permanente. Ela também responde às necessidades da acumulação de capital.

No século XIX, a quarentena foi combatida em nome de interesses econômicos. A Conferência Sanitária de Viena (1874) condenou a quarentena, mas foi o comércio quem a aboliu, pois países perdiam dinheiro com o desvio de linhas de vapor e de navios mercantes, bem como pelo fato dos passageiros não comprarem no período em que ficavam retidos. Alguns países, como Portugal, só aboliram os lazaretos no início do século XX, criando um posto marítimo de desinfecção (MORENO, 2002, pp. 176, 180, 181). Mas a gripe espanhola de 1918 novamente obrigou as pessoas à vida enclausurada: teria ela alguma relação com acontecimentos posteriores? Essa é a mesma indagação que um professor primário faz na película *Das weifse Band* (*Fita Branca*, 2010), de Michael Haneke. Isso depois que, em 1913, estranhos atos violentos chocam um pequeno vilarejo do norte da Alemanha.

Confinamento

Foi através do confinamento numa tela de computador ou num tablet que se difundiu um filme. Na verdade, um curta metragem (o termo ainda é analógico), cuja duração não podia ser mais adequada ao meio, seja o *Streaming* ou a simples descarga de dados. A forma de distribuição digital condiz com uma percepção enclausurada. Outrora ele seria visto na sala de cinema, antecedendo algum longa metragem.

O filme a que me refiro é *The Fall*, dirigido por Jonathan Glazer em 2019, com trilha sonora de Mica Levi. Nele, um grupo mascarado castiga um homem solitário que também usa máscara. A turba na floresta está enfurecida; os rostos fixos; ela balança a árvore até que o homem perseguido caia. Em seguida coloca uma corda no seu pescoço; ouvem-se grunhidos e sons que atemorizam. A animalização está também na trilha sonora. Lançado a um poço profundo, ele começa a subir novamente depois que aquele grupo vai embora satisfeito.

Trata-se de mais uma transposição artística do conto *A Loteria*,⁴⁵ escrito por Shirley Jackson (2010), e publicado em 26 de junho de 1948 em *The New Yorker*, causando uma reação irada em muitos leitores. O ritual de habitantes de uma pequena cidade dos Estados Unidos, reunidos para um sorteio lotérico, era comum. Também a maldade e a covardia provincianas aparecem em inúmeras obras cinematográficas, de *High Noon (Matar ou Morrer, 1952)*, de Fred Zinnemann,⁴⁶ a *Dogville (2003)*, de Lars Von Trier. A vingança do indivíduo que retorna para se vingar da pequena comunidade expondo sua hipocrisia é tema tanto do brilhante conto *O Homem que Corrompeu Hadleyburg (1899)*, de Mark Twain (2003), (naturalmente, proibido na era do macarthismo), quanto de *A Visita da Velha Senhora*, de Dürrenmatt (1976), escrito naqueles mesmos anos 1950 macartistas.

No conto *A Loteria*, de Shirley Jackson, uma comunidade interiorana de 300 habitantes se reúne anualmente, ao principiar o verão, para um sorteio.

Uma pessoa acaba sendo sorteada para ser apedrejada até a morte como uma espécie de sacrifício para que haja uma boa colheita.

Sob a aparência de unanimidade na massa de pequenos fazendeiros, há aqueles que esperam ansiosos o sorteio com pedras nas mãos, mas há também os que ficam nervosos, os que se sentem constrangidos ou até torcem para que uma jovem não seja a escolhida.

Um certo Senhor Adams comenta: “Dizem que, lá no vilarejo ao norte, estão falando em abandonar a loteria”. O Velho Warner, que estava a seu lado, fez um muxoxo e atribuiu isso a jovens tolos. Ainda assim a Senhora Adams voltou à carga e disse: “Em alguns lugares, eles já abandonaram as loterias”. Assim que a primeira pedra atinge a cabeça da pobre sorteada, o velho Warner é quem anima: “Vamos, vamos, pessoal”. Mas quem está à frente da multidão é o próprio Senhor Adams, que arriscara questionar o costume antigo. Não sabemos se ele atira pedras, mas aparentemente todos se precipitam para a pobre sorteada.

Em 1979, Louis Malle viajou para o Midwest e entrevistou os habitantes de uma comunidade agrícola para seu filme *God's Country*. Seis anos depois ele retornou após a eleição de Reagan e viu uma cidade em crise. Diante dela, as reações são múltiplas, da crença nas pessoas boas do país à promessa de uma reação armada contra os impostos, os judeus e os negros. Ele já havia produzido um filme polêmico (*Lacombe Lucien*, 1974) em que retratara o cotidiano da França colaboracionista durante a ocupação alemã. Seu personagem de uma pequena aldeia do sudoeste tentou ingressar na Resistência; recusado, passou a ser espião da Gestapo (*Geheime Staatspolizei*). A “comunidade” comporta diferenças e conflitos, mas também um grau de ignorância e indiferença.

Comunidade

A disseminação da Internet não realizou a expectativa de uma ágora virtual. Ao contrário, projetou-se nela a pequena comunidade, idealizada como o lugar social sem contradições internas relevantes. A mesma do conto *A Loteria*. Em vez de 300 pessoas, pode haver 3 milhões, mas o comportamento provinciano da turba enfurecida é rigorosamente o mesmo. Nos primeiros espaços de relacionamento virtual, como o Orkut, forjavam-se “comunidades”.

Em 2015, Umberto Eco declarou que o “drama da Internet é que ela promoveu o idiota da aldeia a portador da verdade”; enquanto antes ele tinha direito à palavra “em um bar e depois de uma taça de vinho, sem prejudicar a coletividade”, agora seus ditos valem tanto quanto os de um prêmio Nobel (ainda que a comparação seja discutível).

O que o idiota da aldeia expelia na taverna permanecia no seu pequeno círculo de vizinhança, na sua família ou no quarto dos seus desejos inconfessáveis. Isso é verdade. Mas agora os preconceitos continuam na comunidade pequena, embora ela seja numericamente grande. O espaço virtual tende a nos confinar em guetos de preconceitos compartilhados da mesma forma que na aldeia.

Os fenômenos de perseguição às pessoas nas fronteiras dos países europeus recrudesciam nas épocas de epidemia. Pogrons, linchamentos e fortificação dos postos de controle fronteiriço se tornavam mais frequentes.

Ora, a primeira coisa que a disseminação das redes sociais proporcionou foi a experiência do linchamento virtual. Ao ver uma série de comentários negativos e destrutivos sobre uma pessoa, nós podemos anonimamente jogar mais uma pedra e ninguém saberá exatamente quem foi o responsável pelo ato causador da morte virtual (às vezes real) da vítima. A morte virtual também tem um antecedente histórico: a pena de morte civil, que, no Brasil, foi prevista nas duras regras do Distrito Diamantino no século XVIII. Era

“como se a pessoa deixasse de existir”, definiam as leis da época (PRADO JUNIOR, 1986, p. 65).

Acima do confinamento real, podemos vivenciar a falsa convivência virtual. A animalização do ser humano, que o fascismo promove, é muito mais eficaz quando podemos ofender e ameaçar sob a proteção de uma tela de computador. Mas a covardia do herói de teclado é a mesma do exaltado escritor de gabinete ou do “corajoso” da turba.

A onda virtual desanima até quem poderia defender a vítima e teme ser execrado. Decerto, não há novidade nisso salvo a velocidade das injúrias. Na ditadura argentina, os vizinhos que viam alguém ser levado pelos assassinos uniformizados se conformavam dizendo: “por algo será”.

Vigilância

A vivência numa comunidade está baseada na auto vigilância. Os exemplos históricos são muitos. Pense-se por ora tão somente em dois livros do que se convencionou chamar de micro história, um tipo de historiografia que procura “conexões entre as correntes gerais dos historiadores e a experiência viva das pessoas” (DAVIS, 1987, p. 12): Menocchio, personagem de *O Queijo e os Vermes*, não pode escapar tanto às delações de gente ordinária como à própria língua: lia e falava demais para um simples moleiro (GINZBURG, 2006). O famoso Martin Guerre perambulou por aldeias que revelavam um quadro vivo dos padrões de relacionamento interpessoal e dos mexericos dos povoados do sul da França no século XVI.

Mas a auto vigilância comunitária só existe com o concurso do poder estabelecido. Na própria internet, os algoritmos, as câmeras, os registros de telefone móvel, de transações financeiras, trocas de mensagens etc. já exerciam o controle sobre os usuários. A epidemia forneceu o pretexto para

o Estado impedir o direito de ir e vir através do mapeamento de deslocamentos registrados no celular, entre outras coisas.

Também aqui não há novidade, exceto no meio utilizado. As quarentenas do século XIX eram complementadas pelo chamado cordão sanitário: tropas que impediam a passagem de pessoas nas fronteiras. O verbete *cordon sanitaire*, do Dicionário de Garnier-Pagès, discutia se aquela medida era útil ou não para conter uma epidemia. Mas, em pleno século XIX, alertava: “em nossos dias [o cordão sanitário] passou a servir de instrumento político, destinado a outra coisa e não ao combate ao contágio”. Sob a Restauração (1815-1830), prosseguia o autor do verbete, o cordão sanitário situado nos Pirineus, desde que a febre amarela foi contida, “estava muito mais destinado a vigiar os movimentos dos liberais da Espanha do que a servir de barreira ao progresso de uma doença” (GARNIER-PAGÈS, 1857, p. 288) que não ameaçava mais⁴⁷.

Os Pequenos Homens da Comunidade

A substituição dos laços comunitários pelo sentimento nacional é bem conhecida dos historiadores. Mas ela não apagou, antes reproduziu, o ideal da gente pequena contra o banqueiro “judeu”, que prejudicava o *shopkeeper* negando-lhe crédito ou escorchando-o com juro impagáveis.

A reunião de cada pequeno homem (*der Kleine Mann, le petit commerçant*), numa falsa união baseada no antisemitismo, era o “socialismo dos idiotas”, como a denominou o social democrata alemão August Bebel.

Os jornais radicais e socialistas franceses exibiam com orgulho os títulos de *Le Petit Niçois*, *Le Petit Provençal*, *La Petite Charente*, *Le Petit Troyen* (HOBSBAWM, 1992, p. 131). Em Recife, o *Jornal Pequeno* foi fundado em 1898, e muitos anos depois assumiu uma linha integralista; mas houve o *Jornal Pequeno* de Manaus (1911); o *Pequeno Jornal* da Bahia (1889) e outro,

sempre “imparcial e noticioso”, como se declarava em 1885, o *Pequeno Jornal* de Guaratinguetá (SP).

O cosmopolitismo esmagou as pretensões provincianas de Lucien de Rubempré, em *Ilusões Perdidas* (1837), de Balzac. Ele voltou desolado à sua Angoulême. Já o fascista rejeita o grande mundo das ideias reconhecidas e exalta o pequeno universo reconhecível do falatório de botequim de beira de estrada. Como os boas vidas de Fellini (*I Vitelloni*, 1953), oscila entre as aventuras adolescentes tardias e a pretensão social ou cultural frustrada.

Por outro lado, a arrogância do saber ilustrado rejeita a espontaneidade e, *a fortiori*, os elementos de consciência que habitam o senso comum⁴⁸. Num esquecido *best seller* brasileiro, o protagonista de *O Feijão e o Sonho* (1938), de Orígenes Lessa, é o pequeno intelectual zombado pelos homens do lugarejo. Só pode reagir com desprezo pela rotina das pessoas comuns. É o retrato do descompasso entre uma pretensão literária e qualquer sentido prático da vida.

Conclusão

O sentimento extravasado não contradiz necessariamente o equilíbrio racional. Numa sociedade despedaçada e utilitarista, o fascismo oferece o reencontro da intimidade, da emoção e da comunidade *fake* e promete um engajamento numa causa transcendente. Que ela seja uma máscara para a permanência da exploração, da desigualdade e das opressões insuportáveis do cotidiano não importa, porque a adesão a ele não é racional e essa compreensão exigiria o tempo e a mediação que pessoas idiotizadas não possuem. E isso é verdadeiro tanto para a era informática quanto para o pós-Primeira Guerra. Nesse sentido, estrito não foi mera coincidência Bolsonaro assumir o poder no centenário da reunião da *Piazza San Sepolcro*. Ele congrega as piores características de todos os líderes neofascistas e libera os instintos reprimidos de seus seguidores.

Para opor à massa fascista uma outra de igual intensidade, mas armada pela razão, não basta ater-se à própria razão. É preciso despertar algo mais que talvez já esteja lá, confinado em cada um, nos lares recônditos em que se aguarda a vez de ser sorteado.

REFERÊNCIAS

DAVIS, Natalie Zemon. *O Retorno de Martin Guerre*. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

DÜRRENMATT, Friedrich. *A Visita da Velha Senhora*. Trad. Mário Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

GARNIER-PAGÈS. *Dictionnaire Politique*. 5. ed. Paris: Pagnerre Éditeur, 1857.

GIGLIOLI, Enrico. La fosforecenza del mare: note pelagiche, ed osservazione fatte durante um viaggio di circunnavigazione. 1865-1868. *Bolletino della Società Geográfica Italiana*. Firenze, 1870.

GINZBURG, Carlos. *O Queijo e os Vermes*. Trad. Maria B. Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Impérios*. 3. ed. Trad. Sieni M. Campos e Yolanda Steidel de Toldedo. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1992.

JACKSON, Shirley. A Loteria. *Revista Literária em Tradução*, Florianópolis, n. 9, ano V, set. 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Revolução Espanhola*. São Paulo: Leitura, 1966.

MORENO, Patrícia. A febre amarela e as relações Portugal-Brasil no século XIX. *BSGL*, série 120, n. 1-12, 2002.

MORENO, Renan Meira Zapata. Cultura e senso comum em Antonio Gramsci. *Mouro – Revista Marxista – Núcleo de Estudos d’O Capital*, Ano 11, n. 14, jan. 2020.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro, 1986.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

TWAIN, Mark. *Patriotas e traidores: Antiimperialismo, política e crítica social*. Trad. Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

NOTAS

44 | Professor do Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP).

45 | Disponível em: <https://mubi.com/cast/jonathan-glazer>. Acesso em: 16 maio 2020.

46 | O diretor, fugitivo do nazismo, mostrava naquele faroeste uma população covarde cúmplice de um movimento criminoso: o macartismo, segundo Inácio Araújo (*Folha de S. Paulo*, 9 out. 2014). O roteirista Carl Foreman era um perseguido do macarthismo.

47 | E lembremos que o liberalismo espanhol oitocentista era particularmente radicalizado e defensor da Constituição de Cádiz (1812), um documento escrito sob bombardeio francês e analisado minuciosamente por Karl Marx (MARX; ENGELS, 1966).

48 | Sobre o tema, consultar: Moreno (2020).

A pandemia e a ‘inteligência’ do presidente

VICENTE A. C. RODRIGUES ⁴⁹

INEZ STAMPA ⁵⁰

A pandemia encontra o Brasil doente

A pandemia de COVID-19, causada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2, bem como a adoção de medidas necessárias ao seu enfrentamento, mudaram rapidamente, e de forma extraordinária, a vida de centenas de milhões de pessoas ao redor do mundo, causando mortes, alterando rotinas, impactando as formas de sociabilidade e impondo complexos desafios para o funcionamento da economia, tanto daquela de características locais, como a economia globalizada, comandada por empresas transnacionais a partir de “corredores econômicos” espalhados em vários pontos do mundo⁵¹.

Ao tempo em que este artigo foi finalizado, a doença já tinha infectado mais de cinco milhões de pessoas ao redor do mundo, causando 340,875 mortes e incontáveis sequelas de saúde entre os sobreviventes. No Brasil, conforme dados do Ministério da Saúde divulgados em 23 de maio de 2020, o número de óbitos alcançou a marca de 22.013, com um total de 347 mil pessoas infectadas⁵², sem sinal de desaceleração na difusão da doença. Há evidências de que estes números estão subestimados⁵³.

No plano econômico, o Fundo Monetário Internacional (FMI) projeta que deverá ocorrer a maior retração econômica desde a crise de 1929, com previsão de queda de 3% no PIB mundial, e cujos efeitos serão ainda mais

agudos no Brasil, com aumento do desemprego de 12,2% para 14,7% e queda estimada do PIB em 5,3% (FMI, 2020).

Isso em um contexto particularmente perverso, no qual se aprofundam, no Brasil, as consequências do desmonte dos direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988, com a redução/congelamento dos gastos com políticas sociais (Emenda Constitucional nº 95/2016) e o maior redirecionamento do fundo público aos interesses do capital (PEC nº 186/2019); a contrarreforma trabalhista (Lei nº 13.429/2017); a contrarreforma da previdência social (Emenda Constitucional nº 103/2019); a destruição da universalidade e gratuidade do Sistema Único de Saúde (SUS), entre outras atrocidades.

Tão rápidas foram as mudanças ocasionadas pela pandemia que em fevereiro do corrente ano ainda era possível ao governo brasileiro retratar a COVID-19 como um distante problema do sul da Ásia, e não uma realidade global com impacto direto em nossa saúde e na vida de nossas cidades. Abundavam, até o início de abril, teorias governamentais como aquela que mencionava o clima tropical do país como impeditivo do espalhamento do vírus e, ainda, duvidosos elogios a suposta resistência excepcional dos brasileiros — “Brasileiro pula em esgoto e não acontece nada”, como disse o presidente Bolsonaro em 26 de março⁵⁴.

Com o aumento exponencial do número de mortos, esse discurso debochado caiu por terra, mas não antes de ter confundido parcela significativa da opinião pública nacional⁵⁵ e de ter impedido a construção de uma política nacional unificada de enfrentamento à doença.

Neste aspecto, cabe questionar qual era o grau de entendimento da situação e quão eficiente foi a atuação dos órgãos de inteligência do Brasil, uma vez que, conforme determina a Lei 9.883, de 7 de dezembro de 1999⁵⁶, a tarefa desses órgãos consiste na “obtenção, análise e disseminação de conhecimentos dentro e fora do território nacional sobre fatos e situações de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório e a ação

governamental e sobre a salvaguarda e a segurança da sociedade e do Estado”. Dito de outra forma, o trabalho dos órgãos de inteligência é precisamente não ser surpreendido por situações como essa.

Contudo, obter resposta a esse questionamento não é tarefa singular. A despeito da vigência formal de dispositivos constitucionais que embasam a necessidade de ação transparente do Estado e, ainda, da vigência formal da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011), a administração pública vive um momento particularmente opaco, destacando-se a falta de transparência e de controle social da ABIN e de outros órgãos de inteligência brasileiros.

Inteligência e informação em tempos de pandemia — Brasil e EUA

Nessa direção, sustentamos que analisar a resposta dos Estados Unidos da América do Norte (EUA) à crise provocada pela pandemia, de sua comunidade de inteligência e de seu presidente, pode oferecer pistas para os nossos questionamentos.

Por um lado, porque a comunidade de inteligência brasileira sofreu historicamente profundas influências da comunidade de inteligência dos EUA, tanto em sua montagem como na definição de seu campo de atuação (RODRIGUES, 2017; FIGUEIREDO, 2005). Por outro, porque o atual mandatário brasileiro manifesta reiteradamente sua profunda admiração pelo presidente dos EUA, Donald Trump, ao qual busca frequentemente emular, a tal ponto que é possível identificar a vigência de uma política de “alinhamento automático”⁵⁷ do Brasil aos EUA, o que reverteu décadas de formulação estratégica do Itamaraty.

Antes, contudo, em benefício da precisão terminológica, cabe esclarecer que no âmbito dos chamados “órgãos de inteligência” contemporâneos, como a Agência Central de Inteligência (CIA) dos EUA, o Serviço Federal de Segurança da Federação Russa (FSB), o Ministério para Segurança do

Estado (MMS) da China e a ABIN, a palavra *inteligência* designa, de forma geral, tanto o conjunto de informações processadas sobre entidades estrangeiras, adversárias ou não do Estado, nos mais diferentes campos da política externa (militar, diplomático e econômico), como também os próprios órgãos responsáveis pela coleta, análise e difusão dessas informações.

Conforme definido por Lerner e Lerner (2004, p.125), o primeiro significado está intimamente ligado ao chamado “ciclo de inteligência”, processo complexo pelo qual a informação bruta é adquirida, convertida em inteligência após análise e, posteriormente, disseminada em direção a determinados agentes de alto grau do Estado.

No que se refere à identificação do adversário como uma “entidade estrangeira”, Lerner e Lerner sustentam que, nos EUA, “apesar da óbvia relação entre inteligência e manutenção da lei, um número de barreiras legais tem, historicamente, separado essas duas atividades” (LERNER; LERNER, 2004, p.126). Citam como exemplos a lei *Posse Comitatus*⁵⁸ e o ato de criação⁵⁹ da CIA, que proíbe sua atuação em ações de manutenção da lei no âmbito interno. Contudo, os autores concedem que após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, a linha entre vigilância interna e externa tornou-se menos definida nos EUA, e que, em regimes autoritários, frequentemente essa linha sequer existe.

No Brasil, inteligência também é, atualmente, utilizada para designar as atividades do ciclo de inteligência, bem como os órgãos encarregados dessas atividades. Contudo, seu uso é mais recente, tendo sido legalmente adotada apenas em 1999, com a criação da ABIN e do Sistema Brasileiro de Inteligência (SBI), pela Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999.

Anteriormente, a ditadura militar de 1964-1985 utilizava a expressão *informação*, como forma de evitar duplo sentido, pois a palavra inteligência tem como significados mais comuns aqueles referentes à faculdade de entender, pensar e raciocinar. Em ambos os casos, seja inteligência, seja

informação, temos a seguinte situação: dados informacionais brutos, obtidos de fontes ostensivas ou secretas, são coletados por órgãos especializados, processados e oferecidos a determinados destinatários privilegiados.

Na atual conjuntura de pandemia, a administração Trump vem sendo fortemente criticada⁶⁰ em virtude do que é percebido como uma sequência reiterada de falhas no enfrentamento da emergência, tanto por não se ter levado em conta avisos específicos e repetidos da comunidade de inteligência a respeito da COVID-19, como também por não se ter tomado medidas consistentes que pudessem articular uma resposta de âmbito nacional.

De fato, entre os meses de fevereiro e março de 2020, diversos membros da administração Trump fizeram declarações minimizando o risco da pandemia e tomaram decisões que, em última análise, diminuíram o grau de preparação dos EUA à pandemia e levaram, afinal, ao aumento do número de mortes naquele país. O próprio presidente norte-americano colecionou declarações desastrosas no mesmo período, comparando a COVID-19 a uma “gripe dessas de temporada” e sugerindo que a população “tomasse vacina para a gripe” e que fosse trabalhar “mesmo que contaminada pelo vírus”.

A posição pública da administração somente mudou, e ainda assim em parte, no final de abril, quando mais de 60.000 pessoas já tinham morrido nos EUA vítimas da doença, e quando projeções indicavam que dificilmente o número total seria menor do que 100.000 mortos. Em um giro argumentativo, o governo dos EUA passou a reconhecer a gravidade da situação e a acusar a China, país que é seu principal parceiro econômico e maior adversário geopolítico, ora sugerindo que os chineses poderiam estar por trás da criação artificial do vírus⁶¹, ora que a China tinha encoberto o problema e tinha falhado em avisar à comunidade internacional sobre o que ocorria. Também foi alvo de críticas a Organização Mundial da Saúde

(OMS), denunciada por ele como um “sinófila” e uma “marionete da China”⁶².

De forma a reforçar a retórica de que a pandemia fora ocasionada por um inimigo externo, o presidente norte-americano lembrou que a letalidade da COVID-19, nos EUA, superava a de outros eventos traumáticos da história daquele país. Referiu-se, especificamente, ao ataque japonês a Pearl Harbor, em dezembro de 1941, que deixou 2.403 militares e pessoal de apoio norte-americanos mortos e, ainda, os ataques terroristas de 11 de setembro, que vitimaram 2.753 pessoas. Curiosamente, ambos os eventos são reconhecidos por especialistas como grandes falhas de inteligência da história dos EUA, nas quais os avisos da comunidade de inteligência não foram observados pelo presidente.

Neste ponto, faz-se importante questionar se há evidências de que Trump fora informado do risco potencial da pandemia, e quais razões o teriam levado a ignorar os alertas da comunidade de inteligência. Sobre o primeiro aspecto, o que já foi revelado publicamente permite afirmar que entre fevereiro e janeiro de 2019 circularam memorandos da CIA e do assessor econômico presidencial alertando para a possibilidade de que “centenas de milhares pessoas morressem” e para o “descarrilamento da economia” norte-americana, a menos que medidas imediatas fossem tomadas em relação ao surto de COVID-19⁶³.

Sobre as razões pelas quais o presidente dos EUA ignoraria esses alertas, há duas explicações possíveis. A primeira relaciona-se ao fato de que a comunidade de inteligência produz um grande volume de alertas e avisos quanto a riscos potenciais, na maioria das vezes não realizados, para a segurança nacional norte-americana. O grande volume de informações gera o risco de que a filtragem e valoração desse material não seja eficiente⁶⁴.

Outra explicação complementar é que, mesmo antes do início formal de sua administração, quando era o presidente eleito, mas ainda não tinha tomado posse, Trump mantém-se em permanente conflito com a

comunidade de inteligência dos EUA, principalmente após órgãos como o FBI a CIA e a NSA terem apoiado sub-repticiamente teorias segundo as quais sua eleição interessava ao governo da Rússia, que teria patrocinado em seu benefício uma campanha de *fake news* disseminadas em redes sociais. Embora afinal inocentado de qualquer articulação intencional com essa potência estrangeira, principalmente a partir da publicação do Relatório Muller⁶⁵, que o exonerou da acusação de estar em conluio com a Rússia, o conflito marcou indelevelmente a percepção de Trump a respeito do comportamento do chamado governo invisível dos EUA, expressão que designa não somente as agências e órgãos de inteligência reconhecíveis, mas, também, um agrupamento amorfo e indefinido de indivíduos e órgãos extraídos de vários setores do governo visível convencional e que atuam na área de inteligência (WISE; ROSS, 1968).

Do alinhamento automático na resposta à COVID-19

Na comparação direta entre a atuação dos governos dos EUA e do Brasil salta aos olhos a impressionante similitude entre elas. No que se refere às manifestações públicas de agentes governamentais, de aliados políticos e do próprio presidente brasileiro, também foram inúmeras as declarações inexatas ou simplesmente falsas a respeito da COVID-19. Por exemplo, se em 9 de março o presidente norte-americano declarou que a COVID-19 não era diferente de uma “gripe de temporada” (*seasonal flu*), poucos dias depois o presidente brasileiro afirmou que se tratava de uma “gripezinha”. Em ambos os casos, os presidentes mencionaram o número de mortos por gripe comum para tentar demonstrar que outras doenças matariam tanto quanto a COVID-19.

A similitude vai além de eventuais coincidências argumentativas. Também no Brasil o governo federal falhou em oferecer uma estratégia consolidada nacionalmente, não tendo sido poucos os choques com os

governos estaduais e com agentes de saúde. Em ambos os países os governos centrais repassaram publicamente a responsabilidade por danos à economia aos governos estaduais, criticando duramente iniciativas como isolamento social e *lockdown*, e miraram a atuação de seus próprios representantes governamentais no campo da saúde, como foi visto nos EUA com os reiterados atritos entre Trump e o líder da força-tarefa da Casa Branca para a pandemia e, de forma ainda mais espetacular no Brasil, com as sucessivas substituições no Ministério da Saúde.

Também no que se refere aos atritos com órgãos de inteligência cabe mencionar a correspondência entre a atuação brasileira e norte-americana, hoje demonstrável com a recente liberação, pelo Supremo Tribunal Federal, da degravação⁶⁶ de reunião ministerial ocorrida em 22 de abril, no Palácio do Planalto, em Brasília-DF. Em diferentes pontos de uma tensa reunião recheada de palavrões, impropérios, ameaças a outros Poderes da República e acusações contra adversários políticos, Bolsonaro afirmou que os órgãos de inteligência das Forças Armadas não lhe prestavam as informações necessárias; que a ABIN prestava apenas “algumas informações” em virtude do suposto “aparelhamento” do órgão e que seria necessário substituir gente da “segurança na ponta da linha que pertence a estrutura nossa” (em provável referência à Polícia Federal) para evitar prejuízos a sua família e amigos. Apesar de terem sido tarjados os trechos referentes à política externa, a degravação também permite observar contextualmente que o governo brasileiro está em sintonia com a administração norte-americana em suas acusações contra a China.

Tantas e tão profundas semelhanças no comportamento revelam indícios adicionais do alinhamento automático do Brasil à tomada de decisões estratégicas nos EUA. Ainda que devam ser consideradas as diferentes conjunturas econômicas, políticas e sociais entre os países, essa influência vai além do campo da política externa, condicionando até mesmo o comportamento interno de instituições brasileiras.

Registramos aqui alguns retrocessos que marcam atualmente a realidade brasileira e que se tornam mais contundentes no contexto da pandemia de COVID-19, deixando a população ainda mais exposta às gravíssimas consequências já observadas em outros países.

No percurso da história o país viveu e vive uma ditadura da burguesia, pois o medo da elite burguesa da perda do poder (político, econômico e social) faz com que se utilize de armas cruéis para manter-se com o *status quo* inalterado. Nesse aspecto, a atual ofensiva do governo brasileiro, que trata os próprios cidadãos e residentes como inimigos internos, é elemento fundamental para compreender os dilemas por que passa a sociedade brasileira, em especial a classe trabalhadora, em momento tão grave. Aqui se observam, tal como no governo Trump, operações estratégicas com (mau) uso da inteligência e de tecnologia da informação, de políticas de eliminação direcionadas a minorias e de técnicas agressivas (inclusive verbais) cujo alvo é o cidadão comum. Mas estamos em meio a uma grave pandemia. Até quando a sociedade observará passiva o aumento do número de mortos e a política de “alinhamento automático”?

REFERÊNCIAS

FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do silêncio*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). *The Great Lockdown*. World Economic Outlook. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2020/04/14/World-Economic-Outlook-April-2020-The-Great-Lockdown-49306>. Acesso em: 05 maio 2020.

LERNER, K. Lee; LERNER, Brenda Wilmoth. *Encyclopedia of Espionage, Intelligence and Security*. Detroit, EUA: Gale Research, 2004.

RODRIGUES, Vicente A. C. *Documentos (in)visíveis*. Aracaju: Edise, 2017.

YOUNG, Alex. Too Much Information: Ineffective Intelligence Collection, *Harvard International Review*, 18 de agosto de 2019. Disponível em: <https://hir.harvard.edu/too-much-information/>. Acesso em: 12 maio 2020

WISE, David; ROSS, Thomas B. *O governo invisível*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

NOTAS

49 | Doutorando em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Membro do *Opening The Archives Project*.

50 | Professora do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social (TRAPPUS/PUC-Rio). Membro do *Opening The Archives Project*.

51 | A crise, contudo, não é para todos. Um seleto grupo de cinco bilionários experimentaram aumento nos lucros de suas empresas de alta tecnologia, totalizando USD \$3.316 trilhões. São eles: Jeff Bezos (Amazon), Mark Zuckerberg (Facebook), Steve Ballmer (Microsoft), Elon Musk (Tesla) e Michael Bloomberg (Bloomberg).

52 | Nessa contabilidade macabra, o país está atrás somente dos Estados Unidos, que tem 1,6 milhões de pessoas infectadas, com um total de 96 mil mortes. Isso não é coincidência, como será visto adiante.

53 | Ver entrevista do epidemiologista Paulo Lotufo, disponível em: <https://saude.abril.com.br/medicina/entrevista-por-que-o-numero-de-mortes-por-coronavirus-esta-subestimado/>. Acesso em: 07 maio 2020.

54 | Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/26/brasileiro-pula-em-esgoto-e-nao-acontece-nada-diz-bolsonaro-em-alusao-a-infeccao-pelo-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 15 maio 2020.

55 | Em pesquisa divulgada em 26 de março de 2020, o Brasil aparece como um dos países que menos acredita no isolamento social como forma de prevenir o alastramento do vírus. Disponível em:

<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/04/23/interna-brasil,847456/brasileiros-estao-entre-os-que-menos-acreditam-no-isolamento-social.shtml>. Acesso em: 23 maio 2020.

56 | Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), e dá outras providências.

57 | Sobre os riscos inerentes a essa posição e seu caráter disruptivo em face da tradição diplomática do Itamaraty, ver a matéria “O Arriscado Alinhamento automático do Brasil aos EUA, de Thomas Milz, publicada em 06 de fevereiro pelo portal de notícias alemão Deutsche Welle. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/o-arriscado-alinhamento-autom%C3%A1tico-do-brasil-aos-eua/a-52275327>. Acesso em: 12 abril 2020.

58 | A lei *Posse Comitatus* é uma norma federal promulgada em 1878, no contexto pós-guerra civil dos EUA, que limita os poderes do governo federal, impedindo-o, na prática, de utilizar pessoal militar em ações de repressão contra a própria população dos EUA. A expressão, de origem latina, significa “poder da comunidade”.

59 | A CIA foi criada através do *National Security Act of 1947*. O mesmo ato criou o *National Security Council* (NSC) e o *Department of Defense*.

60 | Ver o artigo *Criticized for Pandemic Response, Trump Tries Shifting Blame to the W.H.O.*, New York Times, 14 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/04/14/us/politics/coronavirus-trump-who-funding.html>. Acesso em: 12 maio 2020.

61 | Para defender essa teoria, Trump escalou o Secretário de Estado dos EUA, para afirmar que “há enorme evidência de que a propagação do vírus foi iniciada no Laboratório de Armas Biológicas de Wuhan, China. Ver: <https://www.theguardian.com/world/2020/may/03/mike-pompeo-donald-trump-coronavirus-chinese-laboratory>. Acesso em: 14 maio 2020.

62 | Disponível em: <https://www.bbc.com/news/health-52679329>. Acesso em: 14 maio 2020.

63 | Ver <https://www.project-syndicate.org/commentary/us-intelligence-coronavirus-pandemic-by-kent-harrington-2020-04> e <https://www.theguardian.com/world/2020/apr/07/donald-trump-coronavirus-memos-warning-peter-navarro>. Acesso em: 15 maio 2020.

64 | Trata-se de um problema comum no âmbito da coleta e processamento de informações de inteligência, conforme aponta Young (2020).

65 | Relatório sobre a Investigação quanto à Interferência da Rússia nas Eleições Presidenciais de 2016, publicado em março de 2019 e de autoria do conselheiro especial Robert S. Muller. Disponível em: <https://www.justice.gov/storage/report.pdf>. Acesso em: 15 maio 2020.

66 | Registrada no Laudo nº 1242/2020 – INC/DITEC/PF, de 21 de maio de 2020, do Instituto Nacional de Criminalística, do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Cortar ou não cortar, eis a questão. Crise orgânica, tensões no bloco social dominante e ajustes na austeridade fiscal

RODRIGO CASTELO⁶⁷

*“Ser ou não ser, eis a questão: será mais nobre
Em nosso espírito sofrer pedras e setas
Com que a Fortuna, enfurecida, nos alveja,
Ou insurgir-nos contra um mar de provações
E em luta pôr-lhes fim? Morrer... dormir: não mais.”*

[**WILLIAM SHAKESPEARE**, Hamlet]

A hegemonia conquistada pelas frações rentistas do bloco social da supremacia burguesa, desde os anos 1980 até hoje, é um momento ímpar na história do modo de produção capitalista e alcançou, a partir de um desenvolvimento desigual e combinado, praticamente todas as formações econômico-sociais no mercado mundial. Uma das expressões concretas dessa hegemonia na materialidade do poder estatal é a austeridade fiscal. Não à toa, a política de austeridade é o primeiro item dos dez pontos do Consenso de Washington e se tornou uma espécie de catequese fundamentalista do *mainstream* burguês.

O alcance e os impactos da hegemonia rentista e da austeridade fiscal são impressionantes, pois distintos grupos das lutas de classes aderiram ao círculo de ferro do neoliberalismo nas últimas quatro décadas. No centro

imperialista, partidos social-democratas, após serem massivamente cooptados pelas forças dominantes, foram executores diligentes do projeto neoliberal, abrindo espaço para a difusão do social-liberalismo em todo o mundo. Nas semiperiferias e periferias dependentes, os cânones neoliberais, mediados pela dominação imperialista, ganharam ares de receituário e foram aplicados com afinco por governos conservadores e democrático-populares, inclusive na vulgata neodesenvolvimentista. Por fim, um dos últimos bastiões foi conquistado com a cooptação da extrema-direita fascista que, no seu passado, rejeitou ideias motrizes do liberalismo e defendeu modelos de forte intervenção estatal na acumulação capitalista mas, no presente, aderiu sem vacilação à ortodoxia econômica. Resta, ainda, uma pequena e brava resistência nas fileiras comunistas e socialistas.

Com o início da crise orgânica em 2008, o cenário mudou. Diante dos efeitos da crise, Estados nacionais imperialistas e dependentes adotaram tímidas políticas anticíclicas de estímulo à reativação da acumulação capitalista e de alívio às expressões mais agudas da “questão social”. Em determinadas situações extremas, medidas estatizantes foram tomadas para salvar grandes empresas capitalistas. Passado o pior, os ajustes fiscais draconianos voltaram à cena.

Com a pandemia decretada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2020, podemos constatar o agravamento da crise orgânica e novos abalos na hegemonia rentista, algo impensável nos últimos anos. Demandas por redução das taxas de juros, perdão de dívidas de consumidores e pequenas empresas, recuo na política recessiva de corte de gastos e aumento da intervenção estatal surgem de todos os lados, inclusive de setores da alta burguesia como veremos a seguir.

A partir dessas mudanças na conjuntura, a tese aqui defendida é a seguinte: as críticas às políticas de austeridade fiscal expressam tensões e atritos no bloco social burguês, o que aumentará as contestações à hegemonia rentista. Essa nova conjuntura da crise orgânica não significa,

contudo, o fim imediato desta hegemonia, ou mesmo num período próximo, mas abre possibilidades históricas de uma atuação mais decisiva e contundente da classe trabalhadora na luta contra o poder rentista. E tais tensões e atritos expressam igualmente algo mais profundo: abalos e fissuras no bloco histórico neoliberal. São distintas camadas da realidade que, analisadas em uma unidade contraditória, moldam o quadro da crise orgânica.

Vejam os alguns fatos que ajudam a dar concretude a nossa tese, começando pela tríade imperialista (Estados Unidos, União Europeia e Japão) e, depois, nos concentraremos no Brasil. Nos Estados Unidos, Donald Trump sancionou em março de 2020 um acordo parlamentar que injeta US\$ 2 trilhões na economia estadunidense⁶⁸, considerada a maior intervenção econômica da história daquele país. Grande parte dos recursos estatais será destinada a salvar empresas, enquanto uma fração menor irá para desempregados e gastos com a saúde. Na Europa, medidas de alívio aos efeitos da crise partiram do governo inglês de Boris Johnson, parceiro de primeira hora de Trump, fazendo um aporte vultoso de £30 bilhões, quantia que não era aplicada desde a Segunda Guerra Mundial⁶⁹. Países-membros da União Europeia, como Alemanha, França, Espanha e Itália, anunciaram celeremente pacotes anticíclicos nacionais e negociam um pacote supranacional de proporções inéditas que pode alcançar €500 bilhões⁷⁰. E, no Japão, o governo federal, comandado por forças de extrema-direita, coloca em prática um pacote de intervenção econômica da ordem de €1 trilhão⁷¹.

No Brasil, o início da crise orgânica com as Jornadas de Junho em 2013 trouxe os primeiros desafios à manutenção da hegemonia rentista no país⁷², mas esta se manteve praticamente intacta, inclusive com a reafirmação de medidas de austeridade fiscal pelo governo Dilma Rousseff de 2013 até o golpe parlamentar-jurídico de 2016. A ascensão de Michel Temer à presidência e a eleição do fascista Jair Bolsonaro fortaleceram a hegemonia

rentista, que chegou ao ponto de ganhar *status* de constitucionalidade com a Emenda Constitucional do teto dos gastos, a famigerada EC95, dentre tantas outras medidas jurídicas, administrativas e culturais que blindam o poder rentista de qualquer controle democrático.

De todo modo, a forte queda no crescimento econômico e nas taxas de lucro do grande capital monopolista desde 2014 tem aumentado as tensões e atritos dentro do bloco social dominante, e tudo indica que esta tendência continuará no atual governo. Por um lado, Bolsonaro abandonou suas antigas crenças no maior controle estatal na economia e passou a louvar o livre mercado, com o objetivo de atrair grupos da alta burguesia para as suas bases eleitorais e sociais. O fiador do acordo bem-sucedido entre o novo convertido e as elites econômicas é Paulo Guedes, economista formatado no credo da Escola monetarista de Chicago. Fiel à cartilha neoliberal, Guedes mostra serviço desde os primeiros dias da sua nomeação com corte de gastos, anúncio de privatizações, parcerias público-privadas, ofensas ao funcionalismo público e etc.. Assim, Bolsonaro e seu ministro da Economia reafirmam cotidianamente os compromissos firmados com o grande capital monopolista e recebem de volta apoios e aplausos — diga-se a verdade, cada vez mais tímidos e silenciosos, mas decisivos para a manutenção de ambos no Planalto Central.

De outro lado, a nova conjuntura da crise orgânica aberta pela pandemia coloca em xeque a política ultraneoliberal de Guedes. O crescimento de 1,1% do PIB no primeiro ano do governo Bolsonaro foi menor do que a média no governo Temer, que já tinha sido pífio. Agora, tudo indica uma queda fortíssima no biênio 2020-2021, que pode se agravar caso as políticas de austeridade fiscal não sejam afrouxadas, ou mesmo abandonadas. E a pressão por mudanças na política econômica partem de várias frentes, inclusive de grupos internos do *status quo*. A questão que se impõe, portanto, é: estarão os rentistas dispostos a cortar na carne para salvar a própria pele? Ou em termos mais precisos: a alta burguesia sacrificará parte da

acumulação de riqueza, numa formação econômico-social semiperiférica como a brasileira, em nome de uma supremacia baseada no consenso?

Num contexto de profunda estagnação econômica, de instabilidade política no andar de cima da pirâmide social e de avanço da pandemia, o aumento dos gastos sociais tornou-se uma necessidade imperativa e o governo cedeu, a contragosto, na pauta da austeridade fiscal. No dia 18 de março de 2020, a presidência da República encaminhou pedido ao Congresso Nacional para decretação do estado de calamidade pública, com o objetivo de afrouxar as regras fiscais e elevar os gastos sociais. O pedido foi aprovado no Senado, a toque de caixa, dois dias depois do seu envio.

Feito isso, o Ministério da Economia reviu a previsão de *déficit* nas contas públicas de R\$124 bilhões para R\$ 429 bilhões, o maior valor da série histórica. Paulo Guedes, todavia, não perdeu a oportunidade de declarar, na fatídica reunião ministerial do dia 22 de abril, que a direção intelectual-moral continua apontando para a hegemonia rentista e os cofres públicos abastecerão as grandes empresas. Nas suas palavras, “na conversa com os ministros da Fazenda lá de fora eu disse que nós estamos com um déficit extraordinariamente alto esse ano. É da mesma forma que eles, tá todo mundo na mesma direção, só que nós caímos no chão, tá uma confusão. Tiro, porrada e bomba, mas nós não perdemos a bússola. A gente cai, levanta e sabe para onde nós temos que ir”⁷³.

Com a decretação do estado de calamidade pública, o orçamento federal deixou momentaneamente de ter um limite determinado pelas férreas regras fiscais e o Executivo assegurou que o aumento dos gastos sociais não significará, necessariamente, uma queda nas remunerações dos proprietários dos títulos das dívidas públicas, garantindo, por sua vez, a parcela polpuda do orçamento federal apropriada pelas frações rentistas da burguesia. E vale destacar que a elevação dos gastos sociais é uma resposta focalizada e emergencial ao aumento do desemprego, miséria, fome etc., não

se constituindo, portanto, em uma mudança qualitativa de intervenção estatal nas expressões da “questão social”.

Contraditoriamente, a hegemonia rentista está salvaguardada pelas mais recentes ações de afrouxamento da austeridade fiscal, tida como um dos seus pilares estruturais. Entretanto, setores do governo federal e aclamados intelectuais orgânicos do Estado-maior do bloco social dominante fizeram pronunciamentos públicos sobre a necessidade de novos aumentos dos gastos públicos para amenizar os efeitos mais dramáticos da crise orgânica.

As tensões e choques derivados da condução ultraliberal da austeridade fiscal surgem no próprio Executivo. No dia 22 de abril de 2020, o general Braga Netto, ministro da Casa Civil, articulado com as pastas do Desenvolvimento Regional e da Infraestrutura, anunciou um tímido pacote de R\$ 30 bilhões chamado de Plano Pró-Brasil, voltado para investimentos públicos em obras de grande porte, em especial na área de infraestrutura. O objetivo oficial é a retomada do crescimento econômico, da geração de empregos e a modernização da infraestrutura brasileira. O plano estatal, todavia, apresenta resistências da equipe econômica liderada por Guedes, que não enviou representação para o anúncio oficial. Enquanto o Pró-Brasil defende a necessidade de investimentos públicos, a equipe econômica insiste na predominância da iniciativa privada. Os embates entre Guedes e a Casa Civil militarizada foram tão intensos que, dias depois do anúncio, Bolsonaro foi obrigado a colocar panos quentes na desordem das suas fileiras e declarar que Paulo Guedes era o “homem que decide a economia [...]”. Ele nos dá o norte, nos dá recomendações e o que nós realmente devemos seguir.”⁷⁴ O “Posto Ipiranga” segue no cargo mas se equilibrando na corda bamba e com o prestígio abalado.

Outros sinais de crise no andar de cima da sociedade brasileira surgem na grande mídia, porta-voz de intelectuais orgânicos da burguesia. Antonio Delfim Netto, ex-ministro da ditadura empresarial-militar, signatário do AI-5 e histórico consultor do grande capital, avalia que a atual crise é alarmante

e sugere um plano nacional de recuperação econômica, abolindo momentaneamente os limites orçamentários. Ainda segundo ele, o combate à pobreza e a redução das desigualdades sociais devem ter um peso maior na política econômica⁷⁵.

Armínio Fraga, ex-presidente do Banco Central e administrador de fundos financeiros bilionários, defende, em programas televisivos e artigos de opinião veiculados em jornais de grande circulação, que o Brasil abandone temporariamente a austeridade fiscal e, no seu lugar, adote uma economia de guerra, aumentando gastos na saúde pública e na assistência social, com a adoção de um programa de renda mínima para 100 milhões de brasileiras e brasileiros. Conjugado a esses rompantes humanitários, Fraga, em artigo escrito em coautoria com Vinicius Carrasco e José Alexandre Scheinkman⁷⁶, afaga o capital com a defesa de oferta de uma linha de créditos estatais da ordem de R\$120 bilhões para empresas brasileiras.

Essas declarações e disputas internas no governo Bolsonaro expressam atritos no bloco social dominante. São três exemplos — e outros poderiam ser facilmente agregados — de como intelectuais relacionados ao grande capital monopolista, dentro e fora da máquina estatal, travestidos de uma súbita consciência filantrópica, passam a defender alterações emergenciais e momentâneas na política econômica de austeridade fiscal, conjugando-as com medidas social-liberais de alívio da pobreza, tendo como objetivo o espírito de preservação da supremacia burguesa em tempos de crise orgânica. O tom é de penhorar os anéis para salvar os dedos e retomá-los depois, mesmo pagando uma pequena taxa para isto.

Para usarmos uma fórmula de Gramsci nas análises das crises orgânicas, os de cima não conseguem mais governar como antes e buscam garantir a supremacia pelo aumento da coerção, sem abrir mão de doses mínimas de consenso. Daqui para frente, a violência estatal (e paraestatal) se intensificará sob diversas maneiras. Dentre elas, o Estado, como força organizada das classes dominantes e operador da *violência como potência*

*econômica*⁷⁷, manejará seus instrumentos fiscais de forma crescentemente coercitiva, embora medidas táticas de concessões míseras e pontuais aos subalternos serão percebidas ao longo do processo, visando atenuar os efeitos socioeconômicos crônicos do capitalismo dependente. Essa forma de gestão da supremacia burguesia, contudo, acirrará as contradições sociais.

Assim, na atual conjuntura da crise orgânica, com o aumento nas tensões internas ao bloco social dominante, abrem-se possibilidades concretas (embora ainda muito remotas) de superação do bloco histórico neoliberal. Mas possibilidades não se transformam automaticamente em tendências políticas. Como adverte Gramsci, numa crise orgânica, existem múltiplas saídas históricas: estas podem vir tanto pela revolução socialista como pela alternativa fascista, o que significará o aprofundamento do capitalismo. O que mudará a correlação de forças, determinando os vetores resultantes das lutas de classes, serão a capacidade de organização e consciência das classes sociais. Cabe à classe trabalhadora brasileira e suas organizações forjarem uma unidade classista e se colocarem política e ideologicamente de forma autônoma nas lutas de classes, rompendo ilusões desenvolvimentistas e de conciliação de classes e apontando para um horizonte de superação da hegemonia rentista, do neoliberalismo e do capitalismo dependente.

Apesar dos pesares,
a longa noite não é natural, nem definitiva:
não é hora de morrer,
nem de dormir,
mas sim de lutar e de se insurgir.

REFERÊNCIAS

IANNI, Octavio. *A ditadura do grande capital*. São Paulo: Expressão Popular, [1981] 2019.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Boitempo, [1867] 2013.

NOTAS

67 | Professor da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e pesquisador do Coletivo do Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão sobre Estado, movimentos sociais e acumulação capitalista (Cepemac) e do Grupo de Trabalho sobre Teoria Marxista da Dependência da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP).

68 | G1. Trump promulga pacote de US\$ trilhões para avaliar impactos do coronavírus na economia. G1, 27 mar. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/03/27/trump-promulga-pacote-de-us-2-trilhoes-para-aliviar-impactos-do-coronavirus-na-economia.ghtml>. Acesso em: 19 maio 2020.

69 | OSWALD, Vivian. Europa injeta €100 bi para proteger economia da nova pandemia. *O Globo*, Rio de Janeiro, 12 mar. 2020. Economia, p.30.

70 | MIGUEL, Bernardo de. União Europeia abre caminho para acordo histórico sobre fundo anticrise. *El País*, 22 abr. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/economia/2020-04-22/uniao-europeia-abre-caminho-para-acordo-historico-sobre-fundo-anticrise.html>. Acesso em: 19 mai. 2020.

71 | CHARLES, Frédéric. Crise do coronavírus: o Japão também entra em recessão histórica. *UOL*, São Paulo, 18 mai. 2020. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2020/05/18/crise-do-coronavirus-o-japao-tambem-entra-em-recessao-historica.htm>. Acesso em: 19 mai. 2020.

72 | Sobre a hipótese de crise orgânica no capitalismo dependente no Brasil no tempo presente, recomendo a leitura do texto *Crise orgânica, recessão econômica e lutas de classes no Brasil em tempos de pandemia*, de minha autoria, publicado no número 5 (abril de 2020) do boletim da International Gramsci Society Brasil (IGS-Brasil) e disponível em: <http://igsbrasil.org/boletins/boletim-5-no1-abril-2020/>

73 | MAZIEIRO, Guilherme. Guedes: vamos usar recurso público com grandes empresas e ganhar dinheiro. *UOL*, São Paulo, 22 maio 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas->

[noticias/2020/05/22/guedes-vamos-usar-recurso-publico-com-grandes-empresas-e-ganhar-dinheiro.htm](https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/27/homem-que-decide-a-economia-no-brasil-e-um-so-paulo-guedes-diz-bolsonaro.ghtml). Acesso em: 24 maio 2020.

74 | MAZUI, Guilherme; MARTELLO, Alexandre. Homem que decide a economia no Brasil é um só: Paulo Guedes, diz Bolsonaro. *G1*, 27 abr. 2020. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/27/homem-que-decide-a-economia-no-brasil-e-um-so-paulo-guedes-diz-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 20 maio 2020.

75 | UOL. Delfim Netto: Coronavírus colocou pobre no foco e mudará política econômica. *UOL*, São Paulo, 13 abr. 2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/04/13/delfim-netto-recuperacao-economia.htm>. Acesso em: 19 maio 2020.

76 | FRAGA NETO, Armínio; CARRASCO, Vinícios; SCHEINKMAN, José Alexandre. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 mar. 2020. Veja proposta com 9 itens que garante crédito para empresas suportarem choque do coronavírus. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/03/veja-9-propostas-que-garantem-credito-para-empresas-suportarem-choque-do-coronavirus.shtml>. Acesso em: 19 maio 2020.

77 | Sobre a categoria teórica de violência como potência econômica, cf. Karl Marx ([1867] 2013), livro I, capítulo 24, seção 6 e Octavio Ianni ([1981] 2019), em especial a primeira parte.

Globalização e pandemia: o fim da hegemonia e a necropolítica neoliberal

PEDRO CLÁUDIO CUNCA BOCAYUVA⁷⁸

Podemos considerar o neoliberalismo como desmedida da desterritorialização, como pressão do ciclo curto da temporalidade da acumulação financeirizada sobre a superfície do globo, ou como expressão do condicionamento político do capital sobre as forças produtivas ampliadas no quadro intensificado da divisão internacional do trabalho, fruto da expansão das fronteiras do capitalismo mundial ligadas ao momento pós-guerra fria. Além disso é necessário cruzar essa dimensão espacial na dupla lógica do capital — financeira do tipo imaterial e material do novo imperialismo — com a visão do neoliberalismo como contrarreforma permanente, bem como sua história política enquanto efeito da luta de classes.

O neoliberalismo é uma espécie de **guerra de movimento** aberta pelas forças transnacionais do capital, uma contrarreforma, como indicou Carlos Nelson Coutinho, um ataque contra as conquistas históricas das classes subalternas, contra as mediações de regulação nacional restritiva para favorecer o espaço liso e plano, permitindo o livre fluxo vertical do capital. Desta forma, temos a imposição de um quadro que combina destruição de mediações institucionais nacionais e sociais e competição aberta entre Estados Nacionais. Vivemos, durante o final do século XX e as duas primeiras décadas do novo século, uma disputa entre lugares, pela atração via oferta de ativos exploração de trabalho e recursos naturais baratos nos distintos países, com a transnacionalização de impulsos bélicos, unificação

de estados e classes via cultura e consumo, com uma enorme fusão, aquisição e expansão das Empresas Transnacionais. Este processo de ampliação do raio das relações de produção se apoiou numa enorme revolução nas intensidades produtivas, através de meios técnicos e organizacionais. O planeta passou por uma mudança geográfica, demográfica e ecológica com efeito na biosfera, com a constituição de um megaespaço urbano, apoiado na destruição ambiental e nos efeitos biológicos derivados do impacto da dinâmica de atrocidades, saques e a submissão forçada de populações e territórios.

Neste início de século XXI, colhemos os efeitos de acontecimentos catastróficos, acelerados pelos distintos processos de interação e contágio biológico mundializado, com todas as transformações imunológicas que ocasiona nas relações entre as espécies vivas, em especial, para a saúde da espécie humana. A análise de situação e da relação de forças clássica, inclui agora, de maneira mais radical, as mutações ecológicas e seus efeitos que retornam sobre a vida no planeta. Neste artigo acompanhamos o movimento teórico da incorporação da dimensão da noção de biosfera no estudo da cena mundial, na relação dos processos biológicos, físicos, químicos e ecológicos que afetam o planeta, com a crise orgânica global, conforme sugeriu o Professor Stephen Gill, ao introduzir a categoria de biosfera nos estudos de relações internacionais.

No final do ciclo aberto entre 1973 (Chile) e 1980 (Grã-Bretanha e Estados Unidos) se esgotou a globalização neoliberal entre 2001-2008, com as três grandes crises cruzadas da contemporaneidade: a da dinâmica financeirizadora, a das novas fronteiras geopolíticas e a da biosfera. As tendências transversais da guerra difusa, da precarização, da expulsão de populações, do aquecimento global e da ciberesfera são os elementos mais característicos deste esgotamento.

A crise orgânica global do novo constitucionalismo neoliberal produz situações e relações de força de disputa no plano da política e da cultura, os

distintos blocos no poder disputam a narrativa e ação em resposta aos efeitos destes aspectos transversais, acelerados pelos eventos decisivos com um corte abrupto e decisivo neste ano de 2020, a partir da sobredeterminação do caos sistêmico pela emergência da catástrofe relacionada ao efeito geral da COVID-19. Tudo isso sobre um quadro caótico de bifurcação entre poderes e potências, entre centros e periferias, que devem passar por novas condicionalidades em função dos temas e da questão bioética, sanitária e das trajetórias e disputas que implicam a sobrevivência da espécie por fenômenos físicos e biológicos — que retornam como forças cegas e naturais que exigiram aos humanos mudanças como as que se relacionam com os estados de emergência sanitária que partem de contextos de exceção até então ligados a catástrofe climáticas e ao terrorismo.

Sinais anteriores de quadros pandêmicos mundiais foram parcialmente controlados, mas os tempos e mutações e amplitude parecem de escala e intensidade ampliadas. Disputar o modo de incorporar a narrativa sobre as catástrofes na disputa política se relaciona com especificidades nacionais.

Nossas observações, neste artigo, levam em conta a especificidade, neste quadro global, da trajetória brasileira, em especial, depois do esgotamento do ciclo petista, do final das lutas de 2013 e com o avanço da guerra híbrida que resultou na sucessão de golpes brancos que facilitaram a vitória de Bolsonaro num quadro de tutela militar e punitivismo, com o apoio cínico do centro que levou a um colapso geral do sistema parlamentar e da vida dos partidos, dilacerados pela crise de confiança e pela gigantesca abstenção e protesto que acompanhou um quase empate que divide o país desde então, apesar da prisão de Lula.

A crise atual amplifica eventos, ameaças, temores, paixões e riscos. Seus efeitos sistêmicos de longa duração se articulam a uma série de fenômenos **morbosos** ampliados, enquanto sintomas de uma crise de direção, característica do que Gramsci considerava um elemento decisivo da **crise**

orgânica, que varia de país para país. O aspecto decisivo do quadro neoliberal se acelera, na forma da dinâmica de contrarreformas contínuas que abrem campo para a crise das “democracias realmente existentes”. Está colocado na ordem do dia, em especial nos Estados Unidos e no Brasil, o declínio definitivo dos mecanismos de poder pela via da hegemonia, das formas de ampliação do Estado social pelo consenso, típicas do “Ocidente” geopolítico e das suas periferias nos distintos continentes. O inverso mais do que o avesso da hegemonia, a dominação aberta e a lógica da coerção e do medo coletivo também coloca obstáculos para a emergente revolução passiva global de base sinocêntrica, que sofre com as tensões do conflito aberto com os Estados Unidos, ampliados a partir de Trump, e com as crises financeira, climática e sanitária.

A crise e a transição no Sistema mundo parecem abrir cenários de esgotamento que se aceleram no Ocidente e no Norte global, e bloqueiam no Oriente e no Sul geográficos as mudanças de polo e/ou de centralidades no sistema. No momento atual, produzem um movimento reacionário contra as periferias e os subalternos, generalizando a escala da violência social e racista e novas guerras coloniais. Tudo isso coroa o desfecho do ciclo neoliberal em regimes de exceção e guerra que vinham governando pelo ajuste e a desfiliação de direitos, mas que agora devem passar pelo crivo da disputa de soluções de emergência sanitária e da disputa de narrativas que tenta incorporar e disputar a verdade do conhecimento. Isto é, a questão da relação entre o saber e o poder alimenta a batalha intelectual sobre a catástrofe inscrita no novo vetor biológico, da ameaça expressa pela pandemia, como um fator de reordenamento reativo das políticas públicas e dos modos de governar.

Esse debate informa as trajetórias das disputas de poder que passam por novas exigências com destaque para indústrias e tecnologias de saúde, para questões da vida e da morte, afetando e acentuando o retorno de interrogações sobre os modos de vida em inúmeras direções. O que vai

deslocando, por um instante, a certeza da soberania da moeda e do mercado, da religião e do poder bélico. O debate sanitário, epidemiológico e médico coloca em questão, mais uma vez, a razão da modernização capitalista e, também, coloca em questão as verdades dos fundamentalismos religiosos. O que convida para uma entrada cautelosa na experimentação de saídas científicas.

A batalha das vacinas e remédios se interligam com as formas de exposição e controle sanitário das populações, colocando na ordem do dia o risco da soma da epidemia da COVID-19 com a pandemia de ódios, com as cruzadas e guerras religiosas e coloniais travadas nas dimensões virtuais das redes e nas espaciais dos territórios, que recolocam em questão o aumento atual da força do negacionismo dos crimes das ditaduras e do saber científico, como critério da verdade e como negação da função crítica da memória nas construção dos saberes.

Nas periferias internas e externas do sistema capitalista mundial e colonial, a crise é orgânica, enquanto de comando e de direção política das distintas classes e grupos em luta. O que gera violência desde o bloco no poder, que exerce sua autoridade através de processos de encarceramento em massa, com base em ações de criminalização, de expulsão e de aniquilamento de populações. Nesta segunda década do século XXI, difunde-se o quadro de militarização do espaço urbano, das cidades sitiadas, com seus muros e seus jogos de guerra. Estratégias de *city marketing* são apoiadas sob o manto dos regimes de segurança e emergência, que manejam a agenda das políticas de ajuste, controle, privatização, segregação com apartação e, no limite, ações de violência policial e militar contra favelas e periferias.

As forças locais nacionais, das antigas burguesias associadas com suas respectivas bases de apoio nas classes médias, perdem espaço na dominação global mundializada. Essas classes dominantes transnacionalizam-se pela evasão de capital ou exploram suas populações, obtendo parte das dívidas

públicas que contraem em nome de seus povos. A gestão da dívida e da pobreza através da administração do medo torna-se o modo dominante de governar os territórios e as pessoas como empresa colonial. Países como o Brasil são governados por tecnologias de poder, através de todos os meios de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) que incidem na fabricação de políticas de segurança sobre populações e territórios, que no seu conjunto são de caráter genocida social e etnicamente.

As ideologias militaristas, nacionalistas, racistas e machistas articulam os vários discursos de tipo religioso e moralista, ao lado do discurso capitalista, acentuando visões eugenistas. Neste momento histórico, os discursos do bloco no poder em crise são unificados pela negação das diferenças e das causas, unidos pela construção do inimigo, que repete o padrão geral da psicologia de massa do fascismo. Emitindo mensagens e desenvolvendo campanhas, a partir dos quais as forças de extrema direita constroem narrativas justificando cruzadas morais misóginas, homofóbicas, xenófobas, racistas e classistas, e gerando operações de “limpeza étnica” de formas diversas. A extrema direita cresce apelando para a violência e uso das armas na luta contra os supostos inimigos dos valores de uma ordem divina idealizada, com o apelo para a desmedida desejante da identificação com o poder econômico com sua violência que desliza para a barbárie. A cultura da banalização da crueldade é agora liberada pelo chefe de Estado, que prega a passagem ao ato para a destruição definitiva das mediações que restam do chamado Estado de Direito.

No quadro nacional e internacional, a crise orgânica e da biosfera é lida através dos enquadramentos e agenciamentos discursivos, enquanto batalha de ordem simbólica travada no plano imaginário. A nova direita e os distintos fascismos sociais constroem guerras culturais que tomam por base as formas de negação cínica e a destruição dos valores e conquistas de direitos. O que se dá via modos do discurso de luta pela prosperidade, com base na fé religiosa, que serve aos elementos de uma radicalização contra o

consenso e os direitos humanos. A nova direita de massas avança afirmando a necessidade de gerar a segurança na sociedade através da guerra contra a esquerda, conta o politicamente correto, contra os indígenas, os negros, os direitos das mulheres e as conquistas recentes da afirmação LGBTI+. Para a nova direita, cabe a punição e eliminação de obstáculos humanos, jurídicos, culturais e políticos que atrapalham o estranho casamento que nasceu no Chile, em 1973, entre fascismo político e neoliberalismo, que, renasce no Brasil na forma macabra e mórbida na escala mais ampla e complexa.

Abandonadas as veleidades de revoluções, modernizações e reestruturações de caráter passivo, vemos o emergir da onda dos fenômenos mórbidos da regressão social e política, que alimentam o **cesarismo** de extrema-direita. Podemos dizer que hoje assistimos a uma crise de representação que acompanha os efeitos da impossibilidade de gerar uma solução de integração social, que impossibilita a ampliação de **hegemonia** nos marcos da fórmula mistificadora do final do século XX, que pretendeu unificar democracia e mercado. A fórmula americanista expandida encontrou obstáculos, até por força do seu êxito e, sempre se combinou com regimes autoritários e guerras nas periferias e nas bordas do Sistema Mundo.

Hoje, os contrafeitos desse processo combinam-se com práticas de subordinação e compromissos de afirmação da ordem, com a destruição das políticas de proteção social minimalistas que se esgotaram. A busca de mecanismos integrativos pela via do consenso e do consumo foi substituída através do destaque crescente dado aos processos de governo pelo medo e pela exceção. A destruição do *Welfare State* se dá no quadro dos efeitos de fragmentação, crise, endividamento e conflitos abertos com as novas desigualdades, como na Grécia e no Chile, como no Brasil desde 2013, com segregações que atravessaram as fronteiras. O desenvolvimento desigual da última onda expansiva do final do século XX acabou constituindo uma vasta periferia global, que reage ao quadro de precarização e ao desemprego

estrutural, ao mesmo tempo em que é criminalizada, golpeada, segregada, chegando ao quadro atual da proclamação aberta da descartabilidade de segmentos da população no âmbito do giro conservador de Trump, Bolsonaro e outros.

No Brasil, vivemos a ordem de eliminar, abater, deixar morrer, quem não pode ser consumidor e devedor. Descartar quem não adere ao quadro de fascistização, via novas religiões, via milícias e toda a sorte de formatos de subordinação. Ou ainda, pela via do controle religioso, policial e militar dos corpos, e da psicologia de massas com base nas formas de identificação com a personificação autoritária, com a liderança através da manipulação de paixões e impulsos perversos. Como a que mobiliza os recalques e manipula medos, numa estrutura narcisista e paranoica que começa pelo caráter grotesco do líder, que manipula a miséria do caráter egoísta de grupos utilizando preconceitos, gerando um novo fascismo social. No momento, estamos na véspera de vastas operações que convocam para banhos de sangue e chacinas, temos manifestações mobilizadas por uma espécie de anarco-fascismo da periferia servil, como parte da doença terminal do neoliberalismo, como sua face extrema e sem véus.

Nas manifestações da extrema direita, temos um discurso que apela para uma visão “sanitária” anticientífica, que convida para uma seleção forçada pela estratégia da contaminação, pelo ódio social. Nega-se a força do vírus, prega-se o uso das armas como forma de seleção forçada pelo exterminismo que acompanha as determinações divinas. A força bruta define a covardia desta regra de seleção dos mais aptos, para poder operar diante do quadro objetivo e extra-humano, próprio do vírus. A extrema direita combina fantasias, fantasmas e negações na sua compulsão por resolver os problemas e conflitos pelo acentuar da pulsão da morte, pela via do sacrifício suicida das populações ou do morticínio fratricida.

A objetividade material e biológica da pandemia é lida por estas forças regressistas como sendo parte do quadro geral de intenções maléficas, de

forças diabólicas que destruíram, com sua demanda por direitos, as leis e regras da ordem da criação divina. A obsessão pela tradição, pela hierarquia, pelo patriarcado busca estabelecer pontes entre as formas biológicas racistas e sexistas e as interpretações supostamente prescritas pelas noções bíblicas. Tudo isso, relacionado a um discurso individualista possessivo, que prega a prosperidade como a resultante do casamento entre fé e o espírito de iniciativa individual, que opera de forma possessiva pelo que visa participar da festa da riqueza capitalista, supostamente aberta para quem aceita entrar na disputa com o corpo protegido pela fé em Deus.

O determinismo religioso se relaciona com este liberalismo extremo da lógica proprietária, que se alimenta de seu próprio fracasso através da fusão de doutrinas racistas, xenófobas e classistas que definem um quadro orientado para a realização da política como guerra. A aproximação entre esta chamada para guerra interna e no plano internacional, para a defesa da família e para a defesa do Ocidente cristão, encontrou no urbanismo de guerra e no urbanismo de mercado, praticado no Brasil, sua forma de intensificação na relação com os conflitos abertos que tivemos na qualidade das cruzadas morais e com a implementação das ações de “garantia da lei e da ordem” (GLO).

O regime GLO se tornou, no Brasil, uma parte do quadro geral que articulou um bloco e uma saída de extrema direita, cuja fórmula de ação convida para destruição do estado ampliado, para um avesso da hegemonia, para um quadro de guerra social regressista aberta. Os discursos racista, sexista e classista apelam todo o tempo para um estado natural definido pelos preceitos estabelecidos no Velho Testamento, que justificam a guerra cultural e religiosa como pretexto para suas alianças internacionais, seu apoio aos Estados Unidos e a Israel, desde uma visão do tipo “choque das civilizações”. A cruzada moral tem um vínculo estreito com o quadro de ações de poder caracterizado como sendo da ordem da necropolítica, conforme definida por Achille Mbembe.

Ao longo da nossa história, o “branqueamento racial”, a modernização autoritária, as cruzadas morais e o golpe militar impulsionavam ciclos de **revolução passiva**, que sobredeterminavam os processos de contrarrevolução, como em 1964. Neles, a estrutura da dependência associada fazia parte da construção de longa duração do **bloco histórico**. No presente, o quadro é de subordinação e alinhamento transnacional mais direto, via a face bélica norte-americana, via a face corporativa transnacional e via a face chinesa de recomposição de funções na divisão internacional da produção e das cadeias mundiais de produtos. Neste quadro, a pandemia se soma, interliga o quadro situacional como crise da globalização e como crise da biosfera.

O elemento biológico se inscreve nas **relações de força** através das lutas e disputas orgânicas de longa duração e conjunturais de curta duração, relacionando e estabelecendo atravessamentos de disputa hegemônica que, iniciadas no plano moral da moeda e a da fé, relacionam-se com o plano mais geral da materialidade dos modos de sobrevivência, relacionando a Guerra social e a necropolítica com a contaminação e a morte pela COVID-19. A operação ideológica da extrema direita é combinar a aceleração da guerra de tipo colonial e sexista que travam contra as classes populares e a democracia, com o acelerador seletivo ativado pela força da COVID-19. Na combinação de uma retórica que minimiza o impacto pandemia, passando pela tentativa de lhe atribuir uma origem no poder “amarelo-vermelho” da República Popular da China, chegam ao discurso da necessidade de convocar para uma luta pela economia como o centro de tudo, manejando o desespero popular e alimentando a frieza de um raciocínio “social-darwinista”. Convidando para sair do isolamento, defendendo a lógica da contaminação “de rebanho” e um remédio miraculoso, a cloroquina, combinam o fetichismo da moeda e a reificação da consciência com o apelo às armas.

A morbidez extrema se amplia, como previsto por Gramsci, quando do prolongamento da crise orgânica, presa entre as temporalidades passadas e um futuro paralisado num presente catastrófico. Vivemos sob o signo do abandono da hegemonia que parece se ampliar com esta soma do pandemônio neoliberal, da necropolítica, com a virulência da pandemia no plano objetivo da contaminação. A contaminação do ódio de classe, raça e sexo são mobilizadas para a “guerra cultural” travada explicitamente em nome de derrotar estratégias ditas como sendo derivadas do pensamento de Antonio Gramsci e de Paulo Freire.

Tal quadro se desenvolve em paralelo ao processo de contaminação pelo vírus, na chave do mecanismo do “negacionismo”. Negar as evidências históricas de maneira exaustiva é uma prática da extrema direita, que tem como doutrina a pobreza de ideias dos adeptos do chamado “olavismo”, cuja orientação parece ser a de desenvolver um conjunto de operações ideológicas que atravessam e fazem uma colagem de máximas discursivas reacionárias, cruzando um conjunto de enunciados que circulam e coesionam uma base social presente nos aparelhos de hegemonia.

Encontramo-nos diante de um tipo de técnica que apela todo o tempo para a passagem do sentimento de ódio ao ato de destruição, movida pela pulsão de crueldade e pelo fascínio pela destruição e morte do outro, ou seja, desde os fantasmas que habitam a falsa consciência alienada, cuja base é a negação do caráter devastador do capitalismo na forma tardia do neoliberalismo e da globalização. Desta forma, é montado um quadro de um caos continuado no qual fica difícil desvendar e definir as tarefas políticas exigidas nos campos diferenciados e relacionados dos processos orgânicos materiais, sociais, culturais, ecológicos e biomédicos, que, mais do que nunca, exigem a formação de uma outra base intelectual e moral, de conhecimento, apoiada num novo boco social e técnico, que nos retire do cenário de catástrofe, ainda ordenado pelo elo entre necropolítica e negacionismo, lançando-nos no abismo de um genocídio ampliado. Parece

que o Brasil é hoje o laboratório do modo mais nefasto de se lidar com as especificidades da combinação entre crise orgânica e mutações na biosfera. Parece-nos que a pandemia da COVID-19 se configura como um acontecimento inaugural dos desafios próprios do século XXI, que nos afetam como sociedades e como espécie.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

BIRMAN, Joel. *Genealogia do narcisismo*. São Paulo: Instituto Langage, 2019.

COUTINHO, Carlos Nelson. *A época neoliberal, revolução passiva ou contrarreforma*. *Novos Rumos*, Marília, v. 49, n. 1, p. 117-126, jan./jun. 2012.

GILL, Stephen. *Global Political Economy in the 21st Century: Towards a Critical Research Agenda*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=v6hOKMViVMA>. Acesso em: 24 maio 2020.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. *Dicionário Gramsciano*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

PORTANTIERO, Juan Carlos. Gramsci y el análisis de conyuntura (algunas notas). *Revista Mexicana de Sociología*, v. 41, n. 1, p. 59-73, jan./mar. 1979. Disponível em:

<https://elpaginaslibres.files.wordpress.com/2012/10/gramsci-y-el-analisis-de-coyuntura2.pdf>. Acesso em: 24 maio 2020.

NOTAS

78 | Professor do Programa de Pós-Graduação de Políticas Públicas em Direitos Humanos (PPDH) do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos – Suely Souza de Almeida – da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NEPP-DH/UFRJ).

A morte como projeto

VICTOR LEANDRO CHAVES GOMES⁷⁹

O Brasil está doente. Sem uma política pública unificada para o enfrentamento da pandemia da COVID-19, colecionamos índices crescentes de mortalidade. O presidente da República, Jair Bolsonaro, desde a deflagração da pandemia no país, optou por não seguir os protocolos e questionar as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS). Tal conduta colocou o Brasil no seletivo grupo de países que rechaçam não apenas a gravidade, mas também o enorme potencial destrutivo da pandemia. Ao que parece, todos estão autorizados a seguir somente aquilo que o presidente acredita. Cria-se uma realidade particular, de modo que todos passem a habitá-la e onde “a opinião é tão enraizada e difundida que, ao se dizer a verdade, não se consegue crédito”. Lembrando que “na política de massa, dizer a verdade é precisamente uma necessidade política” (GRAMSCI, 2000, p. 224-225).

Propaga-se no país um obscurantismo obtuso, um anticientificismo, que possibilita a disseminação de mentiras em larga escala. Mentiras que vão pautando o debate público acerca da pandemia. Um exemplo é a obsessão de Bolsonaro no uso da cloroquina/hidroxicloroquina como estratégia terapêutica no combate à COVID-19. Não há amparo científico para a imposição de tal procedimento médico. A Sociedade Brasileira de Imunologia, baseando-se em evidências recentes acerca da utilização da cloroquina/hidroxicloroquina, concluiu que “ainda é precoce a recomendação de uso deste medicamento na COVID-19, visto que diferentes estudos mostram não haver benefícios para os pacientes que

utilizaram hidroxicloroquina”. E continua, “trata-se de um medicamento com efeitos adversos graves que devem ser levados em consideração”⁸⁰. Contrariar o consenso científico e se recusar a aprender com as experiências bem-sucedidas de outros países no enfrentamento da doença não são apenas condutas questionáveis, mas potencialmente mortíferas.

Ao longo dos anos, em razão da hegemonia neoliberal, vários sistemas públicos de saúde pelo mundo foram sendo progressivamente destruídos e inviabilizados. No Brasil, claro, o roteiro não foi diferente. **Apoiando-se em um panorama desolador de ódio generalizado à política, bem como de uma visão de mundo antirracional, agressiva e rancorosa, o neofascismo brasileiro — batizado de bolsonarismo —**, é “totalmente identificado com o neoliberalismo, e tem por objetivo impor uma política socioeconômica favorável à oligarquia, sem nenhuma das pretensões ‘sociais’ do fascismo antigo” (LÖWY, 2020). Ou seja, o governo Bolsonaro, assim como a sua condução política no combate à pandemia, escancarou ainda mais as nossas profundas desigualdades estruturais. Nestas condições, a crise sanitária decorrente da disseminação do novo coronavírus, trouxe consequências trágicas, sobretudo para as camadas mais vulneráveis da população.

Na mesma linha de reflexão, o economista francês, especializado em América Latina, Pierre Salama, considera que “o Brasil tornou-se um laboratório inenarrável. Nas experiências de laboratório se usam animais. Um rato, uma picada; ele morre ou não. Mas não são ratos, são seres humanos. Se considerarmos a pandemia uma guerra [...] Bolsonaro é um **criminoso de guerra**”⁸¹. Trocando em miúdos: um genocida. Basta recordarmos do tratamento irresponsável de uma pandemia mortífera ao denominá-la “gripezinha”; da constante difusão de mentiras sobre medicamentos supostamente milagrosos; da forte resistência do governo brasileiro em aceitar as medidas de distanciamento social, que obteve resultados expressivos pelo mundo na contenção do contágio; bem como do

absoluto desprezo de Bolsonaro perante o gigantesco número de mortes⁸² que assolam o país.

A despeito de tudo isso, o governo tem, sim, uma prioridade: se proteger. Bolsonaro editou a Medida Provisória (MP 966/2020)⁸³ que anistia os agentes públicos por ação e por omissão em atos relacionados, direta ou indiretamente, com a pandemia. Ainda mais, a OMS, em conjunto com governos e entidades privadas, lançou recentemente uma plataforma de cooperação internacional para acelerar o desenvolvimento de uma vacina e de remédios eficazes no combate à pandemia⁸⁴. Contudo, em função dos permanentes constrangimentos internacionais e dos embates promovidos por Bolsonaro, que inclusive resultaram na demissão de dois ministros da Saúde em plena pandemia, o Brasil sequer foi convidado para participar da iniciativa. A nova diretriz da diplomacia brasileira, em comunhão com as posturas de extrema direita da Hungria e dos Estados Unidos, passou a ver organismos constituídos por representantes de diversas nações como uma ameaça à soberania nacional.

Diante do total desamparo da parte do Executivo federal, os governos estaduais e os municípios passaram a lutar contra a pandemia com as limitadas condições de que dispunham. Mesmo assim, no Brasil bolsonarista nada pode ser tranquilo. É essencial (e estratégico) que prevaleça o caos. Bolsonaro, pois, tensiona incessantemente, estabelecendo um conflito aberto contra as autoridades sanitárias, governadores e prefeitos, ao fazer ameaças caso não haja a abertura imediata do comércio no país. Em videoconferência com empresários, o presidente afirma que “o Brasil está quebrando, e depois que quebrar não é como alguns dizem que a economia recupera. Não recupera. Vamos ser fadados a viver como um país de miseráveis. O *lockdown* é o caminho do fracasso, vai quebrar o Brasil. O caos se fará presente”⁸⁵. Ninguém em sã consciência pode desmerecer o evidente impacto econômico da pandemia, não apenas no Brasil, mas no planeta. No entanto, especialmente no momento singular e difícil que

vivemos, é imperioso priorizar e preservar as vidas humanas. A responsabilidade primeira de um presidente da República é com a integridade e bem-estar do seu povo. Não se pode governar somente para os seus eleitores. Agir assim é sintoma de uma enorme miséria cognitiva e Bolsonaro jamais terá a grandeza moral necessária para entender isso. Muito pelo contrário. No que depender dele, fará de tudo para a concretização da sua profecia genocida. Inclusive, retardar deliberadamente o repasse direto do socorro financeiro aos cofres dos governos estaduais e municipais para o enfrentamento da pandemia⁸⁶.

A situação brasileira diante dessa crise sanitária mundial é terrível. A enfermidade nacional é seríssima, mas se engana quem acha que a culpa recai exclusivamente sobre a COVID-19. O país padece de um mal tão grave quanto a pandemia, que é ser conduzido por um governo neofascista, propagador de obscurantismo, desinformação, intolerância, exclusão, violência e almeja a morte como projeto. Entre a proteção da vida dos brasileiros e a saúde financeira do empresariado, Bolsonaro prontamente escolheu a segunda opção. O fascismo, em suas diferentes formas e manifestações, precisa ser combatido sempre. Calar-se diante do que se vive hoje no Brasil é ser cúmplice dessa barbárie inominável e, portanto, conivente com tal política genocida.

REFERÊNCIAS

- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LÖWY, Michael. *Isto Se Chama Genocídio*. 28 abr. 2020. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/isto-se-chama-genocidio/>. Acesso em: 18 maio 2020.

NOTAS

79 | Professor de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordenador do Laboratório de Estudos em Política Internacional (LEPIN/UFF).

80 | *Parecer Científico da Sociedade Brasileira de Imunologia (SBI) sobre a utilização da Cloroquina/Hidroxicloroquina para o tratamento da COVID-19*. 18 maio 2020. <https://sbi.org.br/2020/05/18/parecer-da-sociedade-brasileira-de-imunologia-sobre-a-utilizacao-da-cloroquina-hidroxicloroquina-para-o-tratamento-da-covid-19/?fbclid=IwAR3yhxGIROvF4BNMrUTtuwpqHwklA7AhjT5x5YB2wxitg4QXKQoJNiW9FY>. Acesso em: 18 maio 2020.

81 | “Estamos diante de uma nova grande transformação”, diz economista francês sobre impacto da pandemia. 14 abr. 2020. <https://oglobo.globo.com/mundo/estamos-diante-de-uma-nova-grande-transformacao-diz-economista-frances-sobre-impacto-da-pandemia-24369511> [grifos do autor]. Acesso em: 18 maio 2020.

82 | “E daí? Eu sou Messias, mas não faço milagres”. 01 maio 2020. <https://istoe.com.br/e-dai-eu-sou-messiasmas-nao-faco-milagres/>. Acesso em: 18 maio 2020.

83 | *MP isenta agente público por ações e omissão no combate à pandemia*. 14 maio 2020. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-05/mp-isenta-agente-publico-por-acoes-e-omissao-no-combate-pandemia>. Acesso em: 18 maio 2020.

84 | *Busca global por uma vacina contra a COVID-19. Sem o Brasil*. 05 maio 2020. <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2020/05/05/A-busca-global-por-uma-vacina-contra-a-covid-19.-Sem-o-Brasil>. Acesso em: 18 maio 2020.

85 | “Agora é guerra”: Bolsonaro faz terrorismo e anuncia caos, saques, miséria. 14 maio 2020. <https://noticias.uol.com.br/colunas/balaio-do-kotscho/2020/05/14/bolsonaro-faz-terrorismo-e-anuncia-quebradeiras-caos-saques-miseria.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 18 mai. 2020.

86 | *Estados acumulam prejuízos com atraso na sanção de Bolsonaro a socorro financeiro*. 14 maio 2020. <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/estados-acumulam-prejuizos-com-atraso-na-sancao-de-bolsonaro-a-socorro-financeiro.shtml>. Acesso em: 18 maio 2020.

Revolução-restauração em tempos de pandemia

LUCIANA ALIAGA⁸⁷

No dia 22 de maio de 2020, foi divulgada na íntegra a transcrição do vídeo da reunião ministerial do governo do presidente Jair Bolsonaro, que ocorrera há exatos 30 dias atrás, no dia 22 de abril⁸⁸. A transcrição da reunião foi feita pelo Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal para servir como possível prova da tentativa de interferência do presidente da República em investigações da Polícia Federal, acusação feita pelo ex-ministro da Justiça, Sérgio Moro, no dia em que anunciou seu pedido de demissão, 24 de abril de 2020. Todos esses fatos ocorreram em meio a três grandes crises no Brasil: uma crise econômica estrutural, de proporções internacionais; uma crise sanitária, causada pela pandemia da COVID-19; e uma crise política, isto é, uma crise de hegemonia que se arrasta, pelo menos, desde 2013, com as grandes manifestações de rua e a posterior deposição da presidenta da república Dilma Rousseff, em 2016. As três crises não encontram condições de solução, mas de profundo agravamento no governo de Jair Bolsonaro.

No dia da referida reunião ministerial, a COVID-19 já havia causado 2.917 óbitos no Brasil, um mês depois, isto é, no dia da divulgação pública da reunião, 21.048 vidas já haviam sido perdidas para a doença,⁸⁹ indicando uma rápida e aguda curva crescente, acompanhada por um caos aberto no sistema público de saúde e um número de mortos tão alto que os enterros começaram a ser feitos em valas comuns em Manaus-AM.⁹⁰ Causa estranheza, contudo, que esse contexto dramático não tenha ocupado

nenhum pequeno ponto na pauta da referida reunião, que nenhum ministro ou o próprio presidente da república tenha demonstrado minimamente qualquer preocupação com esse cenário de crise humana e social. Pelo contrário, o tema da pandemia da COVID-19 no Brasil aparece, por exemplo, na fala do ministro do meio ambiente, Ricardo Salles, como oportunidade para operar uma ampla desregulamentação ambiental.⁹¹ Diz o ministro:

Nós temos a possibilidade nesse momento que a atenção da imprensa tá voltada exclusiva... quase que exclusivamente pro COVID, e daqui a pouco para a Amazônia, o General Mourão tem feito aí os trabalhos preparatórios para que a gente possa entrar nesse assunto da Amazônia um pouco mais calçado, mas não é isso que eu quero falar. A oportunidade que nós temos, que a imprensa não está... Tá nos dando um pouco de alívio nos outros temas, é passar as reformas infralegais de desregulamentação, simplificação, todas as reformas que o mundo inteiro nessas viagens que se referiu o Onyx certamente cobrou dele, cobrou do Paulo [...] Então pra isso precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de COVID e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas. De IPHAN, de ministério da Agricultura, de ministério de Meio Ambiente, de ministério disso, de ministério daquilo. Agora é hora de unir esforços pra dar de baciada a simplificação regulam... é de regulatório que nós precisamos, em todos os aspectos. (DITEC-INSTITUTO NACIONAL DE CRIMINALÍSTICA, 2020, p. 19).

Diante deste quadro de profunda crise humanitária e total ausência de políticas públicas federais para enfrentamento da pandemia, mais que isso, pela total insensibilidade não apenas do presidente da República, mas do conjunto de seus ministros em relação às mortes de milhares de cidadãos brasileiros, nos perguntamos pelo caráter e pelos objetivos deste governo. Parece urgente uma caracterização não apenas do contexto de crise, mas das respostas que são dadas ou omitidas a esta crise.

Além da atuação destruidora do conjunto dos ministros, que devastam suas pastas, como é o caso do ministro do meio ambiente citado acima, cuja luta se dedica a desregulamentar a proteção da Amazônia contra o desmatamento, ou a ministra da mulher que negligencia a saúde e as vidas das mulheres em nome da moral cristã, ou o ministro da educação que desmonta o seu ministério e busca intervir arbitrariamente nas Instituições

Federais de Ensino,⁹² a atuação individual de Jair Bolsonaro na crise sanitária — desrespeitando o isolamento social, deixando de usar máscara, causando aglomerações e conclamando as pessoas a voltar ao trabalho⁹³ — está aprofundando ainda mais a crise humanitária com milhares de pessoas mortas.

A estratégia da “imunidade de rebanho”,⁹⁴ que postula que a doença diminuirá crescentemente seu poder de infecção à medida que 70% da população seja infectada, implícita nas posições de Bolsonaro, não leva em conta o limite de leitos de UTI e respiradores, capazes de salvar vidas, caso haja um número muito grande de casos graves ao mesmo tempo, levando a um enorme número de mortes — o que, de fato, estamos presenciando neste momento. Este comportamento genocida — que, grosso modo, quer dizer: “deixem que morram os mais fracos” — não pode, contudo, ser explicado a partir de qualquer forma de demência ou déficit de inteligência, mas sim corresponde especificamente a uma política de eugenia, tal como ocorreu na Alemanha nazista.

Importante notar que a insensibilidade diante da morte de milhares de pessoas e a violência — verbal e física — é marca não apenas do governo de Jair Bolsonaro, mas também de seus apoiadores. Está se criando no Brasil, a partir do fomento da violência pelo próprio presidente da república, um “movimento-milícia”, que reúne massas da classe média e das classes trabalhadoras, apoiadas na ideologia de extrema direita, de cariz antidemocrática, que está se armando.⁹⁵ Na reunião ministerial supracitada, Jair Bolsonaro expõe claramente o objetivo de armar a população contra as políticas de isolamento dos governadores e prefeitos:

O que esses filha de uma égua quer, ô Weintraub, é a nossa liberdade. Olha, eu tô, como é fácil impor uma ditadura no Brasil. Como é fácil. O povo tá dentro de casa. Por isso que eu quero, ministro da Justiça e ministro da Defesa, que o povo se arme! Que é a garantia que não vai ter um filho da puta aparecer pra impor uma ditadura aqui! Que é fácil impor uma ditadura! Fácilimo! Um bosta de um prefeito faz um bosta de um decreto, algema, e deixa todo mundo dentro de casa. Se tivesse armado, ia pra rua. E se eu fosse ditador, né? Eu queria desarmar a população, como todos fizeram no passado quando queriam, antes de

impor a sua respectiva ditadura. Aí, que é a demonstração nossa, eu peço ao Fernando e ao Moro que, por favor, assine essa portaria hoje que eu quero dar um puta de um recado pra esses bosta! Por que que eu tô armando o povo? Porque eu não quero uma ditadura! E não dá pra segurar mais! Não é? Não dá pra segurar mais.

É. Quem não aceitar a minha, as minhas bandeiras, Damares: família, Deus, Brasil, armamento, liberdade de expressão, livre mercado. Quem não aceitar isso, está no governo errado. Esperem pra vinte e dois, né? O seu Álvaro Dias. Espere o Alckmin. Espere o Haddad. Ou talvez o Lula, né? E vai ser feliz com eles, pô! No meu governo tá errado! É escancarar a questão do armamento aqui. Eu quero todo mundo armado! Que povo armado jamais será escravizado. E que cada um faça, exerça o teu papel. Se exponha. Aqui eu já falei: perde o ministério quem for elogiado pela folha ou pelo globo! Pelo antagonista! Né? Então tem certos blogs aí que só tem notícia boa de ministro. Eu não sei como! O presidente [...]. (DITEC-INSTITUTO NACIONAL DE CRIMINALÍSTICA, 2020, p. 57-58).

A substituição da política pela violência é de fato uma das características mais marcantes da crise de hegemonia em sua fase mais aguda. Nestas situações, de acordo com Antonio Gramsci:

Ocorre quase sempre que um movimento “espontâneo” das classes subalternas seja acompanhado por um movimento reacionário da ala direita da classe dominante, por motivos concomitantes: por exemplo, uma crise econômica determina, por um lado, descontentamento nas classes subalternas e movimentos espontâneos de massa, e, por outro, determina complôs de grupos reacionários que exploram o enfraquecimento objetivo do Governo para tentar golpes de Estado. (Q. 3, §48, p. 328).

Deste modo, diante de uma crise econômica prolongada, da insatisfação das classes populares sem uma direção consciente que sintetize e canalize as reivindicações econômico-corporativas em pautas políticas capazes de criar um movimento popular organizado e coeso, abre-se a possibilidade de golpes de Estado, oportunidades para que grupos reacionários consigam aprofundar sua influência na política. A solução para a crise, portanto, quando não se equaciona em sentido progressista, popular, pode vir a ser resolvida regressivamente, pelo alto, isto é, pode ocorrer por meio de um golpe de Estado aberto ou por meio de um líder carismático, sem ruptura formal das instituições liberais, mas com caráter autoritário. No caso da Itália, o fascismo foi, na leitura gramsciana, uma solução pelo alto para a

resolução da crise de hegemonia (cf. FELICE, 1978), que se arrastava desde, pelo menos, o final da Primeira Guerra.

Há uma notável similaridade política e ideológica entre os fenômenos do Nazismo na Alemanha e do Fascismo na Itália com diversos eventos sócio-políticos em nosso contexto brasileiro atual. Em função disto, vários autores vêm caracterizando o governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro como um governo fascista ou neofascista (cf. BOITO JR, 2019; LÖWY, 2020), enquanto outros autores são contrários a esta aplicação na contemporaneidade (cf. BORON, 2020). Nossa hipótese para responder a esta questão consiste na afirmação de que existe uma relação entre crise social e ascensão de formas autoritárias de poder e que essas formas autoritárias possuem similaridades em função de serem casos particulares da dialética histórica revolução-restauração.

Nos *Cadernos do cárcere*, Gramsci, a partir da constatação da natureza “não linear e intimamente contraditória do desenvolvimento capitalista” (ROCCU, 2017, p. 545-546), formula uma “teoria” do movimento histórico que se define por períodos de expansão e inovação, que são seguidos de períodos de reação e regressão, que ele nomeará como dialética revolução-restauração. A concepção de revolução-restauração, neste sentido, ganha generalidade como “forma” do movimento histórico que encontra seu caso mais exemplar na Revolução francesa, cujo progresso ocorreu por fases de inovação seguidas por fases de restauração no longo período que vai de 1789 a 1871 (cf. Q. 10I, § 9, p. 1226; Q. 10II, § 41.XIV, p. 1324 e Q10II, § 61, p. 1361).

Contudo, essa dialética inovação-conservação se concretizou de modo diferente no processo de constituição do Estado unitário na Itália, conhecido como *Risorgimento*. Neste caso, o momento da revolução e da expansão progressista da classe que faz avançar toda a sociedade é limitado e simultâneo ao da restauração, isto é, uma revolução sem revolução. Este caso particular de concretização histórica da dialética revolução-restauração ocorre quando, no caso da Itália *risorgimental* (e também no

período do fascismo), a gestão da crise e a manutenção da ordem são dirigidas pelas classes dominantes de um bloco histórico já existente anteriormente. Assim, ao invés de uma nova hegemonia se afirmar, são as velhas forças que se vestem de novas roupagens e que assimilam os grupos adversários mais ativos (cf. Q. 1, § 44, p. 50).

A revolução-restauração é, portanto, um movimento histórico passível de generalização, que se concretiza de formas diversas em casos particulares, os quais assumem a forma política de acordo com as condições do contexto histórico, social e político, isto é, uma *forma histórica particular* de realização. Neste sentido, propomos compreender os fenômenos do Nazismo e do Fascismo (na Alemanha e na Itália século XX, respectivamente), e mesmo o Bonapartismo (na França do século XIX), como formas políticas específicas da dialética revolução-restauração, que podem ser definidas como respostas autoritárias às crises de hegemonia não resolvidas a partir de uma solução popular, democrática.

No Brasil estamos imersos em uma profunda crise de hegemonia — uma crise orgânica —, que se expressa ao nível das instituições como uma crise da democracia liberal, mas não podemos dizer que já estamos vivendo sob um regime autoritário, a despeito de existirem movimentos reacionários cada vez mais influentes na política. Neste sentido, propomos a utilização provisória do termo “Bolsonarismo” para a definição da forma política atual da revolução-restauração no Brasil. O Bolsonarismo — diferente da personalidade individual de Jair Bolsonaro — deve ser entendido como um movimento reacionário e de massas (que congregam classes médias e classes trabalhadoras), incitado pela propagação das *fake news* e que emerge em função de uma crise política, econômica, social e ideológica, cujas origens podem ser identificadas em 2013.

Não é possível dizer, contudo, que Jair Bolsonaro tenha um projeto de Estado — diferente de Hitler e Mussolini —, mas, ao contrário, o que se torna cada vez mais evidente é que ele possui exclusivamente um projeto

individual (ou familiar) de poder e claramente está em campanha para reeleição em 2022. Para manter sua base social é de fundamental importância conservar o movimento-milícia mobilizado e, se possível, fazê-lo crescer. No afã de se manter no poder, equilibrando-se de crise em crise institucional causadas por ele próprio ou por seus ministros, vai aprofundado a crise de hegemonia, aprofundando as rachaduras no interior do bloco no poder e diminuindo a possibilidade de construção de consensos e de enfrentamento da pandemia. Bolsonaro, no movimento de agarrar-se ao poder, aprofunda, portanto, a crise política, econômica e sanitária, permitindo e mesmo contribuindo para morte de milhares de pessoas, despertando forças reacionárias que não será capaz de controlar.

REFERÊNCIAS

BOITO JR., Armando. O neofascismo já é realidade no Brasil. *O Brasil de Fato*, 19 mar. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/03/19/artigo-or-o-neofascismo-ja-e-realidade-no-brasil>. Acesso em: 24 maio 2020.

BORÓN, Atilio. Caracterizar o governo de Jair Bolsonaro como “fascista” é um erro grave. *O Brasil de Fato*, 02 jan. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/02/artigo-or-caracterizar-o-governo-de-jair-bolsonaro-como-fascista-e-um-erro-grave/>. Acesso em: 24 maio 2020.

DITEC-INSTITUTO NACIONAL DE CRIMINALÍSTICA. *Laudo*, n. 1242 de 2020. Disponível em: <https://assets.documentcloud.org/documents/6923169/Decis%C3%A3o->

[de-Celso-de-Mello-que-liberou-v%C3%ADdeo-de.pdf](#). Acesso em: 22 maio 2020.

FELICE, Franco. Revolução passiva, fascismo, americanismo em Gramsci. In: FERRI, Franco. *Política e história em Gramsci*, vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*. Edizione critica dell'Istituto Gramsci a cura di Valentino Gerratana. Torino: Einaudi, 2007.

LÖWY, Michael. O neofascista Bolsonaro diante da pandemia. *Blog da Boitempo*. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/04/28/michael-lowy-o-neofascista-bolsonaro-diante-da-pandemia/>. Acesso em: 24 maio 2020.

ROCCU, Roberto. Passive revolution revisited: From the Prison Notebooks to our “great and terrible world”. *Capital & Class*, v.41, n.3, 2017.

NOTAS

87 | Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de pós-graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba (DCS/PPGCPRI-UFPB). Secretária da International Gramsci Society Brasil (IGS-Brasil).

88 | A divulgação do vídeo da reunião foi autorizada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Celso de Mello. A íntegra da transcrição do vídeo foi amplamente divulgada pela mídia e pode ser baixada neste link: <https://assets.documentcloud.org/documents/6923169/Decis%C3%A3o-de-Celso-de-Mello-que-liberou-v%C3%ADdeo-de.pdf>. Na bibliografia final o documento está registrado como DITEC-INSTITUTO NACIONAL DE CRIMINALÍSTICA, 2020.

89 | Dados do Ministério da Saúde. Conferir “Óbitos acumulados pela COVID-19 por dados de notificação” em: <https://covid.saude.gov.br/>.

90 | Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/com-enterros-em-valas-comuns-por-cri-se-do-coronavirus-ma-nas-sofre-com-falta-de-caixoes,719536c2b907823efd7d11d7720ed70amxxfc3a7.html>. Acesso em: 24 maio 2020.

91 | As referências que aparecem nas falas dos presentes na reunião tangenciam a pandemia da COVID-19 para tratar de outros temas, frequentemente se referem à crise econômica aprofundada por ela, bem como o cenário econômico posterior. Mesmo Nelson Teich, então ministro da saúde, numa breve fala, se refere ao problema financeiro que os hospitais terão com a pandemia, bem como ao colapso do sistema hospitalar no cenário pós-pandemia (Cf. DITEC-INSTITUTO NACIONAL DE CRIMINALÍSTICA, 2020, p. 34-35). Damaris Alves, **ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**, foge à regra quando demonstra preocupação com os efeitos da pandemia no âmbito dos “costumes”. Ela diz “será que vão querer liberar que todos que tiveram coronavírus poderão abortar no Brasil?” (Cf. DITEC-INSTITUTO NACIONAL DE CRIMINALÍSTICA, 2020, p. 46). Mas, de modo geral, nenhum ministro ou o próprio presidente da República trata de políticas para enfrentamento da pandemia e nem do crescente número de mortes.

92 | São muitas as denúncias contra a arbitrariedade do MEC, ver, por exemplo, ANDES: <http://www.andes.org.br:8080/conteudos/noticia/mEC-muda-criterio-de-escolha-de-reitores-e-ataca-autonomia-universitaria1/page:6/sort:Conteudo.created/direction:DESC>. Acesso em: 24 maio 2020.

93 | A atuação do presidente é sistemática e frequente para romper o isolamento social: ver, por exemplo, <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/23/bolsonaro-passeia-por-brasilia-e-provoca-aglomeracao.ghtml>; e também: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/bolsonaro-provoca-nova-aglomeracao-diz-que-brasil-saira-mais-forte-da-pandemia-e-fala-em-resgate-de-valores.shtml>. Acesso em: 24 maio 2020

94 | Sobre isto ver: <http://coronavirus.butantan.gov.br/ultimas-noticias/o-que-e-imunidade-de-rebanho>.

95 | Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/organizadora-de-acampamento-bolsonarista-diz-a-site-que-grupo-esta-armado/>. Acesso em: 24 maio 2020.

Precarização do trabalho em tempos de pandemia da COVID-19⁹⁶

PERCIVAL TAVARES DA SILVA⁹⁷

É um grande desafio, diante da crise atual, falar do mundo do trabalho. Não é nada fácil traduzir a situação sem cair no pessimismo. Prisioneiro do fascismo italiano, Antonio Gramsci (2005, p. 382) ensina que é preciso manter o “pessimismo de inteligência” conjugado ao “otimismo de vontade”. O Papa Francisco nos alertou, na homilia em 06 de maio de 2020, a “abrir os olhos para ver as trevas que está dentro de nós e assim chegar à luz”.

A Modernidade, num passado recente, saudou com razão como emancipatórias as conquistas da ciência, as novas tecnologias. Elas acabariam com a fome, a miséria, as doenças, causadoras das guerras. Mas essas “conquistas”, não colocadas a serviço da vida e da natureza, trouxeram consigo a barbárie sem precedentes. Desde então, o trabalho nunca esteve tão desvalorizado, mas também nunca provou ser tão importante como hoje, em plena pandemia da COVID-19. A humanidade vive o 1º de Maio de 2020 em crise civilizatória. A COVID-19, associada aos interesses do capital, dissolve a vida; as *fake news* globalizadas obscurecem a verdade destruindo as relações sociais; o capitalismo pandêmico de caráter neoliberal solapa direitos do trabalho, fomenta a “escravidão digital”, exacerba a exploração da mão de obra uberizada e destrói a mãe natureza. Javé, “Aquele que é”, assim como há mais de 3 mil anos no Egito, diria: “Tenho pena deste povo que sofre em meio às pandemias contemporâneas, pois não tem onde se apoiar, abandonado que está pelo Estado e pelos poderes constituídos”.

Esse sistema necrófilo desvaloriza o trabalho para se alimentar do suor e sangue da classe trabalhadora. Incrédulos, envenenados pelas *fake news* que desavisam da letalidade do novo coronavírus, arrastam consigo inocentes-oferendas ao altar do Moloque capitalista. Como destaca Ricardo Antunes, em entrevista ao *Site Democracia e Mundo do Trabalho em Debate* em maio de 2020⁹⁸, a pandemia da COVID-19 “não é um elemento desconectado do sistema de metabolismo antissocial do capital de caráter profundamente destrutivo”. Destrutivo, incontrollável, o capital precisa criar mais e mais dinheiro, mais lucro e mais apropriação privada da riqueza.

Por outro lado, a forçada quarentena globalizada, ao paralisar o sistema, resgata a importância do Trabalho. Para desespero da classe dominante, fica escancarado que, sem trabalho, o capital não se valoriza, não produz riqueza. Mas, a história de luta da classe trabalhadora ensina que o capital sabe enfrentar essas situações. O jargão retrógrado, “não vamos pagar o pato”, denuncia que as enfrenta piorando ainda mais as condições de trabalho. Como sabe que “sem trabalho não há riqueza”, o capitalista quer “um trabalho cada vez mais desprovido de direitos, mais informal, funcionando como um apêndice de uma máquina que domina o mundo”, diz Antunes na mesma entrevista ao *Site Democracia e Mundo do Trabalho em Debate*. As recentes contrarreformas no Brasil provam isso.

Diante deste caos, não resta outra saída à classe trabalhadora senão aprender com a própria história do 1º de Maio. Determinados, os trabalhadores de Chicago, Estados Unidos, foram à luta. Organizaram a greve do 1º de Maio de 1886 para exigir a redução da jornada de trabalho de 16 para 8 horas. A repressão foi brutal, deixando muitos feridos e mortos; seus líderes foram julgados injustamente por uma bomba que explodiu durante a greve: cinco deles foram condenados à forca (um deles suicidou) e três outros à prisão perpétua. Sete anos depois, em 1893, foram inocentados e reabilitados pelo governador de Illinois, que confirmou ter sido o chefe de polícia que encomendara o atentado para justificar a repressão que se

seguiu. E o 1º de Maio foi proclamado pela Internacional Socialista como o dia internacional de luta por condições de trabalho. Isto após violenta repressão policial à manifestação do 1º de Maio no norte da França em 1891, que resultou na morte de dez manifestantes. Assim, a partir de 1890, governos pelo mundo afora, a começar pelos Estados Unidos, se viram obrigados a reconhecer a jornada de oito horas de trabalho.

A principal reivindicação da Primeira Greve Geral no Brasil, em 1907, foi a redução da jornada de doze a quatorze horas para oito horas de trabalho. E foi reduzida para dez horas. Em 1932, Getúlio Vargas instituiu a jornada de oito horas e a Constituição Federal de 1988 aprova: “a duração do trabalho normal para os trabalhadores urbanos e rurais não será superior a oito horas diárias nem a quarenta e quatro horas semanais” (BRASIL, 1988, art. 7º, XIII).

Hoje, 134 anos depois de 1886, com a reconfiguração do trabalho, a classe trabalhadora do mundo vive tempos de pandemia do capitalismo. A curto prazo, com a pandemia da COVID-19 associada às mudanças tecnológicas e ao Estado que se desobriga de cuidar dos cidadãos, a tendência é do crescimento da nefasta escravidão digital; o aprofundamento do trabalho precário e informal, do trabalho uberizado sem qualquer proteção; a explosão de desempregados e desalentados.

Mas esta ciranda de morte precisa ser quebrada. Mais do que nunca a classe trabalhadora precisa do seu “espírito popular criativo” (GRAMSCI, 2005, p. 129) para reinventar o mundo. E aqui o papel do feminino, dos excluídos e marginalizados será fundamental para reverter a situação. Karl Marx e Friedrich Engels (2010) são incisivos diante da espoliação do capital, “trabalhadores do mundo, uni-vos”. E Rosa de Luxemburgo (1916) decreta “socialismo ou barbárie”, pois não há outra saída para a humanidade.

Apesar de não haver ilusão quanto à vontade política do Estado — “o Estado do nosso tempo é calibrado, controlado, comandado e impulsionado pelos interesses das grandes corporações sob hegemonia do capital

financeiro”, diz Antunes na entrevista já citada — pelo bem da humanidade e da vida na terra, é preciso pressionar o Estado para exigir dele recursos para o cuidado com a classe trabalhadora, a proteção das empresas e organizações do sistema produtivo e os empregos. O lucro não pode continuar central, pois a economia do capital não visa a saúde, a educação e a previdência públicas, a alimentação. Ela visa a sua mercantilização.

Como vemos, trata-se, de acordo com Clemente Ganz Lúcio, em entrevista ao *Site Democracia e Mundo do Trabalho em Debate* em maio de 2020⁹⁹, de “enfrentar o desafio criativo de inventar um novo mundo”, pois, voltar à “normalidade” depois dessa pandemia é reingressar no mundo que criou esse caos. “Há um alto risco de um mundo ainda mais desigual, com mais pobreza e miséria, com regimes autoritários de diferentes matizes”. O que seria dramático para o mundo do trabalho. “As condições de vida e o meio ambiente serão ainda mais agredidos se vencer a volta ao passado”. E a emergência da catástrofe ambiental será acompanhada de novas crises sanitárias.

A humanidade vive um momento excepcional da história, em que pode reinventar seu modo de vida. Tratar o trabalho como dimensão central do desenvolvimento. E na contramão da meritocracia e da competição, buscar o trabalho solidário e cooperativo. Nas palavras de Antunes, na entrevista já referida, reinventar “o trabalho humano como atividade livre, autodeterminada, fundada no tempo disponível contra o trabalho forçado, animalizado, estranhado, que tipifica a sociedade do capitalismo informacional da era digital”.

Na contramão dos interesses capitalistas, Clemente Ganz Lúcio coloca, na entrevista ao *Site Democracia e Mundo do Trabalho em Debate*, que o “novo projeto de desenvolvimento social, econômico, político e ambiental deve visar criar ocupações para todos, com jornada de trabalho reduzida para que todos trabalhem, com renda garantida e ampla proteção social por meio de políticas de educação, saúde, moradia, transporte, segurança, entre outras,

universais”. E “o incremento da produtividade deve gerar ganhos sociais coletivos para produzir o bem-estar de todos e um bom modo de coletivamente viver”.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988.

GRAMSCI, Antonio. *Cartas do cárcere*. Vol. 1: 1926-1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

LUXEMBURGO, Rosa. A crise da social-democracia (Brochura de Junius, 1916). In: LOUREIRO, Isabel (Org.). *Rosa Luxemburgo: textos escolhidos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p.77-100.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. 1. ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2010.

NOTAS

96 | Texto publicado originalmente no Blog da Pastoral da Juventude Diocese de Nova Iguaçu, com o título “1º de maio ou barbárie”. Disponível em: <http://pjni oficial.blogspot.com/2020/05/1-de-maio-ou-barbarie-e-um-grande.html?m=1>.

97 | Professor aposentado da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF) e educador popular na Baixada Fluminense (RJ). Pesquisador no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Política e Educação (NuFiPE/UFF).

98 | “1º de maio em tempos de pandemia: a mutação do capitalismo e a degradação do trabalho. Entrevistas com Ricardo Antunes, Clemente Ganz Lúcio e José Dari Krein”. *Site Democracia e Mundo do Trabalho em Debate*, 04 maio 2020. Disponível em: <http://www.dmt em debate.com.br/10-de-maio-em-tempos-de-pandemia-a-mutacao-do-capitalismo-e-a-degradacao-do-trabalho-entrevistas-com-ricardo-antunes-clemente-lucio-e-jose-dari-krein/>. Acesso em: 06 maio 2020.

99 | “1º de maio em tempos de pandemia: a mutação do capitalismo e a degradação do trabalho. Entrevistas com Ricardo Antunes, Clemente Ganz Lúcio e José Dari Krein”. *Site Democracia e Mundo do Trabalho em Debate*, 04 maio 2020. Disponível em: <http://www.dmttemdebate.com.br/10-de-maio-em-tempos-de-pandemia-a-mutacao-do-capitalismo-e-a-degradacao-do-trabalho-entrevistas-com-ricardo-antunes-clemente-lucio-e-jose-dari-krein/>. Acesso em: 06 maio 2020.

Aspectos da Educação brasileira em meio aos dilemas de um momento dramático

RODRIGO LIMA RIBEIRO GOMES¹⁰⁰

Primeiras palavras

Dura é a tarefa de escrever um texto breve sobre uma temática complexa, multifacetada e polêmica como é a Educação, em um contexto de calamidade sanitária, crise econômica e instabilidade política. Contudo, este tipo de intervenção se faz necessária para ampliar a massa crítica social pertinente e necessária ao enfrentamento dos graves problemas do momento. Por certo, diversos especialistas e políticos tem se manifestado sobre a questão, e informações e posicionamentos responsáveis e consistentes podem ser encontrados em sites, mídias digitais diversas e mesmo livros eletrônicos produzidos “a quente”.

A primeira constatação é a de que a Educação já estava sofrendo com o subfinanciamento, o descaso, quando não ataques diretos oriundos do próprio Ministério da Educação. Tal atitude não se restringe ao campo das difamações. O orçamento global da Educação previsto para o ano de 2020 é o menor, em termos nominais, dos últimos cinco anos. A execução orçamentária de 2019 foi menor do que nos três anos anteriores. O orçamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) previsto para de 2020 é menor do que o de 2016, enquanto a dotação orçamentária da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para 2020 é menor do que a metade do orçamento executado pelo órgão em 2015. Os recursos do Fundo Nacional

de Desenvolvimento Científico e Tecnológico vem sendo contingenciados, em valores que ultrapassam os 80%, desde 2016.¹⁰¹

O governo Bolsonaro segue e aprofunda a tendência iniciada em 2015, mas introduz como novidade o desprezo aberto pelas instituições públicas representativas da inteligência nacional, através de manifestações retóricas de autoridades governamentais, a começar pelo próprio presidente e seus ministros. Por certo, além dos aspectos ideológicos, isso parece simplesmente refletir a estratégia geral do governo: uma política econômica austera numa profundidade extremamente prejudicial à recuperação econômica da debacle ocorrida em 2015 e 2016, com o intuito “ingênuo” de tornar o Brasil atrativo ao investimento de capital externo.¹⁰²

Contudo, as condições gerais do país (queda massiva da renda e elevada informalização do trabalho, desemprego elevado, altos níveis de endividamento das empresas e das famílias, financiamento com juros elevadíssimos à produção, desindustrialização) tornam difícil a compreensão das bases dessa crença na suposta “atratividade” do Brasil para os investimentos, sobretudo aqueles de longo prazo que geram ampliação de capacidade instalada, emprego e renda. Algumas pistas se apresentam: crescimentos elevados nos índices da Bolsa de Valores de São Paulo e lucros recordes dos bancos, num contexto de baixo crescimento e de enormes dificuldades para quase todos os setores da economia. E isto antes da pandemia da COVID-19.

A Educação no governo Bolsonaro: obediência ao mercado

Além das medidas que se encontram em consonância com as políticas anteriores, o governo Bolsonaro tomou algumas iniciativas próprias, dentre as quais, medidas que visam ampliar a matrícula nas redes de educação profissional e tecnológica (“Novos Caminhos”), a ampliação do acesso à internet por parte das escolas públicas rurais (“Educação Conectada”) e as

medidas em alfabetização, letramento ou “literacia” (“Conta pra mim”, programa de incentivo à leitura doméstica para crianças, e a Política Nacional de Alfabetização). Embora as medidas relativas ao letramento tenham polêmicas próprias e algumas críticas quanto à descontinuidade em relação às ações anteriores,¹⁰³ parece-me que as políticas que melhor refletem a concepção do atual governo podem ser encontradas no *Future-se* e no Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares.

O *Future-se* já passou por duas revisões, em razão dos diversos questionamentos aos quais foi submetido, e a última versão foi apresentada na forma de Projeto de Lei, mediante Despacho assinado pelo então Ministro-Chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, tendo em vista uma Consulta Pública aberta entre 01 e 24 de janeiro de 2020. Esta consulta também apresentou problemas do ponto de vista jurídico e foi alvo de questionamento judicial, que ainda não teve desfecho (GIOLO, 2020, p. 86-87)¹⁰⁴.

Embora contenha significativos acréscimos, o Projeto mantém os princípios da proposta original, quais sejam: “pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação”, “empreendedorismo” e “internacionalização”. Ainda que tais princípios sejam amplamente aceitos por parcelas da sociedade civil, o modo como o *Future-se* pretende colocá-los em prática causou muita controvérsia, a começar pelo manejo do orçamento das Universidades e Institutos Federais por Organizações Sociais (GIOLO, 2020, p. 35-36).

Nas diversas versões do *Future-se* manifestam-se, sob o lema da autonomia das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), uma intenção oposta: “afastar as IFES da dependência do orçamento público, ou melhor, de desobrigar o erário para com o financiamento integral das instituições” (GIOLO, 2020, p. 40). Em um contexto de vigência da Emenda Constitucional 95, de 2016, crescem os temores na comunidade acadêmica de que o orçamento das IFES seja cada vez mais asfíxiado, submetendo a

orçamentação das Universidades e Institutos Federais ao financiamento empresarial, sujeitando as atividades acadêmicas aos interesses privados. A última versão do *Future-se* fala abertamente em concessão preferencial das bolsas da CAPES para instituições e pesquisadores que aderirem ao programa.

Além das restrições à autonomia universitária pelo aspecto do financiamento, as posições públicas, algumas verdadeiramente degradantes, de autoridades do governo federal sobre a comunidade de docentes e pesquisadores, levantam preocupações em relação às garantias a liberdade de pensamento e de pesquisa, uma vez que o projeto demonstraria “uma tentativa de aparelhamento autoritário com fins, além dos declarados, de expurgo ideológico” (GILOLO, 2020, p. 28). Esta também é a preocupação de Leher, que situa o *Future-se* numa estratégia de “guerra cultural” a favor do que chama de “ultraneoliberalismo”, cuja vertente pedagógica trabalha com a perspectiva de “escolas *charter*,”¹⁰⁵ uso de *vouchers*¹⁰⁶ e a refuncionalização das universidades como ‘organizações’ não gratuitas e utilitaristas, permanentemente calibradas pelos influxos do ‘mercado’” (LEHER, 2020, p. 108).

Assim sendo, o *Future-se* teria uma dupla característica: submeter as instituições de ensino, pesquisa e extensão aos interesses de mercado, com a perda de controle sobre seus orçamentos — que passariam a ser geridos por Organizações Sociais, a partir de contratos individuais chancelados pelo Ministério da Educação; e conformar as subjetividades a um novo consenso condizente com as necessidades do projeto, baseadas no individualismo competitivo. A consequência almejada pela “guerra cultural” seria o abandono da “herança do Iluminismo e do uso autônomo e crítico da razão” (LEHER, 2020, p. 108).

Neste mesmo contexto se insere o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, que procuram, conforme o interesse de entes federados em consonância com a ideia, fazer uso de policiais militares e militares da

reserva das três Forças Armadas no “auxílio” às atividades pedagógicas e de gestão em escolas públicas que vivenciem condições de “vulnerabilidade”. Como que desconsiderando a competência dos profissionais da Educação, o programa objetiva à “promoção de atividades com vistas à difusão de valores humanos e cívicos para estimular o desenvolvimento de bons comportamentos e atitudes do aluno e a sua formação integral como cidadão em ambiente escolar externo à sala de aula”.¹⁰⁷ O governo Bolsonaro planeja implementar 216 escolas “cívico-militares” até 2023, sendo 54 em 2020, ao custo de R\$ 54 milhões, ou seja, um milhão por escola.

Um dos argumentos mais comuns em relação à defesa das escolas cívico militares é a tomada como referência das escolas militares do Ministério da Defesa, nas quais um aluno custa, em média, três vezes mais do que um aluno de escola pública regular,¹⁰⁸ ou nas próprias escolas e academias de formação militar. No caso do Programa do governo, propõe-se atingir um número relativamente pequeno de alunos, desviando militares de suas funções específicas de formação com custos adicionais, submetendo os profissionais da área à perda de sua autonomia. O caráter universal da escola pública é perdido em prol de um modelo escolar seletivo na entrada e na permanência dos alunos, portanto, excludente.¹⁰⁹

A Educação no contexto da pandemia da COVID-19

De acordo com dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), 1,198,530,172 estudantes são afetados pela suspensão das atividades escolares, representando 68.5% do total de estudantes matriculados no mundo, com 153 países interrompendo a totalidade das atividades, em 22 de maio de 2020. Em sua maioria, os demais países encontram-se em estágio de retomada parcial, e apenas uns poucos reabriram completamente, como resultado do sucesso no controle da disseminação da COVID-19, ou nem fecharam — Nova Zelândia, Vietnam

e Noruega, para o primeiro caso, e Nicarágua, Belarus e Turcomenistão, para o segundo.¹¹⁰

Neste contexto, as condições para as crianças e adolescentes que enfrentam condições de vulnerabilidades se agravam, seja para aqueles que estão em situação de rua, que sofreram rompimentos familiares e vivem em abrigos oficiais, aqueles que estão sujeitos à violência de adultos durante a quarenta, ou que simplesmente tem na escola o espaço onde faz suas refeições principais (SILVA; OLIVEIRA, 2020). Para estas crianças e adolescentes, a situação educativa já é extremamente difícil, tornando-se inviável durante a pandemia. “A ausência de interação entre estudantes e professores rompe o processo de aprendizagem e se a pandemia durar muitas semanas, não será possível recuperar o tempo perdido quando as escolas reabrirem. Também se eleva o risco de aumentar as taxas de abandono escolar, especialmente entre os alunos de famílias em situação de alta vulnerabilidade”.¹¹¹

Somadas à necessidade de suspensão das atividades escolares, temos as incertezas em relação às condições de retorno à “normalidade” no Brasil e as dúvidas ainda maiores em relação ao que será o “novo normal”, uma vez que, em nosso país, a epidemia parece descontrolada.¹¹² Em meio ao caos, uma modalidade de ensino ganha relevo e parece obter ainda mais espaço: o Ensino à Distância (EAD).

Contudo, a modalidade EAD está longe de ser considerada uma unanimidade entre os profissionais da educação, seja no que diz respeito ao seu uso ou não, seja em relação aos graus de utilização da ferramenta. Mesmo numa situação como a chinesa, em que o governo central adotou um esforço nacional de Ensino à distância, intitulado “Suspende as aulas sem parar o aprendizado”, a iniciativa não ocorreu sem dificuldades — que devem ser mais ou menos universais, apesar das dimensões continentais do território e da população chinesa. Problemas de infraestrutura — em especial considerando-se desigualdades regionais —, preparação dos

docentes, seleção de conteúdos e métodos de ensino mais adequados, e adoção de rotinas de estudo e aprendizado à distância — tanto para alunos quanto para os professores (ZHANG et al., 2020).

Apesar das dificuldades, a implementação do EAD mostra-se atrativa aos setores privado e público, na medida em que a custo-aluno de um *e-learning* individualizado pode ser três vezes mais barato do que do ensino presencial convencional. Esta atratividade levou à iniciativas de estudos, na Ucrânia, com o intuito de testar possibilidades de implementação de “aprendizado à distância”, de modo sistemático, como política de governo, desde meados da década de 2000. Contudo, as medidas de EAD precisaram ser colocadas em prática, efetivamente, depois da decretação de quarentena pelo governo central ucraniano a partir de 11 de março de 2020, como forma de combate à disseminação da COVID-19. E esta realidade demonstrou um conjunto de possibilidades de aprendizado, na medida em que os estudantes possuem mais tempo para se dedicar, de acordo com suas próprias iniciativas, aos estudos, mas também demonstrou uma série de dificuldades técnicas relacionadas à preparação do sistema de ensino de dar conta da tarefa, somada, por exemplo, aos problemas psicológicos decorrentes do distanciamento social e do receio da doença (NENKO; KYBALNA; SNISARENKO, 2020).

Palavras finais

O panorama esboçado acima constitui um pequeno apanhado de questões que nos parecem prementes para a compreensão das relações de forças que prepararam o momento atual, somado a um conjunto de angústias abertas pelo advento da pandemia da COVID-19. Qualquer prognóstico diante de uma situação com a nossa parece inteiramente despropositado em face das profundas instabilidades abertas pela aceleração do tempo histórico que um tipo de crise como a que estamos

vivendo provoca. O acompanhamento diário do noticiário, que a cada momento parece apontar para um tipo de desfecho radical diferente, só faz aumentar a angústia diante dos diversos níveis de possibilidades de encaminhamentos terríveis.

Contudo, a pandemia também está, pelo drama que impõe, forçando setores e indivíduos importantes a repensarem suas convicções, fazendo ressurgir nos discursos políticos certa consciência acerca da importância da garantia de direitos universais poder público, como saúde e educação. Cabe a nós que defendemos a garantia e a expansão desses direitos universais a insistência para que aquela consciência permaneça na ordem do dia em nosso país, mantendo a mobilização permanente contra os retrocessos que se apresentam em nossa esfera política.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Laura. *Valsa brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia, 2018.

GIOLO, Jaime; LEHER, Roberto; SGUISSARDI, Valdemar. *Future-se: ataque à autonomia das instituições federais de educação superior e sua sujeição ao mercado*. São Carlos, SP: Diagrama Editorial, 2020.

GIOLO, Jaime. O Future-se sem futuro. In: GIOLO, Jaime; LEHER, Roberto; SGUISSARDI, Valdemar. *Future-se: ataque à autonomia das instituições federais de educação superior e sua sujeição ao mercado*. São Carlos, SP: Diagrama Editorial, 2020.

KRAWCZYK, Nora. Brasil-Estados Unidos. A trama de relações ocultas na destruição da escola pública. In: KRAWCZYK, Nora (Org.) *Escola pública:*

tempos difíceis, mas não impossíveis. Campinas, SP: FE/UNICAMP; Uberlândia, MG: Navegando, 2018.

LEHER, Roberto. Guerra cultural e Universidade Pública: o Future-se é parte da estratégia de silenciamento. In: GIOLO, Jaime; LEHER, Roberto; SGUISSARDI, Valdemar. *Future-se: ataque à autonomia das instituições federais de educação superior e sua sujeição ao mercado*. São Carlos, SP: Diagrama Editorial, 2020.

NENKO, Yuliia; KYBALNA, Nelia; SNISARENKO, Yana. The COVID-19 Distance Learning: Insight from Ukrainian students. *Revista Brasileira de Educação do Campo*, Tocantinópolis, v. 5, p. 1-19, 2020.

PORTALES, Jaime; HEILIG, Julian Vasquez. Understanding How Universal Vouchers Have Impacted Urban School Districts' Enrollment in Chile. *Education policy analysis archives*, Arizona, v. 22, n. 72, jul. 21st, 2014.

ZHANG, Wunong *et. al.* Suspending Classes Without Stopping Learning: China's Education Emergency Management Policy in the COVID-19 Outbreak. *Journal of Risk Financial Management*, v.13, n.5, 55, p. 1-6, 2020.

NOTAS

100 | Professor Adjunto do Instituto de Educação de Angra dos Reis da Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisador no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Política e Educação (NuFiPE/UFF). Membro do Conselho Nacional da International Gramsci Society Brasil (IGS-Brasil)

101 | Fontes: <http://www.portaltransparencia.gov.br/funcoes/12-educacao?ano=2020>; <http://www.portaltransparencia.gov.br/orgaos/20501?ano=2020>; <https://www.capes.gov.br/orcamento-evolucao-em-reais>; <http://www.finep.gov.br/a-finep-externo/fndct/lei-orcamentaria-anual>. Acesso em: 20 maio 2020.

102 | Para uma análise concisa e esclarecedora acerca do contexto da crise e da opção equivocada visando sua solução, ver Carvalho (2018). Embora o texto preceda à eleição de Bolsonaro, fica claro que a política atual segue de perto a orientação do “Salto para ao Futuro”, de Temer.

103 | Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/18313/pna-o-que-o-mec-pensa-sobre-alfabetizacao>. Acesso em: 20 maio 2020.

104 | No dia 27 de maio de 2020 o governo encaminhou a última versão do projeto ao Congresso Nacional, porém não podemos analisar o teor do documento já que não foi disponibilizado ao público. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/05/27/projeto-de-lei-do-future-se-e-encaminhado-ao-congresso-nacional.ghtml>. Acesso em: 28 maio 2020.

105 | Para uma avaliação crítica desse modelo de privatizar a gestão das escolas públicas, ver Krawczyk (2018, p. 59-72).

106 | Dinheiro dado pelo governo aos pais para que estes matriculem seus filhos em uma escola privada de seu interesse. Para uma demonstração de potencial gerador de desigualdades deste modelo na realidade chilena, ver Portales e Heilig (2014): a capacidade de escolha parental é pouco efetiva para as famílias mais pobres.

107 | Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, art. 2º, inciso V.

108 | Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,estudantes-de-colegio-militar-custam-tres-vezes-mais-ao-pais,70002473230>. Acesso em: 20 maio 2020.

109 | Para um bom apanhado de considerações críticas de diversos especialistas da área da Educação, de diferentes matizes teóricos, consultar: <https://novaescola.org.br/conteudo/18084/mec-erra-ao-priorizar-escolas-civico-militares-dizem-especialistas-em-educacao>. Acesso em: 20 maio 2020.

110 | Disponível em: <https://pt.unesco.org/covid19/educationresponse>. Acesso em: 22 maio 2020.

111 | Disponível em: <https://nacoesunidas.org/artigo-a-experiencia-internacional-com-os-impactos-da-covid-19-na-educacao/>. Acesso em: 20 maio 2020.

112 | Disponível em: <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,imperial-college-ve-transmissao-do-coronavirus-no-brasil-fora-de-controle-e-estima-mortes,70003311663>. Acesso em: 22 maio 2020.

A crise provocada pela COVID-19: antigos problemas em um novo cenário

ANDREIA CLAPP SALVADOR¹¹³

RAFAEL SOARES GONÇALVES¹¹⁴

VALÉRIA PEREIRA BASTOS¹¹⁵

O novo coronavírus trouxe impactos profundos em nossa sociedade. Apesar dos esforços iniciais de combate à pandemia, a falta de articulação política entre os entes federativos e a criminosa negligência do governo federal vêm forjando uma crise epidemiológica sem precedentes e com retornos ainda infelizmente incertos. Diante da necessidade de isolamento social, avizinha-se também uma enorme crise social e econômica. O presente ensaio pretende abordar os impactos de tais crises a partir de três casos de análise, que dialogam diretamente com os temas da linha de pesquisa “Questões Socioambientais, Urbanas e Formas de Resistência Social” do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e da qual pertencem os autores do presente artigo.

CASO 1 | Catadores e catadoras de Jardim Gramacho

O atual cenário de pandemia da COVID-19 evidencia o processo de agudização das manifestações da questão social expressa por milhões de trabalhadores e trabalhadoras informais no Brasil, visto que são sujeitos desprovidos de direitos trabalhistas. Essa situação já vinha sendo agravada pelas sucessivas perdas no acesso aos direitos sociais, precarizando cada vez

mais as atividades desenvolvidas nos diversos setores informais. No caso desse item, pretende-se, brevemente, dar relevância ao cenário socioambiental, em especial ao trabalho de catadores e catadoras de materiais recicláveis, na atividade de coleta seletiva dos resíduos sólidos urbanos.

Neste sentido, na busca de identificar os impactos decorrentes da pandemia nas atividades de coleta seletiva realizadas pelas cooperativas de catadores e catadoras de materiais recicláveis, buscou-se verificar quais ações têm sido realizadas pelo poder público no sentido de suprir as necessidades básicas desse segmento. O trabalho de coleta e triagem de resíduos se constitui como um risco importante de contágio do novo coronavírus aos catadores e catadoras que participam da coleta seletiva e da cadeia da reciclagem, sobretudo na atividade de triagem. A contaminação não ocorre somente pelo ar, mas também por manuseio de objetos, principalmente de resíduos sólidos urbanos, exigindo, dessa forma, novas alternativas de tratamento para a prevenção e cuidados necessários à saúde desses trabalhadores.

Inicialmente, identificou-se — através de pesquisa realizada no site do Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre), órgão interveniente no Acordo Setorial de Embalagens em Geral, celebrado em 2015¹¹⁶ — que no período de 23 de março a 24 de abril de 2020 foi realizado um levantamento que atingiu 408 municípios em todo o território nacional. O objetivo de tal levantamento foi identificar como o cenário de trabalho dos catadores e catadoras vem sendo impactado pela pandemia. Foi possível verificar que 63,4% das cooperativas estão prejudicadas com a paralisação total e/ou parcial das atividades de coleta e triagem de resíduos sólidos urbanos, pois o material potencialmente reciclável recolhido está sendo destinado aos aterros sanitários e/ou aos Centros de Tratamento de Resíduos (CTR).

Neste sentido, é importante ressaltar que nem todos os catadores e catadoras foram contemplados pelo auxílio emergencial disponibilizado pelo governo federal no valor de R\$ 600,00, uns pelo comprometimento nos documentos, outros pela dificuldade de acesso à internet para cadastramento, dentre outras dificuldades, inclusive de ausência de documentos de identificação. No entanto, sobretudo nas regiões menos assistidas pelo poder público, a mobilização social tem ocupado um lugar de destaque, através da doação de cestas básicas e material de higiene pessoal e vem atendendo de forma emergencial as cooperativas de reciclagem. O Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis vem arrecadando recursos por meio da Campanha de Solidariedade aos Catadores do Brasil e disponibiliza orientação a respeito do cadastramento e obtenção do benefício em seu site¹¹⁷.

Cabe ressaltar a relevância do nível de resistência dessa população, demonstrada a partir dos movimentos populares e sociais pelo viés da solidariedade ativa que vem promovendo inúmeras ações de socorro. Embora saibamos que não substitui a política pública, mas supre em parte a necessidade daqueles que, por questões alheias às suas vontades, não se encontram em condições de supri-las a partir do trabalho.

Ressalta-se especial atenção ao processo de mobilização que vem sendo realizado para atender demandas da população do sub-bairro de Jardim Gramacho, território estigmatizado por ter abrigado, por mais de 30 anos, o maior lixão da América Latina (BASTOS, 2018), e que permanece, até os dias atuais, como uma zona de sacrifício (ACSERALD, 2004). A rede de solidariedade ativa vem ganhando dimensão expressiva e atendendo, quase em sua totalidade, as demandas locais através de inúmeras campanhas. Ao mesmo tempo, cabe registrar que, se há uma efetiva manifestação advinda da sociedade civil, o poder público segue alheio ao atendimento da população, pois a cada dia vem precarizando o acesso aos direitos oriundos

tanto da assistência social como de diversas políticas públicas necessárias ao atendimento da população.

CASO 2 | Os pré-vestibulares populares

A sociedade brasileira é assolada pela desigualdade social, condição que restringe o acesso da população pobre, negra, indígena, mulheres e o grupo LGBTQ+, aos direitos sociais como educação, trabalho, saúde e moradia. O acesso ao ensino superior é notadamente marcado pelas desigualdades e basta conhecer alguns dados indicativos da questão racial para compreendermos o tamanho e a profundidade da nossa condição. O relatório das desigualdades de raça, gênero e classe do Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa (GEEMA)¹¹⁸, com base em dados da PNAD¹¹⁹ de 2011 a 2015, constatou que 19% da população branca concluiu o ensino superior, enquanto entre pretos e pardos este percentual é de 7%. A média de anos de estudo da população branca é de 10 anos e a da população preta e parda é de oito anos; a renda familiar per capita dos brancos foi 80% superior a de pretos e pardos no período. Os brancos são super-representados nas ocupações intelectuais e os não brancos super-representados no trabalho manual, demonstrando a concentração da divisão racial da educação e do trabalho¹²⁰.

Ao longo dos últimos anos houve um significativo avanço no que diz respeito à democratização do acesso ao ensino superior brasileiro, embora ainda tenhamos um longo caminho a percorrer. A partir da luta do movimento negro, a adoção de políticas de ação afirmativa e a atuação dos pré-vestibulares populares, o acesso de estudantes de escola pública, da classe popular, pretos, pardos e indígenas ao ensino superior ampliou. É especialmente na década de 1990 que o Movimento Negro e o Movimento Social de Educação Popular, pelo Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), intensificaram a luta em prol do acesso de estudantes negras e

negros às universidades brasileiras e passaram a exigir a implementação de ações afirmativas. Esta luta inspirou pessoas e motivou a criação de diversos pré-vestibulares populares como: Educafro (Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes), Rede Emancipa (Rede Emancipa Movimento Social de Educação Popular), PreparaNEM, Pré-vestibular Ser Cidadão, Pré-vestibular Popular Bonsucesso, PVNC Vila Operária, entre outros mais (CLAPP, 2020).

Ainda hoje há um número significativo de pré-vestibulares populares, também chamados de comunitários ou sociais. Um recente levantamento feito nas plataformas Google e Facebook, a respeito dos pré-vestibulares populares, identificou o funcionamento de 97 núcleos no município do Rio de Janeiro e 46 núcleos espalhados em 11 municípios da Baixada Fluminense¹²¹. Estes pré-vestibulares populares funcionam nas áreas periféricas e favelas e tem uma proposta de formação de estudantes em condição de desigualdade social, para inserção nas universidades públicas, comunitárias e privadas, e buscam, de forma gratuita e com trabalho voluntário, democratizar o acesso ao ensino superior.

As consequências da pandemia da COVID-19, bem como do isolamento social para frear o contágio, são muitas e diversas, aprofundando situações de vulnerabilidade social e evidenciando as condições sociais desiguais. Neste contexto, os pré-vestibulares populares têm enfrentado dificuldades e se encontram impossibilitados de funcionar plenamente. Alguns pré-vestibulares estão trabalhando de forma remota e outros cancelaram as atividades ou voltaram seus esforços para o combate à pandemia. Felipe Guimaraes de Oliveira Gomes, coordenador do Pré-Vestibular Comunitário Bonsucesso, e Juliana Marinho, coordenadora do PVNC Vila Operária em Nova Iguaçu, falam sobre as aulas, o acesso precário às redes da internet, apontam as dificuldades para manter o interesse do estudante, a preocupação com a evasão e também com a manutenção do trabalho voluntário do professor:

Trabalhamos com alunos da classe popular e que não tem acesso à internet. Com a pandemia está muito difícil, porque não podemos cobrar tanto, mesmo disponibilizando o material online. A maioria dos alunos não tem computador e não tem internet em casa. São famílias numerosas e não tem um espaço adequado para estudar. [...] Esta situação vem dificultando muito o trabalho da gente, porque muitos alunos não conseguem estudar e muitos dos moradores da Baixada Fluminense ficaram desempregados. A preocupação hoje dos alunos é como se manter e não como estudar para o ENEM. [**JULIANA MARINHO, PVNC VILA OPERÁRIA**]

Em tempos de pandemia o Pré-Vestibular Comunitário Bonsucesso foi muito impactado e acabou precisando ser reinventado e se ressignificar para podermos continuar o trabalho. [...] Assumimos uma posição de aulas online via Google Class, que nos ajuda a postar materiais, fazer links com outras redes sociais e que possa chegar ao aluno. [**FELIPE GOMES, PRÉ-VESTIBULAR COMUNITÁRIO BONSUCESSO**]

A premência para se “reinventar e ressignificar” em tempos de pandemia fez com que o Pré-Vestibular Comunitário Bonsucesso priorizasse uma ação no campo do “acolhimento” e “sensibilização” dos alunos e professores:

Iniciamos com uma sensibilização, conscientizando sobre as possibilidades de aproveitarem a oportunidade e manterem uma rotina de estudo. A sensibilização inicial foi algo que colaborou para termos êxito [...]. Buscamos estreitar os laços e, nessa dinâmica de sensibilização, estamos conseguindo que o aluno tenha fôlego em tempos de pandemia. Isto não descarta as dificuldades, a gente respeita o processo de cada um, mas não podemos tratar isto tudo com ausência e com silêncio e deixar que o caos se instaure. [**FELIPE GOMES, PRÉ-VESTIBULAR COMUNITÁRIO BONSUCESSO**]

Em tempos de doença, dor e intransigência, Felipe Gomes descreve alternativas encontradas para a conservação do trabalho dos pré-vestibulares populares: “o que também faz com que o trabalho continue é a empatia, é entender que todos estamos na mesma realidade, com as aflições e angústias. [...] Tentamos criar uma rede de afetos”.

CASO 3 | Favelados do Rio de Janeiro

Apesar de a pandemia ter chegado ao país por pessoas vindas da Europa, sobretudo da Itália, e ter infectado inicialmente bairros nobres da Zona Sul e a Barra da Tijuca, rapidamente foi se compreendendo que a COVID-19 não

era “elitista” ou “democrática”. Muito pelo contrário, a doença rapidamente começou a impactar populações mais pobres, sobretudo os moradores de favelas do Rio de Janeiro.

Diante da ausência de uma vacina ou um medicamento realmente eficaz, a indicação mais difundida no mundo no combate à pandemia é o isolamento social. Isso é muito mais complicado em áreas faveladas diante da enorme densidade habitacional. Aliás, como manter isolados doentes em moradias onde inúmeras pessoas partilham um só ambiente? Da mesma forma, junto com o isolamento, é preciso reforçar medidas de higiene, sobretudo a lavagem periódica das mãos, objetos de uso cotidiano e mesmo embalagens de produtos. Como manter essas medidas relativamente simples em áreas com péssimo acesso à água? A pandemia trouxe à tona realidades cotidianas de parcela importante da população carioca, que ficavam invisibilizadas pela nossa hipocrisia habitual.

Além disso, para muitos dos moradores de favelas, suas atividades profissionais não lhes permitem atuar de forma remota e precisam continuar a se locomover para trabalhar. Aliás, muitos trabalham em atividades essenciais para que o isolamento do restante da população possa se realizar. Para muitos desses trabalhadores, não lhes foram oferecidas condições adequadas de transporte, tampouco equipamentos de proteção para trabalhar com segurança. As dificuldades se multiplicam, quando nos damos conta que, sem escolas, muitos pais não tinham onde deixar seus filhos.

Essas são apenas pequenas situações, que começaram a contrastar com as primeiras imagens da quarentena europeia, com as pessoas cantando nos balcões de suas casas. Era notório, desde o início, que tal abordagem era romantizada (mesmo para a realidade europeia) e completamente fora da realidade das favelas. De antemão, era necessário retrabalhar a informação e fazer com que o combate ao novo coronavírus falasse “nossa língua”¹²². O trabalho incansável de comunicadores comunitários, acadêmicos e

lideranças sociais procurou trazer as favelas para o centro do debate, forçando, inclusive, a grande mídia a alterar profundamente sua forma de abordar a situação.

Se a resposta de estados e municípios foi relativamente rápida, a resposta do governo federal foi catastrófica. Como um profeta do caos, o presidente minimizou a doença e, sem nenhuma empatia, vem desdenhando dos impactados e mortos pela doença. Estabeleceu uma falsa dicotomia entre vida e economia, que, no fundo, vem provocando milhares e milhares de mortes e reforçando de forma exponencial a crise econômica. Junto com a falta de gestão federal com seus sucessivos ministros da saúde e sem nenhuma coordenação nacional, assistimos estarrecidos os colapsos dos sistemas públicos de saúde em cada estado. Os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), muitos favelados, se veem com a angústia de não saberem se terão leitos, remédios ou respiradouros se tiverem sintomas mais graves da doença.

Diante do caos instalado, a grande lição que fica é justamente do movimento associativo de favelas. Iniciativas foram se manifestando em diversas favelas, demonstrando não somente solidariedade, mas um fino conhecimento adquirido de mobilização em contextos de crise (GONÇALVES, 2015): iniciativas de comunicação, distribuição de cestas básicas, kits de higiene, instalação de pontos de água, mapeamentos de doentes e estratégias de isolamento. Tal mobilização se apresenta de forma muito diversa dependendo das favelas, mas apresenta uma lógica de rede, onde parcerias de ideias e recursos circulam entre os grupos envolvidos.

Esperava-se, em tempos de epidemia, uma postura do Estado, em suas diferentes esferas, bem distinta. A ênfase em hospitais de campanha, necessários de forma emergencial, poderia ter sido acompanhada pela reabilitação dos inúmeros leitos abandonados nos hospitais da cidade, sobretudo da rede federal. Da mesma forma, seria muito necessária uma reflexão maior no atendimento básico, com o acompanhamento dos

moradores desde os primeiros sintomas, de forma a evitar a propagação do contágio. A falta de testes e de maior investimento de pessoal e recursos no atendimento básico faz com que tenhamos um número imenso de subnotificação, já que os poucos testes só são realizados com aqueles enfermos graves, que chegaram a unidades hospitalares.

O mais impactante é que, em um contexto de pandemia, a população de favelas ainda tenha que se preocupar com operações policiais, inclusive com mortes de crianças e adolescentes. Ao sairmos dessa crise, seria importante reconhecer que foi a mobilização dessa população que evitou o caos completo. As iniciativas nas favelas assumiram responsabilidades diversas, tanto no âmbito da saúde como no da assistência, e permitiram uma resposta mais contextualizada à pandemia. Isso demonstra a enorme capacidade e potencial das favelas e seus moradores, destoando, mais uma vez, das recorrentes representações negativas associadas a esses espaços.

Conclusão

Se os efeitos da crise provocada pelo novo coronavírus são devastadores, observa-se também formas importantes de mobilização social. Ainda é difícil realizar projeções para o futuro do país, mas espera-se que a presente crise seja um grande marco na luta por novos projetos societários, distintos da sociedade destruidora de pessoas e de recursos da natureza que estávamos consentindo antes da pandemia.

REFERÊNCIAS

ACSERALD, Henri. De “bota-foras” e “zonas de sacrifício” — um panorama dos conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro. In: ACSELRAD, Henri

(Org.). *Conflito social e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

BASTOS, Valéria Pereira, Jardim Gramacho: território extraordinário do lixo. In: MAIA, Rosemere (Org.). *Rio Revisto de suas margens*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

CAMPOS, Luiz; FRANÇA, Danilo; FERES JÚNIOR, João. *Relatório das desigualdades de raça, gênero e classe*, n. 2, p. 1-18, Rio de Janeiro: GEEMA, Iesp-Uerj, 2018. Disponível em: http://gema.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2017/08/Relato%CC%81rio_Corrigido-2.0.pdf. Acesso em: 18 maio 2020.

CLAPP, Andréia. O papel protagonista do Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC) nas políticas afirmativas — a experiência da educação superior brasileira. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 45, v. 18, p. 211-223, 2020.

GONÇALVES, Rafael Soares. “São as águas de março fechando o verão”: chuvas e políticas urbanas nas favelas cariocas. *Acervo*, Rio de Janeiro, v.8, n.1, p.98-119, 2015.

NOTAS

113 | Professora do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

114 | Professor do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

115 | Professora do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

116 | Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS/2010 — Implantação da logística reversa e responsabilidade compartilhada. Disponível em:

https://sinir.gov.br/images/sinir/Embalagens%20em%20Geral/Acordo_embalagens.pdf. Acesso em: 14 maio 2020.

117 | Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis. Disponível em: <http://www.mnrc.org.br/>. Acesso em: 14 maio 2020.

118 | Núcleo de pesquisa com inscrição no CNPq e sede no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp-Uerj).

119 | Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) é uma pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

120 | Relatório das Desigualdades de Raça, Gênero e Classe – Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa (GEMAA) do Iesp-Uerj (2017). Disponível em: <http://gemaa.iesp.uerj.br/relatorios/relatorio-das-desigualdades-gemaa-no-1/>. Acesso em: 18 maio 2020.

121 | Os dados referentes aos pré-vestibulares populares do Rio de Janeiro fazem parte da pesquisa “Análise da atuação e alcance dos Pré-vestibulares populares da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Um olhar sobre a democratização do acesso ao ensino superior”, desenvolvida no ano de 2020 sob coordenação de Andreia Clapp Salvador.

122 | Esse foi o objetivo inicial do Movimento Seja Vivo, coordenado pelos professores Rafael Soares Gonçalves (PUC-Rio) e Celso Sanchez (Unirio) e que congregou vários profissionais, lideranças e moradores de favelas para levar informação de qualidade para esses espaços. Ver: <https://www.facebook.com/SejaVivo-106051687710815/>. Acesso em: 14 maio 2020.

Pandemia e crise capitalista: a situação das favelas

REGINALDO SCHEUERMANN COSTA¹²³

A pandemia como parte da crise capitalista internacional

Vivemos em meio à incerteza e o medo diante dos acontecimentos dramáticos ligados à pandemia. Até o momento que terminei este texto, segundo levantamento do portal de jornalismo G1, junto às secretarias estaduais de saúde, são 23.522 mortes e 377.669 infectados, enquanto o Ministério da Saúde anota 23.473 mortos e 374.898 infectados. O Brasil já chega à triste marca de segundo país com o maior número de casos confirmados.¹²⁴ Apresento algumas breves reflexões a respeito da condição das favelas no Brasil, no contexto da pandemia da COVID-19 e da crise capitalista internacional, no intuito de refletir sobre a gravidade de nossa conjuntura, mas também sobre o esboço de possíveis alternativas.

A crise capitalista internacional iniciada em 2007-2008, antes chamada, ironicamente, de “marolinha” pelo então presidente Lula, hoje se mostra como mar revolto e de longa tempestade. De forma resumida, a crise atual tem um histórico em que já se desenham, desde o início dos anos 1990, nos seguintes pontos: 1. Queda vertiginosa da taxa de lucros pelo mundo; 2. Ampliação da financeirização da economia numa escala global e aguda, promovendo a supervalorização de empresas e ampliação da bolha especulativa; 3. Aumento dramático do endividamento das famílias, devido às políticas de arrocho salarial, depreciação de direitos trabalhistas, enfraquecimento dos sindicatos, acarretando queda sensível do consumo; 4.

Diminuição da demanda comercial, tornando as balanças de comércio dos países tendencialmente negativas, desaceleradas ou estagnadas. Todas essas características ganham proporção de calamidade desde 2007-2008, mas já podem ser observadas, em maior ou menor grau, nas crises dos anos 1990.

Segundo economistas de diversas orientações teóricas, a crise que ora enfrentamos possui uma profundidade inédita, ultrapassando a capacidade destrutiva da crise de 1929, em função dos seus efeitos internacionalizados e da sua longa duração. A estagnação da economia mundial, portanto, já era notória antes da pandemia, assim como a perspectiva de um quadro recessivo. O último evento eloquente nesse sentido foi a queda recente do preço do petróleo, de U\$53, em fevereiro, para U\$ 28, no começo de abril. Mas e a pandemia era esperada?

Em setembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) relatou o resultado da pesquisa do Grupo de Vigilância Mundial sobre a Preparação: “Um mundo em perigo: informe anual sobre preparação mundial para as emergências sanitárias”. Este documento apresenta os pontos-chave que armariam uma bomba-relógio na saúde pública do planeta: “enfrentamos a ameaça fulminante, sumamente mortífera, provocada por um patógeno respiratório que poderia matar de 50 a 80 milhões de pessoas e liquidar 5% da economia mundial. Uma pandemia mundial dessa escala seria uma catástrofe e desencadearia caos, instabilidade e insegurança generalizados.”¹²⁵

Diante dos avisos da comunidade científica, a orientação foi oposta. A maioria dos países capitalistas continuou o receituário neoliberal: expansão do setor privado da saúde sem compromisso com o bem-estar público, corte de verba na área de pesquisa científica, industrialismo na agricultura com criadouros gigantescos do método de produção intensiva, engenharia genética com legislação ambiental insuficiente, formando o contexto biológico ideal para a chamada *transmissão zoonótica*, aquela que ocorre de

animais para os seres humanos. Num sistema mundial em que o fluxo de pessoas é completamente internacionalizado e massivo, com normas de controle sanitário falhas, a possibilidade de contaminação também se torna global, e eis que temos todos os elementos para uma pandemia. Tragédia anunciada!

Em tempos obscuros em que ganha força no mundo uma ultradireita se legitimando no negacionismo científico, demonizando a ciência, os centros de pesquisa, universidades, pesquisadores, professores e estudantes, atacando os consensos científicos mais estáveis e a crítica, não era de se surpreender que muitos governos subestimassem a pandemia. A China, apesar de no primeiro momento ter resistido em assumir a epidemia, realocizou rápido sua política e conseguiu debelar o vírus com relativa rapidez, enquanto que o negacionismo convicto nos Estados Unidos, no Reino Unido e no Brasil tiveram um resultado catastrófico na contenção das mortes e do número de infectados. Trump foi avisado pelas agências de inteligência e pela comunidade científica de seu país, ainda em janeiro, mas nada fez.¹²⁶ Na verdade, fez o oposto do senso científico: idealizou um remédio sem estudos conclusivos, a cloroquina, e ponderou sobre injeções de desinfetante numa coletiva de imprensa. Logo, mesmo sendo o país mais poderoso do mundo, rapidamente angariou a posição de número um de infectados no mundo, pois, as falas desastrosas de Trump, a não adesão ao isolamento social e o custo elevado dos serviços de saúde no país foram elementos que inviabilizaram o atendimento universalista aos infectados.

Países com uma infraestrutura de Estado providência mais forte conseguiram resultados mais satisfatórios na contenção de danos causados pelo vírus e suas repercussões sobre a economia. A Suécia e a Dinamarca, por exemplo, garantiram 90% do salário dos seus trabalhadores, enquanto a Alemanha garantiu 67%. A Alemanha, que possui a maior taxa de leitos de UTI por habitante da Europa (3 vezes o da França, Itália e Espanha; 4 vezes o do Reino Unido) teve um resultado melhor quando comparado aos seus

vizinhos europeus, detentores de políticas sociais mais tímidas. Reino Unido, por exemplo, foi vítima de sua política de desestruturação de seu sistema de saúde público. Na Venezuela, mesmo diante de um rigoroso bloqueio econômico estadunidense e da queda abrupta do preço do petróleo, ocasionando o agravamento da crise econômica no país, a adoção do isolamento social, tendo ampla participação dos trabalhadores auto-organizados nas comunas, foi importante para conter o ritmo de espalhamento da COVID-19, seja realizando ações de desinfecção nos espaços públicos ou fabricando máscaras.

O agravamento da crise econômica diante da pandemia é atestado pelo Institute of International Finance, que vem gradativamente revendo as suas previsões referentes ao crescimento econômico mundial. A última revisão baixou de 2,6% para -1,5%. Para a zona do Euro, baixou-se de 1,0% para -4,7; para os Estados Unidos, de 2%, para -2,8%. O Goldman Sachs prevê uma queda no Produto Interno Bruto (PIB) estadunidense de 3,1%. Segundo a OCDE, o isolamento social poderia impactar o PIB dos países em, pelo menos, -2%. O Fundo Monetário Internacional (FMI), revendo suas previsões, afirma que é possível ter uma queda de 3% no PIB mundial.

Os pacotes de estímulos fiscais ao setor financeiro seguem sendo a grande prioridade das economias internacionalmente; estima-se que 9% do PIB mundial esteja destinado a atender as demandas do setor financeiro. Nos Estados Unidos, de acordo com Michael Robert, dos 2 trilhões de dólares anunciados como pacote de estímulo, cerca de 500 bilhões é destinado para salvar os grandes conglomerados empresariais. Pouco antes, o Federal Reserve apresentava um pacote de 1 trilhão de dólares, comprando títulos do tesouro, abrindo uma generosa linha de crédito para o empresariado.¹²⁷

O impacto da pandemia sobre as economias do mundo, segundo a Organização Internacional do Trabalho, chega a atingir 2,7 bilhões de trabalhadores, 81% do montante mundial. O desemprego cresceu 6,7% no

mundo, no segundo trimestre, atingindo mais de 195 milhões de trabalhadores, que trabalham em regime de 48 horas semanais. Na América Latina e Caribe, desses trabalhadores, 14 milhões se tornaram desempregados, e, na Índia, 400 milhões ficaram sem rendimentos durante a pandemia. Esses dados ainda são provisórios, pois o ritmo da pandemia ainda é ascendente e incerto, sendo a sua real proporção difícil de ser mensurada. Mas o impacto já é calamitoso, pois 40% da população mundial se encontra em isolamento social e sofrendo as consequências dessa situação de caos, em que a falta de políticas sociais amplifica a crise sanitária.

A crise capitalista internacional e a pandemia: repercussões sobre as favelas

Espera-se que 100 milhões de pessoas no mundo passem para baixo da linha da pobreza, de acordo com o Banco Mundial e o Instituto de Recursos Mundiais (WRI). Serão as cidades mais populosas as mais atingidas. Haverá uma queda entre 15% e 25% na arrecadação tributária dos governos neste ano. A preocupação é de como lidar com cerca de 1 bilhão de pessoas morando em favelas no mundo, que, segundo o relatório “O Desafio das Favelas” (2001), da ONU Habitat, são territórios reconhecidos pela privação de água potável, falta de saneamento, espaço mínimo para habitações, construções com materiais de baixa qualidade e insegurança sobre a posse do terreno. De acordo com a perspectiva econômica internacional, é esperado que, em 2050, a população mundial tenha 30% morando em favelas, quase 3 bilhões de pessoas, o que torna o quadro ainda mais desolador.¹²⁸ A Organização das Nações Unidas (ONU) afirmou que iria combater essa tendência, atingindo a melhoria de vida de 100 milhões de favelados, tendo o ano de 2030 como meta para garantir acesso aos direitos sociais básicos nas favelas. Se analisarmos a tendência global de miséria e a

meta do Banco Mundial, o futuro não parece menos sombrio, segundo o próprio Banco.

Como já apresentado, a pandemia expôs a falência do modelo neoliberal. No Brasil, escancara esse limite de forma ainda mais trágica, pois expõe a sua histórica dependência econômica, profunda desigualdade social, racismo estrutural e patriarcalismo. Quando se observa que 70% dos profissionais da área da saúde são mulheres e negras, que atuam sem equipamentos adequados, salários dignos, condições de trabalho mínimas, e o aumento de mortes de profissionais da saúde, percebe-se que a pandemia pesa mais sobre esses setores historicamente oprimidos. Outros dados que reiteram essa lógica de opressões realçadas pela pandemia é que o índice de violência doméstica contra mulheres e crianças tem aumentado, assim como a conclusão de pesquisas que demonstram que a letalidade da COVID-19 é maior entre negros.

São as favelas que concentram, justamente, esses setores da sociedade. Cerca de 13 milhões de brasileiros moram em favelas, segundo o Data Favela e o Instituto Locomotiva. Essas comunidades, sofrendo com a miséria, alto número de moradores por casa, saneamento básico precário, políticas de saúde pública insuficientes, tornam-se alvos fáceis do vírus e das suas consequências sociais.¹²⁹

A política que vem sendo implementada nos últimos anos só vem acentuando este quadro de precariedade nas favelas e periferias. Durante o governo Dilma (2015), o corte nas áreas sociais foi de R\$ 69,9 bilhões, tendo um peso na educação de R\$ 9,4 bilhões e de 1,8 bilhão na ciência e tecnologia.¹³⁰ A aprovação da Emenda Constitucional 95 (2016) significou, só na área da Saúde, a perda de R\$ 20 bilhões, menos 15% da receita da União.¹³¹ A Reforma Trabalhista (2017) e a Lei de Terceirização não tiveram efeito sensível sobre a taxa de emprego, como prometido, mas aumentaram a informalidade e o trabalho terceirizado, gerando instabilidade no emprego e baixos salários,¹³² além de contribuir para a estagnação do PIB no mesmo

patamar de 2009. O resultado é que a miséria vem aumentando desde 2015, contrapondo-se à tendência de queda, que ocorreu entre os anos 1990 e 2014.

Aliado a isso, os sucessivos cortes recentes do governo Bolsonaro nas áreas de pesquisa científica, principalmente das universidades federais, busca a todo custo abrir espaço cada vez maior para a entrada das empresas de tecnologia estrangeiras, indústrias farmacêuticas, obstruindo a nossa parca autonomia produtiva, criação de patentes e possibilidades de desenvolver remédios e tratamentos a baixos custos. Aprofundamos a dependência econômica em relação aos produtos e à tecnologia de pesquisa estrangeira, alegando que deveríamos cortar gastos. Armamos uma bomba contra nós mesmos. Se Bolsonaro diz que devemos “salvar a economia” para salvar as vidas, ele e seus antecessores acabaram (ainda que em níveis bem distintos) levando nossa economia para a UTI muito antes de a pandemia bater a nossa porta.

O agravamento da crise em razão da pandemia sinaliza que, segundo o Banco Mundial, a perspectiva é de que, no Brasil, 5,4 milhões de pessoas ingressem na pobreza extrema em função das consequências da pandemia; e de que o PIB caia 5% em 2020, o que seria a maior queda em 120 anos. Significa que 14,3 milhões de pessoas vão sobreviver com menos do que R\$ 145 mensais, 7% da população. Se, entre 2014 e 2019, a crise colocou 3,8 milhões de brasileiros na miséria, a situação a partir de 2020 deverá ser ainda mais trágica.¹³³

A pandemia evidenciou também a ineficácia recente do programa social Bolsa Família e do seguro desemprego, pois não atendem às necessidades dos trabalhadores que ingressaram recentemente nos estratos mais pobres. O Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) irregular de muitos brasileiros, por exemplo, tornou o processo de cadastramento para conseguir o auxílio emergência uma grande dificuldade, segundo a Dataprev. A desigualdade regional também se amplia nesse quadro. A região Nordeste tem um

número de trabalhadores informais maior do que aqueles que estão na formalidade, tendo, segundo a iDados, 51,2% da população do Nordeste apta a receber o auxílio emergência, demonstrando concentração da pobreza na região. Se o governo trabalhou com o número de 58 milhões de pessoas na linha da pobreza, agora já se estima um número de 70 milhões de pessoas.

No Brasil, temos 38,3 milhões de trabalhadores na informalidade, que possuem muitas privações, além da falta de dinheiro.¹³⁴ São 45 milhões de trabalhadores que não utilizam movimentações bancárias há mais de seis meses: o impacto desse setor na economia é gigantesco, pois movimenta anualmente R\$ 800 bilhões de reais em transações comerciais. É urgente que se agilize o cadastro desse segmento da população, abrindo mais vagas no Programa Bolsa Família, dinamizando uma rede de atendimento nacional ligada à Caixa Econômica Federal, evitando entraves burocráticos e fila nos bancos. O investimento em programas de fomento à renda, aliado a uma série de ações de cunho social tem um efeito multiplicador na renda per capita da população. Apesar disso, o governo segue na direção oposta, concentrando ainda mais a renda.

As favelas concentram esses dramas. Quando se discute a pandemia, o primeiro obstáculo para a execução de políticas públicas é a subnotificação aguda. Ao contrário dos dados oficiais, é notório o crescimento exponencial de casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), quando se compara aos dados do ano passado. Especialistas afirmam que, para cada morte, poderia haver 9 pessoas não identificadas com a doença, podendo chegar até um número de casos 15 vezes maior do que o relatado oficialmente; nas favelas ocorreriam o dobro de casos relatados comparados ao restante da cidade.¹³⁵

Boa parte dos infectados são mandados para casas sem que haja o acompanhamento sobre a evolução do quadro clínico, tirando essas pessoas das estatísticas. Os dados do painel da Prefeitura do Rio, que reúne, até o dia 15 de maio, 120 óbitos e 460 pessoas infectadas nas favelas do Rio, são

números subnotificados, ainda se considerando que um mês antes o número era de 7 mortes e 43 casos de infectados. Outro fator que ajuda a distorcer os dados é a desorganização dos endereços, pois algumas favelas que são reconhecidas como bairros, têm seus casos contabilizados como parte daqueles ocorridos em bairros próximos, diluindo a taxa de mortos e infectados em um número de habitantes maior. Esse é o caso da Maré, que, desde 1994, é considerada um bairro pela prefeitura do Rio de Janeiro, no entanto, boa parte dos órgãos públicos ainda ignora isso, principalmente escolas, hospitais e postos de saúde, o que acaba confundindo os dados reais e dificultando as ações do poder público na favela.¹³⁶

Uma rede de informações impulsionada por movimentos sociais e organizações não governamentais (ONGs), cada vez mais articulada, busca superar a ineficiência dos governos federal, estaduais e municipais, utilizando as mídias sociais e entidades de pesquisa para cruzar os dados de maneira mais próxima à realidade. O Dicionário de Favelas Marielle Franco tem oferecido uma rica compilação de reflexões acadêmicas, informes de lideranças comunitárias, centros de médicos e de pesquisa e toda uma gama de informações importantes no combate da COVID-19 nas favelas.¹³⁷

A precariedade de infraestrutura urbana nas favelas, em particular na distribuição de água e saneamento básico, tornam a situação das populações ainda mais exposta ao novo coronavírus. Estima-se que 31 milhões de pessoas não tenha acesso a uma rede de distribuição de água, algo comum nas favelas. Diante desse quadro aterrador, as Nações Unidas preveem que o adensamento populacional, agravado por meios de transporte lotados e sistema de coleta de lixo deficiente, tornam o impacto do vírus ainda mais preocupante.¹³⁸

Outro elemento importante é o adoecimento psicológico e as agressões nos domicílios, tendo como principal motivação o machismo. António Guterres, chefe da ONU, atestou preocupação diante desses fenômenos, como consequência do isolamento social, em que ele observa o aumento de

casos de violência contra mulheres e crianças, suicídio, depressão, ansiedade. A escassez de delegacias especializadas em violência contra a mulher aprofunda o problema, já que são apenas 21 e apenas Rio de Janeiro e São Paulo possuem esses estabelecimentos fora da capital.¹³⁹

As chacinas e arbitrariedades cometidas nas favelas durante as incursões policiais são outro obstáculo à luta contra a pandemia. Do dia 13 de março até o dia 19 de maio, foram 41 tiroteios, segundo os dados do Fogo Cruzado. Segundo a Rede de Observatórios da Segurança, a situação é de crescimento da violência; as operações policiais mataram mais 58% em relação ao mesmo período no ano passado. No dia 15 foram 13 pessoas mortas pela polícia. A ONG Rio de Paz, atuante no Jacarezinho, foi surpreendida com uma operação policial do Bope em meio a uma doação de cestas básicas, resultando em 4 feridos. Isso enquanto as cestas básicas prometidas pelo prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, demoram a chegar às famílias. O Gabinete de Crise do Alemão também acabou impossibilitado de realizar doações de alimentos por causa de uma incursão policial. Em Cordovil, a morte do corretor Leandro Rodrigues também seguiu esse triste roteiro, quando foi assassinado com um tiro de fuzil após entregar uma cesta básica. Os jovens Luiz, João, Thiago e Estevão e um não identificado morreram durante as ações policiais, sendo um jovem de 12 a 17 anos morto a cada mês. A violência contra as favelas expressa o DNA escravista brasileiro ainda presente na sua estrutura republicana.¹⁴⁰

Considerações finais

Muitas são as iniciativas de solidariedade, mas ainda é frágil a capacidade de mobilização e apresentação de uma agenda política alternativa ao bolsonarismo. A reprodução de ações auto-organizadas e solidárias são experiências fundamentais, que corporificam identidades de classe e fortalecem a luta dos trabalhadores, ainda que diante de uma situação tão

limite. É dessa experiência que se forjam os substratos de sínteses e ações políticas superiores, que podem sair de uma consciência corporativa imediata para um plano de ação antissistêmico, conseqüente, que esteja à altura da demanda histórica de superar a crise capitalista e a pandemia, de acordo com um projeto humano superior à barbárie capitalista.

Que da tristeza dessa crise sistêmica ecoe paixão pela vida encarnada em política. Temos muito o que caminhar: capilarizar mais iniciativas de solidariedade, organizar nossa pauta estratégica de forma autônoma, orientada pelos interesses dos trabalhadores, de forma que se integre a um projeto de desenvolvimento que não priorize o lucro, mas sim as vidas humanas e o meio ambiente.

NOTAS

123 | Professor Adjunto da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisador no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Política e Educação (NuFiPE/UFF).

124 | Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/05/25/casos-de-coronavirus-e-numero-de-mortes-no-brasil-em-25-de-maio.ghtml>. Acesso em: 25 maio 2020.

125 | Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/598671-covid-19-mandou-avisos-previos>. Acesso em: 25 maio 2020.

126 | Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/04/11/us/politics/coronavirus-trumpresponse.html>. Acesso em: 25 maio 2020.

127 | Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/Foi-o-virus-a-analise-de-Michael-Roberts>. Acesso em: 25 maio 2020.

128 | Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/04/07/sem-apoio-do-estado-favelas-globais-criam-estrategias-para-conter-pandemia.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 25 maio 2020.

129 | Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/14/coronavirus-aumentou-abismo-entre-favela-e-pista-diz-morador-do-morro-do-alemao>. Acesso em: 25 maio 2020.

130 | Disponível em: <https://www.ebc.com.br/noticias/politica/2015/07/pesquisadores-pedem-dilma-revogacao-de-cortes-na-educacao-e-ciencia>. Acesso em: 25 maio 2020.

131 | Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1044-saude-perdeu-r-20-bilhoes-em-2019-por-causa-da-ec-95-2016>. Acesso em: 25 maio 2020.

132 | Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/11/07/Como-ficou-o-emprego-2-anos-ap%C3%B3s-a-reforma-trabalhista>. Acesso em: 25 maio 2020.

133 | Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/pandemia-deve-lancar-mais-54-milhoes-de-brasileiros-na-extrema-pobreza-em-2020-24382499>. Acesso em: 25 maio 2020.

134 | Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/03/nas-favelas-moradores-passam-fome-e-comecam-a-sair-as-ruas.shtml>. Acesso em: 25 maio 2020.

135 | Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=47370>. Acesso em: 25 maio 2020.

136 | Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/15/mortes-na-mare-sao-triplo-de-dados-oficiais-diz-ong-favelas-tem-120-casos.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 25 maio 2020.

137 | Disponível em: <https://wikifavelas.com.br/>. Acesso em: 25 maio 2020.

138 | Ver: <https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-05-14/nas-favelas-ate-a-pandemia-de-coronavirus-e-invisivel.html> e <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/03/pandemia-nas-favelas.shtml>. Acesso em: 25 maio 2020.

139 | Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/12/opiniao-os-sete-erros-cometidos-pela-imprensa-ao-cobrir-a-pandemia-nas-favelas>. Acesso em: 25 maio 2020.

140 | As ações de solidariedade e auto-organização política se mantêm fortes, apesar da conjuntura adversa. O Projeto Mães das Favelas (CUFA) se dedica a atingir 40 mil mulheres em conjunto com lideranças do Complexo do Lins. A Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade estão distribuindo um material de orientação à população sobre a COVID-19. O movimento #Covid19NasFavelas reúne 8 coletivos periféricos. A campanha “Se liga no Corona”, também segue importante reunindo coletivos da Maré e Manguinhos em conjunto com a Fiocruz, veiculando informações sobre o vírus. Sobre a violência policial, ver: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-22/um-adolescente-morto-por-mes-e-o-resultado-das-operacoes-policiais-no-rj.html>. Acesso em: 25 maio 2020; e <https://theintercept.com/2020/05/19/coronavirus-ajuda-humanitaria-tiroteios-rio/>. Acesso em: 25 maio 2020.

A violência que não respeita o isolamento

VITOR CASTRO¹⁴¹

*matamos
meninos
negros
para
evitar
que
se
tornem
homens
feitos
negros*

[RICARDO ALEIXO]

“Em meio à pandemia, uma operação policial na favela. Aqui mesmo onde falta água e a fome se faz presente [...]. Se não morrer de vírus ou de fome, te matarão com tiros de fuzil”. O relato acima foi escrito nas redes sociais pelo ativista de direitos humanos Raull Santiago, integrante do Coletivo Papo Reto¹⁴². Raull é um dos expoentes de um movimento de favelas que *bota a cara*, que não deve nada, mas tem medo. Não à toa, obviamente. Ser morador de favela, preto e pobre, indica que se é sempre alvo da política de segurança pública do Rio de Janeiro. “Quem não deve tem medo sim”, pontua o ativista. No Complexo do Alemão, durante a pandemia, uma operação do

Batalhão de Operações Policiais Especiais, o Bope, deixou 12 mortos no dia 15 de maio — uma chacina¹⁴³.

Dias depois um adolescente morador do Morro do Salgueiro, no município de São Gonçalo, foi atingido por um tiro de fuzil dentro de casa, no dia 18 de maio. João Pedro Matos Pinto, de 14 anos, estava na casa de familiares quando uma operação conjunta da Polícia Federal e da Polícia Civil entrou atirando na casa em que ele estava¹⁴⁴. Baleado, João foi resgatado por um helicóptero do Corpo de Bombeiros. Ficou mais de 17 horas desaparecido, enquanto a família o procurava por diversos hospitais da região e do Rio de Janeiro, sem sucesso. Foi encontrado morto no dia seguinte, no Instituto Médico Legal (IML) de São Gonçalo.

No mesmo dia outro jovem, de 21 anos, foi morto a tiros durante operação policial em Acari. Iago César dos Reis Gonzaga foi baleado e, segundo familiares, sofreu violência policial¹⁴⁵. Por volta de 5h da manhã, policiais do Bope junto com o Batalhão de Choque da Polícia Militar (PM) entraram na favela de Acari. De acordo com um parente, Iago foi torturado com um saco plástico na cabeça e com uma faca. Depois foi enrolado em um lençol e levado para uma viatura da polícia. A família percorreu delegacias e IMLs em busca de informação, só no dia seguinte obteve alguma, quando o jovem foi encontrado no IML do Rio de Janeiro.

Um dia depois, 20 de maio, o jovem de 18 anos Vitor Gomes da Rocha também foi assassinado pela polícia¹⁴⁶. A operação policial se deu exatamente quando integrantes do grupo Frente Cidade de Deus¹⁴⁷ realizavam a entrega de 200 cestas básicas para famílias que passam necessidade na favela da Zona Oeste carioca, por conta da pandemia. O Bope entrou atirando na favela e Vitor acabou alvejado. Um vídeo feito momentos seguintes ao tiro que o matou choca pela revolta de um dos integrantes do grupo e pela conduta de sobrevivência de outro membro, ao dizer que eles — pretos e moradores de favela — são alvos da polícia:

- A gente nasceu alvo, a gente nasceu alvo! E já era. João Pedro foi ontem. Esse menor foi hoje. Nós é preto mano, nós é preto mano. Então se acalma.
- Eles são genocida, eles entram matando!
- Eles são. Eles são genocida e nós somos alvo do Estado, mano. Sempre foi assim. Nós é preto mano! Nós é preto mano, então se acalma! Você acabou de distribuir 200 cestas básicas. Eu não vou te perder, você é preto. Se acalma meu mano!
- Eles não têm que matar inocente, eles não têm que matar!
- Eles não têm que matar ninguém, mano!
- Eles não têm que chegar dando bala pros outros.
- Meu mano, eles não têm que matar ninguém. Calma. Nós não vai embora, mas se acalma [...] nós não vai sair daqui sem ver quem é, mas calma.
- Eu não vou embora daqui, eles vieram atirando em inocente que estava naquela porta lá. A gente tá fazendo uma ação pra ajudar as pessoas, eles entram atirando, porra!

A estratégia da política de segurança pública do Rio de Janeiro, que nos últimos anos tem ampliado sua letalidade, não deu trégua durante a pandemia. Os casos citados são apenas alguns exemplos das dezenas que acontecem durante a pandemia. De acordo com levantamento feito pelo Fogo Cruzado, durante a quarentena o número de tiroteios na Região Metropolitana do Rio de Janeiro diminuiu, mas aumentou o número justamente com agentes das forças de segurança envolvidos — policiais civis, militares, federais, guardas municipais, agentes penitenciários, bombeiros e militares das Forças Armadas. Enquanto o mundo enfrenta uma pandemia e busca cumprir o isolamento, nas favelas a quarentena tem sido interrompida por tiros. No mês de abril foram registrados 501 tiroteios/disparos por armas de fogo, com 197 pessoas baleadas e 96 mortes. Em 32% desses tiroteios havia a presença de agentes de segurança (no mesmo período do ano anterior, este índice era de 25%). Comparando com o mês de março de 2020, quando teve início a quarentena, os índices são ainda piores: houve um aumento de 12% nos tiroteios e de 34% no índice de pessoas baleadas¹⁴⁸.

Além da violência em si, dos tiroteios, dos mortos e feridos, as operações policiais nas favelas agravam outros problemas locais. Diversas ações sociais, como a citada na Cidade de Deus, foram interrompidas pela ação das polícias. Em 28 de abril, o corretor de imóveis Leandro Rodrigues da Matta,

de 40 anos, morreu com um tiro de fuzil deflagrado por um policial militar em Cordovil¹⁴⁹. Ele estava entregando uma cesta básica na casa de um amigo que passava dificuldades por conta da pandemia. Próximo ao conjunto de favelas do Alemão a distribuição de cestas básicas foi interrompida por uma ação da PM, que confundiu o caminhão carregado das doações com um de carga roubada — no fim do dia a equipe que fazia a distribuição voltou ao local e conseguiu fazer as entregas. Já no Jacarezinho a doação de cestas básicas foi cancelada após uma operação do Bope que culminou em tiroteio, deixando quatro feridos¹⁵⁰.

Da mesma forma, interrupções de serviços de saúde ocorreram durante a pandemia. Além da superlotação, 577 unidades de saúde foram afetadas por tiroteios em seu entorno — o que representa 14% das unidades de saúde da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Em boa parte dos casos (28%) havia a presença de agentes de segurança, ou seja, foram ações da polícia próximas dessas localidades. É curioso ainda constatar que em comparação com o período pré-quarentena, a média diária de tiroteios no Grande Rio aumentou durante os meses de isolamento social. A média foi de dezesseis tiroteios por dia a partir do dia 13 de março, início da quarentena, até o fim de abril, contra quatorze tiroteios diários de janeiro até esta data. Para piorar a situação dos moradores de favelas e periferias, a morte de pobres e negros na pandemia em comparação com brancos é cinco vezes maior. Uma explicação é que os pobres dependem mais do Sistema Único de Saúde (SUS). Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) indicava que, em 2008, a população negra representava 67% dos usuários do SUS¹⁵¹. Em entrevista ao site *A pública*, a médica Rita Borret, da Sociedade Brasileira de Medicina da Família e Comunidade, afirma que “o problema não é a raça, mas o racismo [...]. O acesso à saúde da população negra é muito pior que da população branca no país”¹⁵².

Essa política de segurança pública adotada no Rio de Janeiro, infelizmente, não é novidade para os moradores de favelas e periferias. Os

dados de mortes em confrontos com policiais são assustadores — os chamados “autos de resistência” ou “homicídio decorrente de oposição à ação policial”, termos utilizados para os casos de morte durante suposto confronto com a polícia e resistência à prisão¹⁵³. Esse índice havia atingido seu ápice em 2007, ano dos Jogos Pan-Americanos, com 1.330 mortes. Mas, em 2018 e 2019 ultrapassaram esse recorde vergonhoso: em 2018 foram 1.534 mortos e 1.810 em 2019. Os mortos são em sua imensa maioria jovens negros, pobres, moradores de favelas.

Essa elevada taxa de letalidade é um indicador da necessidade de revisão desse modelo de segurança pública baseado no confronto, que se não promove, é conivente com o uso abusivo da força letal e de execuções sumárias, ao mesmo tempo em que expõe também os próprios agentes do estado. O Atlas da Violência 2017 apontou que desde 1980 há no Brasil um processo gradativo de vitimização letal da juventude, em que os mortos são jovens cada vez mais jovens. Enquanto em 1980 o pico da taxa de homicídios se dava com 25 anos, em 2017 essa idade passou para 21 anos, e entre 2005 e 2015 houve um aumento de 17,2% na taxa de homicídio entre 15 e 29 anos. Nesse mesmo período — 2005 a 2015 — foram mais de 318 mil assassinados nessa faixa etária.

Ainda segundo dados do *Atlas da Violência 2017*, de cada 100 pessoas assassinadas, 71 são negras. A chance de uma pessoa negra ser vítima de homicídio é 23,5% maior do que de uma pessoa branca. Cerqueira e Coelho, no texto *Democracia racial e homicídios de jovens negros na cidade partida*, mostram que, do ponto de vista de quem sofre a violência letal, a cidade do Rio de Janeiro é dividida para além das dimensões econômica e geográfica, mas também pela cor da pele. “No Rio de Janeiro [...], enquanto 57,2% das pessoas que se encontram no decil mais baixo de probabilidade de sofrer homicídio são ‘não negras’; 78,9% daquelas que se encontram no decil com maiores chances de sofrer homicídio são afrodescendentes”, e concluem: “a questão social não esgota a explicação das gritantes diferenças de

vitimização violenta que acometem mais a população afrodescendente, que refletem, em parte, o racismo ainda prevalente no Brasil” (2017, p. 32).

Historicamente tratados como cidadãos de segunda classe, os moradores de favelas e periferias são passíveis de serem exterminados sem que isso cause qualquer comoção social — a não ser, claro, quando o caso é absurdamente grotesco. O tratamento dispensado a esses moradores pela imprensa é grosseiramente diferente do direcionado a moradores de outras áreas da cidade. O que vemos é que existem dois tipos de violência: uma aceitável e outra inaceitável. As mortes aceitáveis pela mídia — e conseqüentemente pelo conjunto da sociedade, a chamada opinião pública — são as dos pobres, negros, moradores de favelas. Esse público pode ser exterminado justamente porque são desumanizados, retiram deles suas possibilidades de sentimentos, de identidade e de memória. Passam a figurar apenas como estatísticas, como números de uma guerra em que a vítima é sempre a mesma. E quem atua de forma a definir que vidas têm mais valor e merecem ou não ter destaque e repercussão é a mídia hegemônica, que atua banalizando a vida e a vivência dessa parcela da população. Enquanto as vítimas merecedoras de destaque são humanizadas, tratadas com dramaticidade a ponto de comover a opinião pública, os não merecedores são negligenciados ou serão publicadas pequenas matérias sem qualquer tipo de contexto que possa causar comoção ou revolta. Muitas vezes essas pequenas matérias são capazes de culpabilizar a vítima dessa violência. As vítimas têm sua vida investigada para se buscar a conclusão de que não foram mortas por acaso, que em alguma medida “procuraram” por esse destino. Uma tia de João Pedro, o adolescente de 14 anos morto pela polícia em São Gonçalo, não por acaso, declarou à imprensa que “ele não vai sair de traficante nessa história”, já sabendo como esses jovens são criminalizados — tanto pela polícia, que diversas vezes os incriminam plantando armas e drogas, como pela mídia, que sempre busca um antecedente ou algum deslize do jovem que possa justificar sua morte.

Essa é uma estratégia comum na nossa história. Como apontam Chomsky e Herman, no texto *Banhos de sangue*, de 1976, “certos banhos de sangue parecem ser considerados como ‘benignos’ ou até como positivos e construtivos. Apenas uma espécie muito particular dos mesmos tem jus à publicidade, é julgada atroz e digna de causar indignação” (1976, p. 17). Os autores apontam, em relação ao tratamento dos meios de comunicação, que as vítimas merecedoras de notoriedade são “destacadas com mais proeminência, com mais dramaticidade, serão humanizadas, e sua transformação em vítimas receberá o grau de detalhe”, e a construção da matéria gerará “o interesse e a emoção do leitor. [...] Em contraste, as vítimas não-merecedoras receberão apenas ligeiros detalhes, um mínimo de humanização e pouco contexto que cause excitação e raiva” (CHOMSKY; HERMAN, 2003, p. 94). É dentro dessa estrutura que se configura o racismo estrutural enquanto elemento de controle e dominação nas relações de poder. Achille Mbembe esclarece, no seu importante livro *Necropolítica*, ao pensar a relação entre soberania e violência, que “ser soberano é exercer o controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação do poder” (2018, p. 5). Aponta essa questão a partir do filósofo italiano Giorgio Agamben, exatamente quando indica que o totalitarismo moderno pode ser definido, então, como a instauração, através de um estado de exceção, de uma espécie de guerra “legal” que permite a eliminação não apenas de adversários políticos, mas de categorias inteiras de cidadãos. A criação voluntária de um estado de exceção permanente — mesmo que não declarado — tornou-se uma das práticas comuns dos estados contemporâneos, inclusive nos chamados estados democráticos (AGAMBEN, 2004, p. 13).

Esse contexto de guerra — no Brasil termo comumente usada pelas mídias para tratar do combate ao tráfico de drogas, em especial nas favelas¹⁵⁴ — sustenta hierarquias raciais, e as ações estatais empreendidas

em nome da “segurança” se revelam como violadoras de direitos dos moradores dessas localidades:

Viver sob a ocupação contemporânea é experimentar uma condição permanente de “viver na dor”: estruturas fortificadas, postos militares e bloqueios de estradas em todo lugar; construções que trazem à tona memórias dolorosas de humilhação, interrogatórios e espancamentos; toques de recolher que aprisionam centenas de milhares de pessoas em suas casas apertadas todas as noites do anoitecer ao amanhecer; soldados patrulhando as ruas escuras, assustados pelas próprias sombras [...]. (MBEMBE, 2018, p. 68-69).

Mbembe assinala ainda que esse processo é mais intenso nos países da periferia do capitalismo, nos quais a democracia ainda é restrita e o direito permanece conectado à violência soberana, formando assim uma verdadeira política de produção de morte. Recuperando e relendo o conceito de biopoder de Michel Foucault, ele assinala que o racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, e que a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado (MBEMBE, 2018, p. 18). É o que ele chama de política de morte, ou necropolítica: a ação do Estado sobre as vidas, decidindo qual vida é passível de luto e qual não é. É o projeto de país que deu certo, como descrito por Luiz Antonio Simas e Luiz Rufino, mais recentemente, no texto *Encantamento: sobre política de vida*, quando apontam que “o Brasil como estado colonial foi projetado pelos homens do poder para ser excludente, racista, machista, homofóbico, concentrador de renda, inimigo da educação, violento, assassino de sua gente, intolerante, boçal, misógino, castrador, faminto e grosseiro” (2020).

Enquanto a indicação é de que as pessoas fiquem em casa para se manter em segurança por conta da expansão do coronavírus, nas favelas e periferias isso não se reflete. Ficar em casa é tão ou mais arriscado — mesmo que o vírus não entre em sua residência, as balas de fuzil não respeitam o isolamento.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo Santa Cruz. *Democracia racial e homicídios de jovens negros na cidade partida*. Brasília/Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

CERQUEIRA, Daniel; LIMA, Renato Sergio de; BUENO, Samira; VALENCIA, Luis Iván; HANASHIRO, Olaya; MACHADO, Pedro Henrique; LIMA, Adriana dos Santos. *Atlas da violência 2017*. Rio de Janeiro: Ipea/Fórum Brasileiro de Segurança Pública, junho de 2017.

CHOMSKY, Noam; HERMAN, Edward S. *Banhos de sangue*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1976.

CHOMSKY, Noam; HERMAN, Edward S. *A manipulação do público: política e poder econômico no uso da mídia*. São Paulo: Futura, 2003.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. *Encantamento: sobre política de vida*. Rio de Janeiro: Mórula, 2020. Disponível em: <https://morula.com.br/produto/encantamento-sobre-politica-de-vida/>. Acesso em: 28 maio 2020.

NOTAS

141 | É editor na Mórula Editorial (morula.com.br) e doutor em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

142 | O Papo Reto é um coletivo de comunicação independente formado por jovens moradores do conjunto de favelas do Alemão e da Penha

143 | PEIXOTO, Guilherme. Polícia apura a morte de 12 pessoas no Alemão após dia de tiroteios. *G1*, Rio de Janeiro, 15 mai. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/15/operacao-policial-no-complexo-do-alemao-causa-tiroteio-na-manha-desta-sexta-feira.ghtml>. Acesso em: 28 maio 2020.

144 | COELHO, Leonardo. Polícia sumiu com João Pedro após atirar nele. Foi achado morto. *Ponte*, Rio de Janeiro, 19 mai. 2020. Disponível em: <https://ponte.org/policia-sumiu-com-joao-pedro-apos-atirar-nele-foi-achado-morto/>. Acesso em: 28 maio 2020.

145 | REGUEIRA, Chico. Moradores da Favela de Acari afirmam que jovem foi torturado e morto durante operação policial. *G1*, Rio de Janeiro, 19 mai. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/19/moradores-da-favela-de-acari-afirmam-que-jovem-foi-torturado-e-morto-durante-operacao-policial.ghtml>. Acesso em: 28 maio 2020.

146 | STABILE, Arthur. João Vitor, 18 anos: morto por ação policial que interrompeu distribuição de comida em favela. *Ponte*, Rio de Janeiro, 21 mai. 2020. Disponível em: <https://ponte.org/joao-vitor-18-anos-morto-por-acao-policial-que-interrompeu-distribuicao-de-comida-em-favela/>. Acesso em: 28 maio 2020.

147 | O grupo Frente CDD reúne um grupo de 50 moradores voluntários da Cidade de Deus que arrecadam produtos de higiene, limpeza e alimentos para as famílias que estão passando dificuldades durante a pandemia.

148 | Os dados sobre tiroteios foram retirados da página do Fogo Cruzado, um laboratório de dados sobre violência armada que disponibiliza informações através de um aplicativo e um mapa colaborativo, com dados coletados via usuários, imprensa e polícias. Disponível em: <http://fogocruzado.org.br/relatorios-rj/>. Acesso em: 28 maio 2020.

149 | Corretor de imóveis é morto depois de entregar cesta básica na Zona Norte do Rio; policial admite ter atirado. *Extra*, Rio de Janeiro, 6 mai. 2020. Disponível em <https://extra.globo.com/casos-de-policia/corretor-de-imoveis-morto-depois-de-entregar-cesta-basica-na-zona-norte-do-rio-policial-admite-ter-atirado-rv1-1-24412796.html>. Acesso em: 28 maio 2020.

150 | SOARES, Rafael. Operação da PM interrompe distribuição de cestas básicas no Jacarezinho. *Extra*, Rio de Janeiro, 9 mai. 2020. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/operacao-da-pm-interrompe-distribuicao-de-cestas-basicas-no-jacarezinho-24419863.html>. Acesso em: 28 maio 2020.

151 | Pesquisa disponível em: <https://apublica.org/wp-content/uploads/2020/05/revista.pdf>. Acesso em: 28 maio 2020.

152 | MUNIZ, Bianca; FONSECA, Bruno; PINA, Rute. Em duas semanas, número de negros mortos por coronavírus é cinco vezes maior no Brasil. *A Pública*, São Paulo, 6 mai. 2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/05/em-duas-semanas-numero-de-negros-mortos-por-coronavirus-e-cinco-vezes-maior-no-brasil/>. Acesso em: 28 maio 2020.

153 | No dia 4 de janeiro de 2016 foram abolidos os termos “auto de resistência” e “resistência seguida de morte” nos boletins de ocorrência e inquéritos policiais em todo o território nacional. O objetivo seria a uniformização dos procedimentos internos das polícias judiciárias federal e civis estaduais nos casos de lesão corporal ou morte decorrentes de resistência a ações policiais. A

resolução conjunta do Conselho Superior de Polícia, órgão da Polícia Federal, e do Conselho Nacional dos Chefes da Polícia Civil determinou a partir de sua publicação que todas as ocorrências do tipo sejam registradas como “lesão corporal decorrente de oposição à intervenção policial” ou “homicídio decorrente de oposição à ação policial”.

154 | Um exemplo claro é a editoria do jornal carioca Extra denominada de “Guerra do Rio”, que teve estreia em agosto de 2017. Na justificativa para a criação da editoria, o jornal se justifica: Temos consciência de que o discurso de guerra, quando desvirtuado, serve para encobrir a truculência da polícia que atira primeiro e pergunta depois. Mas defendemos a guerra baseada na inteligência, no combate à corrupção policial, e que tenha como alvo não a população civil, mas o poder econômico das máfias e de todas as suas articulações. EXTRA. Isso não é normal. *Extra*, Rio de Janeiro, 16 ago. 2017. Disponível em <https://extra.globo.com/casos-de-policia/guerra-do-rio/isso-nao-normal-21711104.html>. Acesso em: 28 maio 2020.

COVID-19: memórias e pesadelos para quase-cidadãos

MARCELO PAIXÃO¹⁵⁵
FLAVIO GOMES¹⁵⁶

Memórias das vidas e mortes esquecidas

Tempos de grandes epidemias podem ser também momentos para refletirmos o quanto história e economia nos informam sobre doenças, mortalidade, políticas públicas e cidadania. Pandemias atravessaram a história mundial com diferentes impactos e percepções sociais e econômicas. No século XVII surtos epidêmicos produziram vazios demográficos em várias partes do Brasil, empurrando micro-sociedades indígenas que mudaram drasticamente sua localização. A oralidade e cosmovisões de populações indígenas falam de ocupações originais nas áreas do atual Amapá de povos que migraram para a direção de Santarém, Pará, quase divisa com o Amazonas. Quem alargou as fronteiras do Brasil não foram os bandeirantes ou um ciclo econômico incerto da pecuária. Podem ter sido apresamentos indígenas, trabalho compulsório e epidemias. Mais migrações indígenas é *igual* a mais interiorização colonial.

No século XVIII a varíola chegou a colocar sob risco o empreendimento atlântico do tráfico negreiro. Há indícios que na região Amazônica houve mortalidade de cerca de 20% da população escravizada — fundamentalmente africanos e a primeira geração de seus descendentes — na década de 1770. A cólera (*Cholera Morbus*) abateu os porões populacionais das sociedades escravistas coloniais e pós-coloniais, provocando grande incidência de mortes na população negra. Em várias partes do Caribe 3/4 da

população que tinha morrido em virtude de cólera era negra (90% destes eram escravos). Os impactos epidêmicos estiveram relacionados às péssimas condições sanitárias, tanto nas cidades, onde a comunidade negra era maioria entre a população livre pobre, como nas áreas rurais, com o predomínio populacional de escravizados.

No Brasil, em meados do século XIX duas epidemias colocaram em risco expectativas econômicas e *projetos de nação*: cólera e febre amarela. Em plena década de 1840 quando o tráfico ilegal despejava africanos por todos os lugares, o medo das epidemias não arrefeceu lucros e interesses senhoriais. Sabe-se que entre 1831 (primeira lei de extinção do tráfico negreiro atlântico) e 1850 (nova lei chamada Euzébio de Queirós, então ministro da Justiça) pelo menos 600 mil africanos entraram clandestinamente, sendo batizados e vendidos para cidades e áreas rurais em expansão. Mesmo até 1858 surgiriam notícias de desembarques ilegais de africanos em várias partes do Brasil, dos litorais catarinenses, passando pelos paranaenses, paulistas, fluminenses, capixabas e pernambucanos. A cólera matou muita gente entre os anos de 1855 e 1856. Na Corte do Rio de Janeiro os cativos eram 53% das vítimas, enquanto em áreas rurais escravistas com forte expansão econômica cafeeira chegaram a 67%. Há notícias que africanos recentemente comprados que seguiam para as áreas cafeeiras eram vitimados pela cólera.

As conexões entre *raça*, mortalidade, epidemias e *projetos de nação* apareceram com força entre as décadas de 1860 e 1870, com a epidemia de febre amarela que se desenvolve mais nas cidades — Rio de Janeiro com grande força — matando mais imigrantes europeus do que cativos e a população negra. Surgiria um grande debate sobre a erradicação da febre amarela e o temor de que um projeto nacional de “branqueamento” da *nação* estivesse sob risco diante dos índices de mortalidade maiores na população branca e de origem europeia.

No apogeu da eugenia no Brasil, as epidemias eram somente entendidas como problemas de saúde pública se afetassem com mais intensidade os ricos e os brancos, especialmente os imigrantes provenientes do continente europeu. Oliveira Vianna, importante intelectual do começo do século XX, imaginou que o Brasil se branquearia de forma *natural* através da miscigenação, mas, igualmente pela maior incidência sobre os descendentes dos escravizados de moléstias como o alcoolismo, as doenças venéreas e outras complicações típicas das *classes inferiorizadas* aos olhos das elites brancas. Ainda hoje doenças evitáveis como a tuberculose, a sífilis e a hanseníase (isto sem deixar de lado a morte violenta por homicídios) causam estragos racialmente desproporcionais sobre a população afro-brasileira. O branqueamento travestido de democracia racial foi a forma histórica assumida pelo darwinismo social, o racismo científico e a eugenia no Brasil. Negros, indígenas e seus descendentes de peles escuras são considerados *quase-cidadãos*, ou seja, uma gentilha de segunda ordem, indesejáveis, dispensáveis. Uma história que, como podemos ver, tem sua origem na noite do tempo histórico brasileiro. Mas que se perpetua permanentemente, se avultando em situações de calamidade social tais às que verificamos agora com o fantasma da COVID-19.

COVID-19: a epidemia e a eugenia

Em 1918 uma variante do vírus semelhante ao novo coronavírus atual, impropriamente chamada de espanhola, matou entre 40 a 50 milhões de pessoas em várias partes do mundo. Houve uma pandemia da gripe *influenza* e sua entrada foi via portos. O surto desta gripe mundial estava relacionado — entre outras coisas — ao pós-Primeira Guerra Mundial. A medicina científica da época demorou a identificar o vetor da doença e o isolamento do vírus, por exemplo, só aconteceu em 1930. Seja como for, situações de descalabro político, econômico e social — assim como colapsos ambientais

— favorecem a propagação de calamidades daquela natureza. Decerto o mundo atual não vive os escombros de uma guerra, como a Primeira Mundial, que só de combatentes ceifou a vida de quase nove milhões de pessoas. Mas o século XXI já se iniciara suficientemente zangado para deixar bastante nítido que problemas gravíssimos pairavam sobre a vida de cada um dos sete bilhões de seres humanos que povoam este planeta. Tivemos tempo para nos preparar para o pior. Não sem alguma dose de ironia, mesmo diante do evidente risco que nos acossava, a humanidade se deixou levar pelas delícias da realidade virtual.

No globalizado do século XXI, as epidemias de SARS, a Gripe Aviária, a Gripe Suína (H1N1), a MERS¹⁵⁷ e o Ebola — em diferentes proporções — já ceifaram a vida de mais de 200 mil seres humanos. Sabemos de experiência anterior que o vírus — ainda desconhecido considerando as suas mutações etc. — pode ser implacável. Mas o problema sanitário, em si só desastroso, pode se potencializar diante de um cenário internacional de crescimento das desigualdades sociais, da xenofobia, da intolerância e do racismo.

A OXFAM¹⁵⁸ no começo deste ano de 2020 divulgou o relatório *Tempo de Cuidar — O trabalho de cuidado mal remunerado e não pago e a crise global da desigualdade*¹⁵⁹, o qual indicava que os 2.153 bilionários do mundo detinham mais riqueza do que os 4,6 bilhões de pessoas e, ainda, que os 22 homens mais ricos do mundo se apropriavam de mais riquezas do que todas as mulheres que vivem na África. O mesmo estudo ainda apontava que metade da população no mundo sobrevivia com menos de US\$ 5,50 por dia e que a taxa de redução da pobreza caiu pela metade desde 2013. Parece óbvio que este contexto é produto das profundas transformações que ocorreram no mundo e que desequilibraram fortemente o jogo em favor dos detentores da riqueza material e financeira. Diante desta realidade seriam necessários amplos esforços de coordenação entre os países do mundo, e dentro de cada país, que permitissem que os elevados ganhos de produtividades provenientes das revoluções na produção, na informação e na logística

pudessem ser transferidos para setores mais amplos das populações de todo o mundo. Mas o contrário foi o que aconteceu. Progressivamente, em todo o planeta, ocorreu um crescimento da direita xenófoba, machista, intolerante e racista. Neste teatro de absurdos agora encenados em escala global, a Organização das Nações Unidas (ONU) e seus diversos organismos perderam poder de articulação lançando todo o planeta em um novo tipo de darwinismo social ainda mais perigoso, tendo em vista o alcance dos sistemas de vigilância e de controle, o poder das armas de destruição em massa e as fragilidades ambientais de todo o mundo, tais como o aquecimento global, o progressivo desaparecimento de espécies e de ecossistemas e o risco concreto e real de uma sexta extinção em massa no planeta Terra. É neste cenário que incide a COVID-19, tornando o que deveria ser um problema de saúde pública em uma crise sem precedentes desde o colapso da Segunda Guerra Mundial.

Em si um vírus pode contagiar qualquer um, não escolhendo raça e nem classe. Mas as condições de vida desfavoráveis de grupos sociais de menor poder aquisitivo e historicamente discriminados os vulnerabilizam de forma especialmente perversa. Segundo a Universidade John Hopkins, nos EUA, onde pouco mais de um terço dos óbitos por COVID-19 tiveram a raça da vítima coletada, os negros correspondem a 13% da população daquele país, mas a 34% do total de óbitos. Segundo a mesma fonte, no momento em que estas linhas são escritas, o Brasil já havia assumido o segundo lugar no mundo em termos de números oficiais de casos: 374.989. O Boletim Epidemiológico Especial de 8 de maio de 2020, do Ministério da Saúde, indica que até o começo de maio cerca de 60% dos casos oficiais de COVID-19 tiveram a cor da pessoa infectada declarada no prontuário médico. Destas, 54,7% eram brancas, 36,3%, pardas, e 6,8%, pretas. Porém, ao se analisar o percentual dos óbitos, das 4.618 pessoas vitimadas pela COVID-19 cuja cor ou raça foi reportada na declaração de óbito, o percentual de pessoas brancas caía para 47,7%, ao passo que das pardas se ampliava para

42,7% e pretas para 7,4%. O que estes dados sugerem são diferenças tanto na qualidade do atendimento, como o momento de vida que cada uma daquelas pessoas se encontrava quando foi infectada. A pior alimentação, o transporte cotidiano mais precário, os maiores estresses causados pela violência, a discriminação agravada de raça e de gênero, enfim, um somatório de causas permitindo críveis suposições sobre as razões daquelas diferenças.

Para a COVID-19 não adianta procurar solução nos portais de busca da Internet, pois a tal cura através de uma vacina, com algum otimismo, não será viável em menos de um ano e meio. A medida racional mais imediata a ser adotada neste momento foi e é o isolamento social, retardando assim a propagação da doença. Isto permitiria que o sistema de atendimento público pudesse ser reorganizado, equipamentos de proteção e respiradores pudessem ser produzidos em grande massa, assim como o kit de testes progressivamente fosse aplicado periodicamente a vastíssimos contingentes que, uma vez testados como positivos, deveriam ser colocados em imediato isolamento e tratamento.

Porém, o tédio do isolamento social para os setores médios, e principalmente para as elites, tem como contrapartida a fome coletiva da população mais pobre. Para algumas comunidades espalhadas em grandes e médias cidades “ficar em casa” (e sabemos da importância desta medida) é também manter mais de uma dezena de pessoas em poucos metros quadrados, sem a circulação de ar (e a doença se instala nas vias respiratórias) e sem água. Clamar por higiene para a população pobre, que sequer dispõe de recurso básico como a oferta de água e esgoto, é quase uma ironia. O ideal seria um álcool gel social, com políticas de governo, articulando sistema de saúde e de proteção da renda dos trabalhadores e dos setores informais da economia.

Junto com a quantificação da mortalidade é fundamental pensar no sofrimento e no medo de quem adoece — incluindo familiares — e

sobrevive à doença. Enquanto as pessoas não trabalham elas precisam se sustentar e, para tal, será preciso o estabelecimento de uma política universal continuada de transferência de renda para os que estão fora da força de trabalho involuntariamente. Obviamente o crédito ou o papel moeda pouco ajuda se não há riqueza material sendo produzida. E, para isso, mais uma vez, se colocaria a necessidade dos testes e equipamentos de proteção para os trabalhadores das indústrias, das fazendas e de outras atividades imprescindíveis. Ainda a respeito de políticas distributivas, há de se salientar a importância do sistema público de saúde, no Brasil representado pela grande conquista da Constituição de 1988 que foi o Sistema Único de Saúde (SUS). Algo ainda pouco dimensionado, a mortalidade brasileira dos profissionais de saúde é altíssima em comparação a outros países. E não são apenas médicos, mas uma legião de enfermeiros e de técnicos, majoritariamente negras e negros.

Diante da gravidade da nova realidade criada pela pandemia seria necessário apoiar a pesquisa científica, criar mecanismos inteligentes para retardar a propagação do vírus, políticas universais de transferência de renda e o trato específico para grupos demográficos mais vulneráveis entre os quais os idosos, pessoas imunodeprimidas e os grupos de menor poderio econômico e os historicamente discriminados. Enfim, esta e outras soluções demandariam onerosos recursos financeiros e materiais e medidas redistributivas, articuladas à vontade política, políticas de Estado, ações governamentais (municípios, estados e União) e gestão. Isto não iria acabar com a COVID-19, mas poderia mitigar razoavelmente seus efeitos. No caso das políticas de combate à AIDS verificou-se que mesmo sem uma vacina as políticas públicas de investigação científica, o teste e a produção de retrovirais conseguiram prolongar de forma satisfatória a vida dos infectados. Será difícil imaginar que com a COVID-19 a saída será muito distinta, com a diferença de que esta moléstia tem um poder de contágio infinitamente maior (e de certa forma, uma letalidade mais imediata) posto

poder ser contraída no ar que se respira. Ao contrário dos tempos da *espanhola*, mesmo sem saber como, há uma universal noção sobre o que deve ser feito.

Mas pior do que o vírus em si é a falta de lucidez ou vontade política para enfrentar de forma socialmente justa (ou seja, rejeitando fortemente os termos do darwinismo social) os problemas existentes. Considerando que recursos financeiros não nascem do nada, a consequência natural desta proposta é que os mais ricos teriam de ser os mais onerados na busca de uma solução para o drama colocado. Porém, diante da atual correlação de forças política em todo o mundo, esta alternativa atualmente é singelamente inviável.

No Brasil as tímidas medidas adotadas em prol da distribuição de renda já foram em grande parte anuladas pelo somatório da crise econômica e política, assim como pelas reformas constitucionais recentes nas legislações trabalhistas e previdenciárias. Uma noção tosca de teoria econômica aplicada pelos governos de todo o mundo nos leva à resignação diante do óbvio fato de que sem mecanismos sustentáveis para a redução das desigualdades sociais, com ou sem pandemia, estamos indo planetariamente para um poço sem fundo. Inversamente, no cenário atual, políticas redistributivas são ridicularizadas como populistas ou demagógicas.

A COVID-19 foi originalmente introduzida no Brasil pelas classes mais abastadas provenientes de suas viagens ao exterior. Diante da pandemia, setores expressivos da sociedade brasileira preferem apostar na estratégia negacionista, chegando ao ponto de rejeitar pura e simplesmente a existência do problema. Como os dados existentes apontam para uma maior incidência e letalidade da doença entre os mais pobres, assim como para os grupos historicamente discriminados como indígenas e negros, vem se dando uma progressiva racialização do problema. Ou seja, se o assunto de interesse público é identificado como coisa de preto e de pobre, então ele

não é problema de verdade. Tal como exemplifica de forma ilustre os dados sobre o homicídio da juventude negra. O vírus pode ser daltônico, mas a bala, supostamente perdida, parece saber em que corpo deve se alojar. O menino João Pedro (amém, moleque!) estava em casa e não foi alvejado pela COVID-19. De uma forma ou de outra, a longa lógica da eugenia sabe selecionar as vidas que ela deve ceifar.

Divisor de águas e uma causa em comum

Em 1918, quando a gripe espanhola apanhou em cheio a população brasileira, a escravidão havia acabado no Brasil há 30 anos. Mas qual a relação existente entre o tráfico atlântico, a escravidão moderna, a pós-emancipação, o pensamento social, a economia de mercado e a ideia de modernidade com raça e com epidemias numa reflexão de ontem para hoje? Neste meio termo diversas moléstias históricas como a tuberculose, a hanseníase e a sífilis foram tecnicamente vencidas através de novas vacinas, testes e tratamentos. Isto não impediu que tais doenças seguissem fazendo parte da realidade de milhares de negros e de negras brasileiros, mesmo em pleno século XXI.

De certa forma, a maneira como cada um de nós vive determina como cada um de nós padece. Neste terreno, as epidemias são problemas históricos associados a tantas outras mazelas como a desigualdade social, o racismo e a xenofobia. Obrigatórias ou não, vacinas ajudaram a humanidade a superar alguns obstáculos, mas em si foram inermes para dar conta dos seculares problemas como as desigualdades sociais e as raciais.

Obviamente, esperamos que uma milagrosa vacina possa ser testada com sucesso o quanto antes, assim poupando os brasileiros e toda a humanidade de ainda mais sofrimentos. Mas o tempo anterior à COVID-19 já era bastante sofrido para milhões de pessoas vulneráveis a toda sorte de mazelas. Sair deste pesadelo apenas nos levará de volta à vida que tínhamos antes. A

conclusão natural deste raciocínio é que, atualmente, nos encontramos num caminho circular. Foi justamente o que tínhamos antes que nos colocou nesta ratoeira.

Expressando o que ocorre enquanto vivemos, há desigualdade no adoecimento e na morte. Como foi há 100 anos na pandemia da *influenza* e também agora com a COVID-19, nos encontramos em uma espécie de divisor de águas, onde projetos distintos de mundo se apresentam, podendo nos levar para um ou outro lugar. Tal como naqueles idos, as disputas e as lutas a serem travadas definirão o restante do século XXI e o tipo de planeta que seguirá nos carregando universo afora. Desenvolvimento científico e mais recursos médicos e tecnológicos com eficácia poderão ser associados ao combate às desigualdades, ao racismo, ao sexismo e a todas as formas correlatas de intolerância. Isto, mais o aprofundamento da democracia e a adoção de modelos de desenvolvimento sustentável poderão representar um novo amanhã para populações de todo o mundo. Ou não. Referindo-nos especificamente ao Brasil, atualmente, amplos setores da população ainda são contra a distribuição de renda, as ações afirmativas, ao desenvolvimento sustentável, aos direitos humanos, à liberdade de imprensa e à igualdade de gênero. Mesmo sem COVID-19 já pairava em todo o mundo, especialmente no Brasil, o fantasma da intolerância pela via do darwinismo social, do racismo e da xenofobia. No meio de uma imensa tragédia, se somam as *fake news*, a total ausência de articulação entre os poderes, o desastre econômico e o risco de um progressivo colapso institucional que poderia levar a sequelas ainda piores em diferentes planos.

Diante do demônio invisível que paira, a humanidade poderá chafurdar numa agonia sem fim, no qual os termos mais duros do darwinismo social, da eugenia e do ódio se tornarão o prato principal.

NOTAS

155 | Professor da Universidade do Texas, Austin; presidente da *Brazilian Studies Association* (BRASA).

156 | Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

157 | *Middle East Respiratory Syndrome* (Síndrome Respiratória do Oriente Médio).

158 | A OXFAM é uma confederação que atua em mais de 90 países na busca de soluções para o problema da pobreza, desigualdade e da injustiça, por meio de campanhas, programas de desenvolvimento e ações emergenciais. Ver: <https://www.oxfam.org.uk/>. Acesso em: 26 maio 2020.

159 | Disponível em: https://rdstation-static.s3.amazonaws.com/cms/files/115321/1579272776200120_Tempo_de_Cuidar_PT-BR_sumario_executivo.pdf. Acesso em: 26 maio 2020.

Muito além da perda da libido

GUILHERME ALMEIDA¹⁶⁰

Pandemia. A palavra mais proferida dos últimos três meses. Muito tem se falado acerca do contexto da pandemia em textos acadêmicos, matérias jornalísticas, *posts*, *lives* e tantos outros recursos do debate contemporâneo.

Se considerarmos que sexualidade é mais do que genitalidade e mais do que a compilação das atividades sexuais de um indivíduo, podemos começar a enxergar as complexas relações entre sexualidade e pandemia. Vale então relembrar com Weeks, que:

[...] embora o corpo biológico seja o local da sexualidade, estabelecendo os limites daquilo que é sexualmente possível, a sexualidade é mais do que simplesmente o corpo [...] o órgão mais importante nos humanos é aquele que está entre as orelhas. A sexualidade tem a ver com nossas crenças, ideologias e imaginações quanto com nosso corpo físico [...] os corpos não têm nenhum sentido intrínseco e a melhor maneira de compreender a sexualidade é como um “construto histórico” (1999, p. 38).

Além disso, para o mesmo autor, a sexualidade é um tema para a história. Uma história da sexualidade é a história de um tema em fluxo constante. É uma história de nossas preocupações sempre mutantes acerca de como devemos viver, de como devemos desfrutar ou negar o nosso corpo, tanto quanto é uma história do passado. A maneira pela qual escrevemos nossa sexualidade nos diz tanto do presente e suas preocupações como do passado, portanto (WEEKS, s.d., p.57-58).

A pandemia da COVID-19 é muito mais do que uma infecção viral, tornou-se sinédoque da expansão de uma *praxis* neofascista no país. Isto acontece nas inúmeras construções que tratam o bolsonarismo como o

“verdadeiro” vírus ou a “suprema pandemia”. O bolsonarismo tem sido tomado por muitas pessoas como uma espécie de vírus que atacou o sistema político e parte da população brasileira. Isso é verdadeiro por sua capacidade de: rápida propagação (inclusive virtual); de submeter os/as hospedeiros/as à replicação de certos comportamentos (como a negação da importância das mortes pela COVID-19, por exemplo); por seu caráter oportunista (aproveita a baixa resistência da população e das instituições neste momento); pelo risco que comporta em sua tentativa de escalada autoritária (BALBI, 2020).

Se considerarmos então que a pandemia vem ganhando dimensões completamente distintas nas diferentes regiões do globo e diferentes países entendemos que, não obstante a sua dimensão global, ela interatua com os contextos econômicos, políticos e culturais das realidades em que incide:

Em que pesem todas as repercussões sobre a saúde e as vidas das populações, a pandemia de COVID-19 tem provocado reflexões sobre as formas de viver e de produzir, assim como sobre os valores e as instituições que sustentam a organização da sociedade. Esta pandemia também é responsável por recolocar, no cenário nacional e internacional, os saberes científicos como recursos valiosos no enfrentamento do novo coronavírus [...]. No entanto, este contexto também demonstra que: (i) a saúde, enquanto estado vital, setor de produção e campo de saber, está articulada à estrutura da sociedade através das suas instâncias econômicas e político-ideológicas, apresentando, portanto, uma historicidade; e (ii) as ações de saúde (promoção, proteção, recuperação, reabilitação) constituem uma prática social e trazem consigo as influências do relacionamento dos grupos sociais [...]. Desta maneira, as consequências da pandemia de COVID-19 não serão interpretadas e compreendidas se, além da dimensão biológica, não houver um rigoroso exame dos diferentes grupos sociais. Nesse sentido, o caráter interdisciplinar desse objeto demanda uma integração no plano do conhecimento de profissionais com múltiplas formações, incluindo as ciências sociais e humanas (CSH) (ABRASCO, 2020).

A começar pela própria “chegada” da pandemia, vimos o efeito sinérgico que teve com a formação sociohistórica e cultural do nosso país. Não foi fortuito, portanto, que num país que ostenta uma das maiores desigualdades sociais do planeta, o novo coronavírus tenha chegado através dos aeroportos e portos por onde circulava a elite econômica nacional vinda de suas excursões pela Europa, EUA e Ásia. Também, não foi acaso, que a

primeira vítima fatal da COVID-19 no Rio de Janeiro tenha sido uma mulher preta, pobre, idosa e empregada doméstica da elite do Leblon (MELO, 2020).

Conforme Coelho e Almeida Filho (1999, p.24), a saúde para Canguilhem “é o luxo de se poder cair doente e se restabelecer” e o acesso ou não a este luxo é socialmente desenhado. A pandemia de COVID-19 explicita que pegar todo mundo pode, mas é nas características sociais interseccionalmente dispostas (o que Canguilhem chamou de “modos de andar a vida”) do/a infectado/a que, na maioria das vezes, vai estar gravada a ferro a possibilidade ou não de sobrevida ou de morte mais ou menos assistida e tranquila.

Há algo anterior a ser discutido que é anterior à chegada da pandemia da COVID-19 no país. É a chegada ao poder — pela via eleitoral — da extrema direita à presidência da república. Não é pretensão de este pequeno artigo refletir com profundidade sobre o conjunto amplo de determinantes da chegada ao poder deste bloco econômico-político. Apenas desejo destacar um elemento sem o qual o festival de *fake news* (disparadas via *web* aos celulares por robôs às vésperas da eleição) não teria sido bem sucedido. Este elemento é a gestão da sexualidade e das relações de gênero que aquela coalisão de forças reacionárias realizou. Em outras palavras: foi a promessa de uma política sexual em moldes antidemocráticos, repressivos e detratores de direitos, que assentaram as bases para sua conflagração junto a segmentos conservadores que tem na retórica em torno da moralidade sexual conservadora uma estratégia de poder, a saber: parte dos/as católicos/as e neopentecostais, militares e agentes de segurança, políticos, juízes e outros operadores do Direito, jornalistas e operadores de novas mídias igualmente. Tais agentes permitiram uma propagação viral destas ideias junto a segmentos populares no contexto eleitoral.

O que afirmamos é que, sem o recurso à cruzada antigênero¹⁶¹, sem contestar os direitos da população LGBTQI+, sem negar o direito ao aborto,

sem a valorização das masculinidades e feminilidades tóxicas, sem o proselitismo de uma relação masculinista, predatória e abusiva com o meio ambiente e, sem o racismo ambiental, dela decorrente, tal coalisão não chegaria ao segundo turno do mais alto cargo do Poder Executivo.

Este governo de extrema direita, sem sua política sexual, jamais teria tido espaço para uma *praxis* neofascista e eugênica, inclusive de gestão da pandemia. E, certamente, a pandemia de COVID-19 teria chegado ao país e seria enfrentada em muito melhores condições econômicas, políticas e culturais. Desta forma, milhares de vida poderiam ter sido poupadas.

Sexualidade, portanto, não é assunto para quatro paredes ou tema exclusivo da psicologia. Discutir política sexual¹⁶² e direitos sexuais¹⁶³ é falar do direito à manutenção da vida e de vivê-la e morrer em melhores condições. Há apenas uma política sexual legitimada discursivamente no atual governo e ela é branca, heteronormativa, sexista, reprodutivista e pobre. Além disso, ela pressupõe o extermínio de todas as outras dissidências da sexualidade.

Esta é uma pandemia que afeta e é afetada drasticamente pela nossa sexualidade. A começar pelo fato de que sua propagação se dá nos domínios da corporalidade (inclusive não genital): convívio e proximidade, apertos de mão, abraços, beijos, toques de pele contra pele, compartilhamento de objetos. Subitamente, uma cortina de látex se interpôs ao que amamos e/ou desejamos. Faz saudade o tempo em que o único motivo para queixa era uma barreira de látex que esticada ficava com vinte centímetros. Hoje, ela impede nossos prazeres mais frugais e, também, os mais temerários. Vimos nossos espaços de interação social e sexual reduzidos drasticamente à frigidez das telas mortas. Isto é tanto pior, quando consideramos — como disse Jean Cocteau — que a sexualidade é a base de toda amizade.

Além disso, nossos corpos foram confrontados com a dificuldade de manter a ilusão da liberdade absoluta de ir e vir a seu bel prazer. O que fazer se a monogamia formal era sustentada pela informalidade de outras colisões

afetivo-sexuais e agora não se pode sair de casa sem culpa? O que fazer se parte da nossa sexualidade é atendida por relações de compra e venda de serviços (serviços sexuais propriamente ditos, massagens, terapias corporais de relaxamento, serviços de embelezamento, entre outros) e eles viraram ambientes de extremo risco de infecção? Nossa sexualidade está compulsoriamente sendo remodelada a partir do atrito com novos dilemas.

Discutir sexualidade em nossa cultura implica necessariamente em discutir mercado e trabalho sexual. É um mercado que movimenta bilhões de reais, sustenta um número imenso de pessoas e famílias e que também está em crise. As lutas sociais pela regulamentação deste tipo de trabalho sempre tiveram como oponente o proibicionismo, e jamais foi implementado adequadamente um conjunto de direitos neste sentido no país. Os homens e mulheres cisgêneros/as e as pessoas trans que atuam como trabalhadores/as sexuais em ambientes reais talvez estejam entre os/as mais atingidos/as pelo contexto social da pandemia, seja porque ela afeta irremediavelmente a sensibilidade e, conseqüentemente, a procura pelos serviços sexuais, seja porque historicamente nunca tiveram mecanismos de proteção social dirigidos a si. Até onde acompanhei entre os mecanismos de transferência de renda emergencial acionados pelo Poder Executivo federal e estaduais para trabalhadores/as autônomos/as e pequenos empreendedores/as, não há qualquer menção a trabalhadores/as sexuais. Por outro lado, estou certo de que a criatividade destes/as trabalhadores/as certamente os/as habilita para a produção de respostas mais inventivas à sexualidade nos novos tempos, a exemplo do que foram capazes de oferecer na luta contra o HIV.

Conversa-se muito sobre a perda da libido ou sobre desencontros entre casais (até então bem casados) onde um/a manteve ou ampliou o interesse sexual e o/a outro/a não. São abalos sísmicos no amor cortês e/ou na compreensão (bem disfarçada) que podemos ter do/a cônjuge como prestador/a de serviços sexuais. Mas falar disso ainda é muito pouco.

Face à necessária e amaldiçoada quarentena, as recorrentes violações dos direitos sexuais e as violências sexuais — que acometem crianças, adolescentes, majoritariamente mulheres e até idosos/as, muitas vezes dentro de suas casas — são majoradas nos exíguos metros quadrados da casa-cela. Se estas violações eram “suavizadas” pelo regime semiaberto que permitia uma evasão para o mundo exterior, a “escolha” passou a ser entre submissão e infecção, e o alívio ocasional cessou e é eventualmente denunciado pela via virtual.

A quarentena não vem tendo os resultados sanitários esperados no país, em grande medida, pela arrogância de uma virilidade branca, classista e eugênica, que não aceita receber limites ao seu poder de ninguém, nem de um vírus. Esta virilidade constrói tão compulsivas e agressivas relações com o prazer, que é incapaz de encontrá-lo nas “pequenas coisas” do mundo doméstico. A quarentena contribuiu para evidenciar também, muitas vezes, os limites de uma vida familiar que, a despeito do familismo típico da moralidade conservadora, muitas vezes é extraordinariamente pobre em significado no cotidiano.

Face à quarentena, as relações abusivas e/ou desprazerosas foram explicitadas, mas também emergiram os sucessos (por vezes desconsiderados) de outras tantas formas de relacionamento familiar e/ou afetivo-sexual. São os sucessos de famílias e redes de amizade com formatos pouco convencionais, mas capazes de oferecer suporte econômico e subjetivo em meio à pandemia. São os sucessos de relações afeitas à simetria de direitos, ao respeito à autonomia e aos gostos dos/as parceiros/as.

Harmonias insuspeitas puderam ser encontradas por praticantes de sexo tântrico (acostumados a práticas sexuais prolongadas e mais relaxantes), por *voyeurs* e exibicionistas de nudes (mais bem adaptados/as ao sexo virtual, por exemplo), por celibatários/as satisfeitos/as, por fetichistas, praticantes de BDSM¹⁶⁴, por poliamoristas ou praticantes de relações abertas... É uma polimorfia de possibilidades erótico-políticas que podem

deixar sua condição social de *exóticas* pela necessidade de respostas criativas à heteronormatividade compulsória, aos limites opressivos de práticas sexuais com finalidades meramente reprodutivas ou das condutas eróticas com rígidos limites exógenos. É possível que sexualidades dissidentes, descolonizadas, demonizadas ou clandestinas possam oferecer um repertório mais rico de elaboração erótica em meio à crise e para além deste momento. É possível inclusive que isso tenha efeitos benéficos para a saúde mental.

Por outro lado, é possível dizer que a oportunidade de, minimamente, fazer escolhas afetivo-sexuais em nossa sociedade é prerrogativa das camadas médias e das elites, sobretudo no contexto de crise econômica que antecedeu e se aprofundou durante a pandemia de COVID-19, com pífias respostas governamentais a ela. É certo que o direito a uma sexualidade satisfatória é comprometido em grande parte pela baixa capacidade econômica dos sujeitos.

Porém, sexualidade não é um luxo que consumimos em momentos abastados da vida. Os recursos de autoconfiança, prazeres, disputas e acordos inerentes aos jogos eróticos podem ser componentes importantes da saúde sexual. Eles podem também auxiliar no desenvolvimento de uma atitude mais crítica e de agência diante dos regimes autoritários e supressores de direitos.

A sexualidade, não à toa, sempre foi uma arena perigosa e disputada. Através do controle dos corpos e de suas possibilidades, impõem-se mais facilmente regimes de destruição crescente das oportunidades da vida para a maioria e se constitui privilégios e abusos para um grupo seletivo.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA (ABRASCO). *Precisamos das Ciências Sociais e Humanas para compreender e enfrentar a pandemia de COVID-19*. Disponível em: <https://tinyurl.com/yd6ndu74>. Acesso em: 23 abr. 2020.
- BALBI, Henrique. O vírus como metáfora. *Revista Época*, 11/03/2020. Disponível em: <https://epoca.globo.com/henrique-balbi/coluna-o-virus-como-metafora-24298637>. Acesso em: maio 2020.
- CARRARA, Sergio. Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo. *Bagoas*, v. 4, n.5, p. 131-147, 2010.
- COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; ALMEIDA FILHO, Naomar de Almeida. Normal-patológico, saúde-doença: revisitando Canguilhem. *Physis*, Rio de Janeiro, v.9, n.1, p. 13-36, 1999.
- CORRÊA, Sonia. A política do gênero: um comentário genealógico. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.53, 2018a.
- CORRÊA, Sonia. Eleições brasileiras de 2018: a catástrofe perfeita? *Sexuality Policy Watch*, Rio de Janeiro, 12 nov. 2018b. Disponível em: <https://sxpolitics.org/ptbr/eleicoes-presidenciais-brasileiras-em-2018-a-catastrofe-perfeita/9008>. Acesso em: maio 2020.
- CORRÊA, Sonia; PETCHESKY, Rosalind. Direitos sexuais e reprodutivos: uma perspectiva feminista. *Physis*, Rio de Janeiro, v.6, p.147-177, 1996.
- FIFIELD, William. *Entrevista a Jean Cocteau*, publicada originalmente na Paris Review, nº 34, verão de 1964, e republicada no livro *Os escritores 2: as históricas entrevistas da Paris Review*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MELO, Maria Luisa de. *Primeira vítima do RJ era doméstica e pegou coronavírus da patroa no Leblon*. Disponível em: <https://tinyurl.com/y7bfrrds>. Acesso em: maio 2020.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

WEEKS, Jeffrey. *La invencion de la sexualidad*. México, S.d., p.55-87. Disponível em: https://www.dgespe.sep.gob.mx/public/genero/PDF/LECTURAS/S_01_04_La%20inveni%C3%B3n%20de%20la%20sexualidad.pdf. Acesso em: jan. 2020.

NOTAS

160 | Professor da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

161 | Para uma discussão extensa sobre as cruzadas antigênero, sua gênese e significados não só no Brasil, cf. Corrêa (2018a; 2018b).

162 | Para uma discussão conceitual sobre política sexual, cf. Carrara (2010).

163 | Para uma discussão conceitual de direitos sexuais, cf. Corrêa e Petchesky (1996).

164 | Conjunto de práticas consensuais envolvendo bondage, disciplina e dominação, sadomasoquismo e outros padrões de comportamento sexual.

“Entre a deriva e o naufrágio:” **notas sobre a população LGBTI em** **tempos de pandemia da COVID-19**

MILENA CARLOS DE LACERDA¹⁶⁵

*“É difícil assinalar a perda de uma vida
que nunca contou como vida”.*

[**BUTLER**, 2019]

Estamos passando pela maior pandemia desde a Gripe Espanhola de 1918. No instante no qual escrevo, a Organização Mundial da Saúde (OMS) registra que o novo coronavírus vitimou cerca de 335.218 pessoas no mundo e 20.112 no Brasil e esse número deverá aumentar até o findar do dia. Numa estimativa pessimista, o país poderá alcançar a margem de 194 mil óbitos, a depender das medidas adotadas pelos gestores públicos, conforme estudo do Instituto de Métricas e Avaliação da Saúde da Universidade de Washington.

Trago uma reflexão no calor dos acontecimentos, nem tão acalorada dado o necessário distanciamento social e o inevitável pico de contágio, ainda que a passos largos das condições ideais de afastamento que oportunizariam uma análise aprofundada da COVID-19 e dos seus impactos.

Temos poucas informações sobre quem eram os “inumeráveis”¹⁶⁶. E, possivelmente, nunca tenhamos a real dimensão das mortes decorrentes desta pandemia acirrada pela omissão do Estado no enfrentamento ao vírus,

a despeito da crescente subnotificação dos casos confirmados e da subnumerificação das mortes.

Num naufrágio de proporções seculares, entre mortos e feridos, o Governo Federal concentrou-se menos nos falecimentos e nas contaminações e mais na falência da economia, através de discursos mistificadores e irracionalistas, contrapondo-se ao isolamento social. O sarcasmo frente ao sofrimento alheio e a minimização dos efeitos das mortes pela pandemia se objetivam numa instabilidade do Ministério da Saúde e na propaganda de caráter obsessivo por um medicamento que não possui eficácia comprovada e reconhecimento médico e científico.

Em meio à crise sanitária, nos interrogamos como a população LGBTI (*Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Intersexuais*), está vivenciando a pandemia da COVID-19, considerando os rebatimentos particulares nesse público. Abordar os desafios desta população em tempos da propagação do vírus SARS-COV2 no Brasil requer um breve resgate das questões referentes à sexualidade e identidade de gênero existentes antes de nos tornarmos o país com maior número de mortes e contágios na América Latina. Nessa perspectiva, tal reflexão envolve uma análise aproximativa sobre a crise do capital, o abuso governamental em torno dos direitos sexuais e as necessidades particulares relativas aos LGBTI em meio ao espalhamento vertiginoso do vírus.

A impossibilidade de acesso à saúde, educação, habitação e políticas de emprego e renda vinculam-se à invisibilidade e exclusão de determinados indivíduos, cujos indicadores sociais sequer são mapeados por parte do poder público, dificultando as iniciativas e ações de enfrentamento à discriminação. Além da subnotificação dos dados, em geral, sistematizados pelas organizações LGBTI, atravessamos uma onda negacionista e persecutória que descredibiliza as pesquisas científicas produzidas no âmbito das universidades e dos institutos de pesquisa.

A ausência de visibilidade e monitoramento epidemiológico da população LGBTI ofusca o vilipêndio de pessoas que, no Brasil, ainda não adquiriram sequer o status de cidadão de direito. O aumento galopante do contágio na realidade brasileira agrava-se no contexto da redução das políticas para o combate à LGBTfobia, reverberando um contexto de conservadorismo e fascismo pujantes. Isso indica que o novo coronavírus e suas expressões adjacentes representam algumas voltas a mais no parafuso da LGBTfobia, uma vez que a situação de extrema vulnerabilidade é acentuada nos momentos de crise.

A alegoria do barco LGBTI em meio à pandemia da COVID-19 somente adquire legitimidade quando projetamos as dimensões de gênero, raça e classe social. Por este motivo, não tomaremos as pessoas LGBTI descoladas da realidade social, mas em sua materialidade concreta numa intersecção com as demais forças capitalistas de opressão, ao passo que essa corporalidade é racializada¹⁶⁷ e generificada inserida em aspectos territoriais determinados.

Os retrocessos no campo dos direitos sexuais se fortaleceram com a ascensão do governo ultraconservador, que recorrentemente propaga um discurso nacionalista calcado no fundamentalismo religioso, através da instauração de um projeto autoritário sustentado por uma milícia digital. Desde o golpe jurídico parlamentar, observamos a intensificação das medidas de austeridade, do célere desmonte dos direitos sociais, da contrarreforma trabalhista e previdenciária, do congelamento dos gastos públicos, da perseguição às universidades públicas e do sucateamento e privatização das políticas da saúde, assistência e educação.

A capilaridade ideológica e política do mote “*Deus acima de tudo e o Brasil acima de todos*” associa-se à agenda neoliberal, acompanhando o avanço da extrema direita em outras partes do globo. Na altura desses acontecimentos históricos, a “cultura do ódio” e a “agenda antigênero” repercutem diretamente na vida das pessoas LGBTI, propondo um conjunto de ações e

estratégias voltadas para o sujeito universal figurado no “cidadão de bem”, notadamente homem branco, heterossexual, conservador e cristão. A cruzada da “ideologia de gênero” que “*cabe de tudo um pouco numa lista virtualmente longa*”, obtém contornos particulares na América Latina, num esforço episcopal de recuperar os valores da família nuclear burguesa, da limpeza da corrupção e expurgo da infiltração “esquerdista” da máquina pública.

O “cidadão de bem paladino da moral e dos bons costumes”, que, até então, se sentia secundarizado pela ascensão das pautas feministas, antirracistas e anti-LGBTfóbicas, notadas na criação e fortalecimento de políticas de cidadania para negros, LGBTI e mulheres, recuperou a “autorização e o devido reconhecimento” dos seus privilégios. Os asseclas das políticas bolsonaristas fomentam a violência, o racismo, a homofobia e o sexismo com fortes traços fascistas, com direito à recordação saudosa do Golpe de 1964, motivados por uma espécie de redenção nacional do que lhes caberia por direito.

O poder de decisão sobre quais vidas realmente importam, nos termos de Butler (2019), evidencia a hierarquização da norma binária (masculino/feminino) e de um ideal heteronormativo que qualifica o “outro” numa engrenagem do normal e do patológico, desviante e subalterno. A defesa da família recupera traços eugênicos e pautados num suposto darwinismo social, promovendo práticas cotidianas de estigmatização que culminam na restrição de direitos fundamentais e no aumento das violências e de assassinatos, motivadas pelo imperativo de sexualidade e expressão/identidade de gênero.

A noção da homossexualidade como problema e desvio moral a ser eliminado propõe soluções milagrosas e/ou terapêuticas de reconversão sexual que se relacionam com o livre mercado e com as dinâmicas de patologização e medicalização.

A direção materialista que interpreta o movimento da realidade para além da imediatividade nos permite inferir que a crise de proporções mundiais não se trata exclusivamente da pandemia da COVID-19. A atual crise agudiza contradições fundamentais da produção e reprodução das relações sociais capitalistas. O retorno à ‘normalidade’ desconsidera o patriarcado e a escravidão como componentes da sociabilidade capitalista, naturalizando a desigualdade racial, sexual e de gênero que marca a nossa formação sócio-histórica.

Sob essa perspectiva, precisamos refletir acerca dos impactos específicos da COVID-19 sentidos pela população LGBTI: Como esses sujeitos estão vivenciando a atual crise? Quais as condições objetivas e subjetivas para o isolamento social das pessoas LGBTI? Quais as relações de trabalho e acesso a equipamentos de proteção? De que forma são tratados/as nos serviços públicos de saúde? Quais as condições de moradia e saneamento? Como se manifestam as relações familiares nesse contexto? Como se inserem as políticas sexuais no momento da pandemia? Quais as condições de existência desse segmento populacional historicamente marginalizado e invisibilizado na teia social?

Em meio ao recrudescimento do conservadorismo, tais interrogações denotam que ainda há muito o que se construir para enfrentar a letalidade do vírus nos corpos considerados descartáveis. A discriminação sofrida nos espaços públicos por exemplo, poderá ser um fator que impossibilite a procura pelo atendimento nos serviços de saúde e na rede socioassistencial, tornando-os/as ainda mais vulneráveis à doença.

No segmento LGBTI, as vidas das pessoas trans são ainda mais precárias e passíveis de extermínio. O boletim da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) nos informa que, mesmo no período de isolamento social, os crimes de ódio contra as pessoas trans foram dez vezes mais letais que a COVID-19, entre janeiro e abril deste ano. A impossibilidade do isolamento social é outro fator intensificador de risco para contaminação

pelo vírus, pois 90% das mulheres trans e travestis não conseguem acessar o mercado formal de trabalho e, por consequência, necessitam recorrer à prostituição como a única fonte de renda.

Por outro lado, devemos problematizar o significado e as consequências do confinamento com famílias homofóbicas como fortalecedor do sofrimento psíquico, tendo em vista a trajetória pregressa de rejeição e o histórico de violência intrafamiliar. É responsabilidade do Estado garantir abrigo seguro, acolhimento e proteção em caso de vulnerabilidades e violência doméstica, incluindo a garantia das condições de saúde e alimentação.

Dentre as necessidades elencadas no decorrer deste ensaio, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) sistematizou em nota as necessidades urgentes e específicas relativas às pessoas LGBTQ+, a constar a garantia de atendimento integral e suportes específicos às pessoas intersexuais e transexuais, considerando as peculiaridades clínicas, o acesso e a continuidade das terapias hormonais e o respeito ao nome social e identidade de gênero nos serviços públicos, a criação de apoio e cuidado para a população LGBTQ+ que trabalha como profissionais do sexo, em situação de rua e em privação de liberdade; e o acolhimento e manejo de situações de sofrimento psíquico da população LGBTQ+, que já apresenta características de guetização e isolamento social. Além dessas questões, o documento recupera ainda a importância de promover o debate e a conscientização sobre os direitos sexuais e reprodutivos no contexto de pandemia e a abordagem de um serviço de saúde que reconheça as diversas configurações familiares, bem como o fortalecimento das políticas de equidade no enfrentamento da pandemia (ABRASCO, 2020).

A persistente invisibilidade social que assola a maioria da população LGBTQ+, desprovida do Pink Money¹⁶⁸, exige que as questões de gênero, sexualidade, raça e geração sejam devidamente salientadas nas ações imediatas no enfrentamento à COVID-19. O diálogo permanente com o

Movimento LGBTI desempenha um papel fundamental na criação, monitoramento e avaliação das políticas de saúde empreendidas em âmbito nacional, haja vista a experiência deste diálogo na construção de respostas para a epidemia de HIV/AIDS na década de 1980 e a materialização da Política Nacional de Saúde Integral de LGBT no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Devemos mencionar ainda, a recente conquista da regulamentação da doação de sangue no âmbito do judiciário brasileiro, denunciando a inconstitucionalidade das normas do Ministério da Saúde e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) que mesmo registrando baixo estoque de sangue durante a crise atual, mantinha a proibição de doação a homens gays e pessoas trans.

À vista dessas considerações, sublinhamos a indispensável direção crítica para as nossas mobilizações sociais e lutas políticas no enfrentamento às táticas de reestruturação da economia capitalista no pós-pandemia para mitigar os efeitos da crise, principalmente nos contextos marcados pela dependência. Posto isso, não poderemos negociar o sentido da emancipação política e humana tão cara à heterogeneidade da classe trabalhadora que requer, *per si*, uma transformação social substantiva.

Por mais desanimadoras que possam parecer nossas circunstâncias contemporâneas, Davis advoga que o mundo é moldado pela transformação. E mais: se não fosse pela luta de massa do passado, é possível que sequer tivéssemos força de imaginação para apreender que nossa ação coletiva possa produzir transformações radicais (DAVIS, 2019, p.55). Comprometidos com a luta feminista, antirracista, anti-LGBTfóbica e anticapitalista, articuladas com a práxis das redes comunitárias para conter os danos do novo coronavírus, continuaremos reivindicando uma democracia substantiva e uma liberdade em condições reais, distante dos marcos neoliberais e sem exploração de classe e opressão de gênero, raça e sexualidade!

REFERÊNCIAS

- ABRASCO. *Considerações da ABRASCO sobre a saúde da população LGBTI+ no contexto da epidemia de COVID-19*. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/wpcontent/uploads/2020/04/Considera%C3%A7%C3%B5es-sobre-a-sa%C3%BAde-da-popula%C3%A7%C3%A3o-LGBTI-no-contexto-da-epidemia-de-Covid-19.pdf>. Acesso em: 17 maio 2020.
- BUTLER, Judith. Entrevista. *Revista Margem Esquerda*, São Paulo, n. 33, 2019.
- DAVIS, Angela. Justiça para comunidade lésbicas, gays, bissexuais e transgêneras. *Revista Margem Esquerda*, São Paulo, n. 33, 2019.
- MBEMBE, Achille. O direito universal à respiração. Trad. Ana Luiza Braga. *Revista AOC Média*, França, 2020. Disponível em: <https://n-1edicoes.org/020>. Acesso em: 18 maio 2020.

NOTAS

165 | Assistente Social, Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Doutoranda em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ). Pesquisadora do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em “Sexualidade, Corporalidades e Direitos” (UFT).

166 | Memorial dedicado à história das vítimas do novo coronavírus no Brasil. Disponível em: <https://inumeraveis.com.br/> Acesso em: 15 maio 2020.

167 | A partir da mediação da necropolítica e da brutalidade do neoliberalismo no capitalismo, Achille Mbembe (2019) desmistifica a disseminação democrática do vírus, a partir da distribuição desigual ao direito à respiração. O autor elenca ainda as respostas dadas às comunidades e periferias racializadas que, historicamente, são imputáveis ao extermínio e à política da matança.

168 | Refere-se à capacidade de compra e consumo da população LGBT, através da proliferação liberal de certa “representatividade” LGBT+, da mercantilização dos direitos, da comercialização dos acessos e das tessituras da homonormatividade.

Povos indígenas em Alagoas e a COVID-19: práticas e cuidados

MARLI DE ARAÚJO SANTOS¹⁶⁹

Em tempos de pandemia pensar a vida em primeiro lugar tem sido um desafio dentro de uma sociedade estruturalmente violenta. Assim, pensar nesse momento como os povos indígenas se estruturam para o enfrentamento da COVID-19 é colocar a vida e as estratégias de luta em foco, compreendendo que estas são intrínsecas aos modos de vida e ancestralidade desses povos.

Antes da formação dos banguês de Alagoas, a Terra dos Caetés teve a presença do português branco para catequizar os povos indígenas. A catequização foi iniciada no Recôncavo Baiano e se espalhou por todo o nordeste brasileiro de 1650 até 1700, quando houve a expulsão dos portugueses da região. No período compreendido entre 1570 e 1880, vários foram os conflitos entre indígenas e não indígenas pelas terras nordestinas, cujo resultado foi a dizimação quase total das populações indígenas no Brasil. Em Alagoas, esses conflitos reduziram significativamente as populações indígenas:

Os 11 povos indígenas remanescentes do estado de Alagoas — que, segundo José dos Santos, da aldeia Karapotó, têm como referência comum o ritual religioso do Ouricuri — encontram-se assim distribuídos pelo território alagoano: Povo Gerinpancó em Pariconha; Kalancós em Água Branca; Karapotó em São Sebastião; Karuazu em Pariconha; Katoquin em Inhapi; Tingui-Botó em Traipu; Tingui em Feira Grande; Kariri-Xucuru em Palmeira dos Índios; Kariri-Xocó em Porto Real do Colégio; Wassú-Cocal em Joaquim Gomes; Korupancá Inhapi (SCHUMAHER, 2004, p. 11).

Os povos indígenas remanescentes alagoanos que estão localizados no semiárido alagoano são o Povo Gerinpancó em Parcionha e os Kalancós em Água Branca ambos no sertão alagoano; Kariri-Xucuru em Palmeira dos Índios; Korupancá Inhapi; Tingui-Botó em Traipu. Esses povos têm sua história contada através da violência, da violência cultural imposta pelo homem branco, cristão europeu que impôs a povos indígenas a sua religião, seus costumes, sua vivência de sexualidade suas relações de gênero e suas doenças.

A respeito dessa preocupação com a preservação de suas culturas, particularidade que vem se consolidando nas últimas décadas, Mana Xucuru-Kariri, a Maninha de Alagoas, lembra que, “o índio antes tinha vergonha de dizer que era índio” (O GLOBO, 2004, p. 3)¹⁷⁰.

As principais demandas postas pelos povos indígenas eram direitos civis, acesso à educação formal com a preservação da língua nativa e a preservação da cultura e costumes dos povos indígenas.

Ao mesmo tempo em que se estabelece a luta não se abre mão da tradição, dos costumes, da cultura, da visão de mundo, do ritual e da relação com a natureza. Assim, coloca em relação direta com a forma de cuidar de todos e todas, como cosmovisão indígena e ao mesmo tempo a interlocução com relações sociais de classes, uma vez que os povos indígenas foram brutalmente atingidos pelos processos de exploração e dominação da sociedade capitalista e sua significação e ressignificação no modo de produção do capital. Nesses termos, a vivência da pandemia para os povos indígenas traz a um só tempo o modo de produção do capital, que coloca o isolamento social (ainda que com muitas disputas) como principal estratégia de combate à COVID-19, e a necessidade desse isolamento ser construído dentro das aldeias.

Nessa relação estão inseridas duas questões: a preservação da vida e a preservação do povo. Como preservação da vida, todos estão inseridos

numa preocupação real em tempos de pandemia, digamos que essa preocupação se estabelece para todos os seres humanos, ainda que o discurso de morte de alguns seja recorrente como estratégia para a preservação de outros (leia-se: classes sociais). A segunda questão, a preservação do povo. Para os povos indígenas envolve toda a preservação da vida e história de um povo historicamente dizimado.

A Plataforma de Monitoramento da situação indígena na pandemia da COVID-19 no Brasil¹⁷¹ informa que os casos nas aldeias em todo Brasil totalizam 363.340 e o número de óbitos é de 22.772, sendo que as aldeias em Alagoas não se configuram entre as dez mais vulneráveis. Ainda segundo a Plataforma, Alagoas e Sergipe contavam com 228 casos suspeitos, 760 confirmados, 361 casos recuperados clinicamente e 35 óbitos.

A Procuradoria da República em Arapiraca — Ministério Público Federal — publicou a Recomendação Nº 14/2020/PRM-API/3ºOF¹⁷² que, entre outras considerações, aponta:

CONSIDERANDO o crescimento exponencial do número de casos confirmados e do número de mortes por COVID-19 em todo território nacional e que, até a publicação do Boletim Epidemiológico n. 65 da Secretaria de Estado da Saúde em 10.05.2020, o estado de Alagoas contava com 2.258 (dois mil, duzentos e cinquenta e oito) casos confirmados de COVID-19, 126 (cento e vinte e seis) óbitos e 1.470 (mil, quatrocentos e setenta) casos suspeitos; e que vários municípios que contam com aldeias indígenas em seus territórios, como Porto Real do Colégio, Joaquim Gomes, Palmeira dos Índios e São Sebastião, já registraram casos confirmados de COVID-19, com registro de um óbito de uma indígena Kariri Xocó.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL RESOLVE RECOMENDAR ao SENHOR SECRETÁRIO ESTADUAL DE SAÚDE e aos SENHORES SECRETÁRIOS DE SAÚDE DE ÁGUA BRANCA, FEIRA GRANDE, INHAPI, JOAQUIM GOMES, PARICONHA, PALMEIRA DOS ÍNDIOS, PORTO REAL DO COLÉGIO, SÃO SEBASTIÃO e TRAIPIU para que IMEDIATAMENTE:

ADOTEM as providências administrativas para assegurar o fluxo atualizado de informações, **no menor tempo possível e através da criação de canais permanentes de diálogo** (ex. via comunicadores instantâneos, do tipo WhatsApp, ou outro meio expedito), entre os serviços públicos de saúde e o DSEI-AL/SE em relação **aos casos de indígenas atendidos** com quadro de síndrome gripal ou suspeita/confirmação de COVID-19.

ENCAMINHE-SE à 6ª CCR, às lideranças indígenas de todo o Estado de Alagoas, à Coordenação Regional da FUNAI-NE1 e à Coordenação do DSEI-AL/SE para ciência.

Essas recomendações reforçam que a vulnerabilidade das Terras Indígenas em relação à COVID-19 não está articulada apenas à questão da letalidade da doença, mas principalmente, à fragilidade histórica dos povos indígenas no Brasil.

A perspectiva da COVID-19 entrar em comunidades indígenas pode representar um cenário devastador. Uma alta porcentagem da população indígena pode ser impactada devido à alta transmissibilidade da doença, vulnerabilidade social de populações isoladas e limitações relacionadas com a assistência médica e logística de transporte de enfermos. A possibilidade de subnotificação das populações indígenas e a falta de vigilância dos vetores de dispersão da doença podem impactar seriamente a capacidade de controlar a transmissão da COVID-19. Além da mortalidade populacional, a diminuição da integridade socioeconômica pode reduzir ainda mais a capacidade dos povos indígenas em lidar com a crescente fragilização das políticas públicas de saúde e proteção territorial (OLIVEIRA, 2020, p.01).

Destarte, pensar as formas de isolamento social diante da pandemia coloca para os povos indígenas não apenas o isolamento, mas a necessidade da proteção e manutenção de seus povos e tradição. Nessa esteira é preciso fortalecer as relações na aldeia, as formas de proteção e a potencialização do conhecimento construído a partir da relação com a natureza.

Segundo Tenório e Fernandes (2020) essas questões são estruturais no modo de vida dos territórios indígenas diante do projeto (secular) de necropolítica direcionado a esses povos no Brasil. É com base nessa análise que os autores apontam como:

A pandemia do COVID-19 provocou uma necessidade de ativação nos usos de chás, de banhos com ervas e plantas locais diante da possibilidade de adoecimento dos mais velhos, como grupo de risco, a passagem dos conhecimentos tradicionais às crianças e aos mais jovens foi adotada como estratégia coletiva para garantir a permanência dos modos de vida da aldeia. Essa estratégia fortalece as relações geracionais, valorizando não somente os anciãos, mas também as crianças, como protagonistas dos saberes ancestrais. Com a impossibilidade de deslocamento para os centros urbanos, na realização de outras formas de trabalho na cidade ou comércios nas feiras locais, devido ao plano de isolamento social das aldeias, as roças aumentaram.

Uma experiência importante para refletir as mudanças geopolíticas em tempos de pandemia foi o deslocamento das pessoas dos grandes centros urbanos para o interior do país, como lugares de maior segurança e possibilidade de produção coletiva. Esse movimento aconteceu entre indígenas Kariri-Xocó de Alagoas. Alguns parentes que viviam em São Paulo retornaram às aldeias, o que foi motivo de muita alegria e festa para o povo. O retorno foi feito com muita cautela, na necessidade dos que regressaram ficarem na mata em quarentena, por duas semanas (TENÓRIO; FERNANDES, 2020, s.p.).

No relato acima, sobre as estratégias do povo Kariri-Xocó, podemos perceber que ao mesmo tempo em que a aldeia se protege do vírus não pode se proteger apenas dele, pois mantém sua busca de resistência histórica, ou seja, mantendo sua ancestralidade, sua relação com a terra, associando esses cuidados às orientações de saúde sobre o isolamento social e a quarentena.

As práticas de combate à COVID-19 realizadas pelo povo Kariri-Xocó são formas de manter a vida e o povo, são práticas pensadas na coletividade da aldeia, visando os velhos e os jovens, homens e mulheres na mesma medida, mostrando que ninguém é descartável e nos ensinando que vida, história e resistência caminham de forma indissociável.

REFERÊNCIAS

DIEGUES, Manuel. *O banguê nas Alagoas*. Traços da Influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida cultural regional. Maceió: Edufal, 1980.

OLIVEIRA, Ubirajara *et al.* Modelagem da vulnerabilidade dos povos indígenas no Brasil a Covid-19. *Nota Técnica*. 2020. Disponível em: https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/nota_tecnica_modelo_covid19.pdf. Acesso em: 24 maio 2020.

SCHUMAHER, Schuma. *Gogó de Emas: a participação das mulheres na história do Estado do Alagoas*. Rio de Janeiro: REDEH, 2004.

TENÓRIO, Tanawy de Souza; FERNANDES, Saulo Luders. *Etnia Xukuru-Kariri e a produção de saúde mental e práticas populares no enfrentamento a COVID-19*. 2020. (no prelo).

NOTAS

169 | Professora Adjunta da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Campus Arapiraca Unidade Palmeira dos Índios.

170 | “Abrindo Portas na Universidade”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 06 mar. 2004. Prosa e Verso, p.3.

171 | Disponível em: <https://covid19.socioambiental.org/>. Acesso em: 24 maio 2020.

172 | Disponível em: http://www.mpf.mp.br/al/arquivos/2020-1/recom_14.pdf. Acesso em: 24 maio 2020.

As mulheres e a pandemia da COVID-19 na encruzilhada do cuidado

RITA DE CÁSSIA SANTOS FREITAS¹⁷³

CARLA CRISTINA LIMA DE ALMEIDA¹⁷⁴

ANA LOLE¹⁷⁵

O filme é *Blade Runner*¹⁷⁶. O ano, 2019, Los Angeles. Vemos um planeta Terra desolado. Parece chover a todo tempo, os humanos deixaram o planeta e aqui ficaram os outros, os desgarrados, os pobres. Passou o ano de 2019 e a profecia de Ridley Scott não se realizou. Estamos em 2020, sem simulacros, mas numa pandemia mundial que parece nos aproximar do universo cinematográfico. Mas a vida é real.

Podemos nos lembrar aqui de outro filme, *Guerra dos Mundos*¹⁷⁷. Não lutamos contra invasores extraterrestres, mas contra um vírus invisível ao olho humano que, se não tem uma letalidade tão grande, de qualquer forma se transformou num inimigo comum às várias nações. Um vírus que não nos permite os abraços, o toque, o beijo, o aperto de mãos na chegada e na saída. Logo nós, um povo que adora rir, tocar, abraçar... estamos restritos a encontros por trás de uma máscara, a toques protegidos por luvas e a festas via programas on-line. Que *estranho mundo novo*¹⁷⁸ será esse?

Esse estranhamento se espraia por vários campos — saúde, política, economia, ... —, mas queremos pensar aqui na seguinte questão: como esses dias atingem as mulheres em seus cotidianos? Não se tratando de um texto conclusivo, lançamos algumas reflexões por acreditarmos que essa epidemia tem uma face feminina e que traz para as mulheres um alto preço.

Por questões históricas as mulheres sempre estiveram à frente dos cuidados e isso não seria diferente em tempos de COVID-19. Leonardo Boff há tempos disse que o “cuidado implica um modo-de-ser mediante o qual a pessoa sai de si e se centra no outro com desvelo e solicitude” (2005, p. 29). Ao lermos essa frase, uma imagem com certeza surge à nossa mente e é uma imagem feminina. Não será um homem capaz dessa ação?

Mas algo que podemos acrescentar a essa frase é que cuidado dá trabalho. Cuidar cansa, requer atenção, não se trata apenas de uma atividade objetiva. Existe uma dimensão subjetiva presente nas atividades do cuidado — no trato com as crianças, com os idosos, com os doentes, na maneira como queremos nossas casas arrumadas e a família alimentada —, isso supondo que temos um lugar a chamar de casa e condições para alimentar a família. Cuidar de si e cuidar do outro sempre fez parte do repertório das mulheres nas suas mais variadas condições de vida. Considerando que mais de 50% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres, vemos que além da gestão da vida familiar, elas são as principais responsáveis por adquirir recursos para sobrevivência. E fazem isso não apenas via trabalho, mas por meio de muitas e diversificadas redes, na maioria das vezes, redes feminíneas.

Isso se exacerba em tempos de pandemia da COVID-19, onde a vida familiar, os cuidados, a casa e a incerteza do trabalho ocupam lugar central. Não se pode exigir normalidade em tempos anormais. O que podemos esperar das pessoas vivendo em tempos extremos? Como as atividades do cuidado se exercem nesses tempos e como repercutem no cotidiano de mulheres e de homens?

A antropóloga Débora Diniz, em entrevista à Folha de S. Paulo em abril de 2020, não tem dúvidas em afirmar que a pandemia atinge os gêneros de forma diferente: “Quando o Estado não protege e nos abandona, é aí que a pandemia tem gênero, porque o cuidado cabe às mulheres”¹⁷⁹, uma vez que estas são responsáveis pela economia do cuidado.

São várias as dimensões que podemos abordar aqui que vão desde o aumento da violência doméstica até as dificuldades e incertezas sobre manter as atividades de trabalho formal e informal. Na informalidade e precariedade do trabalho cotidiano de ganha-pão as mulheres hoje se afligem ou se arriscam na procura de suas freguesas de costuras; de alguém para vender seus quitutes; e indagam sobre o futuro de suas ocupações, como tomar conta de crianças e de idosos.

Nas camadas médias as famílias descobrem a falta que fazem as trabalhadoras domésticas, tratadas muitas vezes com tanto descaso. Saber a *que horas ela volta*¹⁸⁰, quando e se volta se tornaram questões fundamentais dentro de um ambiente em que as tarefas não são bem divididas. A manutenção do trabalho formal ganha requintes de dramaticidade, seja pelos riscos que muitas correm nas ocupações de saúde, trabalho majoritariamente feminino, seja pela sobrecarga de trabalho em domicílio, a exemplo do teletrabalho. Em 19 de março, na perplexidade do início de medidas de isolamento de contenção da pandemia da COVID-19 no Brasil, um coletivo de professoras da Universidade de Brasília chamava atenção para o que representa para mulheres no exercício da docência, sobretudo em casa, responder às pressões e demandas que não pararam de crescer. Dar aulas, participar de longas reuniões on-line, bancas de avaliação de trabalhos e por aí vai. A carta chamava a atenção ainda, para a necessidade de estrutura que acomete estudantes e docentes, principalmente as mulheres, e envolve acesso à internet, domínio de técnicas e metodologias específicas, espaço de trabalho em suas casas, somada às demandas femininas de cuidados com a alimentação, a casa, a saúde física e mental de outros e de si própria.

E como manter essa dimensão do cuidado sem a presença de um elo fundamental para a sobrevivência das famílias pobres, mas também das médias: a presença de outras mulheres? Somos uma sociedade em que as crianças circulam (FONSECA, 2002). Mas não podem circular hoje e as casas das avós e das vizinhas se tornaram territórios proibidos. A ausência

da escola para muitas famílias traz, além da falta de um lugar para as crianças, a insegurança alimentar. Diante de tanta urgência, estamos numa encruzilhada, para nos mantermos vivos é necessário agir.

Na encruzilhada o que aparece como obstáculo é a transgressão. Precisamos transgredir para termos conquistas e alcançarmos voos maiores. E é no isolamento que emana das casas que encontramos o eco possível das reivindicações por garantias da vida humana. São casas de mulheres dos morros, das favelas, dos subúrbios, dos asfaltos, de papelão nas calçadas das cidades, ..., o eco é pela não banalização das mortes. O apelo é que não tenhamos uma legião de carpideiras caminhando pela cidade.

Em tempos de pandemia fica mais evidente a presença das interferências do Estado em nossa vida privada. Como exemplo, podemos citar: o Estado é quem define como e onde vamos enterrar nossos entes; quem regula o sistema de saúde e nos diz quem pode e quem não pode receber visitas; designa quem terá acesso aos leitos e respiradores; é ele que atesta os óbitos; define o que é serviço essencial, entre outros. Poderíamos dizer, também, que a pandemia da COVID-19 nos impossibilita os rituais que acompanham a morte, mas também dos casamentos, das festas, dos shows, dos eventos acadêmicos...

Como nos inspira Gramsci, precisamos de um novo sujeito coletivo para transgredir e construir uma nova “direção intelectual e moral”, ou seja, “um novo tipo de sociedade e, conseqüentemente, a exigência de elaborar os conceitos mais universais, as mais refinadas e decisivas armas ideológicas” (GRAMSCI, 1999, p. 225). As mulheres sempre foram transgressoras nas lutas pela sobrevivência, pela visibilidade, pela saúde e pelos direitos sexuais e reprodutivos e, por isso mesmo, historicamente sempre foram perseguidas numa verdadeira “caça às bruxas” (FEDERICI, 2017).

Em março desse ano, a ONU Mulheres pediu especial atenção às mulheres. Pensar nestes espaços privados é fazer micropolítica. É dizer não a uma política voltada para a morte, apostando numa política de vida.

Débora Diniz coloca, na mesma entrevista à Folha de S. Paulo, que no mundo pós-pandemia os valores feministas estarão “na ordem da negociação política” e vamos ter que falar de conceitos como, cuidado, proteção social, interdependência e saúde. Mas estamos vivendo um duro aprendizado.

Talvez caiba aqui retroceder a uma questão feita há tempo por Todorov (1995): “pode uma situação extrema nos ajudar a pensar a condição humana?”. As virtudes do cotidiano, exploradas por esse autor, são as virtudes consideradas mais próximas do universo feminino (em contraposição às virtudes heróicas que seriam masculinas). E nestas, a dimensão do cuidar dos outros — e de si mesmo — aparece de forma contundente. Escolhas devem ser feitas. Escolhas políticas, econômicas. A sociedade tem que tomar posição, “[...] não podem existir os que são apenas *homens*, os estranhos à cidade. Quem vive verdadeiramente não pode deixar de ser cidadão, e de tomar partido. Indiferença é abulia, é parasitismo, é covardia, não é vida. Por isso, odeio os indiferentes” (GRAMSCI, 2004, p. 84). Ou como se referia Dante Alighieri em *A Divina Comédia*: “os lugares mais sombrios do Inferno são reservados àqueles que se mantiveram neutros em tempos de crise moral”.

Diz-se nas redes sociais e no jornalismo que os países comandados por mulheres estão tendo um desempenho melhor. Com isso não queremos naturalizar esse lugar das mulheres, mas reconhecer uma experiência de vida que não podemos abrir mão. O que não podemos é nos calar.

Podemos estar numa encruzilhada e em isolamento social, porém o ato de transgredir nos fará (re)criar uma “vontade coletiva nacional-popular” (GRAMSCI, 2000) com novos valores feministas e evidenciando as lutas das mulheres, principalmente, na política do cuidado. Resistiremos à “caça às bruxas” e ao recrudescimento da vida para as mulheres.

REFERÊNCIAS

- BOFF, Leonardo. O cuidado essencial: princípio de um novo *ethos*. *Inclusão Social*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 28-35, out./mar. 2005.
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa*. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.
- FONSECA, Cláudia. Mãe é uma só? Reflexões em torno de alguns casos brasileiros. *Revista Psicologia USP*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 49-68, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So103-65642002000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 maio 2020.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 1: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedito Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 3: Maquiavel, notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos*. Vol. 1: 1910-1920. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- TODOROV, Tzvetan. *Em face do extremo*. Campinas: Papirus, 1995.

NOTAS

173 | Professora Titular da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordenadora do Núcleo de Pesquisa Histórica sobre Proteção Social (NPHPS/UFF).

174 | Professora Associada da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Coordenadora do Núcleo de Estudos Família e Gênero (UERJ).

175 | Professora do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Membro da Coordenação Nacional da International Gramsci Society Brasil (IGS-Brasil). Pesquisadora no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Política e Educação (NuFiPE/UFF) e no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social (TRAPPUS/PUC-Rio).

176 | *Blade Runner* é um filme de ficção científica de 1982, dirigido por Ridley Scott e com roteiro de Hampton Fancher e David Peoples.

177 | *Guerra dos Mundos* é um filme de 2005, dirigido por Steven Spielberg e com roteiro de David Koepp e Josh Friedman.

178 | Parafraseamos o romance *Admirável Mundo Novo* de Aldous Huxley, publicado em 1932.

179 | “Mundo pós-pandemia terá valores feministas no vocabulário comum, diz antropóloga Débora Diniz”. *Folha de S. Paulo*, 06 abr. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/04/mundo-pos-pandemia-tera-valores-feministas-no-vocabulario-comum-diz-antropologa-deboradiniz.shtml>>. Acesso em: 14 maio 2020.

180 | Parafraseamos o filme *Que horas ela volta*, filme brasileiro de 2015 com roteiro de Anna Muylaert e Regina Casé, dirigido por Anna Muylaert.

Notas de uma travessia — reflexões de uma assistente social em Portugal em tempo de pandemia da COVID-19

MARIA INÊS AMARO¹⁸¹

Em tempo de pandemia da COVID-19 percebo, de uma forma muito visível, que apesar da investida neoliberal, continuo a poder contar com um sistema nacional de saúde sólido e confiável; tenho um sistema de segurança social que reforçou a proteção social a quem está em dificuldades; disponho de meios de comunicação credíveis e... tenho um governo responsável, ligado ao seu país, ciente de que a “coisa pública” é a finalidade e propósito últimos da política. Isto dá-me o conforto de sentir que vivo no lado privilegiado do mundo!

Os tempos são bizarros, incertos, de grande perplexidade. Quanto a mim, tenho-os vivido de uma forma bem particular: a partir do olhar de alguém recém-chegada a um serviço central da Segurança Social!

O avistamento

Meados de Janeiro... estava há um mês e meio na Segurança Social e acabava de regressar de uma viagem à Malásia. Numa reunião semanal com os agentes de proteção civil ouço pela primeira vez falar do vírus que andava na Ásia. Dirigi-me ao representante da área da saúde para perguntar o que era aquilo, para lhe dizer que acabava de chegar da Malásia...

“É um vírus, uma espécie de gripe, não sabemos bem...”. Combinamos ficar atentos e acompanhar o evoluir da situação. Rapidamente fui absorvida

por um sem-número de afazeres e não voltei a pensar, por uns dias, neste assunto.

A onda está a chegar...

O mês de Fevereiro foi em crescendo: “Inês, todas as instituições sociais têm que elaborar os seus planos de contingência, como vais fazer?” Não fazia ideia... havia que estudar o que vinha da saúde, retomar o que se fez quando da Gripe A, confiar numa equipe de nove chefias e cerca de oitenta colaboradores com quem tinha começado a trabalhar há dois meses e esperar que as coisas acontecessem e bem...

Cada colega ia alvitrando, dizendo a sua ideia enquanto a hierarquia e o poder político se abatiam (também) sobre mim. Foi preciso pensar e agir, procurando não pisar o terreno da saúde, medindo cada palavra e cada orientação tendo em conta o potencial impacto em todo o território nacional e em todas as instituições. Foi o desbravar do desconhecido, procurando também entender qual era o meu espaço, o meu campo de ação neste terreno complexo.

Ao mesmo tempo, foi preciso orientar um departamento de noventa pessoas para o teletrabalho, organizando, criando condições, dando segurança, trabalhando com colegas no sentido de terem que pensar diferente do habitual, sem nunca descurar a necessidade de manter a grande máquina de um serviço central de segurança social em funcionamento.

O grande turbilhão

A primeira semana de Março foi o grande ponto de viragem! Ainda viajei, com a minha equipe, para um encontro no Norte do País. Ao segundo dia, recebo um telefonema de casa: o primeiro caso positivo em Portugal foi o de uma professora do meu filho; toda a turma ficou em casa, passamos a ter

monitorização bi-diária do estado de saúde dele... entrava, com a minha família, numa nova era!

No final dessa semana, já de volta a Lisboa, começávamos a dar instruções para liberar camas de hospital e colocar as pessoas aguardando por leito de hospital por falta de vagas, dando respostas públicas ou privadas.

Criava-se o primeiro fluxo de ação, nesta interação entre a área social e a área da saúde.

Entretanto, comecei a ficar com tosse e, com um filho em quarentena, decidi entrar em quarentena voluntária... aquele foi o último dia em que estive presencialmente com os colaboradores do meu departamento.

No sábado à noite, a Ministra da Saúde interdita as visitas nas Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas na zona norte do País. A partir desse momento, o meu telefone começou a tocar, com chamadas sucessivas: como fazemos? Como organizamos? O que dizemos às instituições? Estão com medo, o que podemos dizer?

A minha principal sensação foi a de ter entrado num túnel escuro, a descer em alta velocidade, sem ver para onde estava a ir, nem o fim da linha... Um novo capítulo na nossa história coletiva estava a iniciar!

Circuitos, redes, sistematizar necessidades e criar respostas

Nova semana e efetiva-se a ida dos colaboradores para teletrabalho. Fiz uma reunião de departamento através de uma plataforma de videoconferência: grande novidade, quase ninguém sabia bem como aquilo funcionava, todos acharam graça da inovação!

Despedi-me dos colegas, procurei passar uma mensagem de segurança e esperança: da China apareciam os primeiros números de casos recuperados...

Em Portugal, os casos começaram a aumentar, o alarme social instalou-se e comecei a receber instruções que não compreendia totalmente e a receber perguntas e pedidos de ajuda para os quais não tinha elementos... trezentos e-mails por dia, dezenas e dezenas de chamadas telefônicas, dezenas de mensagens escritas e por *whatsapp*... e agora?

Entramos num momento em que senti que, um pouco por todo o território, as instituições queriam fechar portas, as equipas técnicas queriam afastar-se, cada um queria proteger-se... foi o único momento até agora em que senti verdadeiramente medo: o terreno não estava preparado, não tinha respostas e eu não vislumbrava que recursos e que atores era preciso mobilizar para criar rede de resposta.

Do turbilhão de reuniões, conversas, iniciativas começa a emergir como claro a ideia de que era preciso trabalhar com a proteção civil, com a saúde e com as autarquias locais. Daqui saiu um primeiro quadro legal que instituiu um fluxo de trabalho entre estas entidades para responder às situações da COVID-19 — um primeiro modelo de intervenção em rede estava criado. Seguiu-se a identificação e constituição em todo o território, por municipalidade, de uma rede de locais de acolhimento para pessoas infectadas e para pessoas não infectadas.

Seguiu-se a criação de vários protocolos de atuação para diferentes situações: falta de recursos humanos nas instituições, distribuição de equipamentos de proteção individual, testes às equipas técnicas... e a monitorização...

Foi preciso construir todos os sistemas de informação, fazer levantamento sistemático de dados e começar a reportar diariamente informações, com a respectiva análise. Em paralelo, colocar questões aos decisores, propor alterações legislativas, pensar em como responder a todas as novas situações — foi a tentativa de começar a sistematizar o pensamento e a preconizar eventuais respostas.

Do problema com as estruturas residenciais, passou-se ao problema das pessoas em situação de sem-abrigo, ao problema dos reclusos libertados, ao problema dos refugiados e requerentes de asilo. A propósito da pandemia, várias fragilidades do sistema ficaram visíveis e criou-se também a oportunidade de poder repensar muitos processos de intervenção.

Paulatinamente, a realidade foi avançando e estamos agora em fase de desconfinamento. Para esta etapa, o trabalho tem sido em torno da criação de guiões para a reabertura das respostas sociais e organização de sessões de informação para diferentes públicos para prestar informação e apoio para a operacionalização das novas regras de funcionamento das diversas respostas sociais.

Todos os dias o trabalho em campo, o trabalho de montagem da estratégia e o trabalho da produção de decisão é feito em rede com a proteção civil, com a área da saúde, com as forças de segurança e militares e com diversos ministérios e secretarias de estado e municípios. Tudo é discutido, tudo é pensado e as soluções são construídas em conjunto.

Com quase noventa pessoas de um departamento a trabalhar em casa, foi preciso também reestruturar procedimentos e formas de comunicação.

Preparar o amanhã

Finalmente comecei a conseguir respirar e dormir; foi o que o mês de Maio trouxe. Não foi um respirar de alívio, mas foi um respirar da tranquilidade de saber que já está uma estrutura montada e que as equipas em campo já estão em marcha, operacionalizando as orientações que foram dadas.

Uma coisa esteve presente desde o início: o pedido que fiz à equipa, a alguns elementos mais libertos, para pensarem para além da emergência: “Vamos construir materiais de apoio para as famílias confinadas”, “Vamos

pensar no combate à solidão”, “Vamos pensar em respostas apontadas para o apoio às famílias como um todo”. E algumas coisas foram surgindo.

No pensamento de que as populações estão neste contexto especialmente expostas à vulnerabilidade, reforçamos o atendimento social, montando um esquema mais fluido e aproximado às necessidades das famílias, mesmo em tempo de distanciamento físico.

Até que chega, do nível político, a preocupação com as políticas para o depois, para o tempo pós-COVID-19. Uma oportunidade? Sim, certamente!

Rapidamente propus uma metodologia participativa de trabalho, a começar, desde logo, por um convite a um grupo de investigadores e pensadores externos para vir falar do seu pensamento quanto aos problemas sociais trazidos pela COVID-19, prioridades de intervenção e formas de atuação. Chamamos-lhe *think tank* e foi um momento muito estimulante e inspirador para técnicos, dirigentes e políticos.

Agora estamos a trabalhar num documento integrado, com propostas, para voltar a submeter ao escrutínio do *think tank*. Um Plano de desenvolvimento!

Poderá ser o princípio de alguma coisa...

O que vai ser de nós?

Distanciamento social? O que isso significa? Temos que pensar no que falamos e porquê, temos que pensar nos nomes que damos às coisas.

Confinamento, sim, temos que o aceitar. Isolamento físico é uma forma de nos defendermos da pandemia. Veja-se como Portugal até agora conseguiu combater um pico do surto e, com isso, evitar o entupimento do Serviço Nacional de Saúde. Mas não... não admito que o distanciamento físico se transforme em distanciamento social, não o podemos permitir! Não podemos confundir as coisas!

O uso da máscara, o evitamento do outro, o disciplinar-mo-nos para não nos darmos ao outro... não, temos que combater o tipo de mentalidade que isto pode gerar! Ligarmo-nos ao outro, sermos solidários é justamente afastarmo-nos dele, protegendo-o e protegendo-nos — esta é a parábola, a complexidade do mundo hodierno!

Quando, pela primeira vez, recebi o documento que estabelecia as condições e procedimentos para a reabertura das escolas (apenas dois anos escolares), não consegui ler até o fim...caminhos traçados no chão que conduzem os passos dos alunos, máscara e desinfecção de mãos e monitorização da temperatura à entrada, mesas individuais, supressão dos intervalos — um filme de terror. “Estamos a transformar-nos em autômatos!”, foi o que pensei...

Verti uma lágrima no primeiro dia em que, por obrigação, tive que colocar uma máscara... Mas vamos ter que viver assim talvez um ano, talvez dois; que calafrio!

Temos que ser fortes, ultrapassar o choque, aceitar as condições e a condição humana, no seu poder e na sua vulnerabilidade. O sucesso do combate à pandemia depende da atitude cívica e de cidadania de cada um de nós, da adesão a uma restrição de comportamentos que nos protege coletivamente.

Mas temos que nos reinventar, esta barreira colocada entre nós e o outro, este estranhamento, esta divisão entre “a minha tribo”, com quem estou em comunhão, e os outros, de quem nos temos que proteger, não nos pode corroer. Como é que isto nos vais mudar? Não podemos deixar que isto nos mude na nossa necessidade de comunhão e interação social.

É certamente algo a que devemos estar atentos e de cujos efeitos perniciosos nos devemos prevenir: não ao distanciamento social, mesmo em tempos de defesa inequívoca do distanciamento físico.

É particularmente neste contexto que é preciso alimentar os laços sociais e fazê-lo preparando-nos para um contexto de profunda crise econômica,

social, política, de modelo de desenvolvimento.... É uma oportunidade, é um problema tremendo e avassalador. Precisamos ter força, energia e criatividade, acreditar na democracia, acreditar nas pessoas.

Posso fazê-lo porque vivo num país onde a ideia de que política tem a ver com o governo da coisa pública, tem ressonância e vincula a atitude dos responsáveis políticos. Caso contrário, a tendência seria para viver sob a lei do mais forte.

Como assistente social, acudi, coordenei, potencieei, formei rede, sistematizei, implementei processos de intervenção, estimei a reflexão, perspectivei o futuro e estou empenhada em desenvolver soluções. Sempre conduzida por uma lógica de respeito pelos Direitos Humanos e de promoção da justiça social.

Tudo isto é novo e revestido de uma enorme incerteza... é preciso construir e reinventar!

NOTAS

181 | Assistente social; Vice-presidente da Associação Portuguesa de Serviço Social; Vice-presidente da European Association of Schools of Social Work; Diretora do Departamento de Desenvolvimento Social, do Instituto de Segurança Social; Professora Auxiliar no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

As/os assistentes sociais na linha de frente: violência e violações de direitos na pandemia da COVID-19

ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA¹⁸²

ARIANE REGO DE PAIVA¹⁸³

IRENE RIZZINI¹⁸⁴

Introdução

O Serviço Social tem sido uma das profissões legitimadas na formulação e execução das políticas sociais do pós-1988 nas três esferas de governo, quando se firmou no marco jurídico e normativo brasileiro uma perspectiva de construção de um sistema de seguridade social. Isto se deve a um amálgama que devemos buscar na história, na trajetória da profissão, na sua inserção institucional nas políticas públicas, no processo de consolidação de uma formação acadêmica hegemônica que lhe garantiu um aporte teórico-metodológico crítico e aprofundamento técnico-operativo para intervenção na realidade social, e de suas lutas no campo democrático que conformaram a elaboração e defesa de um projeto profissional ético e político, vinculado a valores que primam pela justiça social.

O avanço e a capilaridade dos sistemas de saúde, assistência social e previdência nos anos de 1990 e início dos 2000 encontraram um cenário adverso, com disputas de interesses de muitas ordens, mas principalmente no plano econômico, quando as políticas governamentais assumiram uma direção claramente neoliberal e que não priorizaram os investimentos na área social tal qual almeçados pela proposta constitucional, havendo já na

sua implantação, processos de contrarreforma que realizaram ajustes, cortes e que colocaram a necessidade de uma permanente luta pela defesa e fortalecimento da seguridade social. A terceirização com baixíssima qualidade na prestação dos serviços, a focalização na pobreza, a disputa de recursos públicos entre ações governamentais e não governamentais foram algumas das tendências das políticas sociais pós-Constituição.

Neste período também se acompanhou avanços nas legislações, por influência das lutas dos movimentos sociais, na elaboração de novos programas, projetos e serviços que alçaram o lugar de direitos de proteção de determinados segmentos da população em maiores situações de vulnerabilidades e desigualdades, como crianças e adolescentes, idosos, mulheres vítimas de violência doméstica, pessoas com deficiência, refugiados, entre outros.

Desde 2014 o Brasil tem sofrido maiores ataques às políticas sociais, com ações restritivas nos orçamentos após sentir os efeitos da crise econômica mundial e principalmente após 2016, com a adoção de políticas ultraneoliberais, que vêm impondo desmontes nos direitos e nos frágeis sistemas públicos que compõem a proteção social. Este é o cenário em que nos encontrou a pandemia de infecção pela COVID-19 no início do ano de 2020. Políticas altamente precarizadas, sem condições adequadas de trabalho, com perdas aviltantes de recursos públicos para serem realizadas, com demissões e terceirizações de contratos profissionais.

O Serviço Social, portanto, como profissão assalariada e incorporada nessas políticas, sofre os efeitos da precarização através da sua condição de trabalho, como também na relação direta do atendimento à população usuária dos serviços, que vivencia (m) a escassez de acesso a direitos. A pandemia agudizou essa realidade. Este texto selecionou áreas de atuação do Serviço Social que se relacionam ao atendimento de situações de violência ou violação de direitos — que são serviços essenciais e temáticas de produção de conhecimento na linha de pesquisa “Violência, Direitos,

Serviço Social e Políticas Intersetoriais”¹⁸⁵, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio — para problematizar o contexto de enfrentamento da pandemia da COVID-19.

Grupos vulnerabilizados, pandemia e atuação do Serviço Social

O atual panorama marcado pela pandemia afeta a todas as famílias e, direta ou indiretamente, a população infantil e juvenil, representando mais de três bilhões de pessoas entre zero e 24 anos, ou 41% da população mundial.

De uma forma ou de outra, todos somos afetados, seja na saúde física ou mental. Porém, há determinados grupos que estão muito mais expostos a se contaminar e a enfrentar de forma mais contundente os desafios que advirão da COVID-19. Neste grupo estão aqueles que vivem em contextos de pobreza, nas favelas e periferias urbanas; populações ribeirinhas, povos das florestas, imigrantes e refugiados, assim como crianças e jovens indígenas e quilombolas, com frequência invisibilizados e esquecidos.

Dentre os grupos identificados como de mais alto risco de contaminação estão aqueles que se encontram em situação de rua e de institucionalização, como as crianças e os adolescentes em serviços de acolhimento institucional e cumprindo Medida Socioeducativa (MSE) em meio fechado, assim como filhos/as da população encarcerada. Fundamental destacar nesse cenário, as/os profissionais que se encontram na linha de frente do cuidado a esta população, principalmente da assistência social e da saúde, assim como educadores sociais atuantes nas ruas e em diversos equipamentos.

O fenômeno é recente e poucos são os dados produzidos até o presente. Vejamos, muito brevemente, o que se sabe sobre os impactos da pandemia sobre a população jovem e algumas medidas de prevenção e tratamento,

veiculadas por organizações públicas e privadas em âmbitos nacional e internacional.

Os pontos mais destacados são: violações de direitos associadas ao fechamento das escolas (ausência de meios para acessar o ensino à distância e afastamento de potencial rede de proteção), insegurança alimentar (resultado do fechamento das escolas, importante fonte de alimentação para os mais vulneráveis e decorrente da recessão econômica) e aumento da violência doméstica e sexual contra esse grupo (relacionado ao confinamento e ao uso legitimado da internet dele decorrente).

No campo da saúde pública, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) aborda o panorama, motivações e formas de enfrentamento em tempos de pandemia pela COVID-19, ressaltando que famílias em situação socioeconômica desfavorável ou residentes em lugares onde há aglomeração são particularmente mais vulneráveis à situação (MARQUES *et al.*, 2020).

Registra-se o drama vivido pela população em situação de rua, sendo as principais violações relacionadas à falta de acesso aos meios para a manutenção dos hábitos de higiene necessários à prevenção ao contágio do novo coronavírus e à ausência de uma alimentação adequada capaz de fortalecer o sistema imunológico no combate à doença. A distribuição de alimentos foi reduzida e houve fechamento de espaços públicos usados por aqueles que vivem em situação de rua.

Diversos órgãos vêm apontando recomendações, que visam à prevenção e ao tratamento frente a COVID-19. Dentre elas, destacamos: a carta elaborada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), o Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e a Rede ECPAT¹⁸⁶, enfatizando a necessidade de proteger as crianças e adolescentes nos tempos de isolamento social. O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) orienta aos municípios que os recursos do Fundo dos Direitos das Crianças

e Adolescentes (FIA) sejam destinados a proteção da criança e do adolescente em tempos de surto do novo coronavírus no Brasil. Além disso, o MMFDH aponta que devem ser priorizadas as crianças e adolescentes institucionalizadas, em situação de rua e atendidas pelo Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM).

Além disso, o Conanda recomenda que sejam garantidos os direitos de crianças e adolescentes em regime de acolhimento institucional e de adolescentes no âmbito do Sistema Socioeducativo. De acordo com o mais recente levantamento do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), 12% das unidades de internação do país estão superlotadas, condição ideal para a propagação de doenças.

Destacamos, ainda, 10 ações indicadas pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) ao Governo Federal do Brasil para proteger os direitos das crianças e dos adolescentes em tempo do novo coronavírus. São elas: informar a população, em especial os mais vulneráveis; apoiar a distribuição de suprimentos; influenciar governos para manter e adaptar serviços essenciais; buscar soluções com governo e sociedade para garantir o direito à educação; apoiar a continuidade dos serviços essenciais de saúde para mulheres, crianças e comunidades vulneráveis; contribuir para a continuidade do acesso aos serviços sociais de proteção contra a violência; incentivar a continuidade do acesso aos serviços de proteção social; dar apoio aos adolescentes para promover a sua saúde mental, e facilitar o engajamento e a participação deles; produzir evidências para apoiar ações e políticas; mobilizar doações de fundações, empresas e pessoas físicas¹⁸⁷.

No que se refere ao convívio no âmbito familiar, mulheres e idosos também têm historicamente sido vítimas da transmutação de diferenças de gênero e geração em desigualdades. De acordo com dados do Ligue 180¹⁸⁸, houve aumento de quase 17% em denúncias de violência contra a mulher em março de 2020, quando se oficializou a necessidade de distanciamento social no país. Segundo o plantão do Ministério Público do Estado do Rio de

Janeiro, casos de violência doméstica conheceram um aumento de 50% após determinações estaduais de distanciamento social, com prevalência de violência contra a mulher (MARQUES *et al.*, 2020).

Refugiados — que já convivem com restrições de acesso a serviços públicos de toda ordem — constituem outro grupo ainda mais vulnerabilizado no contexto da pandemia. Há recomendação do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública da União para que o Ministério da Saúde faça contratação emergencial de 45 médicos para atenderem a esse segmento da população nas instalações da Operação Acolhida, onde se concentra o maior contingente de refugiados no Brasil. Em atenção a tal recomendação, o governo brasileiro está operacionalizando, na região de Boa Vista/AC, a construção de uma área com 1.200 leitos hospitalares e 1.000 leitos destinados a pessoas infectadas e com suspeita de COVID-19, para atendimento a refugiados e brasileiros (CRUZ, 2020).

Diversos mestrandos e doutorandos da linha de pesquisa “Violência, Direitos, Serviço Social e Políticas Intersetoriais” atuam na linha de frente de enfrentamento da pandemia no Estado do Rio de Janeiro como assistentes sociais trabalhadores em políticas públicas, especialmente de assistência social e saúde. No atendimento direto a sujeitos privados de liberdade (no sistema penitenciário ou socioeducativo); à população em situação de rua; a pacientes internados em decorrência da COVID-19 e suas famílias, por vezes impedidas de sepultar parentes; há profissionais infectados em decorrência de seu trabalho em cuidados à população (não só, embora principalmente no setor de saúde); em instituições de acolhimento institucional; ou na sistematização e gestão de dados referentes à pandemia, em tensão constante pelo temor de encontrar nomes de pessoas próximas dentre vítimas fatais. Seus relatos (por assim dizer, informais, na busca de escuta, suporte ou orientação) aos autores do presente texto deixam clara a atualização cotidiana dos princípios norteadores do exercício da profissão,

no compromisso com a garantia universal e equânime de acesso a direitos e à atenção de qualidade.

Conquanto ainda não seja possível precisar a dimensão da contribuição de todas e todos que se encontram na linha de frente do enfrentamento à pandemia e suas devastadoras consequências nos diversos âmbitos da vida, sentimo-nos autorizados a desde já registrar a alta relevância social dos serviços prestados à coletividade.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. *Conanda e sociedade civil reafirmam compromisso de proteger crianças e adolescentes em situação de violência*. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/abril/conanda-e-sociedade-civil-reafirmam-compromisso-de-protoger-criancas-e-adolescentes-em-situacao-de-violencia>. Acesso em: 15 maio 2020.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CONANDA). *Recomendações do Conanda Para a Proteção Integral a Crianças e Adolescentes durante a Pandemia do Covid-19*. 2020. Disponível em: http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/legis/covid19/recomendacoes_conanda_covid19_25032020.pdf. Acesso em: 15 maio 2020.

CRUZ, Isabela. *Como os refugiados ficam vulneráveis na pandemia do coronavírus*. 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/04/07/Como-refugiados-ficam-vulner%C3%A1veis-na-pandemia-do-coronav%C3%ADrus>. Acesso em: 16 maio 2020.

MARQUES, Emanuele Sousa *et al.* Violence against women, children, and adolescents during the COVID-19 pandemic: overview, contributing factors, and mitigating measures. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 4, Abr. 2020. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csp/2020.v36n4/e00074420/en/>. Acesso em: 10 maio 2020.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). *10 ações do UNICEF para responder ao coronavírus no Brasil*. 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/10-acoes-do-unicef-para-responder-ao-coronavirus-no-brasil>. Acesso em: 15 maio 2020.

NOTAS

182 | Professor do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

183 | Professora do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

184 | Professora do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

185 | Linha de pesquisa composta pelos três docentes autores do texto.

186 | A Rede ECPAT Brasil é uma coalizão de organizações da sociedade civil que trabalha para a eliminação da exploração sexual de crianças e adolescentes, compreendendo as suas quatro dimensões: prostituição, pornografia, tráfico e turismo para fins de exploração sexual. Existe desde 1997, a partir da participação de algumas instituições no I Congresso Internacional de Combate à Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, realizado em Estocolmo, em 1996, quando foi criada uma agenda mundial pela eliminação do problema. Disponível em: <http://ecpatbrasil.org.br/>. Acesso em: 15 maio 2020.

187 | Fonte: <https://www.unicef.org/brazil/10-acoes-do-unicef-para-responder-ao-coronavirus-no-brasil>. Acesso em: 15 maio 2020.

188 | Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência é um serviço de utilidade pública gratuito e confidencial (preserva o anonimato), oferecido pela Secretaria Nacional de Políticas desde 2005.

A pandemia da COVID-19 e o trabalho de assistentes sociais na saúde

MAURÍLIO CASTRO DE MATOS¹⁸⁹

Considerações sobre o impacto da COVID-19 no Brasil

A pandemia da COVID-19 tem sido enfrentada, a partir da orientação dos órgãos de saúde pública, por meio de isolamento social e quarentena. Assim, todo o mundo ouviu ou recebeu centenas de mensagens nas redes sociais para que “fique em casa”. A partir disso, expressivo segmento dos/as trabalhadores/as formais está desenvolvendo seu trabalho em casa, no chamado trabalho remoto ou *home office*. Algumas empresas também estão colocando seus/suas trabalhadores/as em férias. Em direção contrária vem ocorrendo a recomendação para aqueles/as que trabalham nos serviços de saúde. Para estes/as, as férias previstas foram suspensas e estão trabalhando presencialmente.

O Brasil construiu, no seu marco jurídico-normativo, um sistema de saúde muito bom. O Sistema Único de Saúde (SUS) é uma política que se materializa em uma série de serviços, não é necessário contribuir diretamente (muito embora todos/as contribuam no seu financiamento) e tem uma ampla concepção de saúde, compreendida como acesso ao que é construído coletivamente, mas apropriado privadamente (BRAVO, 1996).

No entanto, desde o seu nascedouro, na Constituição Federal de 1988, o SUS vem vivendo imensos boicotes, dentre os quais citamos apenas três: o desfinanciamento público (a exemplo da Emenda Constitucional nº 95/2016, que congelou por vinte anos o investimento da saúde e da

educação); a sistemática alteração do seu modelo de gestão para perspectivas privatizantes (Plano de Atendimento à Saúde em São Paulo, e “cooperativa”, no Rio de Janeiro, nos anos 1990, Organizações Sociais atuando desde o governo federal do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e, ainda, Fundações Estatais de Direito Privado e Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, desde os governos do Partido dos Trabalhadores (PT); e o avanço do setor privado, criando uma ideologia da impossibilidade de a assistência pública à saúde ser de qualidade. Isto expulsa amplos segmentos os quais, iludidos com a compra do plano de saúde, julgam não ser fundamental a defesa do SUS (MATOS, 2014; BRAVO *et al.*, 2015).

Enfim a pandemia da COVID-19 chega ao Brasil. Com sua histórica desigualdade social e com anos de destruição do SUS, apesar das resistências, vemos no horizonte imensas dificuldades de se pensar um futuro tranquilo para esse quadro desolador que a pandemia tem gerado nos países por onde, antecipadamente, já passou.

Para piorar a situação, desde o início da pandemia da COVID-19 tem havido sistematicamente falas do Presidente da República, Jair Bolsonaro, de desqualificação do potencial do vírus posicionando-se contrário ao isolamento social, com um Ministério da Saúde à deriva. Tal postura, não por acaso, também tem sido a de empresários que o apoiam. Sob o discurso de que a economia não pode parar, as falas do presidente expressam mais uma vez seu caráter neofascista, ao tratar como mais importante a manutenção dos lucros do capital em detrimento da possibilidade de mortes de contingentes da classe trabalhadora.

Com isso, corroboramos com análises que reconhecem a coletivização do medo que essa situação apresenta. Mas, sabemos que um meio eficaz para enfrentar o medo é a razão. Aqui cabe ressaltar que se trata da razão emancipatória, aquela que potencializa nossa riqueza como ser social pensante e sujeito de sua história (GUERRA, 2013). E como consequência, a ação, que se baseia na realização de escolhas. Estamos falando do agir ético,

inerente à sociabilidade humana a qual, defendemos, seja a sociabilidade que valorize a riqueza humana, entendida como o exercício das potencialidades que homens e mulheres desenvolveram em seu processo de humanização (BARROCO, 2001).

Portanto, é do humano a existência desse medo no atual contexto.

Que relevância tem o Serviço Social na saúde em tempos de COVID-19?

Uma vez reconhecida a naturalidade do medo no contexto atual, queremos dialogar com o segmento da categoria de Serviço Social que não está afastado do trabalho, nem em trabalho remoto; mas ao contrário, teve férias suspensas e está nos serviços de saúde trabalhando. Queremos dialogar com assistentes sociais profissionais de saúde.

Certamente os serviços de saúde estão com suas rotinas alteradas. E cabe lembrar que esses serviços, ainda que com desvirtuamentos, seguem uma hierarquização: atenção primária, secundária, terciária/quaternária. A pandemia impôs aos serviços de saúde reestruturações: suspensão de cirurgias eletivas nos ambulatórios especializados e hospitais; “transformação” de leitos direcionados para os agravos decorrentes da COVID-19; suspensão de consultas ambulatoriais de rotina para evitar aglomerações e etc. Cada serviço de saúde estabeleceu suas prioridades de atendimento.

Ao eleger as prioridades, os serviços de saúde precisaram criar uma forma de comunicação com a população usuária. Em geral, se montou na recepção dos serviços um espaço para informar sobre esses reordenamentos, além do recurso aos meios de comunicação, notadamente as redes sociais.

Nesse contexto surgem diferentes iniciativas que, até então, não estavam previstas. Trata-se de algo fora do normal, situação para a qual os profissionais de saúde são convocados, compondo o que chamamos coloquialmente de “força tarefa”. Esta situação é prevista em alguns códigos

de ética, a exemplo do artigo 3, inciso d, do Código de Ética do/a Assistente Social: “participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades” (CFESS, 2012). Assim, podemos perguntar: em que podem contribuir os/as profissionais de Serviço Social em tempos de pandemia da COVID-19?

Uma situação de pandemia em que o Brasil vive hoje certamente requer a convocação de assistentes sociais, mas estes devem atuar no âmbito das suas *competências profissionais* e de suas *atribuições privativas*. Não são quaisquer tarefas, ainda que importantes, que devem esses profissionais desenvolver. Conforme atenta Iamamoto (2012), em sua contribuição ao Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) sobre competências e atribuições privativas, o trabalho em equipe não erode as particularidades profissionais. Mas, qual é a particularidade da profissão no trabalho em saúde?

O Serviço Social é uma profissão com formação generalista e que tem como objeto as diferentes expressões da “questão social” (IAMAMOTO, 2012), o que não impede que se possa pensar particularidades em cada espaço sócio ocupacional. Conforme já abordamos (BRAVO; MATOS, 2006), na saúde o objetivo do Serviço Social é a identificação dos aspectos econômicos, políticos, culturais, sociais que atravessam o processo saúde-doença visando mobilizar recursos para o seu enfrentamento e articular uma prática educativa que, nos termos de Abreu (2002), contribua para a emancipação das classes subalternas.

Assim, entendemos que essa é a bússola para compreendermos qual a nossa contribuição nesse momento. Mesmo em uma situação de calamidade, de uma pandemia, não se pode referendar o discurso de que todos/as devem fazer tudo. Mesmo nessas situações devemos nos ater àquilo que temos competência. Isso resguarda nosso agir profissional e rema contra a sua desprofissionalização.

Se os serviços estão sendo reestruturados, temos que — a partir da função social da nossa profissão — analisar onde podemos e devemos nos inserir e também as situações em que precisamos apresentar proposições. As normativas da profissão — Código de Ética, Lei de Regulamentação da Profissão, Resoluções do CFESS — e os Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde continuam sendo referências para o trabalho profissional (CFESS, 2010).

Se os serviços de saúde estão sendo compreendidos como essenciais e, portanto, devem ser mantidos abertos, os trabalhos de seus/suas profissionais são relevantes. Naturalmente não está normal e, por isso, foi reestruturado. A intervenção profissional de assistentes sociais precisa ser projetada de acordo com esse critério de definição do que são as prioridades.

Por exemplo, há centros de saúde que realizam consultas ambulatoriais — pensemos nos casos de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), HIV, Diabetes, Hanseníase — e se tirou o procedimento de atender apenas usuários de primeira vez. Considerando que defendemos, historicamente, a importância de nossa intervenção nesse momento, para que usuários/as lidem de forma menos estigmatizante com o recém-diagnóstico, é possível contribuir para a adesão ao tratamento sendo relevante a socialização de informações referentes aos direitos sociais e trabalhistas. Aqui devemos e podemos trabalhar.

Outro exemplo: há unidades hospitalares que estão priorizando o atendimento à usuários/as com queixas que podem ser referentes à COVID-19. Nesse caso, havendo uma internação do/a usuário/a, sabemos que o Serviço Social tem uma contribuição fundamental para a vida desse sujeito, com orientação sobre afastamento do emprego e socialização de informações para familiares e amigos sobre prevenção. Parece-nos nítido que tais intervenções não serão diretamente com o/a usuário/a que está internado, mas sim com representante de amigos/as ou familiares, preferencialmente pela via remota (telefonemas, por exemplo).

Ainda cabe ressaltar que, desde a implementação do projeto neoliberal no Brasil a partir dos anos 1990 com suas estratégias de redução do Estado e reestruturação produtiva, tem aumentado a precarização das condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora, que a atinge diferenciadamente. Os estratos com menor qualificação laboral têm se afastado da possibilidade de trabalho com algum direito, havendo um incremento exponencial do trabalho informal. Esses estratos são a maioria da população atendida por assistentes sociais nos serviços de saúde. Em tempos do necessário isolamento social para o enfrentamento da pandemia esses sujeitos estarão mais vulneráveis para garantir a sua reprodução.

Assistentes sociais têm uma contribuição fundamental nos diferentes serviços de saúde e não é uma pandemia que altera sua importância. O que se altera é a forma como se dará o trabalho, mas mantendo nossas atribuições privativas e competências profissionais.

Quais permanências e alterações para o trabalho profissional em tempos de COVID-19?

Referendamos as orientações realizadas pelas autoridades da saúde pública, tais como: evitar aglomerações nos serviços de saúde e, para isso, a suspensão de atividades em que isso for possível; utilização correta dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) em todos os atendimentos; tomar medidas de higienização (lavagem de mãos e etc.), dentre outras. Portanto, isso envolve a exigência desses insumos nos locais de trabalho e apropriação correta da sua forma de uso.

Também referendamos orientação de diversas entidades dos/as trabalhadores/as direcionada àqueles/as que estão impedidos/as de trabalhar em domicílio, no sentido de que negociem com seus empregadores a redução da jornada, visando diminuir o risco de contágio.

Importante também o afastamento daqueles/as profissionais que se encaixam nos grupos de risco.

A pertinência de se tensionar para a redução da jornada de trabalho não é algo acessório para o Serviço Social, visto o fato de ser a profissão majoritariamente composta por mulheres que — em que pese as fundamentais e históricas lutas do movimento feminista — ainda são, na sua ampla maioria, as responsáveis pelo cuidado com as pessoas com quem convivem e pela limpeza da casa. Assim, em tempos de escolas fechadas, de expressas orientações para que a população idosa não saia de casa, de suspensão do trabalho das trabalhadoras domésticas e diaristas, há uma tendência maior ainda de sobrecarga em todas as dimensões: física, emocional etc.

No que se refere ao nosso trabalho profissional, em diálogo com os excelentes materiais disponibilizados pelo conjunto CFESS-CRESS, temos pensando em algumas estratégias, que estão abertas à crítica, indicadas a seguir.

1. Precisamos nos reapropriar constantemente do acúmulo ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo da profissão. Sabemos que muitos de nós já conhecem as normativas e as produções intelectuais fundamentais de nossa profissão. Mas, vale reler com olhos livres de quem está vendo a pandemia no agora. Isso nos fortalece e revigora nossos argumentos.
2. De posse dessa releitura, precisamos continuar agindo coletivamente — mesmo que as reuniões de equipe estejam suspensas — pois sempre se faz necessário lembrar que competência se constrói coletivamente, não se tratando de um mérito ou êxito individual (MATOS, 2015). Por meio das redes sociais precisamos, primeiramente, fortalecer nossas construções coletivas nos serviços que trabalhamos, embasando assim nossas proposições e decisões.

3. Uma vez encaminhado o que se sugere no item 2, faz-se fundamental que nos articulemos com colegas de outras instituições, pois a chamada “rede” está com rotina e procedimentos alterados. É importante saber como estão funcionando as outras instituições. A articulação, via redes sociais, também poderá contribuir para o diálogo coletivo sobre como encarar, nas diferentes dimensões da nossa sociabilidade, as questões que envolvem a pandemia, como o medo por exemplo.
4. As altas taxas de desemprego, que reverberam na informalidade do trabalho, são de conhecimento público e incontestes, tanto que, nesse momento, tem havido iniciativas governamentais de garantia de renda para a população que em virtude do confinamento não tem conseguido vender sua força de trabalho. Também tem havido plantões de vários serviços importantes para esse público, como as Defensorias Públicas, além de alterações de protocolos. Apropriar-se dessas informações e socializá-las constitui-se numa competência profissional fundamental.
5. Surgirão requisições técnico-administrativas equivocadas para o Serviço Social, mas se tomarmos como referência o que propomos nos itens 1 e 2 teremos capacidade e tranquilidade para enfrentar tais requisições. Caso a situação persista, sabemos que podemos recorrer às entidades da categoria¹⁹⁰.
6. O compromisso fim do nosso trabalho profissional é a qualidade com os serviços prestados aos/às usuários/as. Tal qualidade se constrói na realidade, logo em condições objetivas. Assim, numa pandemia como essa precisamos de fato diminuir ao máximo o contato com o público. Estratégias como contato telefônico, a exemplo de um serviço de saúde mental e também de um serviço de idosos/as, nos parece que podem ser potencializadoras, de forma a não interferir tanto no necessário acompanhamento a esses sujeitos. Aqui não nos cabe indicar receitas,

mas incentivar a criação de diferentes mecanismos nesse tenso momento por que passa a saúde pública. Talvez possa ser um caminho o recurso a redes sociais dos setores ou dos serviços de saúde, no sentido de manter contato, que já temos, com a população usuária. Ainda cabe destacar que compreendemos que o recurso a essas estratégias visa a dar continuidade ao trabalho do Serviço Social, assim, os contatos devem ter uma funcionalidade no contexto da nossa intervenção profissional.

7. Na direção do compromisso sinalizado no item 6, precisamos reconhecer que alguns atendimentos precisarão ser realizados e, com as possibilidades de contágio da COVID-19, não podemos atender de porta fechada. Tal questão deve ser imediatamente sinalizada pelo/a assistente social, em virtude do direito que o/a usuário/a tem ao sigilo profissional, mas esse/a usuário/a vive no mesmo mundo que o nosso e compreenderá. É melhor atender com esse cuidado, do que não atender em nome do sigilo. É melhor compartilhar essa responsabilidade com o/a usuário/a, que como sujeito, em conjunto com a nossa competência profissional, saberá lidar com o que pode ou de que forma pode falar.
8. Não nos parece, até pelas condições em que se dá a internação para quem está em tratamento da COVID-19, que seja necessário atendimento direto de assistentes sociais a esse sujeito. Mas, as repercussões desse tratamento — que implicam medo do contágio; socialização de informações sobre prevenção; orientação para comunicado ao empregador; mobilização de recursos da assistência social, especialmente da renda básica recentemente aprovada no Congresso Nacional e etc. — para familiares e amigos/as são questões que cabem aos/as profissionais de Serviço Social e precisam ser realizadas, preferencialmente de forma remota.

9. O governo federal, na contramão do que orienta a Organização Mundial de Saúde e da experiência de outros países, vem expedindo normativas que acirram o aviltamento aos direitos da classe trabalhadora, aqui incluso o dos/as profissionais de saúde. É importante estarmos atentos/as às violações dos nossos direitos trabalhistas, que, em geral, como nesse caso, terá direta ligação com a qualidade do serviço prestado. Daí, a importância da organização política nos sindicatos e nos espaços de luta pela política pública e estatal, a exemplo dos Fóruns ou Frentes Estaduais/Municipais e Fóruns Locais de Saúde, bem como da Frente Nacional contra a privatização da saúde.

Considerações finais

As reflexões aqui trazidas, construídas no calor desse triste acontecimento, emergiram do contato com questões apontadas por colegas assistentes sociais, pela leitura do pertinente material elaborado pelo conjunto CFESS-CRESS e a partir de quem também não está podendo fazer o seu trabalho remotamente. Trata-se de uma leitura que visa a contribuir para a categoria profissional de Serviço Social. Está em construção, aberta a críticas e sugestões e como tal passível de mudanças dos seus argumentos.

Vamos nesse contexto real de medo, e de desespero com as respostas do atual governo federal, reafirmar nosso compromisso com a população usuária das instituições de saúde onde trabalhamos. Isso se expressa por reconhecer a importância do Serviço Social como profissão da saúde que é, com respeito a sua particularidade no trabalho coletivo em saúde. Mas, sem correr riscos de vida. Reafirmando aquilo que já aprendemos com Yamamoto (1995), dizendo não ao fatalismo (não há o que fazer...) e ao messianismo (de que toda a solução está em nossas mãos), reconhecendo que o trabalho

profissional se dá em condições objetivas e que temos competência para construir proposições sob estas condições.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. *Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. São Paulo: Cortez, 2002.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. São Paulo: Cortez, 2001.

BRAVO, Maria Inês Souza. *Serviço Social e reforma sanitária: lutas sociais e práticas profissionais*. São Paulo: Cortez, 1996.

BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro. Projeto ético-político do Serviço Social e sua relação com a reforma sanitária: elementos para o debate. In: MOTA, Ana Elisabete *et al.* (Org.). *Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez, 2006. Disponível em: http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-3.pdf. Acesso em: 28 mar. 2020.

BRAVO, Maria Inês Souza *et al.* (Org.). *A mercantilização da saúde em debate: as Organizações Sociais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2015. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/oB3SRQLv1tEAVdV94OX1CTGdQS2c/view>. Acesso em: 28 mar. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de saúde*. Brasília: CFESS, 2010. Disponível em:

http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atualizacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf. Acesso em: 28 mar. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Código de Ética do Assistente Social e Lei 8.662/1993*. 10. ed. rev. e atualizada. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 28 mar. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *CFESS Manifesta: os impactos do coronavírus no trabalho do/a assistente social*. Brasília: CFESS, 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2020CfessManifestaEdEspecialCoronavirus.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2020.

IAMAMOTO, Marilda. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

IAMAMOTO, Marilda. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do/a assistente social na atualidade. In: CFESS. *Atribuições privativas do/a assistente social em questão*. 1. ed. amp. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2020.

GUERRA, Yolanda. *A instrumentalidade do Serviço Social*. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MATOS, Maurílio Castro. No rastro dos acontecimentos: a política de saúde no Brasil. In: DUARTE, Marco José et al. (Org.). *Política de Saúde hoje: interfaces e desafios no trabalho de assistentes sociais*. Campinas: Papel Social, 2014.

MATOS, Maurílio Castro. Considerações sobre atribuições e competências profissionais na atualidade. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 124, p.

678-698, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n124/o101-6628-sssoc-124-0678.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2020.

NOTAS

189 | Assistente Social da Secretaria Municipal de Saúde de Duque de Caxias, no estado do Rio de Janeiro (RJ). Professor da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Gestão Democrática na Saúde e Serviço Social/Pela Saúde.

190 | Como exemplo citamos a normatização sobre óbito em caso de COVID-19 que faz uma referência equivocada ao Serviço Social e que o conjunto CFESS-CRESS se pronunciou e realizou a devida notificação ao Ministério da Saúde.

A relevância do trabalho dos assistentes sociais no enfrentamento à pandemia da COVID-19

MÁRCIA BOTÃO¹⁹¹

NILZA ROGÉRIA NUNES¹⁹²

Introdução

Um cenário de extrema desigualdade e injustiça social tem se revelado com o avanço da doença provocada pelo novo coronavírus 2019, e tem apresentado de forma contundente os resultados de uma política econômica e social que fragmenta e fragiliza as pessoas e suas relações sociais. O campo e as cidades — pequenas, médias ou grandes, as favelas e periferias, são cenários férteis dessas expressões que resultam de um caminho político pautado na precarização das condições de vida e de trabalho. Na medida em que as discussões e as ações de grande parte do mundo encontram-se voltadas para a saúde, solidarizando-se ou preocupando-se com o mínimo de dignidade humana, os principais líderes do governo no Brasil assistem ao avanço da pandemia com descrédito e desrespeito à ciência, às instituições e à democracia, apresentam-se de modo competitivo com pouca união de esforços para minimizarem os impactos da pandemia de COVID-19, além da relação existente entre pobreza e contágio, afetando principalmente a classe trabalhadora.

As fraturas da sociedade brasileira ficam mais expostas quando o país, que possui uma das dez maiores economias do planeta, ocupa a 79ª posição no ranking de desigualdades entre 189 países do globo (PNUD, 2019). Esta é

uma manifestação de violência estrutural que está diretamente relacionada aos insuficientes investimentos dos Estados nas políticas sociais e que avoluma a cada dia o aumento exponencial de pessoas vivendo na condição de pobreza e na pobreza extrema.

Nesse contexto, é importante considerar o trabalho dos assistentes sociais, cujas atribuições se dão na **defesa do direito à vida**. Embora, à primeira vista, esta pandemia e a maneira de resolvê-la se apresente focalizada no setor da saúde, argumentamos que todas as áreas em que o Serviço Social atua estão comprometidas, uma vez que a crise que assistimos salienta a necessidade de sistemas públicos de proteção social fortes, assim como um papel crítico e ativo acerca da realidade que estamos vivendo.

A persistente fragmentação entre economia e o “social” na racionalidade capitalista no contexto de pandemia

O contexto requer uma reflexão acerca do discurso de fragmentação da realidade e até mesmo a suposta oposição entre o “econômico” e o “social”. Este equívoco repleto de intencionalidades e omissões da vida real resulta de uma criação histórica que vem sendo reforçada ao longo da expansão capitalista, para a manutenção, ampliação e omissão da extração de mais valor da força de trabalho humana¹⁹³.

No estágio atual do capitalismo mundializado, as políticas sociais têm sido alvo de ataque para o uso de seus recursos financeiros — o fundo público — capturado pelo Estado para atender as demandas da classe dominante e dirigente. Aqui se inclui um conjunto de atores diversificados, entre eles o setor bancário, as grandes empresas, entre outros, de acordo com as análises de Salvador, Behring e Lima (2019), sobre os argumentos da escassez de recursos públicos.

No conjunto de disputas entre capital-trabalho para atenuar as possíveis tensões, as políticas sociais são terreno de conflito constante. Riqueza e pobreza são expressões cúmplices da mesma sociabilidade que reproduz e legitima a desigual apropriação da riqueza socialmente produzida. Seus efeitos decorrem de processos econômicos, políticos e sociais, articulados à discriminação de gênero, cor e raça. Os acessos às moradias, à saúde, à alimentação, aos cuidados necessários para o alcance de uma vida com qualidade tornam-se cada vez mais escassos para os segmentos mais pauperizados.

São necessárias ações políticas e econômicas em favor da coletividade para garantir condições de vida e cuidado não só no período pandêmico, como também em outros momentos. Ocorre que no contexto da pandemia da COVID-19, as frequentes argumentações do presidente da República, Jair Bolsonaro, apoiado por representantes de setores econômicos que defendem valores de uma burguesia conservadora, são dissonantes das orientações internacionais da Organização Mundial da Saúde e instituições que defendem a saúde pública em nível nacional e internacional. Assim sendo, a crise sanitária em curso vem acompanhada de uma crise política, social e institucional. A associação entre saúde e economia tornou-se evidentemente uníssona, ainda que sejam tratadas como opostas. O isolamento social, como a principal medida de proteção e prevenção, é rotineiramente desafiado em nome da ameaça ao colapso da economia, o que revela uma das faces mais perversas desse contexto.

A estratégia de propagação ideológica acerca da suposta oposição entre econômico e social atende aos interesses de sujeitos sociais defensores do projeto neoliberal, conservador, com posições de cunho neofascistas. Nesse caso, a título de reflexão, cabem algumas perguntas: existe economia sem seres humanos? A riqueza produzida para essa suposta economia apartada de quem produz salvará quem? Os brasileiros não podem parar? Não temos recursos para a política de saúde pública realmente? Por que não se pode

revisar as medidas de austeridade econômica do país e privilegiar a vida para voltarmos, se possível, o mais breve a uma rotina mais saudável?

A resposta também nos parece clara, embora não seja banal ou fácil de ser identificada. O modo e a razão de ser e existir do capitalismo não é de valorização da vida humana, embora não possa dispensá-la totalmente. O preço disso tem sido a fome, a doença, o desespero, o medo da perda de familiares e amigos. Enquanto perdura a falta de respostas efetivas e favoráveis à vida, ampliam-se as tensões que demandam o trabalho de assistentes sociais na mediação das contradições expressas nas demandas do capital e do trabalho, frente às manifestações da “questão social” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013). No caso de uma epidemia de origem viral com contágio rápido e consequências parcialmente conhecidas não seria diferente. O Serviço Social tem sido vital em diferentes frentes e formas de atuação profissional.

O trabalho dos assistentes sociais na pandemia da COVID-19

Conforme indicado, no contexto de pandemia da COVID-19, os assistentes sociais mantem sua atuação nos diferentes espaços socio-ocupacionais. Contudo, a precarização das condições de trabalho tem sido evidenciada há alguns anos e, nesse momento, tem se tornado mais evidente e ameaçadora.

Entendemos o assistente social como parte da classe trabalhadora. A concepção de classe trabalhadora aqui adotada tem como ponto de partida as análises de Marx (1975) sobre as relações entre capital e trabalho, sem desconsiderar o caráter heterogêneo que apresentam hoje. O conjunto de trabalhadores da sociedade capitalista é composto por profissionais empregados com vínculo e direitos sociais, desempregados, trabalhadores informais, trabalhadores sem o mínimo de proteção etc. Mas estão unificados em uma mesma condição: a de ser dependente da venda da força

de trabalho para sobreviver. Essa realidade de dependência da venda da força de trabalho está exposta hoje como nunca esteve. A disponibilidade para o trabalho a qualquer custo, incluindo o custo de suas vidas e de seus familiares, por falta de alternativa tem sido algo trágico¹⁹⁴.

Pelos motivos aqui brevemente mencionados, destacamos a vital importância do trabalho dos assistentes sociais no contexto da pandemia e destacamos que seus trabalhos têm se dado em diferentes frentes dos setores públicos e privados.

Para ilustrar nossa afirmação, fizemos uma breve consulta a alunas dos cursos de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), com o intuito de contribuir com a reflexão acerca da importância do Serviço Social em tempo da pandemia de COVID-19. Todas, em pleno acordo, prestaram informações sobre os seus trabalhos. Sabemos que muito mais tem sido feito, mas consideramos valioso este breve registro. Não separamos os dados por áreas de atuação por muitas ações se repetirem, razão pela qual citaremos algumas ações realizadas nas áreas da política de assistência social de um determinado município do Estado do Rio de Janeiro, em um dos hospitais públicos do Município do Rio de Janeiro e uma empresa:

1. Planejamento para obtenção de novos recursos e serviços sociais;
2. Desburocratização das informações para o acesso aos “auxílios” emergenciais liberados pelo governo federal;
3. Elaboração de solicitações atípicas para atendimento de novas demandas em caráter emergencial no contexto de pandemia;
4. Implementação para novos serviços para o atendimento a pessoas em situação de moradia na rua, quando os abrigos não são suficientes;
5. Intensificação da abordagem às famílias em situação de rua para que tenham condição de cuidado, seja com outros familiares ou em abrigos;

6. Organização de espaços específicos para isolamento social nos abrigos para evitar o contágio dos demais acolhidos;
7. Articulação com a área da saúde para acompanhamento dos usuários com suspeita ou risco de contaminação;
8. Concessão de cestas básicas para quem não consta no CadÚnico¹⁹⁵;
9. Parcerias com instituições religiosas para atendimento às famílias ainda não contempladas pelas políticas públicas;
10. Elaboração de relatório para o Ministério Público;
11. Orientações aos familiares e colaterais dos pacientes internados, sobre direitos previdenciários, Programa Bolsa Família, auxílio emergencial liberado pelo governo federal;
12. Orientações sobre recursos e procedimentos funerários com segurança e dignidade;
13. Liberação de recursos financeiros para compra de alimentos;
14. Acompanhamento de pessoas idosas para suporte ao período de isolamento social;
15. Doações de alimentos às favelas;
16. Doações de remédios e itens de higiene;
17. Orientações de prevenção à saúde.

Essas, entre muitas outras ações não mencionadas neste artigo, têm sido fundamentais na defesa dos direitos da população e dos princípios de nossa profissão. Contudo, não podemos perder de vista que nós, assistentes sociais, somos trabalhadoras e trabalhadoras partícipes da sociedade, portanto, vivemos as dificuldades, temores, anseios e esperanças como os demais.

Conclusão

A profunda desigualdade social brasileira se insere na lógica do sistema capitalista de trabalho assalariado, cuja pobreza extrema coaduna com seu funcionamento. Nesse sentido, as estratégias para o enfrentamento da pandemia exigem tomadas de decisões humanitárias e em defesa da vida.

A pandemia originada pelo novo coronavírus expõe as diferenças entre os que habitam espaços de privilégio e os pobres, principalmente os usuários das políticas de assistência social. Na linha de frente das ações para mitigar seus efeitos estão os assistentes sociais, inseridos em diversas frentes de atuação e, muitas vezes, desempenhando suas ações no limite de suas forças, com condições de trabalho não comprometidas com a sua segurança, das equipes e dos usuários. O cotidiano desafiador requer buscar caminhos na lacuna da ausência de direitos, produzindo saídas para a garantia da segurança alimentar, assistência ao acesso ao auxílio emergencial, orientações de saúde, acolhimento, entre tantas ações que visam contribuir com a dignidade e a vida das pessoas.

Esperamos condições de trabalho adequadas; salários pagos sem cortes; manutenção dos empregos; saúde pública para todos/as; a revogação da contrarreforma da previdência social, da Emenda Constitucional nº 95¹⁹⁶ e o fortalecimento da seguridade social para os mais de 12 milhões de desempregados/as e subempregados/as no país. Mas esperar não basta e já dizia a canção: “quem sabe faz a hora, não espera acontecer”.

Apesar de insuficiente diante da condução dada pelos órgãos competentes de nosso país, estamos falando de acesso a direitos básicos, como alimentação, moradia, tratamento e cuidado. É importante registrar que nessa luta muitas e muitos assistentes sociais têm sido incansáveis, apesar de seus medos, receios, ansiedades e limites. A eles e a todas as equipes profissionais que se encontram nessa luta dedicamos essas breves reflexões inconclusas.

REFERÊNCIAS

- IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2013.
- MARX, Karl. *O capital*. Crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- MONTÃO, Carlos; DURIGUETO, Maria Lúcia. *Estado, classe e movimento social*. São Paulo: Cortez, 2010.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo*. São Paulo. Boitempo, 2019.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2019 – Além da renda, além das médias, além do hoje: desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2019. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_pt.pdf. Acesso em: 16 maio 2020.
- SALVADOR, Evilásio; BEHRING, Elaine; LIMA, Rita de Lourdes. *Crise do capital e fundo público: implicações para o trabalho, os direitos sociais e a política social*. São Paulo: Cortez, 2019.

NOTAS

191 | Professora do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social (TRAPPUS).

192 | Professora do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Coordenadora do Núcleo de Estudos em Saúde e Gênero (NEGAS).

193 | Os capítulos XXIII e XXIV de *O Capital*, escritos por Marx no início da consolidação do capitalismo, são essenciais para compreender a lógica desse modo de produção e reprodução social, que se reatualiza e se recria, mas não abandona os seus traços essenciais de exploração e expropriação de direitos.

194 | Para melhor entendimento da concepção de classe social, ver Montaño e Duriguetto (2010) e Mattos (2019).

195 | Cadastro Único para Programas Sociais ou CadÚnico é um instrumento de coleta de dados e informações que objetiva identificar todas as famílias de baixa renda existentes no país para fins de inclusão em programas de assistência social e redistribuição de renda.

196 | Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Também chamada EC do “Teto dos Gastos”, prevê que, durante 20 anos, as despesas primárias do orçamento público ficarão limitadas à variação inflacionária. Isso quer dizer que, no período, não ocorrerá crescimento real das despesas primárias, que são agrupadas em duas grandes categorias, as despesas de custeio (com serviços públicos) e as despesas com investimentos. A medida não só congela, mas reduz drasticamente os gastos sociais.

O cuidado em saúde mental no cenário de pandemia da COVID-19: a experiência de (re)organização do CAPS UERJ

ANA PAULA PROCOPIO DA SILVA¹⁹⁷

ANÁLIA DA SILVA BARBOSA¹⁹⁸

Introdução

O texto tem como objetivo apresentar e refletir sobre a experiência do Centro de Atenção Psicossocial da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CAPS UERJ) na manutenção do cuidado em saúde mental das/os usuárias/os acompanhadas/os no serviço, no contexto de crise sanitária. A pandemia da COVID-19, causada pela propagação do vírus SARS-CoV-2 ou novo coronavírus, produz não apenas repercussões de ordem biomédica e epidemiológica em escala global, mas também impactos sociais que afetam diretamente todas as dimensões da vida social. Ainda não há vacinas ou medicamentos específicos para a COVID-19, então as medidas de distanciamento social e de isolamento configuram recomendações básicas da Organização Mundial da Saúde (OMS) para a contenção da circulação do vírus e redução do contágio.

Por outro lado, as estratégias de distanciamento social e de isolamento promovem desdobramentos econômicos, sociais e de saúde mental: o medo da morte diante de uma ameaça invisível, que é o vírus; o desemprego avolumado pelo fechamento de comércios e de serviços configurados como não essenciais; o avanço da mortalidade nas periferias, pelas condições históricas de falta de acesso à água e esgoto; a instabilidade política diante da

desarticulação entre o governo federal e estados e municípios em matérias como incentivo às pesquisas de combate à doença, testagem em massa da população e no provimento de condições econômicas dignas para o distanciamento social e isolamento seguros, seja das pessoas que perderam suas fontes de renda seja, ainda, daquelas em condições precárias já antes da pandemia.

Contudo, esse quadro trágico para a população em geral acirra as condições de vulnerabilidade e risco social de grupos específicos como, por exemplo, as/os usuárias/os dos serviços da rede de atenção psicossocial. Nesse sentido, dentre os serviços essenciais no período de pandemia da COVID-19 a OMS destacou aqueles que garantem o calendário de vacinação, os cuidados durante a gravidez e parto, o tratamento de doenças infecciosas e não transmissíveis, os serviços de sangue e os dispositivos da rede de saúde mental.

No Brasil, a rede de saúde mental constitui-se por meio da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), calcada no princípio da garantia do bem-estar das pessoas que se encontram em condições de vulnerabilidade e risco social (pelo adoecimento, pelo sofrimento psíquico e/ou pela condição socioeconômica) e pelo entendimento da importância do trabalho junto à comunidade para assegurar o apoio à resiliência e à saúde mental (WHO, 2020).

Desde os processos que constituíram a Reforma Psiquiátrica Brasileira, no final dos anos 1970, a saúde mental no país tem afirmado uma produção de cuidados que extrapola o campo biomédico, e assim tem disputado a condução de suas práticas na direção de uma proposta de mudança societária: a atenção psicossocial. Um conjunto de estratégias de trabalho, organizadas a partir de ações comunitárias, privilegiam o acesso aos direitos sociais das/o usuária/os, tais como: o direito à moradia, ao trabalho protegido, à educação, à cultura e ao lazer, entendendo o território como o

lugar de conexões que produzem vida e ampliam a sua potência como sujeitas/os.

A pandemia da COVID-19, não obstante a sua gravidade, escancara e acirra contradições estruturais da organização social capitalista: o abismo de desigualdade entre os mais ricos e os pobres e miseráveis em todo planeta. Conforme afirmado por Nísia Trindade Lima, presidente da Fundação Oswaldo Cruz, em entrevista à *Ciência Hoje* em maio de 2020: “Não há democracia na circulação do vírus. Falam que o vírus é democrático, e ele pode, de fato, atingir a todos, como atinge, mas a capacidade de proteção e de resposta a isso é diferente num país desigual como o nosso”¹⁹⁹.

Diante dos elementos expostos, que articulam dimensões estruturais da vida social e a conjuntura de crise política, econômica e pandêmica, foi realizada pela equipe do CAPS UERJ avaliação das vulnerabilidades do conjunto de usuárias/os, a qual constatou a necessidade de continuidade do acompanhamento durante o período de restrição de atividades presenciais e distanciamento social inicialmente definido pelo governo do Rio de Janeiro no Decreto nº 46.970, de 13 de março de 2020. As estratégias de cuidado traçadas pelo CAPS UERJ tiveram como baliza a garantia das condições de biossegurança para profissionais e usuárias/os com a manutenção do privilégio do cuidado territorial como eixo central das ações, apesar do distanciamento social, trabalho que apresentaremos no próximo tópico.

A organização do processo de trabalho do CAPS UERJ frente à pandemia da COVID-19

O CAPS UERJ, fundado em 2009, está localizado no complexo ambulatorial da Policlínica Piquet Carneiro (PPC) vinculado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e é responsável pela Área Programática (AP) 2.2, que abrange os bairros: Alto da Boa Vista, Andaraí, Grajaú, Maracanã,

Praça da Bandeira, Saens Peña, Tijuca, Usina e Vila Isabel. Um universo territorial composto por uma população de 371.120 habitantes, conforme o último censo realizado em 2010.

O CAPS UERJ é um serviço municipalizado, inserido em uma estrutura universitária estadual, que integra a rede de saúde mental da cidade do Rio de Janeiro. Configuração que nos convoca a pensar o desafio da articulação entre os diferentes níveis de governo na gestão da saúde e a intersetorialidade entre educação e saúde. Outro viés de sua forma, que incide na estratégia de organização durante a pandemia, é a interdisciplinaridade. Com uma equipe composta por residentes, estagiárias/os, professoras/es e profissionais, com diferentes formações: psicólogas/os, enfermeiras/os, assistentes sociais, psiquiatras, terapeutas ocupacionais, nutricionistas, técnicas/os de enfermagem, técnicas/os administrativas/os e oficineiras/os. Logo, se configura como um serviço de assistência, mas também de formação qualificada de trabalhadoras/es para a Saúde Mental e, por esse motivo, foi tomada a decisão de dar continuidade, no formato *online*, às reuniões de equipe, supervisões e espaços de tutoria, mantendo a articulação entre as dimensões prática e formativa.

Um dos desafios colocados ao CAPS UERJ evidenciado neste período de pandemia é sua localização no interior de uma Policlínica, ambulatorial, e atualmente inserida na rede como ponto de testagem dos profissionais da saúde para a COVID-19. Por ser um dispositivo com características de alta complexidade em saúde mental, sua rotina não prioriza uma lógica inflexível de agendamentos, mas o acolhimento das imprevisibilidades do cotidiano e a livre circulação de usuárias/os e familiares no serviço de acordo com as demandas. Um desafio, que nesse momento de restrição da circulação no interior da Policlínica, em função das normas de biossegurança, complexificou o trabalho, demandando da equipe o incremento da articulação ativa com os serviços territoriais.

Por ser um CAPS do tipo II (atende cidades e ou regiões com pelo menos 70 mil habitantes), funciona com a lógica da “Porta Aberta”, de 8h às 17h, de segunda a sexta, tendo como perfil de atendimento portadores de transtornos mentais graves e persistentes, provenientes de diversos dispositivos, como a Clínicas da Família (onze no território), Hospitais Psiquiátricos e, também, por demanda espontânea. Atualmente, tem trezentos e dezessete usuários cadastrados e cinquenta e sete usuários em processo de recepção, com prevalência de indivíduos do sexo masculino, de 30 a 50 anos, em vulnerabilidade social e econômica. A frequência diária oscila entre sessenta a oitenta atendimentos (BARBOSA *et al.*, 2020).

Frente a esta realidade de atendimento/acompanhamento pré-pandemia, a equipe se deparou com o desafio de (re)organizar o serviço, prezando pelas condições de biossegurança requeridas pela crise sanitária, englobando o fortalecimento do território e utilizando-se de tecnologia leve para assegurar o cuidado em saúde mental, na perspectiva da produção de vínculos, autonomização e acolhimento (MENDES, 1994).

Com a notícia da implementação no município do Rio de Janeiro de ações de distanciamento social, a coordenação do CAPS encaminhou reunião com profissionais, usuárias/os e familiares para explicar sobre a necessidade de redução do funcionamento presencial e a urgência de pensar coletivamente novas formas de cuidado. Em momento posterior, foi realizada pela equipe a discussão e avaliação de todos os casos de forma individualizada. Esse movimento de sistematização coletiva e interdisciplinar permitiu identificar as/os usuárias/os com demanda de intensificação do cuidado no período da pandemia, considerando: idade, vulnerabilidade social, rede sociofamiliar frágil, dificuldade no uso e aderência de medicação, nível de autonomia na organização cotidiana e na comunicação com o território. Foram elencadas/os setenta usuárias/os e, posteriormente, com a continuidade do distanciamento social, esse número subiu para setenta e seis.

A equipe do CAPS, de forma inventiva e responsável, elegeu a comunicação à distância, por diversos meios, como estratégia de acompanhamento das/os usuárias/os identificadas/os com demanda de intensificação do cuidado no período da pandemia da COVID-19. As/os residentes (serviço social, psicologia, enfermagem) ficaram responsáveis pelas ligações, com capacitação prévia pelo *staff* (profissionais do quadro permanente) em relação às abordagens, aspectos de atenção, frequência dos contatos e formas de comunicação à distância (telefone, aplicativo de mensagens instantâneas, chamadas por vídeo e *e-mail*). Dois *staffs* foram indicados para a supervisão e o auxílio no manejo dos casos diante dos possíveis desdobramentos dessa modalidade remota de cuidado na atenção psicossocial.

A exigência da atenção remota em saúde mental impeliu a equipe para outras formas de cuidado e de manejos. As/os profissionais viram-se no imperativo de ressignificar também o uso das tecnologias. Telefones e computadores, para além de simples aparelhos de comunicação, passaram a ter utilidade como ferramentas de produção de relações de cuidado. Uma vez que no contato remoto os elementos centrais que se mantém são: a força do vínculo, o poder das relações e o protagonismo da/o usuária/o no seu cuidado, afirma-se, assim, a potência das tecnologias leves que são produzidas exatamente pelo encontro entre usuárias/os e profissionais (MERHY, 1999, p.318).

No percurso (re)inventivo, a equipe constituiu uma pasta de armazenamento *online*, com pastas individuais para cada usuária/o em acompanhamento remoto. A pasta acessada em modo compartilhado por residentes e profissionais permite o registro da evolução das condutas e produções de cuidado, para que não se perca o olhar e as contribuições de supervisão na condução dos casos.

A atenção e o cuidado remotos não substituem o espaço físico e o cuidado presencial, e não possuem caráter resolutivo e burocrático. Os contatos

presenciais entre-pessoas é que sustentam o vínculo. Assim, diante da identificação de algum agravamento das questões psíquicas e/ou clínicas, por COVID-19 ou não, a equipe do dia, em plantão no CAPS é acionada para pensar e articular o cuidado presencial no dispositivo ou com a rede territorial.

A continuidade do contato, mesmo remoto, com a equipe e o fato do CAPS permanecer em funcionamento para casos com demandas de ações mais contundentes, foram elementos organizadores para as/os usuárias/os, que não se viram abandonadas/os, e de sustentação dos vínculos com a equipe. Tanto para usuárias/os, quanto para familiares, a constância dos contatos e o saber que a equipe permanecia em plantão no CAPS mostraram-se fundamentais para manter os quadros psíquicos estáveis, evitando agudizações e crises.

Com o avanço das contaminações e a prorrogação do tempo de distanciamento social, a implementação dos protocolos de atendimentos citados foi imprescindível para aquecer as redes de suporte e cuidado no território, tendo por base ações no cuidado extramuros, potencializando a rede intersetorial, produzindo sociabilidade e cuidado, para além do instituído pelo dispositivo (BERTUSSI *et al.*, 2011).

Conclusão

A vivência no CAPS UERJ, no período de pandemia da COVID-19, deixa evidente que cuidar na direção da atenção psicossocial, rompendo com a lógica manicomial, exige experimentações de novas formas e arranjos de cuidado com o sujeito e suas redes de apoio, que pode estar em qualquer profissional, espaço e saber, indo para além das redes institucionais construídas e apostando também nas redes vivas que são produzidas no trabalho em acontecimento. Um movimento para o qual se precisará ter mais atenção no pós-pandemia.

As relações com os vínculos mais sólidos e as estratégias de cuidado mais consistentes, seguras e corajosas são imprescindíveis para o momento. O manejo dos casos à distância, ainda que apresentando limitações, somado ao apoio presencial de uma equipe multidisciplinar no CAPS, tem garantido o acompanhamento de rotina e a atenção à demanda de intensificação no cuidado, seja pelos impactos da situação atual, seja por outras questões.

Por fim, destacamos a potência da convivência entre profissionais, residentes e usuárias/os e entre as/os próprias/os usuárias/os no cotidiano do CAPS. O retorno ao contato presencial e coletivo aplaca o sofrimento psíquico e reforça o lugar desse serviço como uma referência de cuidado e acolhimento. Logo, as estratégias de cuidado desenvolvidas para o momento de pandemia, não substituem o contato entre-pessoas, pois é no viver comunitário (com-viver) desse espaço que se produz vida, vínculos, laços, afetos e afetações.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Anália da Silva *et al.* *Centro de atenção psicossocial da universidade do estado do Rio de Janeiro: CAPS Uerj — cuidado, extensão, ensino e pesquisa*. 2 ed. Rio de Janeiro, RJ: Projeto Institucional. 2019.

BERTUSSI, Debora *et al.* Viagem cartográfica: pelos trilhos e desvios. In: MATTOS, Ruben Araujo de; BAPTISTA, Tatiana Wargas de Faria. *Caminhos para análise das políticas de saúde*. Porto Alegre: Rede Unida, 2011. p. 306-324.

MENDES-GONÇALVES, Ricardo Bruno. *Tecnologia e organização social das práticas de saúde*. São Paulo: Hucitec, 1994.

MERHY, Emerson Elias. O ato de governar as tensões constitutivas do agir em saúde como desafio permanente de algumas estratégias gerenciais. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 4, n. 2, p. 305-314, 1999.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *COVID-19: operational guidance for maintaining essential health services during an outbreak: interim guidance*, 25 March 2020. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/331561>. Acesso em: 16 maio 2020.

NOTAS

197 | Assistente social, professora adjunta da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ), coordenadora da Residência Integrada e Multiprofissional em Saúde Mental da UERJ, doutora em Serviço Social (UFRJ).

198 | Assistente social, coordenadora do Centro de Atenção Psicossocial da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CAPS UERJ), doutoranda do Programa de Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPFH/UERJ).

199 | “A Fiocruz diante da COVID-19”. *Ciência hoje*, 11 maio 2020, edição n. 365. Disponível em: <http://cienciahoje.org.br/artigo/a-fiocruz-diante-da-covid-19?fbclid=IwAR3HuFVC6dkOeOWQkoMQwNvLIMZZBjrQm4sUJ6zEm4h2AogYPI5m8p6FAFE>. Acesso em: 18 maio 2020.

Monitoramento remoto com idosos: uma experiência de cuidado em tempos de pandemia da COVID-19

MARIA HELENA DE JESUS BERNARDO²⁰⁰

TANIA DE OLIVEIRA²⁰¹

Este artigo sintetiza reflexões sobre a atividade de monitoramento telefônico realizado pela equipe multiprofissional do Núcleo de Atenção ao Idoso (NAI/UnATI-HUPE/UERJ). Trata-se de um material preliminar sistematizado por assistentes sociais coordenadoras da equipe, cuja perspectiva é o compartilhamento da experiência como uma estratégia de cuidado em saúde.

Monitoramento de idosos — por que fazer? como fazer?

O contexto sanitário atual é deveras preocupante. Para nós profissionais da saúde vinculados a uma instituição formadora para o Sistema Único de Saúde (SUS), a realidade ora vivenciada se revela profundamente desafiadora, dada a dupla dimensão inerente ao nosso objeto de trabalho: a assistência propriamente dita à população idosa e a formação em serviço de residentes, especializando e graduando na área. Múltiplas e urgentes são as demandas daí advindas, requerendo a produção de respostas, exigindo a necessidade de desenvolvimento de novas habilidades e competências para conduzir a gestão do cuidado, a gestão do processo de ensino-aprendizagem e a gestão dos serviços em meio a essa situação complexa.

O Núcleo de Atenção ao Idoso (NAI), serviço especializado em saúde do idoso e responsável pelo Programa de Residência Multiprofissional em Saúde do Idoso e Geriatria, desde a instalação das medidas restritivas de contato social e circulação para evitar a disseminação do novo coronavírus, viu-se, haja vista o seu público alvo de atenção constituir-se no segmento de maior risco à exposição e adoecimento pela COVID-19, empenhado em promover mudanças em seu modelo assistencial, de sorte a proteger os idosos atendidos em nosso serviço e a assegurar a continuidade do acompanhamento e a produção de ações de saúde das quais são credores.

Nesse sentido, especialmente a atenção ambulatorial sofreu alterações, assumindo um novo desenho assistencial mediante o uso de tecnologias de comunicação para atender as necessidades de saúde da população atendida. Os idosos, aproximadamente quatrocentos e trinta usuários em atendimento no serviço (**mais os familiares e cuidadores**), distribuídos em seis ambulatórios multiprofissionais, passaram a ser acompanhados via monitoramento à distância. Uma complexa engrenagem foi montada, agregando uma coordenação central multiprofissional; seis equipes multiprofissionais correspondentes a cada ambulatório com coordenação específica; um canal de comunicação via *WhatsApp* e um profissional técnico de enfermagem responsável por acompanhar o recebimento de mensagens dos idosos/familiar/cuidador e repassar para a equipe de referência; um profissional designado para consolidação dos dados e informações e, por último, uma equipe de atendimento de plantão presencial.

Esta modelagem assistencial, criada pela necessidade de tentar conter o avanço da contaminação, associa medidas protetivas, de prevenção, de vigilância epidemiológica ao monitoramento das condições e necessidades de saúde apresentadas pelos idosos em acompanhamento pelo serviço, buscando evitar não só a contaminação da doença COVID-19 como também a desassistência e o surgimento de agravos que possam ampliar a situação de fragilidade dessa população.

A lógica de constituição do monitoramento, da formação das equipes de referência, da metodologia empregada, da supervisão das equipes, da construção do plano de atendimento da necessidade de saúde detectada é a da construção do processo coletivo de trabalho em saúde, baseado em práticas colaborativas, interprofissionalidade e integralidade do cuidado prestado.

Sobre o cenário político e econômico do país: o caso da saúde do idoso e a desassistência em contexto de crise estrutural na saúde no Rio de Janeiro

A crise econômica e estrutural que assola o país assume formato ainda mais trágico em contexto de precarização do trabalho, aumento nos índices de pobreza e desigualdade social. O redirecionamento dos recursos orçamentários públicos reduziu drasticamente os investimentos na seguridade social e outras políticas sociais, além do sucateamento das universidades públicas e das pesquisas, interferindo na capacidade de respostas e enfrentamento à calamidade pública instalada. Os constantes ataques aos sistemas públicos deflagram a corrosão dos direitos da classe trabalhadora (em suas diferentes frações e gerações), que será o segmento mais atingido por essa pandemia, seja pelas dificuldades de acesso aos serviços e saúde, seja pela necessidade de sobrevivência pelo trabalho informal expondo-se a riscos de contaminação. É oportuno asseverar, sem receio de cometer exageros, que a crise econômica e sanitária se recobre de contornos ainda mais deletérios na velhice, dado que a restrição da proteção social em cenário pandêmico interfere diretamente nas condições de vida, com crescente violação dos direitos e ameaça à vida.

No âmbito do SUS observamos contundentes ameaças ao seu caráter público e universal. Desde a sua regulamentação, constatamos projetos distintos que competem com diferentes concepções de saúde: ora como um

bem inestimável para a vida e um direito humano, ora como um bem passível de ser mercantilizado.

No Rio de Janeiro o cenário não é muito alentador. O modelo produtivista que gere a saúde e a assistência social na cidade e no estado do Rio de Janeiro reproduz a lógica de focalização da política pública. A gestão pelas Organizações Sociais de Saúde (e outras modalidades de gestão com parceria público-privada) vem sendo criticada por várias esferas da sociedade, porém, mesmo com as irregularidades frequentemente anunciadas, persiste a continuidade desse modelo. O desenho da atenção básica como coordenadora da rede não vem se efetivando na prática, sobretudo, a partir da reformulação da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), em 2017. Em que pesem os esforços das equipes multiprofissionais, os serviços, programas e ações não conseguem estabelecer fluxos contínuos. A atenção básica na saúde encontra limites para articular os demais equipamentos de saúde e assistenciais da rede e vive uma crise constante diante de frequentes problemas de pagamento de salários e prestação de serviços às comunidades (BERNARDO, 2019).

Na área da saúde do idoso reconhecemos alguns avanços em termos de propostas assistenciais e ao mesmo tempo múltiplos percalços. Os desafios postos pela Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa – PNSPI (2006) e em documento mais recente do Ministério da Saúde (BRASIL, 2019) ainda estão por serem superados. Os recursos são escassos, os serviços previstos sequer foram implantados e os que foram criados mostram-se inexpressivos diante da demanda crescente por atendimento especializado e qualificado na área. Ademais, as iniquidades no acesso impedem o pleno alcance a tais serviços, reiterando a estratificação dos grupos populacionais e as desigualdades (BERNARDO, 2019).

Parece-nos, portanto, que a conjuntura atual reserva ainda muitas inquietações quanto ao caráter responsivo das políticas públicas às necessidades sociais, de saúde e cuidados da população idosa. E no cenário

pandêmico instaurado, esse quadro se agudiza e se complexifica, exigindo responsabilidade sanitária, política e ética diante do eventual colapso da saúde no Brasil. Esse panorama, que já era preocupante antes da pandemia do novo coronavírus, prenuncia uma tragédia sem limites.

O monitoramento telefônico e as equipes multiprofissionais: a dimensão educativa em destaque

Com o cenário de pandemia da COVID-19, o trabalho remoto surge como uma perspectiva para os serviços cuja organização permita a implantação ou aperfeiçoamento dessa atividade como uma estratégia provisória de assistência em saúde. Frente a esse contexto, vários conselhos elaboraram normativas e/ou deliberações²⁰², estabelecendo requisitos que garantam condições mínimas para sua realização, de modo a resguardar as questões éticas relativas aos segmentos profissionais. As diferentes argumentações sobre a qualidade técnica dos serviços ofertados através da mediação tecnológica devem ser consideradas, por isso seu caráter excepcional (face à pandemia) e complementar às atividades presenciais vistas como imprescindíveis quando possíveis. O Serviço Social, apesar de não ter deliberação própria, reconhece que, em tempos de pandemia, ações remotas podem ser realizadas desde que observados os limites de acesso à população e devem estar em consonância com as competências e atributos profissionais estabelecidos na lei de regulamentação da profissão n. 8662/1993.

Pautado em tais referências, o recurso ao monitoramento telefônico, por parte da equipe do NAI, emerge como importante ferramenta de trabalho coletivo na saúde em momento de isolamento social. A primeira etapa, iniciada em 17/03/2020, consistiu em desmarcação das consultas, verificação de receitas e exames pendentes, orientação sobre a organização do serviço e levantamento de necessidades. Nesse momento, não sabíamos

ao certo por quanto tempo ainda duraria a política de distanciamento social e centrávamos nossas orientações nas medidas de prevenção de contágio do novo coronavírus, no estímulo à vacinação de H1N1, na orientação dos fluxos institucionais e direitos relacionados ao período da pandemia, bem como no controle de possíveis agravos à saúde.

Os contatos seguintes estreitaram os vínculos. Buscamos consolidar os laços de confiança e montar a rede de suporte institucional. Nessa etapa, houve o surgimento de novas questões, como sobrecarga de cuidados, queixas de isolamento social, ansiedade e medo diante da pandemia, alterações clínicas e comportamentais mais graves, gerando intensificação dos atendimentos por parte das equipes da medicina, psicologia e serviço social. Especial atenção foi dirigida aos idosos que moravam sozinhos ou com rede pessoal e institucional restrita, aos idosos institucionalizados e aos cuidadores familiares e profissionais, com vistas às orientações de segurança no trabalho de cuidado.

Com o aumento de número de casos contaminados e óbitos no Brasil e no Rio de Janeiro decorrentes da doença, identificamos concomitantemente aumento do número de idosos (e familiares) em monitoramento com sintomas de COVID-19. Esse cenário exigiu maior atenção da equipe multiprofissional no acompanhamento e encaminhamento das situações de adoecimento, além de reforço da equipe médica e da enfermagem com atendimentos por videoconferência ou atendimentos presenciais de urgência.

Buscando estabelecer relações pautadas na ética e no vínculo, os contatos telefônicos são conduzidos de forma a garantir o respeito à singularidade das famílias, seu universo cultural, os determinantes sociais do processo saúde-doença e a capacidade de absorver informações neste momento atual de massiva difusão de orientações, que, por vezes, se revelam desconhecidas. Viabilizar o acesso dos familiares e idosos às informações oficiais sobre a COVID-19 e às formas de contágio, assim como sobre o

funcionamento da rede e dos serviços públicos, pode contribuir para a desburocratização das relações institucionais, como também facilitar a compreensão do momento atual.

A estratégia usada é a de trabalhar a informação processualmente a partir do ato comunicacional em si estabelecido. Em outras palavras, à medida que os contatos vão se intensificando surgem novas dúvidas e novos esclarecimentos são necessários. As orientações, por esse ângulo, não são estáticas, mas permitem a reflexão sobre as medidas necessárias para a prevenção, e com isso, a realização de ações mais conscientes. Em uma abordagem prescritiva e clássica, a informação dada parece ser condição suficiente para a comunicação em saúde e plena de compreensão por parte do interlocutor, que, nessa condição, é desprovido de outros saberes, origem de classe e subjetividades. Compreender minimamente essa relação entre a equipe multiprofissional (e seus saberes legitimados), os familiares e os idosos viabiliza uma aproximação com as conexões desencadeadas nessa dinâmica, na qual práticas de cuidados são postas em ação.

Importante ressaltar que ao problematizarmos os cuidados na saúde há que considerar a pluralidade de sentidos incorporados ao termo, visto que acarreta desenhos institucionais diversos (ALMEIDA, 2014). Na experiência desenvolvida no NAI, tendemos a compartilhar da ideia de que o cuidado institucional e profissional compõe um dos níveis da integralidade. Nessa acepção, o cuidado não se reduz a um nível de atenção na saúde, tampouco a um procedimento técnico, mas uma concepção que aposte no encontro entre sujeitos e que supere a lógica curativa. O cuidado, nesses termos, condiz com uma atitude de respeito, participação e responsabilidade com o outro (PINHEIRO; MATTOS, 2010).

Ampliando ainda mais a perspectiva dos cuidados, adicionamos a interpretação do conceito como resultado do desenvolvimento humano e como resposta às necessidades primárias do indivíduo, permitindo a sua continuidade e reprodução. O cuidado, apesar de natural e instintivo,

integra mediações sociais mais complexas, próprias da sociabilidade crescente e do gradual distanciamento das pulsões espontâneas, fazendo surgir formas diferenciadas de cuidado, dentre elas, o cuidado doméstico fundado na divisão sexual do trabalho (HIRATA; KERGOAT, 2007). Nessa ótica, o cuidado deve se constituir em um pilar da cidadania social, integrado à seguridade social, uma vez que assume a qualidade de direito intrínseco para a vida humana. O cuidado é universal e não pode ser discriminado ou focalizado. Resulta levar em conta, portanto, a dimensão material, econômica e subjetiva que envolve os cuidados, tanto institucionais quanto domésticos.

Tentando finalizar...

São muitas as preocupações. A cada dia somos tomados de assalto com notícias alarmantes e surpreendidos com o crescimento exponencial de óbitos e contaminados. Segundo a OMS, até 20/05/2020²⁰³, foram confirmados em todo o mundo 4.789.205 casos de COVID-19 e 318.789 mortes. No Brasil, de acordo com os dados consolidados pelo Ministério da Saúde até 20/05/2020²⁰⁴, o número de contaminados correspondeu a 291.579 e o número de óbitos foi de 18.859 pessoas. No estado do Rio de Janeiro, segundo a Secretaria Estadual de Saúde, em 21/05/2020²⁰⁵, havia 32.089 casos confirmados, 3.412 óbitos e 1.095 óbitos em investigação. Na cidade do RJ havia 18.743 contaminados e 2.373 óbitos.

Lamentavelmente, esses dados ainda não revelam a realidade. A subnotificação pela falta de testagem em massa e outras variáveis é fator inquietante, pois impede o monitoramento adequado do espriamento da epidemia do novo coronavírus no Brasil. Segundo estimativas de pesquisadores da UERJ e outras instituições²⁰⁶, esses números podem ser ampliados em até dezesseis vezes, em especial se persistirem as lacunas na rede assistencial. Soma-se a esse painel, outro dado extremamente grave.

Segundo a Secretaria Municipal de Saúde²⁰⁷, em 19/05/2020, a taxa de ocupação dos leitos de Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) era de 83% enquanto o percentual dos leitos de enfermaria foi de 79%. Havia ainda quinhentas e quarenta e duas pessoas aguardando vagas em leitos de enfermarias e destas, duzentos e setenta e seis estavam aguardando vagas em leitos de Centros de Tratamento Intensivo (CTI). Se analisarmos os dados de óbito por faixa etária, temos no município do RJ o número de 1.675 pessoas acima de 60 anos falecidas por COVID-19, equivalendo a 70% do total.

Além dessa crise sanitária sem precedentes na história recente, estamos diante de uma outra crise de monta: a crise política. O isolamento social, iniciado no Brasil em 12/03/2020 e no RJ em 15/03/2020, vem sendo sistematicamente contestado por declarações do atual presidente Jair Bolsonaro — representante da ultradireita — que, contrariando todas as recomendações internacionais e nacionais, publiciza um discurso de amenização da pandemia da COVID-19, evocando afirmativas risíveis e bizarras, em clara divergência com o campo da ciência e da saúde. As medidas de distanciamento, tão necessárias para conter a propagação do vírus, colidem com a mensagem de constrangimento e cooptação da população brasileira em geral. Trabalhadores/as são convocados/as a romperem com o isolamento social, por meio de ameaças aos seus direitos (ora pelo anúncio do desemprego, ora pela redução de jornada de trabalho e salários), evidenciando a clássica dicotomia entre a economia e a preservação da vida.

Para o discurso genocida, as vidas não valem nada. Mas, para nós, as centenas de vidas importam sim. Cada idoso monitorado por nós é uma vitória! Cada idoso que internamos e que se recupera nos dá enorme alívio! Cada idoso que falece nos comove! Por isso, continuamos firmes e fortes no exercício do cuidado e na politização desse quadro sanitário.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Carla Cristina Lima de. Saúde e Cuidado: elementos para o trabalho com família. In: DUARTE, Marco José Oliveira *et al.* (Org.). *Política de saúde hoje: interfaces & desafios no trabalho de assistentes sociais*. Campinas, SP: Papel Social, 2014.
- BERNARDO, Maria Helena de Jesus. *Envelhecimento da classe trabalhadora, dependência e cuidados familiares: desafios para a proteção social no município do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Serviço Social) — Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Universidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.
- BRASIL. *Orientações técnicas para a implementação de linha de cuidado para atenção integral à saúde da pessoa idosa no sistema único de saúde (SUS)*. Brasília: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_atencao_pessoa_idosa.pdf. Acesso em: 10 maio 2019.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, Campinas, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.
- PINHEIRO, Roseni; MATTOS, Ruben (Org.). *Construção social da demanda: direito à saúde, trabalho em equipe, participação e espaços públicos*. 2. ed. Rio de Janeiro: CEPESC, IMS/UERJ, ABRASCO, 2010.

NOTAS

200 | Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Assistente Social do Núcleo de Atenção ao Idoso (NAI-HUPE/UERJ) e Docente da Faculdade de Serviço Social da UERJ.

201 | Graduada em Serviço Social e Comunicação Social. Especialista em Serviço Social e Saúde pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e MBA Inovação na Gestão Pública pela UERJ. Assistente Social do Núcleo de Atenção ao Idoso (NAI-HUPE/UERJ). Vice coordenadora do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde do Idoso (NAI).

202 | Resolução n.04 de 26/03/2020 do Conselho Federal de Psicologia. Portaria n. 467 de 20/03/2020 do Conselho Federal de Medicina. Resolução n. 634 de 20/03/2020 do Conselho Federal de Enfermagem. Resolução n.6464 de 24/03/2020 do Conselho Federal de Nutrição. Resolução n.516 de 20/03/2020 do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

203 | Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875. Acesso em: 21 maio 2020.

204 | Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/>. Acesso em: 21 maio 2020

205 | Disponível em: <https://coronavirus.rj.gov.br/boletim/boletim-coronavirus-21-05-3-412-obitos-e-32-089-casos-confirmados-no-rj/>. Acesso em: 21 maio 2020

206 | Disponível em: <https://www.uerj.br/noticia/11215/>. Acesso em: 21 maio 2020.

207 | Disponível em: <https://prefeitura.rio/cidade/prefeitura-atualiza-numero-de-leitos-covid-19-taxa-de-ocupacao-sus-e-fila-da-regulacao/>. Publicado em 19 maio 2020. Acesso em: 21 maio 2020.

Para além da quarentena: reflexões sobre crise e pandemia

REVISÃO

Ana Lole

Carla Cristina Lima de Almeida

Inez Stampa

Rodrigo Lima Ribeiro Gomes

DESIGN E DESENVOLVIMENTO

Patrícia Oliveira

ISBN

978-65-86464-15-3

© 2020 MV Serviços e Editora.
Todos os direitos reservados.



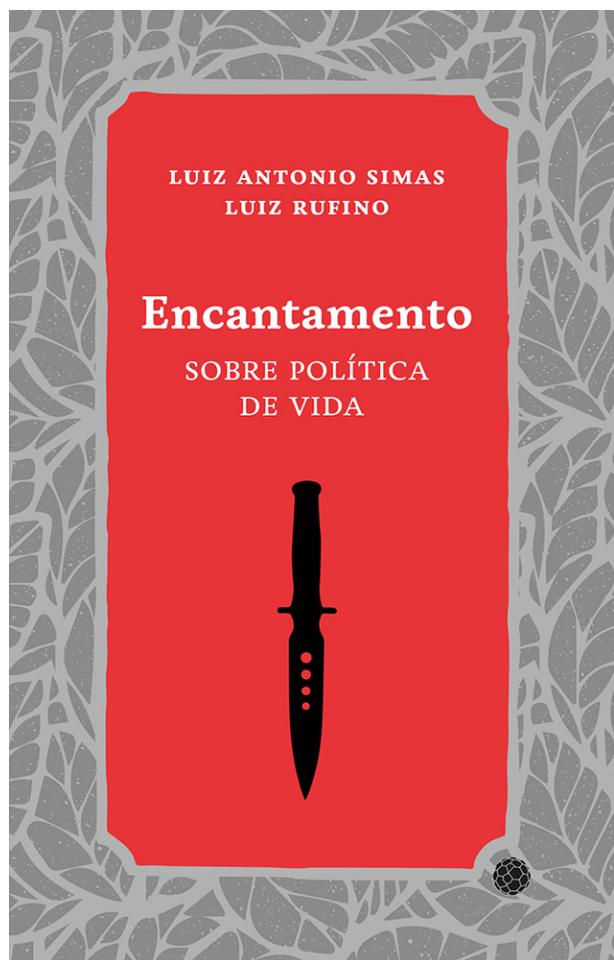
R. Teotonio Regadas, 26 – 904

Lapa • Rio de Janeiro • RJ

www.morula.com.br

contato@morula.com.br

LEIA TAMBÉM



Encantamento: sobre política de vida

Luiz Antonio Simas e Luiz Rufino

ISBN: 978-65-86464-13-9

42 páginas

[[Leia agora](#)]

Enquanto o processo colonizador gera “sobras viventes”, seres descartáveis, alguns conseguem virar sobreviventes – que podem virar “supraviventes: aqueles capazes de driblar a condição de exclusão, afirmando a vida como uma política de construção de conexões entre o ser humano e a natureza. Em tempos de pandemia, este ensaio levanta um conjunto de estratégias e táticas para que saibamos atuar nas batalhas árduas e constantes da guerra pelo encantamento do mundo, encantamento este que vem sendo ao longo do tempo trabalhado como uma gira política e poética que fala sobre outros modos de existir e de praticar o saber. Um manifesto a favor de uma “política de vida”, em contraponto à “política de morte” que temos visto em nossa sociedade.



São as editoras independentes que garantem
que títulos como esse cheguem até você.
Ajude a **mórula** a continuar esse trabalho.
Adquira nossos livros:

www.morula.com.br



mórula
EDITORIAL